Universidade Aberta

CURSO DE HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

IVO CASTRO

12

IVO CASTRO

Professor Associado da Faculdade de Letras de Lisboa, onde ensina a cadeira de **História da Língua Portuguesa** há 15 anos. A perspectiva em que a cadeira é dada procura combinar o estudo da formação e evolução estrutural da língua portuguesa com o desenho de um quadro geral de fenómenos literários, históricos e de geografia humana, que ajudem a compreender os fenómenos linguísticos.

Na Faculdade de Letras, tem regido outras cadeiras e seminários na área da Linguística Histórica e da Crítica Textual. Dirige actualmente um curso de Mestrado nessa mesma área.

No plano da investigação e das publicações, tem-se ocupado de trabalhos de Filologia Medieval e Moderna. Dirige o grupo de trabalho da Secretaria de Estado da Cultura que prepara a edição crítica da obra de Fernando Pessoa.

CURSO DE HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

DL 22.JUN2001*196042

Ivo Castro

CURSO DE HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Colaboração de: Rita Marquilhas
J. Léon Acosta

Universidade Aberta
1991

L
69142

Capa de: Eduardo Freitas

Copyright © UNIVERSIDADE ABERTA
Palácio Ceia • Rua da Escola Politécnica, 147
1200 Lisboa

D.L.: 45.195/91
I.S.B.N.: 972-674-074-6

Curso de História da Língua Portuguesa

7 Introdução

1. Linguística Histórica e História da Língua

10 Tábua de matérias

11 Objectivos

11 A mudança linguística
14 Linguística histórica e história da língua

2. Geografia da Língua Portuguesa

18 Tábua de matérias

19 Objectivos

19 Introdução. Conceitos de «língua portuguesa», norma, crioulo e pidgin
22 Área linguística galego-portuguesa
29 Guia de leitura da «Nova Proposta» (Cintra)
34 A questão do galego
39 Dialectologia histórica portuguesa
46 Português extra-europeu (Brasil, Angola, Moçambique)
50 Origem dos crioulos
58 Crioulos de base portuguesa (Oriente)
62 Crioulos de base portuguesa (África)

3. Do Latim ao Português Antigo

66 Tábua de matérias

67 Objectivos

67 Introdução
68 A România. Sua divisão actual
77 O latim, dentro da família indo-europeia
81 Periodização da história do latim
90 Fontes do latim vulgar
104 Estrutura e evolução do latim vulgar
127 Factores de diferenciação do latim vulgar
151 Nascimento das línguas românicas

4. Português Antigo

162 **Tábua de matérias**

163 **Objectivos**

163 **Formação de um espaço nacional para a língua portuguesa**

173 **Fontes escritas (problemas, métodos, classificação, bibliografia)**

192 **Comentário linguístico dos textos mais antigos: Testamento de Afonso II (1214) e *Notícia de Torto* (c. 1214)**

5. Português Clássico

242 **Tábua de matérias**

243 **Objectivos**

243 **Marco inicial do português clássico**

244 **Mudanças linguísticas terminadas à entrada do século XVI**

249 **Expansão do português a partir do século XV**

251 **O português da época clássica**

256 **Do português clássico ao português setecentista**

261 **Nota sobre a autoria do Curso**

263 **Guia de estudo e indicações para leitura**

269 **Bibliografia geral**

Introdução

Breve Síntese da História da Língua Portuguesa

A história da língua portuguesa conta-nos como alguns dialectos latinos falados no ângulo noroeste da Península Ibérica se converteram em língua autónoma, servindo de língua nacional a um pequeno estado nascido no século XII dentro do mesmo ângulo e, posteriormente, acompanhando-o na sua expansão para sul, de modo que, no meio do século XIII, já ocupavam toda a faixa ocidental da Península. Século e meio mais tarde, cava-se irreversivelmente uma separação entre os dialectos mais setentrionais desta faixa (os galegos) e a língua de Portugal, baseada a sul. Ao mesmo tempo, inicia-se um novo movimento de expansão, desta vez para fora da Europa; ele viria a ser responsável pela dispersão do português um pouco por todo o litoral africano e asiático, além do Brasil, mais enraizado nuns lugares que noutros, em todos negociando com as línguas locais formas de convívio, que conduziram a uma vasta colecção de línguas não europeias, mas de clara base portuguesa, os crioulos. E conduziram, evidentemente, a um monumento de uniformidade linguística, que é o Brasil.

Para quem ignorasse a história da expansão da língua portuguesa, a sua geografia actual levaria a defini-la como uma língua falada entre os dois trópicos por uns 150 milhões de pessoas e ainda, num recanto da Europa, por uns anexos dez milhões.

Corrigir essa imagem, ordenando as coisas segundo a sua existência cronológica e procurando a articulação lógica dos processos evolutivos, é a primeira missão de qualquer história da nossa língua. A segunda, destinada a funcionar como travão de possíveis utilizações chauvinistas da primeira, é a demonstração aturada de que a língua portuguesa não é uma só, e muito menos apenas nossa. Para o mostrar, bastaria fazer um inquérito linguístico a um grupo constituído por quem escreve estas páginas e por todos aqueles que as lêem: se nos reúne o direito e a vontade de chamar **nossa** à língua que usamos, teríamos contudo enormes dificuldades em ignorar as diferenças que, na pronúncia, na gramática, no léxico, na pragmática, se calhar até na ortografia (ou nas opiniões a respeito dela) indubitavelmente nos distinguem. Mas nos não separam.

A diversidade interna, a variedade entre formas contemporâneas e alternativas, a mudança ocorrida entre formas distanciadas no tempo, nada disso impede ou destrói a coesão e a unidade maior de um sistema linguístico. O domínio natural que adquirimos da nossa língua deve habilitar-nos a escolher para uso próprio entre mais de uma variedade, adoptando a mais adequada a qualquer situação de diálogo ou escrita. Conhecer essas variedades na sua escala social, regional e temporal é um dos objectivos mais importantes para cada estudante de linguística portuguesa. Respeitar as variedades que não usamos e reconhecer a sua legitimidade, através da sua história, são um dos proveitos adicionais desse estudo.

O que acaba de ser dito sugere qual a orientação que vai ser seguida ao longo deste curso. Faremos linguística histórica, mas sistematicamente equacionando os factos linguísticos com factos históricos, geográficos, sociais e culturais. Doutrinariamente, o curso caracteriza-se por um certo eclectismo, que procura combinar formulações, apresentações de dados e propostas de explicação vindas ora da linguística românica, ora do estruturalismo diacrónico, ora da sociolinguística. Essa atitude de absorver todos os contributos que se possam integrar e ajudam a matizar, expandir e reclassificar a nossa compreensão interior do grande organismo cultural que é a língua portuguesa, é, no fundo, uma atitude típica da romanística.

O capítulo 1 procura definir o enquadramento disciplinar em que o curso se situa, sem entrar em discussões teóricas prolongadas e não tentando esboçar sequer uma história da disciplina.

O capítulo 2 ocupa-se da distribuição espacial do português e das variedades crioulas com ele relacionadas. Ao classificar as variedades e ao explicar as suas características principais, era inevitável recorrer constantemente à diacronia, daí resultando que este capítulo aparentemente sincrónico faz a história da expansão do português e é, assim, complementar do capítulo 5, que sucintamente traça a evolução da variedade europeia da língua desde o século XVI até ao XVIII, sem fazer tentativas de chegar aos nossos dias, cuja história linguística está por esboçar.

Quando se tem em mente que nos achamos muito mais informados acerca da língua da antiguidade e da Idade Média que acerca da língua nossa contemporânea, porque os estudos monográficos (sem os quais não se pode construir uma síntese) a isso obrigam, pode compreender-se por que razão os capítulos 3, dedicado ao latim vulgar e sua diferenciação, e 4, dedicado aos séculos formativos do português, são muitíssimo mais desenvolvidos que os restantes. Estamos, aliás, perante uma particularidade comum a outros trabalhos. A *História da Língua Portuguesa* de Serafim da Silva Neto, monumento de erudição e de definitivas formulações dos problemas, é uma obra decerto mais assimétrica que a presente. A formação de romanista do seu autor não conseguiu deixar de transparecer num longo tratamento do latim, que fica mais favorecido que, por exemplo, o português clássico. Muito mais equilibrada, a este respeito, é a excelente *História* de Paul Teyssier; mas poderá sugerir-se que o tratamento dado ao português posterior ao século XV não é qualitativa nem quantitativamente inferior ao dos períodos precedentes pela razão, muito simples, de o seu autor ser um dos maiores especialistas desse período médio e recente da história da nossa língua. Foi, assim, mais uma vez a formação pessoal do autor que determinou o relevo dado às diversas partes da obra.

Mas não foi apenas a maior abundância de informação testada e consensual que nos levou a desenvolver os capítulos 3 e 4. É nossa convicção que o aparecimento do português e a sua posição ímpar no quadro das línguas românicas (como aquela que simultaneamente é das mais conservadoras e das mais revolucionárias) já estavam contidos em ovo na história do latim vulgar, o que sempre nos obrigaria a tratar esta matéria com muita demora. Mas, acrescida a isso, há a noção de que esta é precisamente uma das áreas que os estudantes menos oportunidades tiveram de percorrer durante os seus estudos antecedentes. Se, para as circunstâncias particulares do ensino a distância, se pode transpor alguma da experiência adquirida nas salas de aula, então a solução mais sólida é a de conceber este curso como uma história do latim vulgar e das línguas românicas, com especial incidência no português.

A linguística românica produziu, nos seus quase duzentos anos, mais literatura científica que, provavelmente, todas as restantes disciplinas da linguística. Não se pode estudar linguística românica sem dominar, pelo menos, uma parte dessa literatura. Por isso, abundam ao longo do curso resumos e reproduções de textos fundamentais da literatura, o que é completado por uma antologia onde estão reunidos alguns textos que são tão indispensáveis como difíceis de encontrar. Este dispositivo permite aliviar a obrigação de os alunos se equiparem de outros instrumentos de trabalho, para além deste Curso. Seria desejável que os estudantes deste Curso possuíssem os seguintes livros, ou os consultassem com alguma demora: a já referida *História da Língua Portuguesa* de Paul Teyssier, que deve ser lida na tradução portuguesa de Celso Cunha (Lisboa, Sá da Costa, 1982) os *Estudos de Dialectologia Portuguesa* de Luís F. Lindley Cintra (Lisboa, Sá da Costa, 1983) e ainda *O Português Arcaico. Fonologia* de Rosa Virgínia Mattos e Silva (São Paulo, Contexto, 1991).

A bibliografia geral reúne os trabalhos de alguma forma usados neste Curso, os quais podem interessar a quem deseje prosseguir as suas leituras.

1. Linguística Histórica e História da Língua

TÁBUA DE MATÉRIAS

1. **Linguística Histórica e História da Língua**

Objectivos

1.1 **A mudança linguística**

1.2 **Linguística histórica e história da língua**

Objectivos:

- Situar a orientação deste curso no quadro das disciplinas que se ocupam da mudança linguística.

1.1 A mudança linguística

O objecto de estudo da Linguística Histórica é a **mudança linguística**, ou seja, o processo pelo qual uma língua viva não estagna, mas evolui, acompanhando o evoluir da sociedade que a utiliza como instrumento de comunicação. Mudam as palavras o seu significado para melhor servir a expressão do pensamento, criam-se palavras para representar novos objectos e ideias, enquanto outras palavras caem em desuso.

Não é apenas o léxico que muda. Também mudam as estruturas gramaticais e as regras de funcionamento da morfologia e da sintaxe. E muda o modo de produção dos sons, como mudam as relações entre as unidades que constituem o sistema fonológico.

São as mudanças fonéticas e fonológicas as mais fáceis de observar. Por isso, a elas se dedicou quase por inteiro a linguística dos primeiros tempos, com resultados que contribuíram muito para a sua consolidação como ciência.

Para um linguista do século XIX, empenhado em descobrir em cada língua os comportamentos próprios de um corpo vivo, regidos por leis biológicas infalíveis, o material mais fascinante de estudar era a mudança fonética. Enquanto cada palavra tem uma história semântica diferente, quase todas têm uma história fonética comum: a dos sons que as constituem dentro de uma sequência estável. A interacção de dois sons dispostos em sequência num sintagma produz-se sempre que esse sintagma reaparecer em outra palavra, e conduz aos mesmos efeitos. A recorrência de uma dada evolução observável em numerosas palavras, a sua elevada frequência, a previsibilidade da sua repetição futura, seduziram os linguistas de então e levaram-nos a formular, quase como um dogma, o princípio da regularidade da mudança fonética. Podemos defini-lo assim:

Um som muda com regularidade quando

1) *não variam os seus condicionamentos fonéticos,*
2) *ocorre em um período determinado de tempo e*
3) *em uma mesma região (ou na mesma comunidade falante), e*
4) *se nenhum factor de outra natureza interferir numa palavra ou grupo de palavras.*

Por «factor de outra natureza» entende-se um condicionamento semântico ou a influência de uma outra norma (dialectal ou individual), que, incidindo apenas sobre algumas das palavras portadoras do mesmo sintagma, podem impedir que nelas se aplique a mudança fonética regular[1].

[1] Lloyd, 1987, pp. 1-6.

Paul M. Lloyd exemplifica este princípio com o caso do /t/ latino, que podemos seguir aqui, com adaptações. Ao afirmarmos que «a oclusiva dental surda latina /t/ muda para a sua correspondente sonora /d/ em português», devemos acrescentar uma série de restrições, se não queremos que esta regra, excessivamente geral, seja desmentida por muitos factos. Se é verdade que VĪTA > vida, ROTA > roda, PATRE > padre, comprovam a regra, também não é difícil contrapor a estes exemplos outros como TRĒS > três, SEPTEM > sete ou TABULA > tábua. O que distingue a primeira série de exemplos é o /t/ ser medial, estando entre vogais ou entre vogal e vibrante /r/.

Assim, retomamos a regra com nova formulação: «a oclusiva dental surda latina /t/, *quando se encontra em condicionamento intervocálico (ou equivalente)*, muda para a sua correspondente sonora /d/ em português». Mas nova dificuldade surge, se encararmos as palavras latinas CITĀRE, EXPLICĪTU, ROTULA, PATERNU, VĪSITĀRE, nas quais o /t/ não sofreu sonorização, apesar de se encontrar no condicionamento correcto. A explicação surge ao datarmos as primeiras atestações das suas descendentes na nossa língua, pois nenhuma tem antiguidade suficiente para ter pertencido ao léxico do latim falado que se transformou em português; em vez disso, foram importadas pelo léxico português através da leitura e da escrita (via que protege os sons contra as mudanças regulares, a chamada «via erudita»), em época em que o fenómeno já não ocorria. São as seguintes as datações (as portuguesas são dadas pelo *Dicionário* de António Geraldo da Cunha e as castelhanas pelo *Dicionário* de Corominas, citado por Lloyd):

CITARE	>	citar	port. XIII,	cast. 1490
VISITARE	>	visitar	XIV,	1220
PATERNU	>	paterno	1572,	1343
ROTULA	>	rótula	XVII,	1727
EXPLICITU	>	explícito	1813,	1737

O facto de as datações não coincidirem nas duas línguas e de a sua anterioridade variar (*citar* e *rótula* são primeiro atestadas em português, as outras em castelhano) não tem relevância directa no problema que nos ocupa. Tanto se pode dever a informação incompleta dos dicionaristas como à independência das entradas das palavras em cada língua. Importa que as mais antigas palavras só foram encontradas em textos do século XIII, quando havia documentação escrita muito anterior na Península Ibérica. Significa isso que um /t/ latino importado pelo português ou pelo castelhano no século XIII já não sonorizava: a sonorização teve, assim, um período de vigência delimitado. Reformulemos então, mais uma vez, a nossa regra: «a oclusiva dental surda

latina /t/, quando se encontrava em condicionamento intervocálico (ou equivalente), *antes da queda do Império Romano*, mudava para a sua correspondente sonora /d/».

De facto, a sonorização de /t/ era muito mais antiga que o século XIII; tinha de remontar a uma época em que o latim ainda era falado e não se tinha diversificado em várias línguas românicas, pois o fenómeno não teria ocorrido com regularidade em línguas independentes. Essa época anterior à diversificação pode, para os nossos efeitos imediatos, ser vagamente designada como a vigência do Império Romano. E assim se cumpre também o preceito 3 da definição de regularidade: esta vale apenas para um território ou para uma comunidade. Se se verifica em duas línguas independentes como o português e o castelhano (e outras), foi por o fenómeno ter ocorrido antes de elas se terem afastado.

Este é, em traços muito gerais, o princípio da regularidade da mudança fonética.

Hoje, após um século de experiência e debate, durante o qual a linguística encontrou outras paixões exclusivistas, como a descrição sincrónica e as posturas abstraccionistas da Linguística Teórica, que não a impedem, no entanto, de refluir para uma posição sincrética e reconciliadora das várias maneiras complementares de observar o fenómeno da linguagem, o princípio, revisto e matizado, mantém o seu valor.

Uma das principais revisões consistiu no reconhecimento de que regularidade não implica comportamentos homogéneos, unânimes e simultâneos por parte de todas as unidades susceptíveis de serem afectadas pela mudança dentro de uma língua. As línguas não mudam em bloco, pois, como tem mostrado a sociolinguística nas últimas décadas, uma língua, um dialecto, mesmo um idiolecto não são homogéneos, mas comportam variedades internas que são parte integrante do sistema. Por outro lado, a linguística moderna prefere tratar o problema da mudança ao nível de todo o sistema, e não apenas ao nível da fonética (e da fonologia).

Num célebre ensaio de 1968, «Empirical foundations for a theory of language change»[2], Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog formularam sete princípios gerais para o estudo da mudança linguística, que sintetizo e comento a seguir. Não constituirão eles o fio condutor de todo o nosso curso, que em muitos aspectos, em breve discutidos, se insere numa tradição longamente estabelecida pelos estudos de Linguística Românica e se apoia nas suas aquisições consagradas. Mas é desejável que os princípios de Weinreich, Labov, Herzog, agora propostos, sirvam de acompanhamento e de reforço à exposição contida nos sucessivos capítulos, como um baixo contínuo que nem sempre concorda com a melodia, mas por vezes lhe serve de contraponto[3].

[2] Lehmann e Malkiel, eds., *Directions for historical linguistics. A symposium*, Austin-London, 1968, pp. 97-195.

[3] Lloyd, 1987, p. 16.

1. A mudança linguística não deve ser confundida com uma deriva procedente da variação inerente à fala. Ela tem início quando a genera-

lização de uma alternativa particular, em dado subgrupo da comunidade falante, se impõe e assume o carácter de diferenciação ordenada.

2. Associar estrutura e homogeneidade é ilusório. Da estrutura linguística faz parte a diferenciação ordenada dos falantes e dos idiolectos, por meio de regras que regulam a variação dentro da comunidade falante. O natural domínio de uma língua inclui o controle dessas estruturas heterogéneas.

3. Nem toda a variabilidade e heterogeneidade de uma estrutura linguística implicam mudança; mas toda a mudança pressupõe variabilidade e heterogeneidade.

4. A generalização de uma mudança linguística a toda a estrutura da língua não é uniforme nem instantânea; durante largos períodos de tempo, ela está em covariação com outras mudanças associadas.

5. A mudança linguística ocorre em gramáticas individuais da comunidade falante. Como as estruturas variáveis são determinadas por funções sociais, o idiolecto, ou gramática individual, não se apresenta como uma gramática coesa e internamente consistente.

6. A mudança linguística transmite-se por toda a comunidade e não fica confinada a transformações sucessivas ocorridas dentro da família. As descontinuidades que se podem encontrar na mudança linguística são produto de descontinuidades específicas no interior da comunidade, e não do corte geracional entre pais e filhos.

7. No desenvolvimento da mudança linguística, factores linguísticos e sociais estão estreitamente inter-relacionados. As explicações que se confinarem a um ou a outro destes aspectos, por melhor construídas que estiverem, falharão na tentativa de descrever o rico corpo de regularidades que pode ser observado nos estudos empíricos sobre o comportamento linguístico.

1.2 Linguística histórica e história da língua

A entrada dos conceitos e métodos da sociolinguística para o campo habitualmente ocupado pela linguística histórica tem vantagens mútuas: a sociolinguística procura, e encontra, nos estados passados de uma língua os dados que podem validar ou invalidar as hipóteses que formulou para explicar uma mudança actualmente em curso; e a linguística histórica tem a possibilidade, que até aqui lhe escapava, de ver processarem-se perante os seus olhos mudanças análogas àquelas que se deram no passado, e que apenas podia conjecturar.

Perante este quadro, que certamente se desenvolverá no futuro, pode pôr-se a questão de saber como se posiciona este curso. **História da língua** designa uma disciplina, ou um modo de abordar os fenómenos evolutivos da língua, que tanto pode ser considerada parte integrante da linguística histórica, como da história propriamente dita. O que é tornado mais claro pela sua definição: «estudo das relações estabelecidas entre uma língua e a comunidade que a fala, ao longo da história dessa comunidade».

Se o objecto da linguística histórica é a mudança linguística (de uma, ou de várias línguas, ou em geral), o objecto da história da língua é uma língua em particular, na sua existência definida temporal e espacialmente, o que significa que os factos linguísticos devem ser permanentemente correlacionados com factos históricos, que os condicionaram.

Concretizando: no português do Rio de Janeiro e das zonas sob sua influência (há uma geração atrás, ele era o padrão da capital brasileira), ocorre um fenómeno fonético único em todo o país. É a palatalização do -s implosivo, ou seja, do -s em final de sílaba ou palavra. Não é possível estudar a difusão brasileira deste fenómeno sem ter em conta a sua mais que provável proveniência: ele deve ter sido introduzido no falar culto do Rio de Janeiro no início do século XIX, levado de Portugal pela corte de D. João VI quando ali se refugiou das invasões napoleónicas. Em Portugal, a palatalização do -s implosivo tinha tido origem nos dialectos do sul e, após uma propagação até ao dialecto popular de Lisboa, fora acolhida pela corte, durante um processo que está à espera de um sociolinguista que o estude. Nem os colonos de origem rural que, durante o século XVIII, foram para o Brasil eram portadores dessa pronúncia (senão, ela estaria muito mais difundida), nem, após a estadia da corte no Rio, tornou a haver uma deslocação de populações suficiente (em quantidade ou em prestígio) para ali o impor. Não tendo havido oportunidade histórica de transferir o fenómeno para o Brasil nem antes, nem depois da viagem da corte, e não sendo natural que ele se produzisse quase simultaneamente, mas por motivos independentes, em duas regiões da área lusófona separadas entre si, temos de aceitar a existência de um nexo entre o facto histórico e o facto linguístico do transporte da palatalização. Claro que isto não resolve a questão, anterior, do seu aparecimento em Portugal, mas isso é outra história.

Temos assim, que a história da língua portuguesa é, de certa maneira, uma história do Portugal falante, completada pela história de todos os povos que, devido à acção histórica dos portugueses, acabaram a falar a mesma língua.

2. Geografia da Língua Portuguesa

TÁBUA DE MATÉRIAS

2. **Geografia da língua portuguesa**

Objectivos

2.1 **Introdução. Conceitos de «língua portuguesa», norma, crioulo e pidgin**

2.2 **Área linguística galego-portuguesa**

2.3 **Guia de leitura da «Nova Proposta» (Cintra)**

2.4 **A questão do galego**

2.5 **Dialectologia histórica portuguesa**

2.6 **Português extra-europeu (Brasil, Angola, Moçambique)**

2.7 **Origem dos crioulos**

2.8 **Crioulos de base portuguesa (Oriente)**

2.9 **Crioulos de base portuguesa (África)**

Objectivos:

- Reconhecer que o português é um sistema linguístico que ocupa um espaço descontínuo disperso por todos os continentes, comportando duas variantes nacionais (Portugal e Brasil), subdivididas em dialectos relativamente pouco diferenciados; comportando ainda uma variante nacional em embrião (Galiza) e outras em potência (África).
- Conhecer a distribuição geográfica das variedades do português, e a respectiva caracterização, na Europa e no resto do mundo.
- Conhecer os crioulos de base portuguesa, sua história e geografia.

2.1 Introdução. Conceitos de «língua portuguesa», norma, crioulo, pidgin

2.1.1 Antes de começarmos a estudar a história da língua portuguesa, vamos traçar um quadro, em linhas muito gerais, da sua actual geografia. Procuraremos inventariar as regiões do mundo em que é conhecida a existência, no fim do século XX, de variedades linguísticas que respondem à definição básica do que é a língua portuguesa; procuraremos também classificar e caracterizar essas variedades e, finalmente, procuraremos interpretar o modo como elas se relacionam dentro de um mesmo território, ou em territórios distintos, à luz da evolução interna e da expansão geográfica do português no mundo.

Deste modo, iremos tentar compreender a geografia da língua, não só a geografia actual, mas a das épocas passadas, recorrendo, como método principal de pesquisa, à história da língua.

De certa maneira, tudo o que diremos vai resumir-se à resposta a duas perguntas:

a) Onde é que se fala português?

b) Porque se fala aí português?

Feito isso, teremos ainda de considerar, de uma forma mais problematizada do que sistematizada, aquilo a que poderíamos chamar os «problemas pendentes» da nossa língua. Ou seja, aqueles aspectos da existência e do movimento do português que não se acham totalmente estabilizados na actualidade e dos quais podemos esperar evoluções interessantes durante o próximo século, ou mesmo durante os séculos que se vão seguir (é altura de recordar: na história de uma língua, o século talvez seja a unidade mínima de contagem do tempo).

Esses problemas pendentes são, em nosso entender, os seguintes:

a) A situação do português nos novos países africanos de língua oficial portuguesa.

b) A situação do galego face ao castelhano e face ao português. (A aceitação deste problema no contexto de uma discussão sobre a história e a geografia do português não pressupõe necessariamente uma opção afirmativa quanto à pertença actual do galego ao domínio linguístico do português, mas apenas o reconhecimento de que tal questão é proposta por sectores respeitáveis da opinião).

c) O distanciamento entre as variantes nacionais portuguesa e brasileira da nossa língua.

d) O estado da variante europeia, tanto no plano da estrutura gramatical e lexical, como no plano do ensino e do uso.

Quando discutirmos estes problemas estaremos a fazer história da língua virados para o futuro. Embora a direcção habitual do historiador da língua seja a retrospectiva, ocorre-lhe igualmente adoptar uma atitude prospectiva. É claro que neste exercício de futurologia, todas as cautelas são poucas, uma vez que a previsão em matéria linguística carece totalmente de documentação, apoiando-se apenas na analogia com os movimentos observados no passado.

2.1.2 Entendamo-nos desde já quanto à terminologia, definindo **língua portuguesa**. A única maneira prática de obter uma definição que sirva a tudo quanto vai ser dito a seguir e que não ocupe, com os seus considerandos prévios, as dimensões de um livro, será a de tomar um conceito de trabalho, leve na formulação e universal nos requisitos. Proponho uma definição recente de Maria Helena Mateus:

> Os dialectos de todas as variantes do português apresentam duas características fundamentais que as diferenciam, em conjunto, dos dialectos castelhanos:
>
> - supressão do /l/ e do /n/ latinos intervocálicos;
> - manutenção das vogais breves latinas sem ditongação.[1]

[1] Mateus, 1986, p. 147.

2.1.3 Para Luís Filipe Lindley Cintra[2], o domínio da língua portuguesa no mundo caracteriza-se como fenómeno linguístico, e não só, por uma série de particularidades derivadas, sobretudo, da extensa área geográfica que ocupa. Surgem, a partir daqui, duas questões fundamentais: uma, que afecta a sua própria unidade e outra que ilustra a sua influência sobre línguas dos quatro continentes.

[2] Cintra, 1983b.

a) No primeiro caso, aquele que respeita à sobrevivência da unidade da língua, não devemos esquecer a existência, neste momento, de **três normas linguísticas** diferentes dentro do domínio denominado tradicionalmente por galego-português.

1. A **norma portuguesa europeia**, que agrupa dentro do seu domínio variedades dialectais diferentes, continentais e insulares, além da «forma falada normalizada do português padrão», que continua a ser igualmente adoptada por cinco países africanos: Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.

2. A **norma brasileira**, também com os seus dialectos próprios e que Cintra define como «o conjunto de hábitos linguísticos de uma determinada camada de falantes brasileiros, admitida como modelo que se procura realizar e que em vários aspectos é diferente da norma ou modelo que está em vigor em Portugal».

3. A **norma galega**, que está ainda em vias de fixação. Assim como a brasileira, afasta-se da norma portuguesa em vários aspectos, mas «sem que se justifique — dada a unidade mantida nos aspectos fundamentais — a designação desta variedade como língua». Na Galiza, para Cintra, «a situação não é essencialmente diferente da do Brasil».

No futuro, a unidade até agora conservada, ou relativamente conservada, pode romper-se se as diferenças se tornarem tão acentuadas que se imponha falar de três línguas diversas: a brasileira, a galega e a portuguesa (e também virtualmente a angolana, a moçambicana, etc.). Não há nada a recear se esse for o resultado necessário e «natural» das ditas variedades linguísticas do português-padrão, mas trata-se de uma hipótese pouco provável, dada a tendência uniformizadora, mesmo no plano linguístico, que a cultura de «mass media» da nossa época tende a implantar, além das indubitáveis vantagens que supõe o uso de uma língua que sirva a perto de 170 milhões de pessoas.

b) Quanto à influência directa ou indirecta que o português tem exercido ou exerceu sobre outras línguas, é preciso diferenciar dois níveis:

1. O **crioulo**, que é uma língua que teve como base o português europeu, em dado momento da sua evolução, mas que depois se afastou dele profundamente, ainda que compartilhando muitas vezes o seu domínio geográfico com o português que podemos chamar normativo, numa situação próxima do bilinguismo.

   Fala-se crioulo de base portuguesa em Cabo Verde (onde tem servido de instrumento a uma literatura de importância considerável, há mais de cinquenta anos), na Guiné-Bissau, numa pequena zona do Senegal (Casamance) e nas ilhas de S. Tomé, do Príncipe e de Ano Bom (antiga Guiné Equatorial). Na Ásia, nas costas da Índia (Chaúl, Korlai, Tellicherri, Cananor e Fort Cochim) e no Sri-Lanka (Vaipim e Batticaloa), em Malaca (onde persiste numa comunidade de cerca de três mil pessoas) e em Macau, ou melhor em Hong-Kong. Na Oceania encontra-se ainda vivo o crioulo de Tugu, na ilha de Java. Na América, além

de alguns crioulos de base portuguesa como são o «papiamento» de Curaçau, Aruba e Bonaire, e o dialecto de Surinam, na Guiana holandesa, estão os crioulos brasileiros, que ainda sobrevivem em alguns pontos isolados do território do Brasil.

Por outro lado, e dentro da evolução do crioulo nestas áreas, especialmente a asiática, sobrevivem variedades do português que são o resultado de um processo de descrioulização. Estamos a falar do português de Macau, de Timor-Leste, e de Goa, Damão e Diu. Nestas regiões, o processo de descrioulização ocorreu a partir do início do século XX, quando a melhoria dos meios de comunicação rompeu o isolamento em que elas se encontravam em relação a Portugal e submergiu os crioulos locais sob uma camada de português europeu moderno, que mais facilmente passou a ser difundido. Idêntico processo terá ocorrido em Angola e Moçambique, mas não nas outras colónias africanas, onde o incremento da presença portuguesa não se terá registado com a mesma intensidade.

2. **Pidgin** é o termo com que se designa o **proto-crioulo** que deu origem aos diferentes crioulos portugueses espalhados pela costa de África e Ásia e que, segundo certos estudos recentes, também contribuiu para a formação dos crioulos vivos em antigas colónias de outros países, caso das Caraíbas, das Filipinas ou do afrikaans ou afrikânder, que é o crioulo holandês da África do Sul.

Por último, a forte tradição emigrante de portugueses e galegos, considerando a importância das suas comunidades em França, nos Estados Unidos, na Venezuela e na Argentina, sobretudo, completa o quadro aqui exposto do domínio português, ou galego-português, no mundo.

2.2 Área linguística galego-portuguesa

2.2.1 O espaço linguístico galego-português tem a configuração de um rectângulo que corresponde à faixa ocidental da Península Ibérica, delimitado em três lados pelo mar e a oriente por uma linha que corre de norte a sul, desde as Astúrias até à foz do Guadiana. Esta linha, representada a negro no mapa de Lindley Cintra[3], foi definida por Menéndez Pidal como sendo a fronteira linguística que, desde a Idade Média, separa o leonês das línguas que lhe ficam a ocidente: os dialectos galegos a norte e os dialectos portugueses mais a sul. É muito sugestivo o modo como M. Pidal descreve o traçado dessa fronteira.[4]

> Por el Occidente, el límite del leonés no coincide con el del antiguo reino de León, ya que éste abarcó también a Galicia y Portugal; tampoco coincide, ni mucho menos, con los límites de las provincias gallegas y del reino de

[3] Cintra, 1971, Mapa 1 Cf. *Leituras*, p. 35.

[4] Menéndez Pidal, 1906 (1962, pp. 16-21).

Portugal. A pesar de que la frontera del dialecto leonés con el gallego-portugués es bien precisa (a diferencia de la frontera oriental), está poco estudiada y mal conocida; es preciso ir marcando una línea que pase por entre pueblos vecinos, de los cuales los de Occidente no diptonguen la ŏ y ĕ latinas [breves], diciendo *corpo, terra*, y los de Oriente las diptonguen, diciendo *cuerpo, tierra*. [...]

En Asturias, junto al mar, el dialecto leonés, no empieza sino a la derecha del río Navia; a la izquierda del río se habla hoy una variedad del gallego de Lugo, y aún en algunos pueblos inmediatos a la orilla derecha. Así en Armental, que está a la derecha, se dice *corpo, terra, morto, tempo* (mientras en Villapedre, que dista ocho kilómetros, ya aparece el diptongo *muorto*, etc.). Remontando el curso del Navia se hallan a su orilla derecha, nombres gallegos mezclados con otros leoneses. [...]

En León, en el Bierzo bajo ú occidental (hoy partido de Villafranca), se habla una variedad del gallego, mientras en el Bierzo alto ú oriental (partido de Ponferrada) se habla leonés. Nótese que el nombre *Bierzo* Bĕrgidum, es de derivación leonesa (como lo indica su diptongo) y no gallega. La divisoria entre las cuencas del río Cua y del Sil debe marcar poco más o menos el límite del gallego y del leonés, en esta región. [...]

En la provincia de *Zamora* el pueblo de Ermisende habla gallego. Pero, en cambio, entra el dominio del leonés en el reino de *Portugal*, en Riodonor, Guadramil, y quizá en Quintanilha (a juzgar por su diminutivo *-illa* y no *-ela*), y además en la tierra de Miranda. El eminente filólogo J. Leite de Vasconcellos estudió y consideró el dialecto de Miranda dentro del cuadro de los dialectos portugueses; pero, según veremos, no es más que uno de tantos restos del leonés occidental. [...] La constitución de los dialectos del Norte del Duero es evidentemente anterior a la delimitación del reino portugués en el siglo XII [...]. La tierra de Miranda en la España romana pertenecía, no al convento jurídico bracarense, sino al Asturicense, y en la Alta Edad Media la iglesia de Braganza perteneció a la diócesis de Astorga. [...] En Salamanca y Extremadura los límites lingüísticos ya coinciden bastante bien con los políticos, pues en la región del sur del Duero ya podemos afirmar que no se conserva la lengua anterior a la invasión árabe, sino la implantada por la reconquista, que rebasó tarde la línea del Duero; de modo que las respectivas conquistas de Portugal y de León determinaron a la vez el límite político y el límite lingüístico. No obstante, en Alamedilla (provincia de Salamanca) dicen que se habla portugués; por lo cual los coterráneos llaman «mestizos» a los habitantes de ese pueblo. En fin, el portugués se sigue hablando hoy en Olivenza (provincia de Badajoz), plaza que perteneció ora a uno ora a otro de los reinos vecinos.

2.2.2 O rectângulo definido a ocidente por esta fronteira é ocupado por um **continuum** linguístico, que permite a quem se deslocar de um extremo a outro do território ir sucessivamente atravessando regiões dialectais diferenciadas de modo gradual, sem que em nenhum momento uma fronteira linguística interrompa essa transição suave das variedades dialectais. Dito de outro

modo, quem viajar da Galiza ao Algarve, não encontrará nenhum sobressalto comparável ao de viajar da Galiza até Burgos, por exemplo, porque aí terá de atravessar a fronteira da monotongação, definida por Pidal. Este conceito de **continuum** aplica-se apenas à realidade dialectal e não, naturalmente, às variedades linguísticas urbanas, nem às normas cultas, as quais contrastam mais nitidamente entre si. Mesmo linguistas galegos, defensores da autonomia actual da sua língua em relação ao português, reconhecem a existência desta disposição contínua dos dialectos. É o caso, por exemplo, de F. Fernández Rei:

> Desde unha perspectiva estrictamente linguística, como antes dixen, ó N e ó S do Miño fálase o mesmo *dialecto* latino (ou a mesma *língua* latina) porque non existen diferencias sustanciais entre os falares galegos e os falares interamnenses e transmontanos portugueses.[5]

[5] Fernández Rei, 1988, p. 100.

No passado, nem sempre os linguistas reconheceram a existência deste **continuum** que compreendia a Galiza: nem Leite de Vasconcellos, nem Paiva Boléo incluíram o galego no espaço dialectal português.

A classificação hoje geralmente adoptada para os dialectos portugueses é a de Lindley Cintra, formulada pela primeira vez em 1970 no artigo «Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses»[6], e reformulada no capítulo «Domínio actual da língua portuguesa»[7] do manual *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra. É a formulação deste capítulo da *Nova Gramática* que seguimos daqui por diante, acrescentando-lhe alguns comentários.

[6] Cintra, 1971.

[7] Cunha - Cintra, 1984, pp. 9-19.

2.2.3 Lindley Cintra utiliza como critério para a sua classificação dialectal aquilo a que chama «o sentimento dos falantes comuns do português padrão europeu», isto é, dos que seguem a norma, o conjunto dos usos linguísticos das classes cultas da região de Lisboa e de Coimbra. Este sentimento dos falantes do português padrão permite-lhes distinguir, por determinados traços fonéticos, um natural da Galiza de um natural do Norte e este de um homem do Sul. Por tal método, Lindley Cintra identifica três grandes grupos dialectais:

- o grupo dos dialectos galegos,
- o grupo dos dialectos portugueses setentrionais,
- o grupo dos dialectos portugueses centro-meridionais.

O falante português medianamente culto, e mesmo muitos falantes não cultos, distinguem perfeitamente, pelo modo de falar, um homem do Norte (tratando-se naturalmente de um daqueles que conservam a maioria, se não a totalidade, dos traços que caracterizam o falar próprio da região onde nasceram) de um homem do Sul. De ambos distinguem ainda perfeitamente um galego «que compreendem quando fala o seu dialecto, mas em cuja linguagem não vêem

normalmente, a não ser que tenham certa cultura histórica ou linguística, uma variedade do português».[8]

[8] Cintra, 1971, p. 101.

2.2.3.1 Esta distinção nasce da reacção do falante do padrão ao modo como as sibilantes são realizadas nas várias regiões:

1. Nos dialectos galegos não existem as sibilantes sonoras /z/ nem [ʒ], próprias do português (a sibilante de *rosa* articula-se como a de *passo*, [s̪] apical ou [s] predorsal; e a sibilante de *fazer* como a de *caça*, [s] predorsal ou [θ] interdental, consoante que corresponde à grafia **th** inglesa). Do mesmo modo, a palatal sonora /ʒ/ (**j** e **g** antes de **e**/**i**) não existe, mas apenas a sua correspondente surda [ʃ]. Notar, rapidamente, que a redacção deste parágrafo difere ligeiramente entre a *Nova* e a *Breve Gramática*, sendo esta mais completa ao explicitar a inexistência de [ʒ] em galego. Além disso, a frase da *Nova*, «Em galego, *hoxe* tem a mesma fricativa [ʃ] (surda) de *enxada*», suscitou protestos de certos meios reintegracionistas (v.) por utilizar a ortografia dos autonomistas (**x** para [ʃ]). Na *Breve Gramática*, os autores substituiram esta frase por «Em galego, só há a fricativa [ʃ] (surda) do português *enxada*».

2. Nos dialectos portugueses setentrionais, ao contrário dos galegos, existem sibilantes surdas e sonoras, predominando nos meios rurais as sibilantes ápico-alveolares, surda [s̪] (idêntica à do castelhano setentrional e padrão) e sonora [ʒ], às quais se reduziram as predorsodentais. Nos dialectos mais conservadores, no entanto, as ápico-alveolares coexistem com as predorsais.

3. Nos dialectos portugueses centro-meridionais não há sibilantes apicais, mas apenas as sibilantes predorsodentais, que também são características da língua padrão [s] e [z] (seis, passo = caça / rosa = fazer). A fronteira entre os dialectos galegos e os dialectos setentrionais portugueses corresponde, na prática, à fronteira entre Portugal e a Galiza.

A fronteira entre os dialectos portugueses setentrionais e os centro-meridionais corresponde a uma linha que atravessa obliquamente o centro de Portugal, partindo da costa ao norte de Aveiro e encontrando a fronteira com Espanha na região de Castelo Branco.[9] Na sua *Nova Proposta*, Lindley Cintra descreve minuciosamente a isófona, ou seja, a fronteira fonética que separa a região setentrional, onde predominam as sibilantes apicais, da região centro-meridional, onde não há apicais, e onde predominam as sibilantes predorsodentais. Essa é uma fronteira que, nas palavras de Cintra, é representada por[10]:

[9] Cf. *Leituras*, p. 34.

[10] Cintra, 1971, pp. 107-108.

> uma linha que parte, no Oeste, da região da ria de Aveiro, próxima da foz do rio Vouga, desce de aí em direcção ao rio Mondego que atravessa a montante de Coimbra, mas ao sul do Caramulo, de Seia e de São Romão, de aí caminha

ao rio Zêzere, contornando pelo sul os maciços mais altos da Serra da Estrela que, na sua parte meridional, não parece contribuir para a formação de qualquer limite linguístico importante, atravessa o referido rio a jusante de Ouronde e segue em direcção ao leste, ao sul da serra da Gardunha, até atingir a fronteira política, depois de deixar, a norte, Monsanto, e, a sul, Alcains, a própria cidade de Castelo Branco e todas as povoações do sul do distrito como, por exemplo, o Rosmaninhal.

2.2.3.2 Cintra considera que as sibilantes são, de facto, o principal traço caracterizador da proveniência regional de um falante de português, mas alguns outros traços fonéticos podem ajudar, também, para esta caracterização. São eles:

1. A pronúncia como oclusiva bilabial [b] ou como fricativa bilabial [β] da letra **v** nos dialectos setentrionais. Esta letra **v** é realizada como uma fricativa labiodental nos dialectos do sul e no português padrão (**b**inho, abó por **v**inho, avó).

2. A pronúncia como africada palatal [tʃ] da grafia **ch**, que no padrão e nos dialectos centro-meridionais corresponde à fricativa [ʃ] (**tch**ave, a**tch**ar por **ch**ave, a**ch**ar).

3. A conservação, típica dos dialectos setentrionais, dos ditongos [ow] e [ej], em contraste com a sua monotongação para [o] e [e] nos dialectos centro-meridionais (**ou**ro, ferr**ei**ro para **ô**ro, ferr**ê**ro). No que respeita a estes ditongos, a pronúncia do padrão tem uma atitude diversa. Enquanto adopta a monotongação de [ow] para [o], não faz o mesmo com a monotongação de [ej], optando aí por uma solução individual, que é a do ditongo [ɑj].

2.2.3.3 Não são, no entanto, apenas traços de natureza fonética que permitem opor os diversos grupos de dialectos galego-portugueses. Também a distribuição do léxico através do território permite observar uma certa regularidade na divisão geográfica. É o que nos é revelado por alguns mapas do artigo de Lindley Cintra intitulado «Áreas lexicais no território português»[11]. Uma divisão que frequentemente se observa é aquela que opõe os dialectos centro-meridionais, por um lado, aos dialectos setentrionais, por outro, sendo fundamento dessa distinção, normalmente, a oposição entre um vocábulo de origem árabe, no sul, contra um vocábulo de origem latina ou germânica, no norte[12].

Mas, talvez mais frequente do que esta oposição norte/sul, será a oposição entre duas regiões: uma constituída pelo noroeste e o centro atlântico do país, prolongando-se geralmente pela Galiza, e a outra ocupando o sul e leste de Portugal. Não é difícil reconhecer em tal distinção o mapa traçado por

[11] Cintra, 1962, (1983a, pp. 53-94).

[12] Cfr. Cintra, 1962, mapa 3: **soro** e **almece**.

Orlando Ribeiro no seu livro de geografia humana *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*[13]. Trata-se de uma oposição entre aquilo a que O. Ribeiro chama «o norte atlântico», ligado à Galiza, contra as duas outras regiões, o «norte interior» e o «sul mediterrânico», as quais, do ponto de vista lexical, parecem frequentemente fazer bloco, fornecendo inovações à língua por oposição ao conservadorismo do norte atlântico[14].

[13] Ribeiro, 1947, (1986, pp. 144-164).

[14] Cf. Cintra, 1962, mapas 5, 6 e 7.

Terá esta divisão dos dialectos na faixa galego-portuguesa alguma significação histórica? A resposta só pode ser afirmativa. É Lindley Cintra que o afirma:

> A regularidade observada parece depender, em alguns casos, da acção de um mesmo factor histórico: a Reconquista aos mouros do Centro e do Sul do território português, movimento que teria criado o contraste entre uma Galiza e um Portugal do Noroeste (e parte do Oeste) mais conservador, porque de povoamento antigo, e um Portugal do Nordeste, Este e Sul mais inovador, justamente o que foi repovoado em consequência daquele acontecimento histórico.[15]

[15] Cintra, 19[illegible] n. 18.

2.2.3.4 Os dialectos das ilhas atlânticas da Madeira e Açores têm de ser considerados nesta descrição dos dialectos continentais, apesar do relativo absurdo geográfico que isso significa. De facto, todas essas ilhas eram desertas antes de terem sido objecto de um povoamento português, o que torna os seus dialectos um prolongamento dos dialectos continentais e, dentro destes, dos dialectos centro-meridionais. Destacam-se as ilhas da Madeira e de S. Miguel que, cada uma de sua maneira, se afastam do modelo centro-meridional que as outras ilhas seguem. Os seus traços muito característicos, no plano do vocalismo sobretudo, não têm comparação com qualquer outro dialecto do território português.

2.2.3.5 Não ficaria completa esta apresentação das divisões dialectais do português continental europeu, se não fizesse referência à questão dos falares fronteiriços, ou seja, às variedades dialectais portuguesas que são faladas em território espanhol, bem como às variedades dialectais não portuguesas que são faladas em território português. Isto pode dizer-se de outra maneira: a fronteira linguística que separa as zonas de ditongação e não ditongação das vogais breves tónicas latinas E e O, não coincide exactamente com a fronteira política que separa Portugal e Espanha, pelo que existem territórios muito pequenos que são politicamente portugueses, mas que linguisticamente se integram na área linguística do leonês. Situados ao longo da fronteira de Trás-os-Montes, os principais são os falares de Rio-de-Onor, de Guadramil, o mirandês rural em torno de Miranda do Douro e o sendinês. A este conjunto de falares, que têm características próprias muito vincadas, pode dar-se a designação geral de mirandês. Todos eles têm em comum serem variedades dialectais leonesas e, portanto, não integradas na área linguística galego-portuguesa.

Esta situação deve-se à história da região, na Idade Média. O extremo oriental de Trás-os-Montes (incluindo as regiões de Bragança, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta, Vimioso e Miranda) não fazia parte, na organização territorial do Império Romano, do convento jurídico dependente de Braga. Durante a Idade Média não fez parte também do Condado Portucalense, cuja fronteira terminava bastante a Ocidente, correndo de Norte a Sul ao longo dos rios Rabaçal e Tua, embora estivesse integrado nos limites da diocese de Braga a partir do século IX. Esta dependência, no plano da administração religiosa, da diocese de Braga, não impediu, no entanto, que o repovoamento medieval do oriente transmontano tivesse sido feito a partir de Leão. Muitas povoações foram fundadas por possessores leoneses e diversos conventos de Leão fundaram povoados em Trás-os-Montes, como mostra Herculano de Carvalho no artigo «Porque se fala leonês em terras de Miranda?»[16]. Foram os descendentes destes colonos de Leão que conservaram até hoje, nestas regiões, dialectos leoneses.

[16] Carvalho, 1964.

É claro que na actualidade o mirandês tem existência no âmbito familiar, a qual é contrariada fortemente pelo avanço quer do português dialectal, quer do português padrão. Diz-se que na cidade de Miranda só se fala leonês ao sábado de manhã, quando se realiza o mercado local e os camponeses vêm das aldeias vender os seus produtos. Este conjunto de falares foi estudado por Maria José de Moura Santos na sua tese, intitulada *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes* (1967).

Continuando para o Sul, ao longo da fronteira portuguesa, na linha que separa as Beiras da Estremadura espanhola, encontramos, desta vez em território politicamente espanhol, aldeias fronteiriças que conservam variedades dialectais do português. São, de Norte a Sul, as aldeias de Ermisende, Alamedilla, San Martin de Trevejo, Eljas, Valverde del Fresno, Jerez de Alcántara, Cedillo, esta já situada nas margens do rio Tejo. Clarinda de Azevedo Maia estudou alguns destes falares na sua tese *Os falares fronteiriços do Concelho de Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla* (1977).

Ao sul do Tejo, ou seja, na fronteira do Alentejo, encontra-se ainda a região de Olivença, que foi o último território português anexado politicamente pela Espanha e que está estudado por Maria de Fátima Resende Matias, na tese *Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso-espanhola (Concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença)* (1984).

E, mais ao sul, ainda temos a região de Barrancos, que se distingue não por ser um dialecto situado no lado errado da fronteira, mas sim por ser uma vila onde existe um falar fronteiriço, misto de elementos portugueses e espanhóis. Segundo Manuel Alvar, o barranquenho integra-se no dialecto do Baixo Alentejo, com fortes influências espanholas[17]. Foi ele estudado por Leite de Vasconcellos no volume *Filologia Barranquenha* (1955).

[17] Citado por Cintra, 1971, nota 24.

2.3 Guia de leitura da «Nova Proposta» (Cintra)

2.3.1 Como se disse, a nossa classificação dos dialectos portugueses segue a formulação de um capítulo da *Nova Gramática* de Celso Cunha e Lindley Cintra. Essa classificação assenta num trabalho de maior fôlego que é a «Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses»[18] (cuja paginação seguiremos), tendo sido republicado, sem alterações, num volume do mesmo autor intitulado *Estudos de dialectologia portuguesa*.[19]

[18] Cintra, 1971, pp. 81-116.

[19] Cintra, 1983a, pp. 119-63.

Tratando-se de um trabalho fundamental, e de leitura indispensável, forneceremos uma espécie de guia para o estudo da *Nova Proposta*. O coração do artigo encontra-se nas páginas 101-103, onde Lindley Cintra apresenta claramente os traços fonéticos diferenciadores que, em sua opinião, permitem identificar a proveniência regional dos falantes de português. É recomendável estudar estes traços tendo à vista o mapa 1, onde se acham traçadas as isófonas correspondentes a cada um deles. De caminho, convém recordar que «isófona» é termo que serve para designar uma fronteira linguística que separa duas regiões em que comportamentos fonológicos diversos se podem observar. É nesse sentido que a fronteira que separa a área linguística galego-portuguesa das áreas que lhe ficam imediatamente a oriente se pode considerar uma isófona, pois separa uma região onde dois fonemas latinos, ĕ e ŏ (breves, tónicos), são conservados intactos a seu ocidente e, pelo contrário, são objecto de ditongação a seu oriente.

2.3.2 Vamos percorrer os traços fonéticos diferenciadores.

1. O primeiro, a que Lindley Cintra chama, usando uma expressão facilmente reconhecível, porque coloquial, «a troca do **v** pelo **b**», corresponde no mapa a uma região (constituída pelo sul de Trás-os-Montes, as duas Beiras interiores, a Estremadura, o Ribatejo, o Alentejo e o Algarve) onde os fonemas /v/ e /b/ são claramente distinguidos, e que se opõe à região setentrional (constituída pelo Minho, pelo norte de Trás-os-Montes, pelo Douro e pela Beira Litoral) onde esses dois fonemas dificilmente se distinguem, fundindo-se normalmente num único, /b/ oclusivo, com possível articulação espirantizada [β].

2. O segundo traço é aquele que, na exposição sumária que acompanha a *Nova Gramática*, recebia o papel principal, ou seja, o de grande traço diferenciador dos dialectos do Norte contra os dialectos do Centro e Sul: «a pronúncia de **s** como **x** ou como **j**». O traçado da respectiva fronteira já foi descrito algumas páginas atrás. Interessa ler, a respeito deste traçado, a nota 29, que se encontra na página 94, em que Lindley Cintra longa e claramente explica a história das sibilantes, que podemos resumir como se segue:

O latim depositou no galego-português, em todo o território, uma distinção entre as sibilantes provenientes do s latino, consoante que era apenas surda mas que, na evolução posterior do latim falado, se desdobrou numa correspondente sonora, igualmente grafada com s, mas que corresponde ao fonema /z/ quando se encontra em posição intervocálica. Este par, de /ṣ/ surdo e /ẓ/ sonoro, era articulado no português medieval como fricativo ápico-alveolar, possivelmente pouco palatalizado. Por outro lado, no português medieval havia um par de consoantes derivadas de vários sons latinos, mas principalmente do c, pronunciado [k]. Esta consoante, quando seguida de vogal palatal [e] ou [i], transformara-se numa africada palatal [tʃ], que se mantém ainda hoje em italiano, a qual evoluiu para uma africada não palatal [ts], por sua vez desdobrada numa correspondente sonora [dz]. No português medieval, este par [ts]/[dz], que se classifica como de africadas predorsodentais e correspondia às grafias **c** e **z**, com a variante **ç** para as surdas, sofreu um desafricamento (com perda do elemento oclusivo) e fixou-se no par de fricativas predorsodentais /s/ e /z/, fonologicamente distintas de /ṣ/ e /ẓ/. Assim, era muito fácil distinguir pela pronúncia e pela escrita as palavras *servo* (criado) e *coser* (costurar) de *cervo* (veado) e *cozer* (cozinhar). Enquanto as primeiras tinham pronúncia apical, as sibilantes de *cervo* e *cozer* eram predorsais.

Foi nos dialectos do sul de Portugal que teve início uma transformação, durante a Idade Média, conhecida com o nome de **sesseio**[20]. O sesseio consiste na confusão das sibilantes apicais e predorsais, seguida da fusão das apicais nas predorsais, ou, dito de outra maneira, o desaparecimento das apicais, passando as palavras que continham sibilantes apicais a ser produzidas com consoantes predorsodentais. O sesseio generalizou-se no sul de Portugal e foi acolhido no português padrão. Hoje ocupa todo o território até à isófona de que já falámos, que tem início na costa, em Aveiro, e que obliquamente atravessa Portugal até Castelo Branco. Ao norte desta isófona assistimos à conservação da sibilante apical, mas a apical propriamente dita não se conserva do mesmo modo em toda esta vasta região. Enquanto na zona do Minho litoral, na Beira Alta e na parte ocidental de Trás-os-Montes se observa um fenómeno inverso ao do sesseio centro-meridional, ou seja, o desaparecimento das sibilantes predorsais e a sua fusão nas sibilantes apicais, muito frequentes, e que, pode-se dizer, segue a tendência simplificadora (embora ao invés) das regiões do sul. Ao mesmo tempo, verificamos que no norte e nordeste de Trás-os-Montes, talvez a região mais conservadora dentro do sistema dialectal português, a fusão das sibilantes apicais e predorsais não se produz. Conserva-se aí, portanto, o sistema medieval quase intacto, com as suas quatro sibilantes: duas apicais e duas predorsais.

[20] Cf. nota 44 da *Nova Proposta*.

Numa outra região, igualmente interior, mas situada ao sul, na Beira Baixa, conserva-se um sistema de quatro sibilantes, sem apicais. Nesse aspecto, esta região aproxima-se do sul. Aconteceu aqui um reforço do carácter palatal das apicais, que retrocederam no seu ponto de articulação até converter-se em «pseudo-palatais»: /ʃ/ e /ʒ/. Localizado na zona de Fundão e Castelo Branco, não merece este facto linguístico, exclusivo dentro do sistema dialectal português, o tratamento pouco relevante que Lindley Cintra lhe dispensou.

3. O terceiro traço fonético diferenciador, designado por Cintra «pronúncia do **ch** como **tx** ou **tch**», denuncia a permanência do traço mais conservador da fonologia portuguesa, o fonema /tʃ/. A única africada que subsiste no espaço fonológico português ocupa uma região muito semelhante à da conservação das apicais, com a significativa não inclusão de toda a faixa litoral do Minho e do Douro, ou seja, a região entre Viana do Castelo, Braga e Porto, que, como já vimos, conservava a apical, embora não faça o mesmo com a africada /tʃ/, assemelhando-se assim ao comportamento próprio dos dialectos do centro e sul, onde a africada desapareceu e o grupo **ch** corresponde à pronúncia da palatal /ʃ/. Ou seja, a região de permanência da africada é apenas a região interior das montanhas do Alto Minho, de Trás-os--Montes e das duas Beiras interiores.

   Se a coincidência geográfica entre este fenómeno e o das apicais é significativa, a sua história não é paralela. De facto, o que temos no português medieval é uma oposição entre dois fonemas:

   - africada palatal surda **ch**, /tʃ/,
   - fricativa palatal surda **x**, /ʃ/.

   A história da fricativa palatal /ʃ/ é complexa e pouco produtiva em português: quer dizer, é uma consoante proveniente de várias fontes etimológicas do latim, que ocorria em relativamente poucos contextos medievais. Mais geral era a africada /tʃ/, a qual surgiu em galego e em português como evolução privativa de grupos consonânticos iniciais com **l**: **PL** (**pl**uvia), **CL** (**cl**ave), **FL** (**fl**amma). Estes três grupos tiveram em galego-português uma evolução peculiar, que terminou na africada /tʃ/, a qual etimologicamente nada tinha a ver com o seu par sonoro /dʒ/, que foi produzido por vias totalmente diversas.

   Durante toda a Idade Média, e no período clássico, até ao século XVIII, existiu uma perfeita distinção no português entre as pronúncias de palavras com /tʃ/, que soava como africada, e palavras com /ʃ/, de realização fricativa. Foi também no português do sul do país que se desenvolveu a inovação que consistiu no desaparecimento da africada e na pronúncia de /tʃ/ como /ʃ/. Esta inovação relativamente tardia só é datada, no português padrão de Lisboa, em meados do século XVIII.

Daí para cá, progrediu dialectalmente para o norte e, hoje, como vemos, atingiu as regiões mais modernizadas e urbanizadas do Minho, que são as do litoral.

4. O quarto traço é o da pronúncia do ditongo **ou**, no norte realizado como **ou** ou como **âu**. Esta pronúncia mais conservadora encontra-se numa região que corresponde ao Minho, a Trás-os-Montes e ao Douro litoral, mas pode dizer-se que, da região de Trás-os-Montes e do Douro interior para sul, o ditongo **ou** não é conservado e sofreu uma monotongação, a qual é característica do padrão. Só nalgumas ilhotas na região de Leiria, pode registar-se ainda a permanência do ditongo **ou**, como um facto exclusivo e isolado.

   Em relação aos traços que vimos até agora, pode observar-se que todos eles têm algo em comum. Nenhum deles se encontra representado no português padrão, o qual adopta sempre a solução inovadora, característica dos dialectos do Sul. Pode dizer-se que em relação a estes quatro pontos não há qualquer distinção entre o português padrão e os dialectos centro-meridionais. O mesmo não acontece em relação ao quinto traço.

5. É aquele que distingue a conservação e a monotongação do ditongo **ei**. Este ditongo é conservado numa região relativamente ampla, constituída pelo Minho, por Trás-os-Montes, pela Beira Litoral e pela Beira Alta, e por grande parte da Estremadura, sobrevivendo quase até à zona ao norte de Lisboa. Poderia dizer-se, até, que toda a região ao norte do Tejo conserva o ditongo **ei**, sendo a sua monotongação para [e] apenas característica dos dialectos do Sul. Não é, portanto, um dos traços mais sólidos na diferenciação entre os dialectos setentrionais e meridionais do país, na medida em que os dialectos centrais conservam o dito ditongo. Mas este traço é sobretudo importante porque, sendo característico dos dialectos do sul, é o mais significativo para a diferenciação entre um falante do padrão e um outro destas áreas meridionais. De facto, o padrão de Lisboa, tendo acompanhado os dialectos do sul na monotongação de **ou**, não fez o mesmo na monotongação de **ei**, preferindo-lhe a sua conservação como ditongo diferenciado.

2.3.3 Uma vez examinados os traços fonéticos diferenciadores que constituem o centro da *Nova Proposta*, passaremos à segunda parte deste artigo, a qual é dedicada à compartimentação interna das regiões dialectais. Assim, a partir da página 104, Lindley Cintra propõe aquelas que entende serem as fronteiras que separam os grandes grupos dialectais: o grupo galego do grupo setentrional e este do centro-meridional, matéria de que já tivemos ocasião de falar. Em seguida, centra-se em cada um destes grupos e propõe um certo número de compartimentações dialectais internas. É o que se passa da

página 108 até ao fim do artigo. Para tal recorre a traços fonéticos que não fazem parte daquele elenco que vimos até agora, mas que são privativos de uma região e podem não ter, portanto, representação em outras regiões. É importante ler esta parte do artigo, na medida em que as informações aí fornecidas não são discutidas em outro local do curso.

Notaria, apenas, no que respeita ao parágrafo dedicado ao grupo do galego[21], o seguinte: Lindley Cintra distingue dois grupos de dialectos galegos separados por uma linha que corre de Norte a Sul, atravessando a Galiza aproximadamente ao centro, constituindo-se assim dois grupos, um ocidental ou atlântico e outro oriental ou interior. Esta divisão baseia-se nos trabalhos de A. Zamora Vicente, sobretudo na sua *Dialectología española*, de 1963. Podemos hoje, no entanto, actualizar estas afirmações, devido aos consideráveis avanços que os estudos de dialectologia galega têm conhecido nos últimos anos, e que apontam para a existência de uma zona dialectal intermédia, por vezes muito extensa, que separa o galego interior do atlântico, e que compartilha de alguns traços dos dois, sem confundir-se com nenhum deles.

[21] Cf. pp. 108-109.

2.3.4 É agora altura de regressar às páginas iniciais do artigo. Pode dizer-se que nestas páginas[22], se encontra uma pequena história da dialectologia portuguesa desde o seu começo (nas palavras do próprio autor): «desde 1893, ano em que o fundador da dialectologia científica em Portugal apresentou pela primeira vez o seu mapa dialectológico do português continental», até 1970, ou seja, o ano da formulação da *Nova Proposta*. Lindley Cintra recorda os principais trabalhos de síntese realizados em dialectologia portuguesa, e que resultaram em propostas globais de classificação dos dialectos, fazendo críticas tendentes a justificar, pelas deficiências daquelas outras propostas, a sua própria. As propostas anteriores são por esta ordem cronológica classificadas:

[22] Cf. pp. 81-99.

a) o mapa dialectológico de Leite de Vasconcellos, publicado pela primeira vez em 1883;

b) a classificação dos dialectos, não acompanhada de mapa, feita por Leite de Vasconcellos na *Esquisse* (1901);

c) a terceira proposta do mesmo autor, datada de 1929, publicada nos *Opúsculos*, vol. IV;

d) o *Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental* de Manuel de Paiva Bóleo e Maria Helena Santos Silva, apresentado em 1961;

e) e o capítulo dedicado à dialectologia portuguesa na *Gramática Portuguesa* de Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz.

É muito importante ver com atenção as críticas que Lindley Cintra formula a cada uma destas propostas, sobretudo pelas questões de método de trabalho que surgem em bastantes momentos da discussão. Em todo o caso, há que

fazer uma ressalva no que toca à *Gramática Portuguesa*, de Vázquez Cuesta e Mendes da Luz. As críticas de Cintra dirigiam-se à 2.ª edição desta gramática, que tinha sido publicada em 1961; mas, tendo sido por ele comunicadas à primeira das autoras, foram tidas em conta, estando na origem das consideráveis alterações que ela introduziu na 3.ª edição (Madrid, 1971), traduzida para português. Quem hoje estudar a *Gramática Portuguesa* não encontrará nela razão para a maior parte das observações que Lindley Cintra faz na *Nova Proposta*, que foi publicada pouco tempo antes dessa 3.ª edição de que já falámos.

Quadro I

Traços fonéticos diferenciadores

Dialectos	Galego	Setent.	Centro-merid.	Insulares
b ≠ v	-	-	+	+
s̻	+	+	-	-
t ʃ ≠ ʃ	+	+	-	-
ou ≠ o	+	+	-	-
ei ≠ e	+	+	-	-
z > s ʒ > ʃ	+	-	-	-
vog. átonas abertas	+	-	-	-

2.4 A questão do galego

2.4.1 Como dissémos, a situação actual do galego constitui um dos problemas pendentes, quanto à extensão geográfica do espaço ocupado pela língua portuguesa. Aliás, o problema do galego parece reduzir-se exactamente a isso: pertence ele, ou não pertence, ao sistema linguístico português? Como veremos adiante, o problema não é apenas este, mas é assim que normalmente surge colocado.

Tomemos uma perspectiva histórica. É ponto assente que a origem do galego e do português foi comum: o latim vulgar falado no extremo noroeste da Península Ibérica evoluiu para um conjunto de dialectos que compartilharam traços linguísticos individualizadores e que evoluíram posteriormente para os dialectos da Galiza e do norte de Portugal. Estes dialectos servem de base à língua literária dos cancioneiros trovadorescos (sécs. XIII-XIV). Na expressão do Colectivo Seitura:[23]

[23] *Colectivo Seitura*, 1985, pp. 17-22.

> Na época medieval hai unha forte unidade linguística no tronco galego-portugués, especialmente na lingua literaria, pero ó final deste período xa empezan a observarse lixeiras diferencias entre as falas de alén e de aquén Miño.

Estas diferenças manifestam-se mais nas obras em prosa escritas do séc. XIV em diante. A linguagem das narrativas historiográficas e hagiográficas produzidas na Galiza (a tradução galega da *Primeira Crónica Geral de Espanha* e da *Crónica de Castela*, de fins do séc. XIII-começos do XIV; o *Tratado de Alveitaria*, os *Milagres de Santiago*, a *Crónica Troiana*, a *Geral História*, da segunda metade do séc. XIV; a *Crónica de Santa Maria de Iria*, do séc. XV) começa a poder distinguir-se da literatura entretanto produzida em Portugal, tanto quanto à estrutura gramatical, como quanto à grafia.

Com isto concordam, pelo menos em parte, os autores do Colectivo Seitura, que seguimos. Por um lado, pensam que «na Idade Media hai enorme semellanza entre galego e portugués, ata o punto de que podemos falar dunha única lingua: a galego-portuguesa». Mas não deixam por isso de reconhecer dois pontos importantes:

> En primeiro lugar, que a lingua literaria común da época medieval é unha lingua convencional, que nom sempre reflexa fielmente a realidade da fala; en segundo lugar, [que] a partir do século XIV xa se enpezan a advertir diferencias entre os textos escritos ó norte e ó sur do Miño, diferencias que co paso do tempo irán facéndose máis acusadas ata dar orixe ás dúas linguas de hoxe.

No plano político, o fim da Idade Média significa para a Galiza a perda de todo o poder autónomo e uma subordinação crescente ao poder central, assumido pela coroa de Castela. No plano linguístico:

> A penetración do castelán iniciada por Fernando III no século XIII vaise acentuar no XIV trala loita pola coroa de Castela entre Pedro I e Enrique II. Ó vencer este último, veñen a Galicia os Sarmiento, os Estúñiga e tantas outras casas de nobreza castelá a ocupa-lo lugar da nobreza galega derrotada, que tomara partido polo vencido Pedro I. É o inicio da colonización cultural de Galicia, que se vai consumar plenamente no reinado dos Reis Católicos (séc. XV), cando os postos chave da administración e da Igrexa galega pasen a ser ocupados por xente de fóra que utiliza exclusivamente o castelán.
>
> A partir da época renascentista, mentres outras linguas románicas se ven fortalecidas e estandarizadas como linguas dun estado, o galego perde toda relación coa cultura escrita e vai quedando relegado ó uso oral, nos ámbitos rural e familiar.

Embora a grande maioria da população galega continuasse a usar o galego na sua vida quotidiana, era obrigada a usar o castelhano nas suas relações com o poder económico, político, religioso e cultural. Por isso, as influências castelhanas fizeram-se sentir cada vez mais na língua falada. Como língua literária, o galego desapareceu praticamente, a ponto de ser necessário, durante o século XVIII, defender o surpreendente ponto de vista de que o galego não era um dialecto do castelhano, mas tivera origem autónoma e, pelo menos à partida,

equivalente à do castelhano. É o que fazem eruditos como o Padre Feijoo e Frei Martín Sarmiento, que publicam dicionários e estudos linguísticos do galego, muito modernos para a época, tais como o *Onomástico etimológico de la lengua gallega*, a *Colección de voces y frases gallegas* ou *Sobre el origen de la lengua gallega*. Mas, sinal dos tempos, tais trabalhos foram todos escritos em castelhano ...

No século XIX, surgem dois movimentos contrários. Por um lado, o governo central de Espanha toma medidas autoritárias para forçar a uniformidade linguística do estado, impondo o castelhano como única língua oficial e proibindo o uso, na escola, das «falas minoritárias», referência explícita ao galego e também ao catalão e ao basco. Esta proibição viria a ser repetida durante os regimes de Primo de Rivera e de Franco.

Por outro lado, e em reacção a estas medidas, desenvolvem-se durante o século XIX movimentos políticos de galeguistas e, no plano literário, o chamado **Rexurdimento**, que se traduz na publicação de obras, sobretudo poéticas, em galego: os *Cantares gallegos* e as *Follas novas*, de Rosalía de Castro, destacam-se do conjunto.

O galego que os escritores passaram a usar então nada tinha a ver com a língua literária da Idade Média, nem com o português, que naturalmente seguira caminhos próprios e divergentes. Cada escritor reflectia, nos seus textos, o dialecto a que pertencia: Rosalía de Castro empregava o dialecto de Padrón, perto de Compostela, onde vivia, enquanto Francisco Mirás, autor da primeira gramática do galego (1864), descrevia o dialecto de Compostela. Adivinhava-se assim a necessidade futura de promover uma normativa literária, que ainda hoje se não pode dar como atingida.

2.4.2 Pode dizer-se que o objectivo comum de todos os escritores galeguistas era — e continua ainda a ser — o de afirmar e aumentar a distância entre o galego e o castelhano. Para tal, duas correntes se começaram a definir durante o século XX e ocupam hoje totalmente o terreno do debate (já que a uma terceira corrente, a dos galegos que preferem uma cada vez maior integração em Espanha, estas questões são alheias). Uma é a dos chamados **reintegracionistas**, que reivindicam o passado galego-português como meta a recuperar, advogando uma maior aproximação cultural e linguística do galego ao português e adoptando na língua literária as soluções portuguesas, em substituição das castelhanas. A outra corrente, a que por vezes se chama **galeguista**, defende a crescente autonomização da língua literária, com rejeição tanto de castelhanismos como de lusismos, o que pode manifestar-se na criação de neologismos hiper-galeguistas.

É no terreno da ortografia que o embate entre as duas correntes mais frequentemente se verifica: a reintegracionista defende, naturalmente, a adopção pelos galegos da ortografia oficial portuguesa, sendo hoje (1991) o único

grupo de opinião que defende incondicionalmente a ortografia acordada em 1986 pelas academias portuguesa e brasileira, a qual, não tendo obtido aceitação geral, nem qualificada, se acha em instâncias de revisão. Do mesmo modo, os reintegracionistas não aceitam a ortografia oficial galega, que emana de propostas autonomistas da Real Academia Galega e do Instituto da Língua Galega.

Os reintegracionistas propõem igualmente a adopção de aspectos da morfologia portuguesa, mas insistem em que não pode haver concessões no plano fonético, pelo que a lusitanização ortográfica e morfológica deve ter o cuidado de não criar situações em que as realizações fonéticas deixem de ser galegas. Como diz Antón Santamarina, pretende-se apenas «unha adecuación parcial da ortografía e da morfoloxía de maneira que se permita manter unha pronunciación galega sen demasiada arbitrariedade gráfica»[24].

[24] Santamarina, 1986.

Na prática, aos olhos de um leitor português, os resultados da aplicação de uma ortografia não são tão claramente distintos que justifiquem o vigor do debate gerado à sua volta. Divergem as terminações nasais (normalización/ /normalizaçom), a representação das palatais (morfolóxico/morfológico, mollado/melhor, xuño/sonhar), o artigo indefinido (unha/umha), a articulação de verbo com o pronome átono posposto (adoptounas/di-o a razom e confirma-o a experiência), a articulação do verbo com o artigo definido seguinte, característica da escrita galeguista (salval-o galego, xuntal-o galego có português). Para amostra, reproduzo dois textos escritos um pelo autonomista Francisco Fernández Rei e outro pelo lusitanista Ricardo Carvalho Calero; se abstrairmos das diferenças sintácticas e lexicais, que relevam em boa parte do estilo individual e das respectivas inserções de grupo social e regional, talvez se possa concluir que o que aproxima linguisticamente os dois textos é muito mais evidente que aquilo que os distingue.

- Fernández Rei (ortografía oficial, autonomista).

  Para quen estea sensibilizado pola normalización da lingua galega, é algo evidente que o principal problema non é hoxe o da estandarización, xa que o galego común é unha realidade, a pesar de discrepancias puntuais de tipo gráfico e morfolóxico especialmente. Nos dez últimos anos a lingua galega deu un importantísimo salto cualitativo ó ser utilizada en ámbitos nos que sempre estivo proscrita. Desde xuño de 1983 disponse dunha Lei de Normalización Lingüística aprobada polo Parlamento Autónomo, que nuns casos é «papel mollado» e noutros só timidamente se está a aplicar. Fai falta unha política lingüística (hoxe inexistente) por parte do Governo Autonómico que permita que o galego — lingua propia de Galicia — sexa plenamente normal para os seus usuarios. Parece necesaria e urxente unha vontade política seria de recuperación do galego, co fin de evitar que o principal sinal de identidade deste Finisterre da Romania sexa fagocitado polo español, porque todo glotocidio, como moi ben di o sociolingüista Muljačić, 'est un acte de lèse-humanité'.[25]

[25] Fernández Rei, 1988, p. 107.

- Carvalho Calero (ortografia lusitanizante).

> Este enfoque considera essencial a implantaçom social do idioma, e acidental o problema da sua regulaçom técnica. Chama normalizaçom aquilo, e normativizaçom isto. Crê que hoje é aquel o problema posto, e que, resolta a normalizaçom, a normativizaçom fará-se de seu no momento oportuno. Mal podemos atingir umha norma ajeitada para estandardizar a nossa fala, se nom conseguimos antes que realmente essa fala seja a nossa. Expomo-nos a sonhar na utopia de regular a vida de um morto, porque mentres discutimos o regime a que deve sujeitar a sua conduta, a sua existência vai-se-nos das mans. O importante é, pois, nom se temos de escrever geral com **g** ou **x**, e se temos de conjugar o verbo **vivo** de acordo coa segunda ou a terceira conjugaçom; o importante é que a sociedade galega fale e escreva galego a todos os niveis. Logo já se resolverá o problema da normativizaçom.[26]

[26] Carvalho Calero, 1986, pp. 253-4.

Feito este confronto, estamos preparados para concordar com Carvalho Calero, quando nos diz que é «acidental» o problema da normalização, ou seja, da imposição de uma norma ortográfica. Acidental é também, podemos acrescentar, o problema da pertença ou alheamento do galego em relação ao território linguístico do português. São duas facetas do mesmo problema, cuja solução se encontra em outro plano. A questão do galego não é ortográfica, nem gramatical, nem histórica, é uma questão sociolinguística.

2.4.3 Diz a este respeito Fernández Rei:

> Na actualidade, desde o punto de vista estrictamente lingüístico, ás dúas marxes do Miño fálase o mesmo idioma, pois os dialectos miñotos e trasmontanos son unha continuación dos falares galegos, cos que comparten trazos comúns que os diferencian dos do centro e sur de Portugal; pero no plano da lingua común, e desde unha perspectiva sociolingüística, hai no actual occidente peninsular dúas linguas modernas, con diferencias fonéticas, morfosintácticas e léxicas, que poden non impedi-la intercomprensión ó existir un bilingüismo inherente entre o galego e o portugués, semellante ó existente entre o catalán e o occitano, o danés e o noruegués, o eslovaco e o checo, o feroés e o islandés.[27]

[27] Fernández Rei, 1990, pp. 17-18.

Será ou não possível desenvolver, no meio das forças contraditórias que se jogam hoje na sociedade galega, o uso de uma norma que espelhe de modo consensual a realidade falada, apesar de tão diversificada dialectalmente? O número de condicionantes desta pergunta basta para evidenciar a dificuldade de uma resposta afirmativa.

Forças contraditórias? De um lado, o poder centralizador do castelhano, que hoje é muito mais poderoso que nos séculos anteriores, devido aos meios de comunicação de massa; de outro, as aspirações autonomistas no plano da língua, hoje reconhecidas pela Constituição do estado espanhol, mas que teriam sido impensáveis há vinte anos, sob o regime franquista. A possibilidade de afirmar a diferença do galego, por ser recente, tem-se dispersado em

direcções não coordenadas. E não está assegurada a possibilidade de, no fim, impor essa diferença em relação ao castelhano. Há um século, quando os primeiros escritores recriavam um galego literário, o galego era a língua falada geralmente nos campos e em muitos estratos da população urbana. Hoje, em muitas famílias galegas, os filhos falam castelhano e são nisso apoiados pelos pais. Esta é a situação sociolinguisticamente mais perigosa para o futuro do galego como língua autónoma. Tem razão Carvalho Calero quando diz, no texto já citado:

> Hai que ganhar ou recuperar para o uso normal do galego aqueles sectores sociais que hoje tenhem como língua normal o castelhano.

Mas, será isso possível?

2.5 Dialectologia histórica portuguesa

2.5.1 A pergunta que se pode pôr, depois de termos examinado, como estamos a fazer, o estado actual dos dialectos portugueses e a sua distribuição no terreno, é a seguinte: como seria o mapa dos antigos dialectos de Portugal? Podemos oferecer duas respostas.

A resposta longa será, afinal, constituída pelos capítulos seguintes deste curso, ao longo dos quais iremos examinar como os dialectos falados por todos os portugueses se foram desenvolvendo a partir de variedades do latim vulgar. Mas uma resposta breve pode ser desde já avançada.

2.5.2 Os dialectos antigos portugueses ordenavam-se segundo um mapa que não seria muito diferente daquele que agora observamos. O contraste entre um norte conservador e um centro-sul onde a maioria das inovações linguísticas surge, e de onde avança em direcção ao norte, é um contraste que já podíamos observar no século XVI.

2.5.2.1 Na verdade, no momento em que um português escreveu pela primeira vez acerca da sua língua, ele registou imediatamente manifestações desse contraste; trata-se da *Gramática da Linguagem Portuguesa*, escrita por Fernão de Oliveira e publicada em Lisboa em 1536. Fernão de Oliveira sentia com muita clareza que os aldeãos do norte de Portugal, ou mesmo das Beiras, conservavam nos seus falares formas que na capital, na Corte, pareciam atrasadas e desagradáveis:

> ... porque muitas vezes alghũas dições *que* ha pouco são passadas são ja agora muito avorreçidas: como abem, ajuso, acujuso, a suso, e hoganno, algorrem, e outras muitas: e porẽ se estas e quaesquer outras semelhantes as meteremos em mão dhũ homẽ velho da Beyra ou aldeão não lhe pareçerão mal.[28]

[28] Fernão de Oliveira, 1536, D1ᵛ.

Não são apenas arcaísmos lexicais que, para Fernão de Oliveira, caracterizam os dialectos do norte; também formas arcaicas da morfologia são características setentrionais. É o que se passa, por exemplo, com a conservação em Entre Douro e Minho da antiga terminação nasal em **-ã**, que no sul do país, já no começo do século anterior, tinha evoluído para o ditongo **-ão**:

> ... e outro tanto podemos afirmar dos *que* fazẽ o plural em *ães* como *pães, cães*, dos *quaes* antigamẽte era o seu singular *pã, cã*, cujo testemunho aind'agora da Antredouraminho.[29]

[29] Fernão de Oliveira, 1536, E2v.

Fernão de Oliveira era um linguista dotado de uma capacidade de observação muito moderna. Era sensível não só às variações dialectais, mas às variações sociolinguísticas. Vê-se no passo seguinte como ele reconhecia as distinções entre as normas dos velhos e dos mancebos, dos naturais de uma província ou de outra, e entre os membros da classe social alta e os membros das classes de mercadores ou de trabalhadores:

> ... e porẽ de todas ellas ou são geraes a todos, como De*os*, pão, vinho, ceo e terra, ou são particulares; e esta particularidade ou se faz ãtre offiçios e tratos, como os cavaleiros *que* tẽ hũs vocabolos e os lavradores outros, e os cortesãos outros, e os religiosos outros, e os mecanicos outros, e os mercadores outros, ou tãbẽ se faz ẽ terras esta particularidade, porque os da Beira tem hũas falas e os d'Alentejo outras; e os homẽs da Estremadura são diferentes dos d'antre Douro e Minho, porq*ue* assi como os tẽpos assi tãbẽ as terras crião diversas cõdições e cõçeitos: e o velho, como tẽ o entender mais firme cõ o q*ue* mais sabe, tambẽ suas falas são de peso e as do mançebo mays leves.[30]

[30] Fernão de Oliveira, 1536, D2v.

Este sentimento de variação regional e social não era privativo de Fernão de Oliveira, mas fazia parte da língua que o homem do século XVI necessariamente tinha, e que no essencial não era diferente da nossa. Isto fica magnificamente exemplificado no passo que em seguida é transcrito, e que reclama uma explicação prévia. Fernão de Oliveira declara que estava em curso na época uma oscilação na pronúncia e na grafia da 1.ª pessoa do singular do presente do indicativo de *ser*, a que ele chama o «verbo substantivo». Ficamos a saber, pelo seu testemunho, que então existia ainda a mais antiga forma portuguesa (*som*), a par da forma ditongada que se lhe seguiu (*são*), e a par ainda de duas outras formas, desnasaladas: a forma *sou*, fruto de uma analogia entre *estar* e *ser* (*estou/sou*), que veio substituir na flexão moderna deste verbo as formas nasaladas antigas, e ainda a forma monotongada e dela derivada, *so* (com *o* fechado).

lat. SŬM > p. ant. *som*

som > p. méd. *são*

(*estou* ⟷) *som* > p. cl. *sou*

sou [sow] > p. cl., mod. *só* [so]

Ficamos também a saber, por Fernão de Oliveira, que havia partilha de opiniões quanto a esta situação, que devia ser muito complexa. Fernão de

Oliveira era favorável à mais moderna destas quatro pronúncias, *sô*, com *o* monotongado, ou seja, aquela que é típica de todo o sul de Portugal e do português padrão. Mas o outro grande gramático deste tempo, João de Barros, era favorável à mais antiga das quatro pronúncias (*som*), arguindo que a grafia correspondente a esta pronúncia, <som>, era a que mais de perto se relacionava com a forma do plural: *som* > *somos*. João de Barros introduzia, assim, no debate um curioso argumento de motivação gráfica ou visual, que só seria reconhecível por pessoas alfabetizadas, ou seja, a minoria culta do tempo.

Mas, ainda mais interessante do que este debate entre os dois grandes gramáticos da época, vem a seguir a revelação de que Fernão de Oliveira, tal como muito português, ainda hoje, adaptou o seu dialecto materno ao padrão: tendo nascido na Beira, onde aprendeu a pronúncia arcaica *som*, viu-se forçado, ao mudar-se para Évora na juventude, a adoptar a forma monotongada e analógica própria do sul, a fim de evitar a zombaria dos seus colegas. Veja-se agora na totalidade o passo:

> ... e mais o verbo sustãtivo, o qual hũs pronũciã em *om* como *som*; e outros em *ou* como *sou*; e outros em *ão* como *são*; e tãbẽ outros que eu mais favoreço em *o* pequeno como *so*. No parecer da premeira pronũçiação cõ *o* e *m*, que diz *som*, he o mui nobre Johã de Barros e a rezão que da por si é esta: que de *som* mais perto vẽ a formaçã do seu plural o qual diz *somos*. Com tudo sendo eu moço pequeno fui criado em São Domingos d'Evora onde fazião zõbaria de mỹ os da terra porque o eu assi pronũciava segũdo que o aprendera na Beira.[31]

[31] Fernão de Oliveira, 1536, E4.

2.5.2.2 Este comportamento modernizador de Fernão de Oliveira contrastava, como já vimos, com o de João de Barros, o autor da *Gramática Portuguesa*, publicada em Lisboa em 1540, o qual, pelas suas próprias palavras, se afirmava admirador das formas antigas, que ele tinha de ir procurar, já no seu tempo, ao norte:

> A my muito me contentam os termos que se confórmam com o latim, dádo que sejam antigos: ca destes nos devemos muito prezár, quãdo nam achármos serem tam corrutos, que este labeo lhe fáça perder sua autoridáde. Nã sómẽte os que achamos per escrituras antigas, mas muitos que se usam antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa: os quaáes alguũs indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde náçẽ.[32]

[32] João de Barros, 1540, f. 56'.

2.5.2.3 Duarte Nunes do Leão, na sua *Ortografia da Linguagem Portuguesa*, publicada em Lisboa em 1576, faz algumas observações de carácter fonético muito interessantes. Assim, revela-nos que no norte de Portugal e na Galiza a confusão entre **b** e **v** imperava no seu tempo[33]:

> O que muito mais se vee nos Gallegos, e em algũs Portugueses d'entre Douro e Minho, que por *vós*, e *vósso*, dizem *bos*, e *bosso*, e por *vida*, dizẽ *bida*. E quasi

[33] Duarte Nunes, 1576, f. 4'.

todos os nomes, em que ha *v* cõsoante mudão em *b*. E como se o fizessẽ aas vessas, os *que* nos pronunciamos per *b* pronuncião elles per *v*.

Do mesmo modo Duarte Nunes do Leão confirma a impressão de Fernão de Oliveira quanto à manutenção no norte de Portugal da terminação nasal arcaica em **-am**. E, finalmente, denuncia também a existência de confusão na grafia das sibilantes, o que é sinal de estar em curso no português meridional e padrão o sesseio, que se traduzia na passagem das pronúncias apicais para pronúncias predorsodentais:

> Que tenhamos grande têto nos vocabulos, em *que* entra *c, s,* e *z*. Por*que* a mais da gente, e não soo a vulgar, se engana na scriptura, confundindo estas letras, e poendo hũas por outras, sem distinção, sendo ellas differentes, e distantes na pronunciação, e natureza, assi como o são na figura.[34]

[34] Duarte Nunes, 1576, f. 58'.

Nos passos anteriores podemos notar que Duarte Nunes do Leão é sensível à existência do galego como variante muito próxima do português do norte, o que o leva à reflexão seguinte, publicada noutra obra sua, *Origem da Língua Portuguesa*, que só saiu em Lisboa em 1606:

> ... e das de Galliza e Portugal, as quaes ambas erão antigamente quasi hũa mesma, nas palavras, e nos diphtongos, e pronunciação que as outras partes de Hespanha não tem. Da qual lingoa Gallega a Portuguesa se aventajou tanto, quãto na copia e na elegãcia della vemos. O que se causou por em Portugal haver Reis, e corte, que he a officina onde os vocabulos se forjão, e pulem, e donde manão pera os outros homẽs, o que nunqua houve em Galliza.[35]

[35] Duarte Nunes, 1606, p. 32.

Todas as referências que vimos até agora, se descontarmos o facto de apresentarem como estando em curso certos fenómenos fonéticos, que hoje se encontram completamente terminados e regularizados, correspondem, ao final, a uma distribuição dialectal que não mudou do século XVII até nós: um norte conservador e próximo do galego, contra um sul onde se encontra a capital e que é pátria de inovações.

2.5.2.4 Avançando um pouco no tempo, chegamos até Jerónimo Contador de Argote, reputado o primeiro dialectólogo português, que nas suas *Regras da Língua Portugueza*, de 1725, publica um saboroso diálogo didáctico que aqui é reproduzido na íntegra:[36]

[36] Argote, 1725, pp. 291-301.

Mestre Que quer dizer Dialecto?
Discipulo Quer dizer modo de fallar.
M. Que cousa he Dialecto?
D. He o modo diverso de fallar a mesma lingua.
M. Dizey exemplo.
D. O modo, com que se falla a lingua Portugueza nas terras v. g. da Beyra, he diverso do com que se falla a mesma lingua Portugueza em Lisboa porque em huma parte se usa de humas palavras, e pronuncia, e em outra

parte se usa de outras palavras, e outra pronuncia, não em todas as palavras, mas em algumas. Esta diversidade pois de fallar, que observa a gente da mesma lingua, he que se chama Dialecto.

M. E quantas castas ha de Dialectos?

D. Muytas, mas as principaes são tres.

M. Qu*aes* são?

D. Dialectos locaes, e Dialectos de tempo, e Dialectos de profissão.

M. Que cousa he Dialecto local?

D. Dialecto local he a differença, com que se falla a mesma lingua em diversas terras da mesma nação.

M. Dizey exemplo.

D. A diversidade, com que se falla a lingua Portugueza nas terras da Beyra, e da Estremadura, he Dialecto local.

M. E quantos Dialectos locaes tem a lingua Portugueza?

D. Muytos, mas os principaes são cinco.

M. Quaes são?

D. O Dialecto da Provincia da Estremadura, o da Provincia de Entre Douro, e Minho, o da Beyra, o do Algarve, e o de Tras os Montes.

M. E que cousa he o Dialecto da Provincia da Estremadura?

D. He a pronuncia, palavras, e modo de fallar a lingua Portugueza usado nas terras da Provincia da Estremadura.

M. E que cousa he o Dialecto da Provincia de Entre Douro, e Minho?

D. He a pronuncia, palavras, e modo de fallar a lingua Portugueza usado nas terras da Provincia do Minho, o mesmo se deve de dizer competentemente dos demais.

M. E em que differe o Dialecto de Entre Douro, e Minho do da Estremadura?

D. Differe na pronuncia, porque a letra *V*, consoante pronuncião como *B*, ao *Vinho* dizem *Binho*; a letra *B*, pronuncião como *V* consoante, ao *Vento* dizem *Bento*. As letras *ão* pronuncião *om*, ao *Não* dizem *Nom*, ao *Pão Pom*. Differe nas palavras, porque à *Viração* chamão *Maré*, à *Alameda* chamão *Devesa*. Differem no modo de fallar, porque fazem a alguns nomes masculinos femininos, e aos femininos masculinos, *O fim* dizem *Afim*. *A febre* dizem *O febre*, e também mudão em alguns Verbos as terminaçoens das pessoas, *Eu estive* dizem *Eu esteve*. *Eu fiz* dizem *Eu fez*.

M. E em que differe o Dialecto da Beyra do da Estremadura?

D. Differe na pronuncia, porque ao ditongo *Ou* sempre pronuncião *Oy*, a *Ouvir* dizem *Oyvir*, a *Couves* dizem *Coyves*. Esta pronuncia se reteve no Dialecto da Estremadura em muytas palavras, porque ao *Couro* dizemos *Coyro*, ao *Mouro Moyro*, ao *Touro Toyro*, etc.

Differe outro sim o Dialecto da Beyra do da Estremadura, porque às palavras, que começão por *A*, accrecentão muytas vezes a letra *I*, *Agoa* dizem *Aiagoa*. *A alma* dizem *Aialma*. Differem nas palavras, porque aos *Canteyros* de flores, ou hortaliça chamão *Leyras*, aos *Vagados Oyras*, aos *Rapazes Cachopos*, às *Raparigas Cachopas*.

M. Em que differe o Dialecto de Tras os Montes do da Estremadura?

D. Differe na pronuncia, e nas palavras, que condizem muito com as da Beyra, e Entre Douro, e Minho.

M. E em que differe o Dialecto do Algarve do da Estremadura?

D. Differe na pronuncia, porque ao *E*, fechado pronuncião como *I*, assim como *Pedaço* dizem *Pidaço*, e ao *I* pronuncião como *E* fechado, assim

como *Dizer* pronuncião *Dezer*, e em outras cousas. *Meu* dizem *Mey*, *Seis horas* dizem *seis joras*.

M. E porque não pondes o Dialecto da Provincia de Alentejo entre os demais?

D. Porque differe pouco do da Estremadura, ao *Concertar* chama *Amanhar*, aos *Casaes* chama *Montes*, etc. e dizem tem alguns defeytos da pronuncia do Algarve.

M. E ha mais alguns Dialectos locaes?

D. Ha alguns de alguns lugares de Tras os Montes, e Minho nas rayas de Portugal, que são muyto barbaros, e quasi que se não pòdem chamar Portuguez, mas só os usa a gente rustica daquelles lugares.

M. E que cousa he Dialecto de tempo?

D. He a differẽça do fallar da mesma lingua em diversos tempos.

M. E quantos Dialectos de tempo ha na lingua Portugueza?

D. Podemos dizer que tres.

M. Quaes são?

D. Antiquissimo, e he o que se usou atè o tempo de El Rey Dom Diniz o Sexto de Portugal. Antigo, e he o que se usou quasi atè a perda de El Rey D. Sebastião, e Moderno, e he o que actualmente se usa da perdá de El Rey D. Sebastião para cà.

M. E em que differe o Dialecto antigo, e antiquissimo do moderno?

D. Em muytas cousas, principalmente o antiquissimo, o que se vè nos livros, e doaçoens antiguas. Baste saber que tinhão muyta parte do Dialecto actual do Minho, Beyra, e Tras os Montes.

M. E esses Dialectos he necessario sabellos?

D. Para as pessoas curiosas, e doutas he necessario saber muyta parte delles, mas isso aprende-se com mais vagar.

M. E que cousa he Dialecto de profissão?

D. He a differença de fallar a mesma lingua, de *que* usão os que exercitão diversa profissão de fallar.

M. Dizey exemplo.

D. Quem falla, ou escreve hum successo em verso, conta-o com muyta differença, do que quẽ o conta em prosa, e a esta differença chamo Dialecto de profissão sem entrar na disputa se esta divisão he propria, ou impropria. [...]

M. Ha mais algũ Dialecto, de que trateis?

D. Ha hum modo de fallar a lingua Portugueza mao, e viciado, ao qual podemos chamar Dialecto rustico, e delle usa a gente ignorante, rustica, e incivil, e della he necessario desviar aos meninos bem criados.

M. E em que differe esse mao Dialecto do Dialecto verdadeyro?

D. Differe na pronuncia, nas palavras, e no modo de fallar a lingua Portugueza.

M. Dizey exemplos.

D. Para dizerem os rusticos *Por certo*, dizem *Bofé*. Aos *Tostoens* dizem *Tostaens*, aos *Grãos Grães*, etc. A letra *Z* muytas vezes pronuncião como *G*, ao *Vizitar* dizem *Vigitar*, à *Vizita Vigita*. *Eu fizera* dizem *Eu figera*, *Eu trouxe* dizem *Eu trouve*, a *Ouvido* dizem *Ouvisto*, *Atreverse* dizem *Estreverse*, *Flores* dizem *Froles*, etc.

M. Ha mais algum Dialecto?

D. Ha os Dialectos ultramarinos, e conquistas de Portugal, como India, Brasil, etc. os quaes tem muytos termos das linguas barbaras, e muytos vocabulos do Portuguez antigo.
Tambem em Lisboa entre os homens, a que chamão de ganhar, ha hum genero de Dialecto, a que chamão Giria, de que os taes usão algumas vezes entre si. E assim tambem os Siganos tem outra especie de Giria, porque se entendem huns com os outros.
M. Tendes mais que dizer dos Dialectos da lingua Portugueza?
D. Mais ha que dizer, mas isto basta.

Destaquemos algumas informações deste extenso diálogo. Vemos, por exemplo, como Contador de Argote se refere a alguns fenómenos fonéticos que estavam em desenvolvimento na sua época. Considera que característica do dialecto do Algarve, e oposta ao da Estremadura, é a existência de uma palatalização do s final de sílaba: [sejʒɔrɑʃ] por *seis horas*. Embora o exemplo que ele escolheu ainda hoje mantenha o seu carácter dialectal, o fenómeno da palatalização do s plural ou do s final de sílaba no meio de palavra, encontra-se hoje generalizado ao português padrão.

Faz também referência ao mirandês e a outros falares fronteiriços, que ele chama «muito bárbaros» e que «quase não se podem chamar português».

2.5.2.5 No capítulo da observação de fenómenos fonéticos em curso, é muito interessante a discórdia entre os gramáticos do século XVIII em relação a um fenómeno a que se fez referência anteriormente, o desaparecimento da africada [tʃ] e a sua substituição pela fricativa palatal [ʃ]. O ortografista João de Moraes Madureyra Feijó, na sua *Orthographia, ou Arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*, de 1734, considera que só os naturais de Lisboa confundem os dois fonemas, a ponto de escreverem *chave* e *chuva* com <x>:

> Assim os Latinos, como os Portuguezes usamos do *C* aspirado com *H* adiante; mas com tão diverso som na pronunciação, que na dos Latinos sempre sôa como *Q*; v. g. *Charitas, Charus, Cherubinus, Chiron, Chorus, Chumeli*. E na dos Portuguezes nunca sôa nem como *C*, nem como *Q*, mas faz hum terceiro som, em que se não percebe como sôa, ferindo as vogaes seguintes deste modo *Cha, Che, Chi, Cho, Chu*: v. g. *Chave, Chaminé, China, Chove, Chuva*, cuja pronunciação não tem similhança com outras letras; e só os oriundos de Lisbôa a equivócão tanto com o *X*, que a cada palavra trocão huma por outra; porque não só pronuncião, mas tambem escrevem, *Xave, Xemine, Xina, Xóve, Xuva*. E a alguns ouvi, que lhe era tão difficultosa a pronunciação do *Ch*, que achando-o escripto, o pronuncião como *X*; e pelo contrario, aonde achão *X*, o pronuncião como *Ch*.[37]

[37] Feijó, 1734, pp. 52-3.

2.5.2.6 Luís António Verney, na sua obra *Verdadeiro Método de Estudar* (Valência, 1746) apresenta uma tese contrária à de Feijó, e recomenda que não

se pronuncie mais a africada e se pratique a fusão entre as pronúncias correspondentes às grafias <ch> e <x>. O seu argumento é o de que «sempre se devem preferir os que sam mais cultos e falam bem na Estremadura», o que se deve entender como reconhecimento do primado das variedades dialectais da capital (e/ou da Estremadura) sobre todas as demais.

Acerca dos dialectos portugueses e de como eles se desenvolveram ao longo do tempo a partir do século XVI, observados e comentados pelos gramáticos, pode ver-se a bibliografia muito rica publicada por Leite de Vasconcellos na *Esquisse*[38].

[38] Leite de Vasconcellos, pp. 51-63.

2.6 Português extra-europeu (Brasil, Angola, Moçambique)

2.6.1 Falaremos primeiro no caso Brasileiro:

> O Brasil — todos sabemos — foi no decurso de quatro séculos um vasto país rural. Suas cidades, quase todas costeiras, de pequena densidade demográfica e desprovidas de centros culturais importantes, pouca ou nenhuma influência exerciam nas longínquas e espacejadas povoações do interior. Cerca de quatrocentos anos, portanto, a língua, assim distribuída espacialmente, seguiu uma deriva diversificadora. Essa diferenciação regional é em certos pontos ainda muito sensível.[39]

[39] Cunha, 1981, p. 21.

A variante brasileira da língua portuguesa foi submetida, ao longo da sua história e até ao século XIX, a um conjunto de factores externos que determinaram a sua variação dialectal. Antenor Nascentes viu o traçado de uma isófona estender-se a todo o comprimento do território brasileiro, deixando a norte um conjunto de dialectos com abaixamento das vogais pré-tónicas e entoação «cantada», e a sul, dialectos com conservação do timbre fechado das vogais pré-tónicas e uma entoação «descansada»[40]. Para além destes traços referidos por Antenor Nascentes, apresentam os dialectos brasileiros do sul vogais átonas finais [e] e [o], enquanto os do norte as elevam para [i] e [u]; no norte e nordeste há também uma nasalização, e fechamento, das vogais antes de consoante nasal heterossilábica, vogais essas que se conservam orais e abertas nos dialectos do sul e sudeste. Exemplificando:

[40] Nascentes, 1953, p. 25.

dialectos do norte:	c[ɔ]rrer, m[ɛ]ter, gat[u], mol[i], m[ɐ̃]neira, m[ɐ̃]mar.
dialectos do sul:	c[o]rrer, m[e]ter, gat[o], mol[e], m[a]neira, m[a]mar.

Mas esta variação dialectal brasileira é palidamente importante ao lado da variação sociolectal. É que as condições externas da dialectalização cessaram no século XIX, com o agigantamento dos centros urbanos, para os quais não pararam de convergir as populações dos meios rurais mais pobres. Hoje «as diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um

homem culto e o seu vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra».[41] Nítidas fronteiras fonéticas, morfo-fonológicas e morfo-sintácticas brasileiras traçam-se, pois, não no mapa mas algures a meio da hierarquia social; separam variantes mais cultas do «falar errado», o qual se caracteriza, rapidamente, por:

[41] Teyssier, 1982, p. 75.

- palatalização das oclusivas dentais depois de iode: [mutʃu] ~ [mũtʃu] «muito»;
- semivocalização ou anteriorização da lateral palatal: [muj'e] ~ [mu'le] «mulher»;
- semivocalização da vibrante implosiva: ga[w]fo «garfo»;
- enfraquecimento de diversas consoantes que passam a fricativa velar: fa[χ]ta «falta», me[χ]mo «mesmo», ca[χ]alo «cavalo», a [χ]ente «a gente», fa[χ]endo «fazendo»;
- rotacismo do [l] em grupos consonânticos: [fr]amengo «flamengo», assem[br]eia «assembleia»;
- simplificação do morfema do gerúndio: faze**no** «fazendo», brinca**no** «brincando»;
- apócope no sufixo dos diminutivos: bich[ĩ] «bichinho».

Quanto às características morfo-sintácticas do «falar errado», essas já estão em progressão dentro das variantes mais cultas. São elas:

- uso preferencial dos pronomes pessoais átonos em posição proclítica: **me** diz;
- uso do pronome pessoal oblíquo da 1.ª pessoa do singular em posição de sujeito: isso é pra **mim** fazer;
- uso do pronome pessoal recto em posição de objecto directo (quando se trata da 3.ª pessoa, singular ou plural): eu conheço **ela**;
- simplificação dos paradigmas verbais mediante o abandono de morfemas flexionais:

eu **amo**	nós / a gente **ama**
tu/você **ama**	vocês **ama**(m)
ele **ama**	eles **ama**(m);

- não concordância, em número, do nome com o determinante plural: **os** menin**o** bonit**o**;

Arrumado o aspecto da variação geográfica e social do português do Brasil, convém lembrar ainda que a população brasileira não é rigorosamente monolingue em português. Há outras línguas europeias que são faladas por imigran-

tes, sobretudo italianos, espanhóis e alemães, há as línguas índias e, ainda, vestígios de antigos crioulos de escravos (em Minas Gerais e no sul da Bahia).

Apesar de a população indígena ter sido drasticamente aniquilada ao longo da colonização portuguesa (contra mais de dois milhões de índios, no século XVI, existem hoje apenas 220.000), são ainda faladas no Brasil 170 línguas índias, das quais as mais importantes são as da família tupi-guarani, refugiadas no interior de Mato Grosso e da Amazónia[42].

[42] Mattos e Silva, 1988, p. 15.

Da **língua geral**, crioulo promovido pelos missionários jesuítas a partir das línguas tupi e destinado à catequização dos indígenas, não restam hoje vestígios, uma vez que a sua proibição foi decretada logo em 1758 por alvará do Marquês de Pombal.

2.6.2 A situação linguística em Angola é pouco conhecida e pouco estável, como não poderia deixar de ser em país que há 30 anos tem o seu território em estado de guerra. Por altura do Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no Mundo, celebrado em Lisboa em 1983, Irene Guerra Marques apresentava do seguinte modo o estado das línguas de Angola:

> Por um lado, existem as línguas nacionais que, na sua maioria, pertencem à família bantu [kikoongo, kimbundu, lokwe, umbundu, mbunda, kwanyama, etc.] e que constituem as línguas maternas de uma grande parte da população angolana. Por outro lado, existe a língua portuguesa, que, sendo a língua materna de alguns angolanos, constitui para a maior parte uma língua segunda, principalmente nas zonas rurais, onde se encontra a maioria da população angolana.[43]

[43] Marques, 1983, pp. 205-23.

Irene Guerra Marques deduz daqui que o português deve ser tratado, do ponto de vista do ensino, como uma língua estrangeira.

O facto de não fazer referência a qualquer crioulo em Angola, na actualidade, concorda com a generalidade das informações. Mas há indícios de ter havido formas de descrioulização no passado. Leite de Vasconcellos diz que «nenhum dialecto crioulo se desenvolveu nestas províncias»[44]. Isso não o impede, contudo, de mencionar um caso de crioulização típica, que consiste na integração do português **garfo** na estrutura fonética do angolense, sob a forma **ngálufu** e, mais ainda, na formação do respectivo plural segundo regras próprias, com a prefixação de uma partícula (**jingálufu**). Trata-se de um bom exemplo da fusão de léxico europeu com gramática africana.

[44] Leite de Vasconcellos, 1901, p. 157.

Praticamente até ao nosso século, em Angola só houve população europeia nas cidades costeiras, como Benguela (fundada em 1617) e Moçâmedes (1786). A «espécie de aristocracia mestiça, mas profundamente portuguesa, que há meio século dominava Luanda e Benguela», na expressão de Orlando Ribeiro[45] poderia ela própria dar ambiente favorável à conservação do crioulo, pelo menos até à sua diluição nas massas de imigrantes (agricultores e funcionários) do início do século. Mas em períodos mais antigos, e no interior de

[45] Ribeiro, 1981, p. 128.

Angola, a situação era diversa, como a retrata Salvato Trigo[46]. Aí, até meados do século XIX, a soberania portuguesa não se tinha afirmado, mas eram portugueses os agentes de ligação entre os «sobas» e o mundo exterior: os «pombeiros», mercadores viajantes, e os «funantes», comerciantes estabelecidos no mato. Primeiro negociaram em escravos, depois em marfim, finalmente em borracha. Segundo autores como Martins de Carvalho, a única língua de comunicação em todo o vasto território que medeava entre as costas de Angola e de Moçambique era o português; mas, mais provavelmente, seria uma **língua franca** ou **pidgin** (análoga à que David Lopes descreveu, a propósito da crioulização marítima nas costas africanas) e o seu principal utente seria o «aviado», negro assimilado ou mestiço que conhecia a «língua de branco» e servia de intérprete.

[46] Trigo, 1981, pp. 62-100.

2.6.3 Em Moçambique, como em Angola, a língua portuguesa é a língua oficial ainda, a única língua utilizada na alfabetização de adultos, no ensino e na informação escrita. É essa a situação actual, segundo Perpétua Gonçalves, que traça o panorama do português em Moçambique do seguinte modo:

> A partir de alguns dados já publicados, foi formulada a hipótese de que pelo menos 26.5% da população teve acesso à língua portuguesa, dado que essa é a percentagem da população que teve contacto com a escola. [De recordar que em 1975, aquando da descolonização, a taxa de analfabetos era de 93%, o que mostra a rapidez com que a escolaridade tem aumentado]. É provável que este número seja um pouco superior, se admitirmos que há analfabetos — nas zonas urbanas — que sabem falar português, tendo aprendido essa língua em situações informais. Os falantes de Português na sua maioria, têm-no como língua segunda, sendo as línguas maternas, na quase totalidade, do grupo bantu.[47]

[47] Gonçalves, 1983, p. 243.

Visão convergente é a de Maria José Albarran: segundo o censo populacional de 1980, menos de um quarto dos moçambicanos fala português e, desses, pouco mais de um por cento como língua materna, o que leva a concluir que «a quantificação dos utentes da língua portuguesa evidencia o facto de a língua oficial exigir uma metodologia de segunda língua, pois é aprendida institucionalmente, em fraca ou nenhuma imersão em meio usuário do português»[48].

[48] Albarran, 1989.

Nenhuma das línguas nacionais de Moçambique está em condições de desempenhar o papel de língua veicular, o que deixa o português com tal encargo. Apenas no norte, no distrito de Cabo Delgado, uma língua importada serve de língua veicular para cerca de um milhão de moçambicanos: é o **swahili**, que se tem expandido por todo o leste africano, a par do avanço do islamismo.

2.7 Origem dos crioulos

2.7.1 David Lopes, num trabalho pormenorizado e pioneiro nesta área de estudos linguísticos, *A expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII*, (Lopes, 1936) oferece-nos uma visão sobre a formação dos crioulos asiáticos que, nas suas linhas gerais, não tem mudado no decorrer destes anos:

> O século XVI no Oriente é só português, como acabamos de ver. Formou-se então em todos os portos onde chegava o tráfico da nossa gente uma «língua franca» ou português simplificado — indo-português e malaio-português, segundo as regiões em que se falava, principalmente — que servia para essas relações comerciais. Assim se supria a dificuldade de saber tantas línguas. Esse português não era uniforme, como bem se compreende, antes reflectia a variedade das gentes e das línguas.
>
> Essa língua que nascera no século XVI sobreviveu à tormenta do século XVII e só se extinguiu no princípio do século XIX com o advento da supremacia política e comercial da Inglaterra. Durante esses séculos ela foi a língua de comunicação dos Europeus com os naturais dos diferentes países, e até dos Europeus entre si quando falavam diferentes línguas. E não morreu inteiramente até os nossos dias; ela vive aqui e acolá na forma dos vários crioulos.[49]

[49] Lopes, 1936 (1969, pp. 34-35).

Segundo Alan Baxter[50], as condições sociolinguísticas para a formação do crioulo português nas colónias asiáticas foram muito diferentes das que se conjugaram nas colónias africanas. Nestas, foi factor primordial a chegada do português europeu e o desenraizamento étnico, provocado pela escravização de grupos mistos de africanos, deslocados para plantações coloniais, onde encontravam uma situação sociolinguística totalmente nova. Essas condições favoreceram o desenvolvimento do tipo clássico do crioulo de plantação e o quase desaparecimento das línguas maternas dos escravos. Em contraste, nas colónias portuguesas da Ásia, embora tenha havido deslocação de escravos de origens linguísticas diversas, nada ocorreu de comparável com a deslocação e isolamento de largo número de escravos, como no Atlântico. As colónias portuguesas da Ásia constituíam ambientes multilingues, nos quais as línguas nacionais continuaram a ser faladas, influenciando por isso a formação dos crioulos.

[50] Baxter, 1990, pp. 161-184.

Durante todo o século XVI, foi seguida no Oriente uma política oficial de casamentos entre portugueses e mulheres locais, convertidas ao cristianismo. Estes casamentos tiveram por efeito desenvolver rapidamente uma população mestiça, que constituía o suporte ideal para o crioulo. No caso de Malaca, contudo, há que ter em conta o facto de os portugueses nunca terem permanecido na cidade em número superior a 600 pessoas, sendo frequentemente menor, o que lhes dava um peso relativamente pequeno numa população total de cerca de 20.000 pessoas. Daí a importância que a língua falada em Malaca, o malaio, veio a ter no desenvolvimento e na sobrevivência do **kristang**. Este tipo de acompanhamento e interferência, em situação de bilinguismo, entre

uma língua local e o crioulo de base portuguesa desenvolvido na região, não se verificou do mesmo modo nos crioulos portugueses das margens do Atlântico.

2.7.2 No estado actual dos conhecimentos, os crioulos atlânticos tiveram origem numa região que vai desde a Costa da Guiné até o norte de Angola, abrangendo portanto o Golfo da Guiné, e foram o resultado dos contactos comerciais entre os viajantes portugueses e as populações africanas do litoral. Estes contactos tinham tido início no século XV e prosseguiram ininterruptamente desde então, através de sucessivas fases de desenvolvimento. No que interessa à formação dos crioulos foi determinante o «trato dos escravos», ou seja, a compra de escravos e a sua concentração em entrepostos situados, quer à beira mar, quer nas ilhas do Golfo, sobretudo S. Tomé e Príncipe. Entrepostos de onde depois os escravos eram vendidos em grupo para plantações da América do Sul e das Caraíbas. O «trato», numa primeira fase, durante o século XV, tinha-se limitado ao envio de escravos para a Europa. É muito conhecida a descrição que Gomes Eanes de Zurara fez do desembarque de 235 escravos negros em Lagos, trazidos da Guiné por Lançarote (de Freitas, ou de Lagos), no tempo do infante D. Henrique. Por ela se vê como a partilha dos escravos em cinco lotes (um deles destinado ao infante, outro à Igreja) provocava a separação das famílias. Recordemos esse passo da *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, cap. XXV[51]:

[51] Zurara, 1841, pp. 132-4.

> ... se as brutas animallyas, com seu bestial sentyr, per huũ natural destinto [= instinto] conhecem os dampnos de suas semelhantes, que queres que faça esta minha humanal natureza, veendo assy ante os meus olhos aquesta miseravel companha, nembrando-me que som da geeraçom dos filhos de Adam!
>
> No outro dya, que eram viij dyas do mes dagosto, muito cedo pela menhaã por rezom da calma [= calor] começarom os mareantes de correger seus batees, e tirar aquelles cativos pera os levarem, segundo lhe fora mandado; os quaaes, postos juntamente naquelle campo, era hũa maravilhosa cousa de veer, ca antre elles avya alguũs de razoada brancura, fremosos e apostos; outros menos brancos que queryam semelhar pardos; outros tam negros come tiopios [*aliás*: com'etiopios] tam desafeiçoados, assy nas caras como nos corpos, que casy parecia, aos homeẽs que os esguardavam, que vyam as imageẽs do imisperyo mais baixo. Mas qual serya o coraçom, por duro que seer podesse, que nom fosse pungido de piedoso sentimento, veendo assy aquella companha; ca huũs tiinham as caras baixas, e os rostros lavados com lagrimas, olhando huũs contra os outros; outros estavam gemendo muy doorosamente, esguardando a altura dos ceos, firmando os olhos em elles, braadando altamente, como se pedissem acorro ao padre da natureza; outros feryam seu rostro com suas palmas, lançandosse tendidos em meo do chaão; outros faziam suas lamentaçoões em maneira de canto, segundo o costume de sua terra, nas quaaes posto que as pallavras da linguajem aos nossos nom podesse seer entendida, bem correspondya ao graao de sua tristeza.
>
> Mas pera seu doo seer mais acrecentado, sobreveherom aquelles que tiinham carrego da partilha, e começarom de os apartarem huũs dos outros, afim de

poerem seus quinhooẽs em igualleza, onde conviinha de necessydade de se apartarem os filhos dos padres, e as molheres dos maridos, e os huũs irmaãos outros. A amigos nem a parentes nom se guardava nhũa ley somente cada huũ caya onde o a sorte levava! [...]

Quem poderia acabar aquella partiçom sem muy grande trabalho, ca tanto que os tiinham postos em hũa parte, os filhos que vyam os padres na outra, allevantavanse rijamente, e hyanse pera elles; as madres apertavam os outros filhos nos braços, e lançavanse com elles de bruços, recebendo feridas, com pouca piedade de suas carnes, por lhe nom seerem tirados!

E assy trabalhosamente os acabarom de partyr, porque aallem do trabalho que tiinham com os cativos, o campo era todo cheo de gente, assy do lugar, como das aldeas e comarcas darredor, os quaaes leixavam em aquelle dya folgar suas maãos, em que estava a força de seu guaanho, soomente por veer aquella novidade.

Característico deste «tráfico», como se vê, era o desenraizamento dos indivíduos capturados, de modo a ficarem reclusos em companhia de membros de etnias diferentes, com os quais não tinham em comum nem a língua nem o passado cultural. Criava-se um vazio comunicativo que era preenchido através da língua prevalecente no entreposto, ou seja, a língua de relação entre escravos e senhores.

2.7.3 Esta língua tinha a configuração daquilo a que Celso Cunha chama «protocrioulo», e que também é designado como **pidgin**, termo para o qual não existe uma origem segura. Ian F. Hancock propõe uma série de possíveis etimologias:[52]

[52] Hancock, 1979, pp. 81-6.

1. corrupção chinesa do vocábulo inglês **business**, de difícil realização fonética para falantes chineses;
2. corrupção do vocábulo **pidian** (gente), do yayo, língua índia da América;
3. corrupção chinesa do vocábulo português **ocupação** ([patsan]);
4. corrupção do vocábulo chinês **pei-ts' în** (pagamento);
5. corrupção africana do vocábulo português **pequeno** ([piken]);
6. corrupção do vocábulo hebreu **pidjom** (resgate);
7. corrupção do vocábulo inglês **pigeon** (pombo).

Esta língua auxiliar, reestruturada e desenvolvida para facilitar a comunicação em áreas de multilinguismo, como a define Hancock, era produzida entre falantes adultos que esqueciam ou não podiam usar a sua língua materna. Levado o pidgin com eles através do Atlântico para as colónias, encontrava aí condições para se expandir de duas formas: por um lado, era a língua de comunicação dos escravos com os senhores; por outro lado, desenvolvia-se

dentro da própria família escrava, na medida em que era a língua aprendida pelos filhos nascidos em estado de escravidão. Para estes, tal língua deixava de ser uma língua segunda, como tinha sido para os seus pais — era a sua própria língua materna.

2.7.4 Vemos, assim, que há identidade de resultados entre um casamento mestiço (por exemplo, de europeu com africana ou asiática) e um casamento de escravos. Sendo o pai e a mãe obrigados a comunicar entre si através de um **pidgin** adquirido para o efeito, é essa língua que transmitem aos filhos, logo que estes aprendem a falar. É precisamente nestas condições que um **pidgin** se transforma em crioulo. Esta transformação tem consequências importantes como sejam o enriquecimento e a complexificação da gramática e do léxico da língua, pois esta tem de servir a todas as situações de comunicação do falante, e não apenas a situações definidas e recorrentes.

Não há muitos problemas quanto à etimologia do termo **crioulo**, que é de raiz portuguesa ou hispânica. Mas a sua evolução semântica, traçada por Serafim da Silva Neto[53] é cruelmente significativa. **Crioulo** formou-se a partir do substantivo deverbal **cria** (do verbo **criar**), com o significado primitivo de «animal não comprado, mas nascido em casa do dono, que o cria». Com este mesmo significado, transferiu-se para o escravo nascido na colónia, e não trazido de África. Como adjectivo, veio a qualificar as diversas modalidades da vida dos crioulos, entre elas o seu falar, distinto tanto das línguas indígenas como da língua da metrópole.

[53] Neto, 1957, (1986, p. 432).

Por se ter tornado a língua principal, ou mesmo única, de uma parte muito importante da população da colónia, o crioulo, ou os diversos crioulos, puderam sobreviver até os nossos dias, salvo naquelas colónias em que, em dado momento, a população de proveniência europeia sofreu um incremento considerável. Foi o que aconteceu no Brasil na segunda metade do século XVIII, quando o marquês de Pombal promoveu a deslocação de largas massas de colonos portugueses, para ocuparem, sobretudo no plano agrícola, o lugar dos jesuítas expulsos. E foi o que aconteceu nos finais do século XIX, em Angola e Moçambique. Pode comparar-se esta situação com a das restantes colónias portuguesas (Guiné, Cabo Verde e S. Tomé), onde os crioulos se mantêm, ou como língua materna, no Arquipélago e nas Ilhas, ou como língua de comunicação inter-étnica (ao lado das línguas nacionais), como é o caso da Guiné-Bissau.

2.7.5 Sobre o problema da origem dos crioulos foram construídas diversas teorias, reflectindo directamente o facto de as línguas em causa apresentarem características estruturais que determinam a sua integração em um só grupo, distinto dos outros grupos de línguas. Conforme cada uma das diferentes teorias (nove, no seu conjunto, segundo Pieter Muysken), assim um ou outro

traço característico pode ser tomado como mais importante. No essencial, trata-se de um conjunto de três traços possíveis[54]:

[54] Muysken, 1988, p. 285.

a) o da **semelhança** verificada entre as línguas crioulas;

b) o da sua **simplicidade**, maior do que a verificada nas outras línguas;

c) o da sua **gramática mista**.

[55] Muysken, 1988, pp. 285-288.

Muysken[55], ao tentar compreender as diferentes teorias sobre os crioulos, divide-as conforme a sua filiação em uma ou outra corrente cultural: a **romântica** e a **histórica**.

As **teorias românticas** (cf. 2.7.5.1) vêem os crioulos como produto da intervenção da natureza humana, independentes na sua génese, semelhantes no resultado final, dada a universalidade da mesma natureza humana. As **teorias históricas** (cf. 2.7.5.2) tendem a ver na origem dos crioulos a herança de uma cultura, com suas convenções e instituições, de origem europeia ou africana.

2.7.5.1 As chamadas teorias românticas são as seguintes:

a) *Teoria da transparência semântica*: as línguas crioulas são simples e semelhantes porque a sua estrutura reflecte directamente estruturas semânticas universais, fracamente sujeitas a regras transformacionais antes de atingirem os níveis de superfície.

b) *Teoria da aprendizagem imperfeita de uma segunda língua e teoria de «baby talk»*: qualquer destas duas teorias toma as línguas crioulas como estados intermédios, cristalizados, atingidos na aprendizagem de uma segunda língua. Segundo o primeiro ponto de vista, a simplicidade dos crioulos deve-se a simplificações inerentes ao processo de aprendizagem de línguas segundas, às quais os falantes não têm pleno acesso; já a segunda perspectiva («baby talk») adivinha uma simplificação voluntária por parte dos europeus no momento de utilização da sua língua perante falantes não europeus.

c) *Teoria do bioprograma*: as crianças nascidas em ambiente de plantação terão projectado as suas capacidades linguísticas inatas nos pidgins falados pelos pais, resultando da situação um conjunto de línguas semelhantes (por ser universal a competência linguística inata) e simples (por nelas se reflectirem estruturas linguísticas de base).

d) *Teoria do contexto social comum*: nascidos nas plantações de escravos, terão os crioulos constituído a resposta a uma reiterada necessidade de comunicação: os escravos aloglotas misturados em cada plantação terão fabricado em diferentes pontos do globo semelhantes sistemas de comunicação, uma vez que o contexto social que os tornava necessários era, também ele, idêntico.

2.7.5.2 Quanto às teorias históricas, Muysken apresenta-as assim:

a) *Modelo da ajrogénese*: os crioulos da costa ocidental africana e das Caraíbas, resultando do contacto de línguas africanas com línguas europeias, serão semelhantes entre si devido a uma influência de substrato africano por todos eles partilhada.

b) *Modelo da monogénese portuguesa*: uma língua franca praticada entre os séculos XV e XVII por comerciantes, negreiros e mercadores em todo o mundo não-ocidental terá sido constituída com base no léxico do português. Aprendida esta língua pelos escravos que a ouviam nos entrepostos, nas feitorias e nos navios, ela terá sido levada para as plantações onde sofreu uma progressiva relexificação de acordo com o léxico de outras línguas europeias. Estaria desta forma explicada a semelhança entre os crioulos (génese comum) e a sua gramática mista (intervenção tardia de outras línguas coloniais que não o português).

c) *Hipótese da fonte atlântica*: os crioulos atlânticos de base inglesa terão todos eles partilhado como origem um pidgin de base inglesa — de aí serem hoje semelhantes.

d) *Teoria da variante regional europeia*: a migração de colonos falando variantes regionais europeias, em vez de uma variante padrão, justifica as semelhanças entre crioulos que partilham a mesma língua europeia de base. Por esta mesma forma se explicará a simplicidade dos crioulos: eles tê-la-ão herdado dos dialectos europeus, mais simples que as respectivas línguas literárias.

2.7.6 Duas atitudes se tornam possíveis perante a animada discussão teórica que a origem dos crioulos suscita: uma, que é a de Celso Cunha[56], consiste em perfilhar, cepticamente, uma única das explicações oferecidas; outra, que se pode encontrar nos trabalhos de Peter Mühlhäusler[57], valoriza ponderadamente diferentes pontos de vista. Delas se fala já a seguir.

[56] Cunha, 1981, pp. 51-58.

[57] Mühlhäusler, 1986.

2.7.6.1 O linguista Robert Wallace Thompson, apoiado na pesquisa de Keith Whinnom, formulou a hipótese de haver uma origem única para todos os falares crioulos, origem esta que estaria no pidgin ou protocrioulo português quinhentista, que provavelmente se teria crioulizado na região das feitorias, mas que, como pidgin, continuaria a ser empregado durante séculos nas costas da Índia e da Malásia.[58]

[58] Cunha, 1981, p. 54.

Para apoiar a sua teoria, Thompson chamou a atenção para o facto de crioulos de áreas muito afastadas utilizarem um mesmo sistema de marcação das categorias aspectual e modo-temporal: de estrutura ternária, contém um

durativo, um perfectivo e um futuro, cada um deles expresso pela justaposição ao verbo de uma partícula que, se não é a mesma, é foneticamente muito semelhante nos vários crioulos. Como se pode ver no Quadro II, essas partículas, se tomarmos o crioulo de Macau e de Malaca, por exemplo, revelam uma clara proveniência portuguesa. A partícula do durativo, **ta**, provém da forma verbal **está**; a do perfectivo provém do advérbio **já**; e a partícula de futuro é o advérbio **logo**, com sentido de «em breve».

Quadro II

Correspondência de partículas modo-tempo-aspectuais em diversos crioulos distanciados
(Thompson)

PARTÍCULAS	DURATIVO	PERFECTIVO	CONTINGENTE OU FUTURO
Cabo-Verde	ta	ja	lo
Indo-português	ta, te	ja	lo, di, had
Sudeste Asiático	ta	ja	logo
Crioulos espanhóis das Filipinas	ta	ya	de, ay
Papiamento (América do Sul)	ta	taba	lo

Assim, um verbo precedido de **ta** corresponde nestes crioulos a uma acção prolongada no tempo. O verbo no perfectivo é precedido da partícula **ja**, construção com o sentido de uma acção ocorrida no passado e acabada. Enquanto um verbo precedido de **logo** corresponderá a uma construção de futuro próximo, ou simplesmente a uma hipótese.

No plano do léxico existem também semelhanças entre diferentes crioulos, que parecem apontar para uma proveniência portuguesa de parte do seu vocabulário. Segundo Loretto Todd[59], todos os crioulos e pidgins do inglês «fazem uso de algumas palavras portuguesas», como sejam derivados do verbo *saber* e de *pequeno* (com o valor de substantivo e de adjectivo). Nesses pidgins e crioulos, diz Todd, «o elemento português varia entre uns tantos por cento, na maioria dos casos, e quase 30 por cento no saramacano, um crioulo do Surinam».

[59] Todd, 1974, p. 15.

2.7.6.2 A posição conciliatória de Peter Mühlhäusler manifesta-se na seguinte afirmação:

> A formação e o subsequente desenvolvimento dos pidgins e crioulos são fortemente determinados por três factores: os universais do desenvolvimento, as influências do substrato e as influências do superstrato.[60]

[60] Mühlhäusler, 1986, p. 131.

Ao falar de influências de substrato e de superstrato, refere-se Mühlhäusler à «ideia de que os pidgins e os crioulos combinam o léxico de uma língua (tipicamente o superstrato, isto é, a língua socialmente dominante) com uma gramática da outra (tipicamente o substrato ou a língua socialmente inferior)»[61].

[61] Mühlhäusler, 1986, p. 119.

2.7.7 Por que razão interessa à história do português todo este longo discurso sobre a origem dos crioulos? Pela razão simples de que, se entendermos que o crioulo é o produto da combinação de uma língua, neste caso o português, com diversas línguas africanas, ou outras, então seremos justificados em considerar que o crioulo é uma derivação do português, ou mesmo é uma variedade do português, devendo assim os vários crioulos ser inventariados no quadro geral da geografia da língua. Era essa a opinião do linguista português Adolfo Coelho[62], para quem o crioulo é o primeiro estádio na aquisição de uma língua estrangeira por um povo aloglota — isto é, que fala ou falou outra. Neste sentido, o crioulo deve considerar-se como variedade daquela língua estrangeira. Se, indo um pouco mais longe, aceitarmos que a maioria dos crioulos do mundo é proveniente do protocrioulo português dos séculos XV e XVI, então mesmo esses crioulos de áreas onde a colonização portuguesa não se manifestou directamente, deveriam ser considerados como variantes do português. Tal hipótese afigura-se ser excessiva.

[62] Coelho, 1881, p. 102.

Mas se, na inversa, considerarmos que os crioulos são línguas fundamentalmente simplificadas, que na sua formação obedecem a universais linguísticos e não a uma determinada língua, então não deveríamos considerá-los como parte integrante do português. Um contemporâneo de Adolfo Coelho, Lucien Adam, defendia que o crioulo é uma língua mista, constituída por um léxico europeu e uma gramática indígena. Nesta linha, refere-se Anthony Naro à extrema simplificação da estrutura gramatical do crioulo, que perde as marcas dos tempos verbais e as desinências de número e pessoa, a maior parte das preposições e conjunções, tornando-se, de modo geral, menos redundante.[63]

[63] Naro, 1973, p. 107.

A consideração destas alternativas e a ponderação cuidadosa do que está em jogo justifica o cuidado dado a este assunto.

Adoptaremos uma posição conciliadora, inspirada na de Mühlhäusler, a qual nos permite reconhecer que o crioulo, enquanto língua materna de uma comunidade, obtida através de processos de simplificação, é uma língua autónoma e separada do português. Por outro lado, devemos reconhecer também que o português tem desempenhado o papel de superstrato, não só no período da génese, mas também durante séculos de contacto com o crioulo, como ainda acontece na Guiné-Bissau. Consequentemente, falaremos daqui em diante de crioulos de base portuguesa, como fórmula que representa tanto a sua independência como a sua filiação na nossa língua.

2.8 Crioulos de base portuguesa (Oriente)

2.8.1 Leite de Vasconcellos, em 1901, publicou na *Esquisse d'une dialectologie portugaise* uma lista das variedades de português e dos crioulos então falados no Oriente[64]. Segundo ele, a situação era a seguinte:

[64] Leite de Vasconcellos, 1901, pp. 28-29.

Indo-português:

1) dialecto crioulo de Diu,
2) dialecto crioulo de Damão,
3) dialecto *norteiro* ou do norte da costa ocidental da Índia,
4) português de Goa,
5) dialecto de Mangalor,
6) dialecto crioulo de Cananor,
7) dialecto crioulo de Mahé,
8) dialecto crioulo de Cochim,
9) português da costa de Coromandel.

Dialecto crioulo português de Ceilão.

Dialecto macaísta ou de Macau.

Malaio-português:

1) dialecto crioulo de Java,
2) dialecto crioulo de Malaca e de Singapura.

Português de Timor.

É claro que, desde o início deste século até à actualidade, muitas alterações ocorreram em relação à situação apresentada por Leite de Vasconcellos. Razões de ordem histórica e política têm tido um papel fundamental na alteração dessa situação. Interessa por isso comparar o inventário dos crioulos que fornece Leite de Vasconcellos com um outro inventário produzido recentemente por Celso Cunha, no artigo intitulado «O protocrioulo português e a sua universalidade nos séculos XVI, XVII e XVIII», da obra *Língua, Nação, Alienação*. Celso Cunha dá como subsistindo no Oriente seis crioulos[65]:

[65] Cunha, 1981, p. 41.

- o de Malaca,
- o de Macau,
- o de Sri-Lanka,
- os de Chaúl e Korlai, na Índia,
- os de Tellicherry, Cananor e Fort Cochim, na Índia,
- e, finalmente, o crioulo de Tugu, na ilha de Java.

Duas razões podemos apontar para a considerável redução deste inventário de Celso Cunha face ao de Leite de Vasconcellos: uma é o envelhecimento e

extinção das populações falantes de crioulo nos pontos mais isolados; a outra tem a ver com os contactos modernos de certos crioulos com o português padronizado da Europa (devido a viagens e telecomunicações facilitadas), contactos que provocaram a sua descrioulização. Embora seja geralmente clara a distinção entre crioulo e português descrioulizado, serão ambos tratados em conjunto na descrição que se segue, organizada segundo critérios geográficos. Dividirei o estudo das variedades de português e crioulo asiáticos em dois grandes grupos, abrangendo o primeiro o Sudoeste asiático (Índia e Sri-Lanka), e o segundo o Extremo-Oriente. As comunicações apresentadas no «Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no Mundo» celebrado em Lisboa em 1983 serviram de ponto de partida para a elaboração deste capítulo.

2.8.2 Para falar da **Índia e Sri-Lanka**, baseamo-nos no relatório «Situação e perspectivas do português e dos crioulos de origem portuguesa na Índia e no Sri-Lanka», apresentado pelo linguista romeno Laurentiu Theban[66].

[66] Theban, 1983, pp. 269-285.

A presença da língua portuguesa na Índia e no antigo Ceilão (actual Sri-Lanka) deve a sua importância fundamental ao facto de existirem numerosas variedades de crioulos de base portuguesa. O português padrão, mais ou menos indianizado, pode encontrar-se nas áreas de Goa, Damão e Diu, que até 1961, ano da sua integração na União Indiana, tiveram como língua oficial o português, embora actualmente, e devido a factores sociopolíticos, esteja a ceder o seu lugar à língua inglesa, que funciona como língua veicular na Índia. As raízes desta decadência encontram-se num facto essencial: na maioria destas comunidades o português é a segunda língua, após a materna.

Na Índia, a língua e cultura do crioulo, até ao nosso século, divulgou-se pelas costas ocidentais de uma maneira intensa. No Norte, em Diu e Damão, o crioulo acabou por ser absorvido pelo português europeizado de Goa, reintroduzido no ensino. Este processo de descrioulização de Goa, Damão e Diu já era sugerido por Leite de Vasconcellos na *Esquisse*, quando falava do **português de Goa**, enquanto às outras variedades dava a designação de **dialecto crioulo**. Significa isto, sem dúvida, que, pelo menos na cidade de Goa, ou na região de Goa, já no princípio do século o crioulo tinha iniciado o processo de descrioulização devido aos mais intensos contactos com o português europeu, que já referenciámos anteriormente. O bilinguismo goense (português e concanim) retardou o desenvolvimento de uma língua crioula, embora depois de 1961, segundo David Kenneth Jackson, «se encontrem [...] provas de crioulização em Goa»[67].

[67] Jackson, 1983, pp. 340-346.

No grupo de crioulos «activos» indo-portugueses, temos de destacar, além do crioulo «norteiro» do porto de Damão (falado por cerca de duas mil pessoas), o **kristi** ou **kristang**, o crioulo falado na aldeia de Korlai, ao sul de Damão e Baçaim. Constitui, segundo o seu primeiro investigador, Laurentiu Theban, «a comunidade indo-portuguesa mais homogénea, mais isolada e mais cheia

de vitalidade do Oriente, e a única não bilingue». São perto de 900 almas que tiveram, e têm, como língua materna este crioulo, facto este que não acontece em nenhum dos outros casos. Entre estes, encontram-se crioulos quase completamente extintos em Mahé, Negapatão, Mangalor, Calicut, Bombaim e arredores; e em vias de extinção em Cananor, Cochim e Tellicherry, apresentando estes últimos «uma nitida semelhança com o crioulo de Sri-Lanka».

Os focos principais de crioulos portugueses na ilha de Sri-Lanka situam-se em redor das cidades de Batticaloa, Vaipim e Puttalam. Nos primeiros casos, trata-se de um milhar de pessoas, descendentes de portugueses, holandeses e tamilianos, instalados ali desde 1620. Em Puttalam o crioulo fala-se apenas entre as pessoas mais idosas das 35 famílias descendentes de cafres, vindos da costa oriental da África, que ainda ali permanecem.

Laurentiu Theban conclui:

> A presença da língua portuguesa em Ásia é, hoje em dia, multiforme, desigual e inegável. A forma culta do português tem ainda quem a ilustre em Goa, Damão e Diu.[68]

[68] Theban, 1983, p. 284.

Os crioulos, acrescenta Theban, acham-se «disseminados numa vasta área»; no Sri-Lanka, o crioulo tem estatuto de língua materna, logo a seguir à língua tamil, e em Korlai é a única língua materna.

2.8.3 Na Ásia Oriental, mais exactamente ao longo das costas da Malásia e do Mar da China, ainda hoje sobrevivem comunidades que se servem quer do português padrão, matizado com peculiaridades próprias dessa outra realidade, quer de crioulos surgidos da fusão (e posterior evolução) do português com as línguas aí faladas. Acompanhemo-las, de Sul a Norte.

2.8.3.1 **Timor**: o português, na sua forma literária, é a língua materna dos europeus criados no território e da maior parte dos mestiços, cujo número se elevava em 1970 a cerca de 2000 pessoas, segundo dados fornecidos por Carlos Xavier[69]. Para o resto da população, o português é a segunda língua, naqueles casos em que é língua materna o tétum (em Oé-Cussi e Lautem), ou é língua terceira, após a materna e a veicular, quer dizer, o tétum.

[69] Xavier, 1983, pp. 305-312.

Está em vias de extinção o único crioulo do território timorense até hoje documentado, o designado como «português de Bidau», no subúrbio do mesmo nome localizado na parte oriental da cidade de Dili.

Na ilha das Flores e na de Solor, vizinhas de Timor, segundo Luís Filipe R. Thomaz[70], ainda ficam vestígios do seu uso em manifestações ligadas ao culto cristão e à liturgia. Neste caso, como no «português de Bidau», podemos falar de variantes do **kristang**, o crioulo português da Malásia.

[70] Thomaz, 1983, pp. 313-339.

2.8.3.2 **Malásia**: o português literário, ou português padrão, permanece apenas na fossilização de umas 300 palavras de origem portuguesa no vocabulário malaio.

Não acontece o mesmo com o crioulo originado a partir da miscigenação dos grupos malaio-português e malaio-holandês: a língua **kristang** dos arquipélagos malásios. Segundo Graciette Batalha[71], em Singapura cerca de 7000 pessoas o falam, embora as camadas mais jovens não se sirvam mais dele. Em Malaca é utilizado o **papiá Kristang** por uma comunidade de 2500 pessoas aproximadamente.

[71] Batalha, 1983, pp. 287-304.

O estudo mais recente deste crioulo deve-se a Alan Baxter, que fornece algumas informações um pouco diferentes sobre a situação do **kristang**. Segundo Baxter[72], esta variedade é actualmente falada por perto de 1000 pessoas em Malaca. Esta comunidade constitui dentro da cidade de Malaca um grupo de baixo prestígio, fervorosamente católico e ocupando-se tradicionalmente da pesca e dos trabalhos não especializados.

[72] Baxter, 1990, pp. 161-184.

É apenas em Malaca que o **kristang** continua a ser a primeira língua da comunidade e pode pensar-se que a manutenção desta língua durante tão longo período se deve ao facto de pertencer a uma minoria linguística que está socialmente isolada, mas que se revela capaz de absorver elementos provenientes de outros grupos. Tudo isto faz (é talvez esse o ponto mais importante da síntese de Baxter) do **kristang** de Malaca a derradeira variedade do crioulo português, dotada de vitalidade, que se fala no sudeste asiático.

Após a retirada dos portugueses, ou seja, no século XVII, e durante os períodos coloniais holandês e britânico, esta população raramente excedeu em Malaca os 2000 habitantes, sendo os excedentes encaminhados para a emigração, pelo que se encontram também numerosos falantes de **kristang** em Bali, Java (Brestagi e Tugu), Kuala-Lumpur, Penang, Johove, Taiping e pode ser que em outros lugares ainda por detectar ou catalogar, no processo de desaparecimento que estes já sofrem.

2.8.3.3 **Macau**: de uma população de 400.000 pessoas, uma percentagem inferior a 3% serve-se do português como língua primeira em Macau. Para a esmagadora maioria da população macaense é a variedade cantonesa do chinês o meio linguístico comum. O inglês é usado como língua segunda pela população chinesa e só depois dele, a distância, vem o português.

O crioulo de Macau, absorvido pelo português padrão com o incremento de contactos económicos e culturais desde finais do século passado, tem vindo a desaparecer progressivamente, podendo-se apenas encontrar alguns vestígios entre famílias de Hong-Kong. É nesta cidade que o crioulo macaense (aí instalado devido à imigração de famílias e pequenas comunidades chegadas de Macau e de Xangai, no decorrer deste século) tem conseguido sobreviver.

Com isto concorda Celso Cunha, que pormenoriza: o macaense sobrevive em Hong-Kong, no uso estritamente familiar de cerca de 2000 pessoas trilingues, que também usam o inglês e o cantonês[73]. Informações directas e recentes apontam para que este número já não seja verdadeiro. Em Hong-Kong encontram-se ainda falantes do crioulo de Macau, mas em número reduzido e geralmente entre pessoas de avançada idade, o que faz prever que dentro de alguns anos se tenha extinguido.

[73] Cunha, 1981.

2.9 Crioulos de base portuguesa (África)

2.9.1 **Cabo Verde**: Belmiro Ramos fornece os seguintes dados a respeito da situação do português em Cabo Verde[74]:

[74] Ramos, 1983, p. 225.

> O português é a língua oficial e a língua de ensino no país. Coexiste, além disso, com o crioulo em situação de bilinguismo, podendo encontrar-se diferentes níveis do seu uso:
>
> - Um português vernáculo falado e escrito por determinada camada (culta) da população, frequentemente mais rebuscado que em Portugal. Trata-se de um português livresco, elaborado a partir de fontes escritas — obras literárias, revistas, discursos ...
> - Um português regional correcto mas polvilhado de modismos ou regionalismos com sua «cor local».
> - Um português muito rudimentar, falado por camadas populares em determinados momentos, particularmente os solenes.

Precisa esta visão de ser temperada pela, não totalmente convergente, de Dulce Almada, em relatório ao XV Congresso de Linguística e Filologia Românica. Considerando, na companhia de outros autores, que o crioulo em Cabo Verde é a única língua nacional, já que não existem línguas vernaculares (indígenas), possuindo também um estatuto literário, Dulce Almada afirma: «Como o português é muito pouco falado, ele é mal falado.»

Há fundamentalmente dois grupos de crioulos em Cabo Verde:

a) o **crioulo de Barlavento** (ilhas de S. Vicente e Santo Antão), que está mais próximo do português europeu, por a colonização destas ilhas ter sido mais recente (século XVIII) e por terem contactos mais estreitos com Lisboa;

b) o **crioulo de Sotavento** (Santiago, Fogo, Brava), que está mais próximo do português do tempo das descobertas.

Em ambas estas variedades, segundo Celso Cunha[75], acham-se indícios de formarem um *continuum*, ou seja, um diassistema que permite aos seus utentes oscilarem, conforme a situação, entre uma modalidade muito densa, e socialmente desprestigiada, o **basilecto** (crioulo pesado), uma modalidade intermédia ou **mesolecto** e uma modalidade muito próxima do português e contendo

[75] Cunha, 1981, p. 95.

formas socialmente valorizadas, o **acrolecto** (crioulo levinho). Esta gradação reflecte aquela que, para o próprio português de Cabo Verde, apontou Belmiro Ramos.

2.9.2 **São Tomé e Príncipe**: como em Cabo Verde, não há línguas indígenas, mas diversos crioulos (forro, moncó e angolar), além do português, língua oficial e do ensino, que existe em regime de bilinguismo, isto é, sem falantes exclusivos.

Os crioulos estão relacionados com línguas do continente africano, sobretudo de Angola, no que diferem dos crioulos de Cabo Verde, que se aparentam com as da Guiné-Bissau.

2.9.3 **Guiné-Bissau**: a particular situação linguística da Guiné-Bissau caracteriza-se, no que respeita à língua portuguesa, por duas circunstâncias especiais:

- o português não é língua veicular, como também não o é em Cabo Verde (mas sim em Angola e Moçambique);
- não é claramente a segunda língua (como é o caso caboverdiano), dado que compartilha esse terreno com um crioulo nacional não completamente desenvolvido.

Segundo Maria Augusta Henriques, o quadro linguístico da Guiné-Bissau em 1979 era o seguinte:

> ... no que diz respeito a falantes de línguas, temos que 11.1% fala português. E dos que falam português, apenas 0.15% são monolingues do português. Temos 44% da população que falam o *crioulo*, e destes que falam o *crioulo*, 4.57% são monolingues do *crioulo*.[76]

[76] Henriques, 1983, p. 234.

Além de grupos monolingues das diversas línguas nacionais (manjaca, papel, balanta, fula, mandinga ...), existe uma clara situação de bilinguismo entre o crioulo e as línguas nacionais; em menor medida, entre crioulo e português.

O crioulo não entrou na esfera da alfabetização, o que dificulta o seu ensino e torna o português, como língua segunda, a língua usada no ensino. Nas regiões do interior, onde as populações são monolingues em vernáculo, a alfabetização é extremamente difícil. Em 1975, aquando da descolonização, a taxa de analfabetismo era de 99%.

3. Do Latim ao Português Antigo

TÁBUA DE MATÉRIAS

3. **Do Latim ao Português Antigo**

Objectivos

3.1 **Introdução**

3.2 **A Românía. Sua divisão actual**

3.3 **O latim, dentro da família indo-europeia**

3.4 **Periodização da história do latim**

3.5 **Fontes do latim vulgar**

3.6 **Estrutura e evolução do latim vulgar**

3.7 **Factores de diferenciação do latim vulgar (romanização, substratos, superstratos)**

3.8 **Nascimento das línguas românicas**

Objectivos:

- Descrever a pré-história do português, a partir do tempo do seu antepassado linguístico: o latim vulgar.
- Observar as principais mudanças estruturais do latim vulgar (história interna) e a sua posterior diferenciação em várias línguas românicas, devido à intervenção de factores histórico-sociais e ao contacto com outras línguas (história externa).
- Conhecer as diversas línguas românicas, principalmente as ibero-românicas, na sua distribuição geográfica e na sua variação interna.

3.1 Introdução

A história do português tem de começar por ser uma história do latim. De facto, a principal componente linguística do português é a língua de Roma, que, devido à expansão do Império Romano, chegou até aos territórios onde o português viria a nascer. O ângulo noroeste da Península Ibérica constituiu a chamada «área inicial do galego-português», ou seja, a área em que a evolução do latim aí falado conduziu a um sistema linguístico próprio.

Não só a evolução do latim local contribuiu para a formação do novo sistema linguístico, que viria a ser o galego-português. Juntaram-se-lhe outros elementos, cuja influência nem sempre é fácil de avaliar: as línguas faladas no NW antes da chegada dos romanos, que desapareceram «quase» completamente sob o latim; e as línguas faladas por povos que, entre a queda do Império Romano (séc. V) e o aparecimento dos estados cristãos (séc. X), passaram ou se instalaram nesta região da Península.

A combinação entre a evolução interna do sistema linguístico latino (que se pode descrever em termos estruturalistas) e as influências dessas outras línguas não-latinas, e ainda as influências directas de outros factos históricos, geográficos, culturais, etc., permite compreender (a) porque se desenvolveu uma língua particular no NW da Península e (b) porque tem determinadas características, e não outras.

O objectivo deste capítulo é traçar o percurso desde o latim até ao português. Integra-se este ponto num problema mais vasto, objecto de estudo privilegiado da Linguística Românica, que é a «diferenciação do latim» nas numerosas línguas suas descendentes. Abordaremos esse problema de dois pontos de vista, que permitem observações harmoniosamente conjugáveis:

a) a **história interna** do latim, ou seja, a evolução de uma estrutura gramatical e lexical que conduziu à diferenciação em sistemas separados regionalmente;

b) a sua **história externa**, ou seja, a contribuição que factores externos ao sistema linguístico latino deram a essa evolução e diferenciação; chamamos-lhes **factores de diferenciação.**

A romanização, processo de instalação da civilização romana (e da língua) nas regiões sucessivamente conquistadas e pacificadas por Roma, é responsável pela introdução de muitos traços diferenciadores, não tendo ocorrido do mesmo modo em todas as regiões. As línguas pré-romanas (ou de substrato) e as línguas posteriores à romanização (ou de superstrato) são responsáveis por outros traços diferenciadores. Assim, os principais factores de diferenciação do latim que vamos considerar são:

a) **cronologia da romanização**

b) **tipo de romanizador**

c) **modo de romanização**

d) **substrato**

e) **superstrato.**

Procederemos, ao longo deste capítulo, do seguinte modo: começaremos por situar o português no conjunto das línguas românicas, que com ele compartilham origem comum (3.2 e 3.3); passaremos depois a examinar a história interna do latim, ou mais exactamente do **latim vulgar**, que é o que interessa no nosso caso (3.4 a 3.6); e, finalmente, apreciaremos a incidência sobre o latim dos vários factores de diferenciação (3.7 e 3.8).

3.2 A România. Sua divisão actual

3.2.1 O adjectivo **romanus** tinha na origem um significado étnico e político, usado em expressões do tipo **civis romanus, populus romanus.** Para designar a língua do povo de Roma, e mais tarde do Império, usava-se o termo **latina lingua**, composto sobre o adjectivo **latinus**, relativo à língua e aos povos do Latium, província onde Roma surgira. O qualificativo de **romanus** aplicava-se a quanto dissesse respeito ao povo da Urbe, com exclusão dos povos das províncias do Império. Só a partir do édito de Caracalla (212 d. C.), se tornaram **romani** todos os habitantes do Império que falavam latim. E daí deriva a designação colectiva de **Romania** (como outras do tipo Hispania, Gallia, Britannia, ...), para representar o Império na sua totalidade, por oposição à cidade de Roma, e também a outros territórios. Assim o encontramos usado pelo escritor hispano Paulo Orosio (séc. V), em contraposição com **Gothia**, o império dos godos: «... ut, obliterato Romano nomine, Romanum solum Gothorum imperium et faceret et vocaret, essetque, ut vulgariter loquar, Gothia queo *Romania* fuisset.»[1]

[1] Vidos, 1963, pp. 165-66.

Repare-se: «Romania ut vulgariter loquar», România, como é designada vulgarmente, pelo vulgo, pelo povo. Trata-se, pois, de um testemunho da difusão que o nome **Romania** adquirira nos finais do Império.

Desmembrado o **imperium romanum** após as invasões germânicas, **romanus** e **Romania** perderam o seu significado político, mantendo-se, porém, com um significado civilizacional e linguístico. Ao lado de **romanus**, existia o adjectivo **romanicus**, que era um seu equivalente popular, tendo o sentido evoluido mais tarde. Enquanto o primeiro se referia apenas ao cidadão de Roma, o segundo passou a aludir ao habitante dessa nova entidade, herdeira de Roma, que era a România (**romanicus** = «semelhante a romano»).

Enquanto «falar latim» era designado como **latine** ou **romane loqui** no latim clássico, no fim do Império e no período seguinte apareceu a expressão **romanice parabolare** ou **fabulare**, «falar à moda de Roma, nem exactamente em latim nem em língua de bárbaros». Isto corresponde à situação de transição que se viveu na Europa ocidental entre o Império e os estados medievais. Quando estes se constituíram e adquiriram nomes próprios, a designação geral de România foi perdendo parte da sua razão de ser. Observa B. E. Vidos a propósito da França, da Itália e da Espanha:

> Nestes três países, de que os francos, os longobardos e os godos eram senhores, uma denominação genérica como *România* não fazia nenhum sentido. Somente nomes particulares como *França, Lombardia, Italia* ou *Hispania* podiam expressar a nova situação política.[2]

[2] Vidos, 1963, p. 169.

Esquematizando:

Roma → romanus → romane (latine)

↓

Romania → romanicus → romanice

As formas **romane, latine, romanice** são advérbios de modo; enquanto os dois primeiros se podem traduzir por «à maneira dos romanos ou latinos», o terceiro contém uma marca de distanciamento em relação à latinidade: «de modo semelhante, mas não igual, aos romanos». Este advérbio **romanice** sobreviveu até hoje para designar qualquer uma das línguas neolatinas. No francês, provençal, espanhol e português antigos, encontramos evoluções dessa palavra **romanz, romans, romance** para designar uma língua românica. O substantivo «romance», para designar o género literário, encontra nesse contexto a sua origem, correspondendo inicialmente àquele texto que fora traduzido para ou composto directamente em língua românica.

3.2.2 **România** é um nome vivo ainda hoje, no sentido de comunidade de línguas derivadas do latim. Como as áreas do mundo ocupadas por estas línguas não coincidem mais com a área do Império Romano de Ocidente,

costuma chamar-se **România Nova** às regiões que foram colonizadas por europeus a partir do século XVI e onde o português, o castelhano ou o francês continuam a ser falados.

Do mesmo modo, chama-se **România Submersa** ao conjunto de regiões da Europa que, tendo sido romanizadas, não albergam hoje uma língua românica.

[3] Hall, 1974, cap. 2, pp. 21-46.

3.2.3 *Divisão da România actual*: podemos dividir a România actual em seis áreas principais, segundo o grau de afinidades linguísticas e geográficas[3]:

3.2.3.1 *Área ibero-românica*: Inclui todas as línguas e dialectos peninsulares, excepto o basco, divididos em três grupos principais:

a) Ocidental. Inclui duas variedades:

- **Galego**: o seu uso limita-se à Galiza, onde é língua oficial com o castelhano (Cf. 2.4).
- **Português** (Cf. 2.2).

b) Central. Durante a Idade Média compartilhavam de um mesmo prestígio as três línguas neolatinas existentes nesta área: Asturiano-Leonês, Castelhano e Navarro-Aragonês. Após a Reconquista o castelhano, política e geograficamente reforçado, constituiu-se como variedade dominante, relegando as outras a uma posição dialectal.

O **castelhano**, ou **espanhol**, apresenta duas variantes principais:

- *variante peninsular*, baseada na língua padrão de Castela (daí a sua designação); é língua oficial do Estado espanhol e é falada, pelo menos maioritariamente, no território europeu espanhol e nas ilhas Canárias;
- *variante americana*, língua oficial de todos os estados da América Central e do Sul, com excepção do Brasil. Embora modelada pelo padrão de Espanha (mais que a variante brasileira em relação a Portugal), apresenta características particulares próprias de cada país.

Estas duas variantes acham-se compartimentadas, ao nível dos dialectos, em numerosas unidades; na Península Ibérica, as principais são:

- nordeste: **navarro** e **aragonês**,
- norte e noroeste: **asturiano**,
- centro: **leonês** e **castelhano**,

- centro-oeste: **extremenho**,
- sul: **andaluz** e **murciano**,
- ilhas: **canário**.

Fora da Peninsula Ibérica, os principais dialectos são:

- **caribenho**, constituido pela língua de Porto Rico (com uma grande comunidade emigrante na área de Nova Iorque), São Domingo e Cuba;
- **centro-americano**, com uma subvariedade no México (incluindo os falantes de espanhol do sudeste dos E.U.A.) e em cada um dos países da área (até à Colômbia);
- **sul-americano**, com subvariedades em cada um dos estados;
- **espanhol das Filipinas**, falado por uma população muito reduzida, convive numa situação de bilinguismo com as línguas locais e com o crioulo aí também falado;
- **judeu-espanhol**, também chamado **sefardita** ou **ladino**, falado pelas comunidades judaicas, expulsas de Espanha em 1492, repartidas hoje pela Europa do Leste, Próximo Oriente, norte de África e alguns enclaves da América do Norte.

Como língua oficial, o castelhano fala-se no território europeu, nas ilhas das Caraíbas já citadas, nos estados continentais do centro e sul da América (incluindo as áreas com línguas nativas ameríndias), à excepção do Brasil, e também no estado do Novo México nos E.U.A. Em África mantém-se uma posição não muito clara nas ex-colónias de Guiné Equatorial e na República Árabe-Saharaui, ainda em luta pela independência em relação a Marrocos.

c) Oriental. Inclui uma língua tradicionalmente designada por **catalão**; hoje em dia, contudo, por causa das diferenças nacionalistas da Catalunha e Valência, tende a impor-se a designação **catalá-valenciá**. Esta língua é falada na Catalunha, numa grande parte do Russilhão (sul da França), em Andorra, na região de Valência, nas ilhas Baleares e na cidade de Alghero, pequena comunidade de pescadores na Sardenha, situada a meia distância entre a Catalunha e Nápoles, que fizeram parte de um estado único medieval.

A língua padrão está baseada principalmente na fala da área de Barcelona, embora os escritores valencianos e também os das Baleares introduzam, sobretudo os primeiros, muitos localismos.

Os dialectos do catalão dividem-se em quatro grupos principais:

- **catalão-rossilhonense**, falado no norte, incluindo Andorra e a província francesa do Roussillon,

- **valenciano,**
- **baleárico,**
- **algherense.**

Compartilha o estatuto de língua oficial, com o castelhano, na Catalunha, em Valência e nas ilhas Baleares e, junto daquele e do francês, em Andorra.

3.2.3.2 *Área galo-românica*: O galo-romance inclui principalmente as variedades de «romanz» faladas na antiga Gália. Hoje em dia existe uma série de línguas não galo-românicas faladas nesse território: o basco, no ângulo sudoeste; uma língua céltica, o bretão, na península da Bretanha; uma língua germânica na Bélgica, o flamengo; dialectos do alemão em zonas da Alsácia e Lorena e, por último, o catalão-rossilhonense. Por outro lado, variedades do galo-romance são faladas fora do território actual da França: nas regiões italianas fronteiriças, numa parte da Bélgica, no Luxemburgo, numa parte da Suíça, no principado do Mónaco e em alguns dos territórios que foram já colónias francesas.

São faladas no território galo-românico três diferentes línguas:

a) **Francês** ou *langue d'oil*. A língua padrão do norte da França evoluiu, desde a Idade Média até hoje, a partir do «francien», ou seja a fala de Paris e da região em volta, conhecida como Île de France. Embora estivesse limitada unicamente a esta área durante o período do francês antigo, actualmente é a única variedade reconhecida em todo o território francês, sendo banidas quaisquer tentativas para fortalecer o estatuto das línguas regionais que ainda sobrevivem. Assim, existindo embora variedades linguísticas do francês, só é oficialmente reconhecida a codificada pela Academia Francesa.

   São dialectos do francês, entre outros, os seguintes:

   - **berrichon** (Berry, Maciço Central),
   - **poitevin** (Poitou),
   - **saintongeais** (Saintonge, norte de Bordéus),
   - **vendéen** (Vendeia, na foz do Loire),
   - **normando** (na costa de Normandia até à foz do Sena, e em algumas ilhas do Canal da Mancha),
   - **picardo** (Picardia, ao norte e este da Normandia),
   - **valão** (falado principalmente na zona belga de expressão francesa, a Valónia),

- **loreno** (falado na província de Lorena).

Fora da Europa, os dialectos canadianos constituem o grupo francês mais importante. Falam-se não só na antiga colónia de Québec, mas também naquelas áreas para onde emigraram os franco-canadianos, especialmente no oeste do Canadá e na Nova Inglaterra. A variante mais afastada dos dialectos franco-canadianos fala-se na região de Acádia. Nos Estados Unidos, no vale do Mississipi, o francês é falado em áreas do Missouri. No estado de Louisiana, aparece como língua materna em dois grupos étnicos: os **cajuns** e os **acadians**, ao lado do crioulo falado pela população negra descendente dos escravos das plantações do sul. Também no Haiti e nas colónias francesas das Caraíbas, bem como em colónias da Polinésia, se fala francês.

b) **Provençal**: O provençal conheceu, ao longo da sua história, três variantes: uma medieval e duas dialectais:.

- **Provençal antigo** ou **langue d'oc**: é a língua da poesia trovadoresca provençal, cujo desenvolvimento literário vai do século X ao XIV. Era falado em todo o território ao sul do Loire, que foi progressivamente invadido pelo francês.
- «**Mistralien**»: baseado nos falares da Riviera francesa e do vale do Ródano, recebeu o nome de «mistralien» devido às obras do poeta e lexicógrafo Frédéric Mistral (1830-1914), um dos seus cultores mais representativos.
- **Occitano**: distingue-se do «mistralien» e é baseado nos falares da região de Languedoc.

c) **Franco-provençal**: não existe uma língua padrão para nenhum dos dialectos agrupados sob este título, nem qualquer expressão literária. Define-se esta «língua» por um par de isoglossas que a diferenciam das outras línguas galo-românicas, sem nunca ter havido uma consciência nacional que a utilizasse como sua expressão:

- ditongação de **a** tónico livre depois de consoante palatal: *manducare* > mangié (=fr. manʒé);
- não ditongação de /-á-/ em sílaba livre: *manu* > ma(n) (=fr. maĩ).

Encontram-se variedades do franco-provençal na região de Forez, Lyon, Jura, Dauphiné, Sabóia, na Suíça ocidental (Genebra, Neuchâtel, Valais) e no norte de Itália (Piemonte e Val d'Aosta).

3.2.3.3 *Área reto-românica*: as características geográficas das regiões ocupadas por este terceiro grupo de línguas românicas foram decisivas para a sua

grande diversificação, ainda que seja reduzido o número de falantes (aprox. 40.000). Divide-se em três variedades:

- **Romansh**, falado na região dos Grisões e no cantão de Ticino, na Suiça.
- **Ladino**, no Tirol do Sul, nas margens do rio Adige, que não deve ser confundido com o tipo de judeu-espanhol do mesmo nome.
- **Friulano**, falado no vale do rio Tagliamento no noroeste de Itália. Tem sido, desde a Idade Média, uma língua literária.

3.2.3.4 *Área ítalo-românica*: agrupa o conjunto de dialectos neolatinos falados na Itália e nas ilhas de Córsega e Sardenha. Não obstante a enorme riqueza dialectal italiana, actualmente dá-se uma certa unidade em torno do toscano, o dialecto de maior prestígio literário desde a Idade Média, devido a nele terem produzido as suas obras grandes escritores como Dante, Boccacio e Petrarca. É este dialecto, oriundo da região de Florença, que funciona como língua padrão.

Os dialectos italianos dividem-se em três grupos:

a) Setentrional, que inclui:
   - **piemontês**, falado no Piemonte, excepto nas áreas ocupadas pelo provençal e pelo franco-provençal;
   - **lombardo**, falado na região da Lombardia e nos territórios adjacentes ao Ticino, na Suiça;
   - **lígure**, falado ao leste e oeste de Génova e ao longo da Riviera italiana;
   - **veneziano**, falado na região de Veneza;
   - **emiliano**, falado na região de Piacenza até Ravenna e na região entre o Pó, os Apeninos e o Adriático;
   - em algumas vilas da Lucânia e da Sicília, falam-se **dialectos com uma forte influência setentrional**, como consequência das migrações de populações do norte para estas regiões.

b) Central, que inclui:
   - **marchigiano**, falado nas Marche, na costa do Adriático;
   - **toscano**, falado na Toscânia;
   - **corso**, falado na ilha de Córsega;
   - **úmbrico**, no centro do vale do Tibre;
   - os dialectos do Lácio, incluindo o **romano**.

c) Meridional, que inclui:

- **abruzzese**, na área central da costa do Adriático, nas regiões dos montes Abruzzi;
- **campaniano**, na região da Campânia, em redor da cidade de Nápoles;
- **apuliano**, na região de Apúlia;
- **lucaniano**, na Lucânia;
- **calabrês**, na região da Calábria;
- **siciliano**, na Sicília.

Por outro lado, por causa das intensas migrações de italianos para todo o mundo, existem numerosas colónias de italo-falantes, especialmente nas grandes cidades americanas (Nova Iorque, Toronto, Buenos Aires, ...) e australianas.

Também existe uma variedade de judeu-italiano, presente nalguns textos medievais e cuja sobrevivência, embora escassa, é testemunhada pelo dialecto de Livorno (Leghorn).

O italiano é língua oficial nos vales galo-românicos do Piemonte, no Tirol do Sul, no Friule e na Sardenha — regiões cujos dialectos pertencem a outras áreas —, e, claro, nos territórios peninsular e insular dos actuais limites da Itália.

3.2.3.5 *Sardo*: tem sido considerado, até estudos recentes, como um dialecto «degenerado» do grupo italiano, embora na actualidade se tenha reconhecido a sua unicidade dentro da família românica. Não apresenta uma variedade padrão, da mesma forma que não possui tradição literária. Sardo é, pois, o conjunto de dialectos falados na ilha, divisíveis em três variedades:

- **central**. É a variedade mais conservadora, também conhecida como **logudorês**, porque falado na região central da Sardenha, o Logudoro; possui uma pequena tradição literária oral (sermões e poemas);
- **meridional**. É falado nas regiões de Cagliari e Gennargentu, também denominado **campidanês**;
- **setentrional**. Fala-se nas regiões de Sassari e Gallura;

3.2.3.6 *Área balcano-românica*: inclui o romeno e as variedades «balcânicas» faladas pelo sudeste europeu. Agrupam-se em duas línguas normalizadas e em quatro grupos dialectais. As línguas são o **romeno** e o **moldavo**.

- **Romeno**, baseado na língua padrão da região de Bucareste, também chamado «muntenian», que é a língua oficial da Roménia.
- **Moldavo**, cuja língua padrão se baseia nos falares de Bessarábia, região que actualmente faz parte do território soviético. Escreve-se em caracteres cirílicos.

Os dialectos são:

- **daco-romeno**, falado na Roménia e nas áreas fronteiriças de Bulgária, Jugoslávia, Hungria e Rússia;
- **megleno-romeno** (ou meglenítico), falado a montante do rio Vardar, na Grécia e na Jugoslávia;
- **macedo-romeno** (ou arromeno), falado em pequenas povoações dos Balcãs, repartidos nos territórios ao sul e este de Jugoslávia, na Albânia e no noroeste da Grécia;
- **istro-romeno**, falado por um reduzido número de pessoas nas aldeias próximas de Abbazia, na península de Ístria.

3.2.4 *România Submersa* são assim designados todos aqueles territórios onde o latim não conseguiu impor-se a outras línguas ou de onde, num momento determinado da sua evolução como dialecto neolatino, foi banido.

3.2.4.1 Áreas de insuficiente romanização:

- **Britannia**, hoje Inglaterra, onde o latim conviveu com as línguas celtas aí existentes antes das invasões anglo-saxónicas. Mais tarde, entre os séculos X e XIII-XIV, um dialecto francês, o **anglo-normando**, foi a língua materna das classes altas da Inglaterra, facto que explica a vasta parcela de romanismos que o léxico inglês ainda hoje conserva.
- **Germania**, que era o limite setentrional do Império Romano. Actualmente está repartida entre as fronteiras da Holanda, Renânia, Baviera e Áustria. Nestas duas últimas áreas, provavelmente falar-se-ia alguma variedade reto-românica, mas os seus falantes foram empurrados para o sul com as invasões das tribos germânicas.
- **Panónia**, que ocupava aproximadamente o território onde hoje em dia se situa a Hungria.
- **Cartago**, que foi uma das províncias mais intensamente romanizadas do Mediterrâneo. Ocupava aproximadamente o território actual da Tunísia. O seu esplendor cultural — ali nasceram Cipião «O Africano», Santo Agostinho, ... — diminuiu consideravelmente depois da

invasão dos vândalos e das lutas que estes mantiveram com o Império de Bizâncio. Encontram-se restos desta antiga romanização no vocabulário bereber e das tribos norte-africanas e na toponímia da zona.

3.2.4.2 Línguas perdidas:

Das variedades, dialectos e línguas, conhecidas ou completamente ignoradas, que se criaram a partir do latim, vale a pena destacar dois casos, o **dálmata**, e outro que diz respeito à situação linguística da Península Ibérica, o **moçárabe**. Ambos foram submergidos pelas línguas dominantes nos seus antigos territórios.

- **Dálmata**. Trata-se da língua que se falava na antiga Dalmácia, que ocupava a área costeira do Adriático entre a península de Ístria e a cidade de Ragusa (actual Dubrovnik). Conservam-se textos desta língua desde o século XIII até à morte do seu último falante em 1898, Antonio Udina. Segundo Hall, deve considerar-se o dálmata como pertencendo ao grupo românico central, ao lado do italiano, e não no grupo balcano-românico. O domínio dálmata foi invadido pelo dialecto venético, do lado italiano, e pelo croata, que é uma língua eslava.
- **Moçárabe**. O moçárabe, ou romance moçarábico, era a língua usada pelos habitantes dos territórios ocupados pelos árabes durante a sua permanência na Península Ibérica, especialmente na metade meridional, onde se manteve até ao século XIII. O moçárabe e o português são as duas línguas românicas ocidentais mais conservadoras nas suas evoluções linguísticas. Possuía uma literatura oral que foi recolhida nas hardjas. A ocupação árabe abortou o processo de evolução desta língua, que após a Reconquista se diluiu sob os dialectos portugueses e castelhanos provenientes do norte.

3.3 O latim, dentro da família indo-europeia

O latim é uma das línguas que constituem a «família itálica» do grupo indo-europeu, no qual também se aglutinam outras «famílias» de línguas, como a celta, a germânica, a balto-eslava, a helénica, a albanesa, a arménia, a indo-iraniana, a hitita, etc.

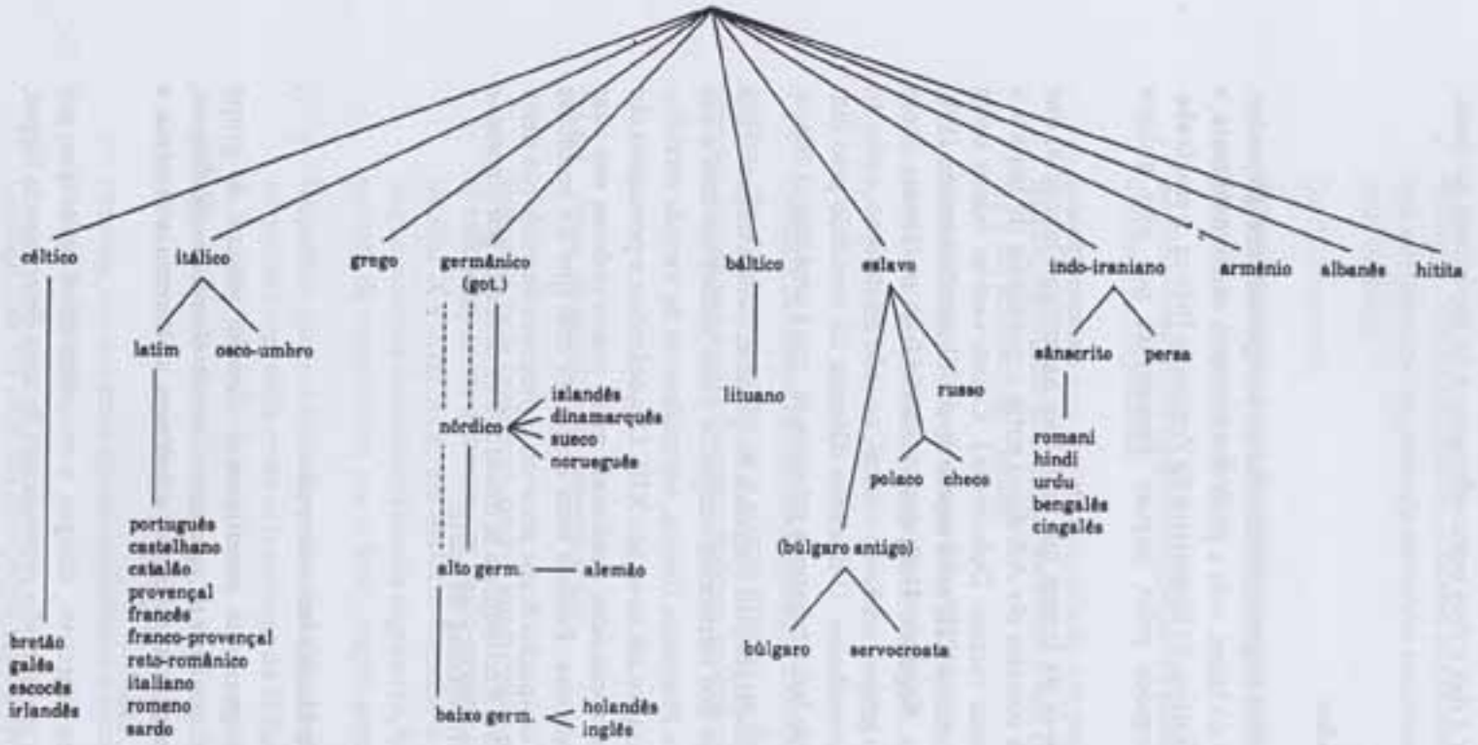
Indo-europeu, enquanto adjectivo, designa o conjunto de «línguas que, por meio de uma evolução regular, são provenientes de uma determinada língua, que desapareceu e não está atestada».[4]

[4] Martinet, 1987, p. 13.

Integram-se no conjunto das línguas indo-europeias o latim e todas as línguas românicas, entre elas o português.

Quadro III

INDO-EUROPEU

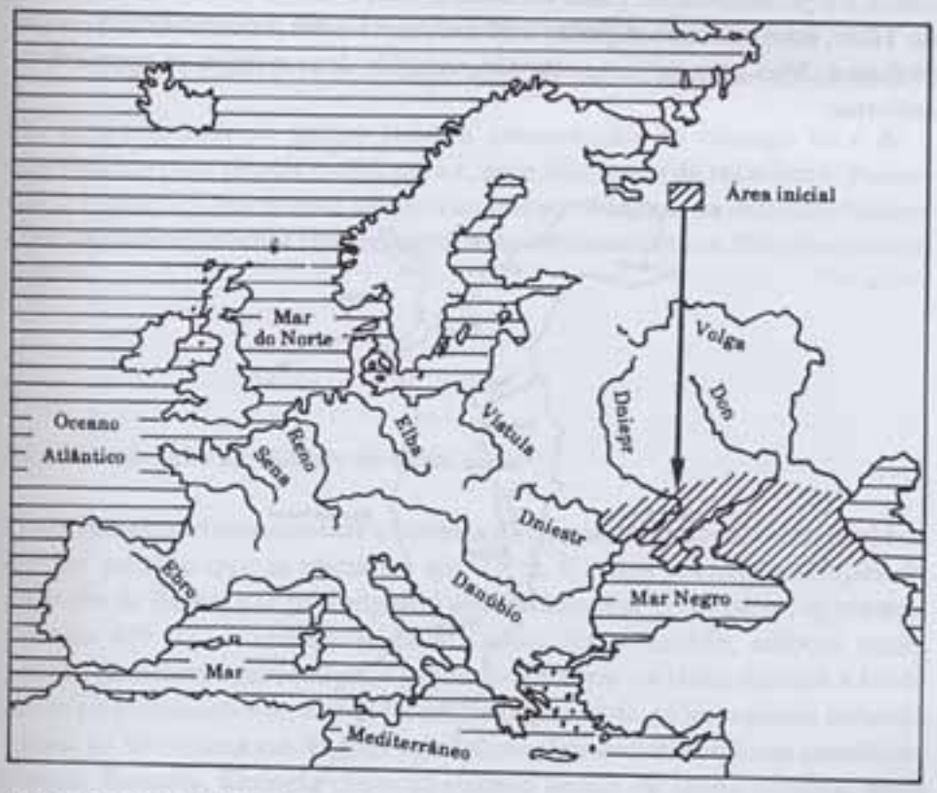


Quadro III: Árvore genealógica das línguas indo-europeias.

Enquanto substantivo, **indo-europeu** designa a própria língua não-atestada. Mas também designa o povo que a falava. Recomenda Martinet que fórmulas como esta sejam entendidas no plural: não é de conceber que fosse uma língua estável e estruturada, falada por um povo fixado no terreno. É mais provável que fosse um conjunto de línguas, evoluindo de modo conexo e usadas por povos não necessariamente aparentados.

Martinet[5] situa as suas origens cerca de 5000 anos antes da nossa era, num povo localizado no sudeste da União Soviética, que deixou consideráveis vestígios arqueológicos. Este povo iniciou uma deslocação para ocidente, em três vagas sucessivas que demoraram milénio e meio, vindo a fixar-se nas planícies do Báltico até ao Danúbio e aos Balcãs.

[5] Martinet, 1987, p. 18.



Mapa I: Área inicial dos indo-europeus (adaptado de Martinet, 1987, p. 56).

Mil anos mais tarde, destacou-se do conjunto o ramo chamado **anatólico**, assim chamado por ter regressado para o sudeste e se ter instalado na Ásia Menor; a este ramo pertenceram os hititas, povo com escrita. Os restantes indo-europeus permaneceram suficientemente próximos para registarem evo-

luções linguísticas comuns, como o estabelecimento da distinção entre género masculino e feminino.

Estes, mais tarde, separam-se em duas subfamílias: uma avançou até à Índia (ramo **indo-iraniano**), e ocupou também territórios da Europa oriental, desde a Albânia ao mar Báltico (ramos **albanês, balto-eslavo e arménio**). Os antepassados dos gregos mantêm uma posição intermédia entre este ramo e aquele que ocupou a Europa ocidental, de que descendem os itálicos, os célticos e os germânicos.

A caracterização da língua primitiva dos indo-europeus, à qual deveríamos remontar para situar a aparição da língua latina, não é tema de que possamos tratar neste curso. Os interessados no tema poderão consultar, por exemplo, as obras clássicas de Meillet, Benveniste ou Martinet.

Dentro da família itálica, devemos considerar duas variedades: o latim falisco e o osco-úmbrio. Ao primeiro pertencem três subvariedades: o romano, o falisco e o prenestiniano. Estas variedades ocupavam as terras ribeirinhas do rio Tibre, num arco não superior a 50 quilómetros em redor do actual Forum de Roma. Mas nem sequer nesta tão reduzida área o latim se apresentava uniforme.

Mapa 2: Mapa linguístico da Itália antes da expansão do latim (adaptado de Hall, 1974, p. 60).

Está posta em causa hoje a autenticidade de uma inscrição, atribuída ao século VII a. C., que durante muito tempo foi considerada o primeiro texto em latim, a fíbula de Preneste, uma jóia em feitio de pregador de manto, encontrada naquela cidade, mas, ao que parece, forjada pelo achador. Diz a inscrição[6]:

[6] Hall, 1974, p. 48.

MANIOS MED FHEFHAKED NUMASIOI

ou seja, em latim clássico, *Manius me fecit Numerio* (Manius fez-me para Numério). Neste texto encontram-se vários traços do latim arcaico; um deles, muito interessante, é a ordem das palavras, muito mais próxima da românica moderna que da ordem, muito variável, do latim clássico. Embora não lhe possamos atribuir valor documental, os traços linguísticos inspiram-se nos de outros documentos arcaicos.

Um vaso datado dos começos do século V a. C., encontrado no actual Forum romano, contém o primeiro texto que, sem polémica, é útil para o estudo do latim arcaico. São poucas as palavras inteligíveis:

IOUXMENTA KAPIAT (lat. cl. *iumenta capiat*)

IOUESAT DEIUOS QUO MED METAT (lat. cl. *iurat deos qui me mittit*)[7]

[7] Hall, *ibidem*.

São características do antigo latim a conservação do ditongo *ou* e do *s* intervocálico (que depois evolui para *r*, num fenómeno de rotacismo: Numasioi > Numerio), que seriam comuns ao resto das línguas ou dialectos itálicos e que não dificultariam a intercompreensão daqueles com os falantes do latim arcaico.

3.4 Periodização da história do latim

Considera-se tradicionalmente a história da língua latina como estendendo-se por um período que se inicia no séc. IX a. C., nos primeiros tempos da fundação de Roma, e se prolonga até aos últimos dias do Império, aproximadamente 450 d.C. Também se pode incluir nesta história, embora numa posição claramente secundária, a produção literária em latim durante a Idade Média e o Renascimento, a qual foi muito importante, só lentamente cedendo o lugar às literaturas em línguas românicas. Em certos domínios científicos (direito, filosofia, filologia clássica) e como língua da Igreja católica, pode dizer-se que chegou aos nossos dias.

Por outro lado, para o estudo das diferentes línguas românicas (o qual, não esqueçamos, é o nosso objectivo) toma-se como ponto de partida o latim falado durante o séc. I d. C., embora às vezes se tenha de recorrer a testemunhos anteriores, inclusivamente dos séculos III e II a. C., para tentar explicar fenómenos cuja origem não é possível localizar no latim clássico de finais da República e da época imperial.

Assim descreve Rafael Lapesa o processo de transformação da língua latina para as posteriores línguas românicas:

> Desde el momento en que la literatura fijó el tipo de la lengua escrita, se inició la separación entre el latín culto, que era el enseñado en las escuelas y el que todos pretendían escribir, y el latín empleado en la conversación de las gentes medias y las masas populares. Mientras la lengua literaria se depuraba hasta llegar al refinamiento de las odas de Horacio o la prosa de César y Tácito, el habla vulgar seguía apegada a usos antiguos; pero a la vez progresaba en sus innovaciones, desarrollando tendencias existentes en el idioma desde el primer momento, aunque repudiadas o aceptadas tan sólo parcialmente por la literatura.
>
> Durante el Imperio, las divergencias se ahondaron en grado considerable: el latín culto se estacionó, mientras que el vulgar, con rápida evolución, proseguía el camino que había de llevar al nacimiento de las lenguas romances. Las gentes extrañas que iban romanizándose no percibían bien distinciones de matiz antiguas en la lengua que aprendían; en cambio, se percataban del valor significativo encerrado en las expresiones que entonces empezaban a apuntar, así ganaban terreno los usos nuevos. Al fin de la época imperial, las invasiones y la consiguiente decadencia de la cultura aceleraron el declive de la lengua literaria. Desde el siglo VII sólo la emplean eclesiásticos y letrados; pero su lenguaje revela inseguridades y admite vulgarismos, fabrica multitud de palabras nuevas y acoje, barnizándolas ligeramente, numerosas voces romances o exóticas. Es el *bajo latín* de la Edad Media.[8]

[8] Lapesa, 1986, pp. 68-69.

Temos assim:

a) Uma língua literária escrita, ou **latim literário**, que nos primeiros tempos não devia diferenciar-se excessivamente da língua falada pelos seus escritores e leitores. Apresenta ela três fases no seu desenvolvimento: à primeira, a do **latim arcaico** (até o séc. I a.C.), seguiu-se uma fase de esplendor literário, acompanhada de um maior afastamento em relação à língua falada, que denominamos **latim clássico**; por último, aquele latim já bastante incompreensível para os incultos, o **latim imperial** (sécs. III-IV d.C.). São autores do período **arcaico**, entre outros, os comediógrafos Plauto e Terêncio. No período **clássico**, destacam-se Cícero, Virgílio, Horácio, Tito Lívio. E, no **imperial**, Plínio, Tácito, Suetónio. O latim literário não cessa com o fim do Império: a partir do século V, essa língua quase completamente encerrada em textos designa-se por **latim tardio** (ou, segundo Lapesa, **baixo latim**). Estas designações são preferíveis a uma outra, hoje em desuso, **latim bárbaro**, que parecia atribuir às invasões germânicas a responsabilidade pela evolução do latim após o século V.

b) Por outro lado, temos a língua falada em todas as épocas, cujo conhecimento apenas nos é revelado por anomalias presentes na escrita ou por referências directas de escritores e gramáticos aos factos da fala, ou ainda pela comparação entre os resultados que as formas originais latinas atingiram nas diferentes línguas e dialectos românicos, sincrónica e diacronicamente. Esta língua falada é o **latim vulgar**. Como veremos adiante, a sua definição não é fácil de formular (Cf. 3.4.4).

3.4.1 *Latim arcaico*: O conhecimento desta primeira fase é-nos dado pelos testemunhos escritos nos restos arqueológicos da época pré-literária e pela documentação posterior — também geralmente epigráfica — das outras línguas itálicas (sobretudo do úmbrio, do osco e do sabino), que dizem respeito a esse primeiro estádio da língua. É particularmente na antroponímia (nomes de pessoas) e na toponímia (nomes de lugar) que a língua se fossiliza, de maneira que podemos observar os diferentes momentos, ou estratos, da evolução de uma palavra determinada, e da sua fonética, facto este que nos fornece uma informação muito valiosa para o estudo das fases pré-literárias das línguas.

As características principais do latim arcaico, que o distinguem do estado linguístico (itálico) anterior, são[9]:

[9] Hall, 1974, pp. 59-64.

a) **Rotacismo**. Trata-se da sistemática substituição de /-s-/ intervocálico por /-r-/. Assim, encontramos palavras latinas cujo caso nominativo apresenta um /-s/ final, que muda para /-r-/ em posição intervocálica,

HONOS, HONORIS

embora também alternasse com a forma de nominativo HONOR, por analogia com os outros casos.

O rotacismo, explicável pela identidade do ponto de articulação de ambas as consoantes (o apex da língua aproxima-se da região alveolar), sistematizou-se completamente antes do tempo de Plauto, ou seja, no séc. III a. C., e o seu resultado transparece na evolução de todas as línguas românicas.

b) **Monotongação**. Embora a sua documentação seja bastante tardia (aprox. 170-150 a.C.), a monotongação dos ditongos /ei/ para /i/, /ou/ e /oi/ para /u/, manifesta os seus resultados em todas as línguas românicas, sinal de ter sido sistematizada muito cedo, antes de o latim se ter começado a diferenciar:

DEICERENT > DICERENT

LOUCILIUS > LUCILIUS

IOUXMENTA > IUMENTA

MOIROS > MURUS

c) **Simplificação do sistema de casos**. A função sintáctica das formas nominais latinas era indicada por morfemas flexionais: a terminação dos substantivos e dos adjectivos era indicadora da categoria gramatical **caso**. Havia cinco casos no latim clássico:

1. **Nominativo** (sujeito)
2. **Genitivo** (complemento determinativo)
3. **Dativo** (objecto indirecto)

4. **Acusativo** (objecto directo)
5. **Ablativo** (diversas funções circunstanciais)

Exemplificando, com uma palavra da 1.ª declinação (as declinações, que agrupavam todos os substantivos e adjectivos segundo a sua forma, eram cinco) REGINA, REGINAE (rainha):

	Singular	Plural
N.	REGIN- A	REGIN- AE
G.	REGIN- AE	REGIN- A-RUM
D.	REGIN- AE	REGIN- IS
Ac.	REGIN- A-M	REGIN- A-S
Ab.	REGIN- A	REGIN- IS

Seguindo uma tendência geral das línguas indo-europeias, o latim arcaico simplificou o sistema de casos: o **Locativo** e o **Instrumental** fundiram-se com o Ablativo, que era geralmente usado com preposições. O **Vocativo** tinha quase sempre a forma do Nominativo, só se distinguindo pela função (identificar a 2.ª pessoa do discurso). O mesmo sucedeu, no plural, com o Dativo e o Ablativo, cujas formas eram sempre iguais. O enfraquecimento da articulação do /-m/ final, que pode ter ocorrido ainda neste período, teve por consequência tornar indistintos o Nominativo e o Acusativo da 1.ª declinação, REGINA = REGINA(M), e o Acusativo e o Ablativo da 3.ª declinação, FLORE(M) = FLORE.

3.4.2 *Latim clássico e imperial*: É no século primeiro da nossa era, o chamado «Século de Augusto», que começa a produzir-se uma séria diferenciação entre o latim literário e o latim falado. Não deve esta diferenciação ser vista como uma oposição dicotómica entre duas línguas, ou variedades de uma língua. A realidade é muito mais complexa e dinâmica, sendo inteiramente condicionada pela estrutura da sociedade romana: uma classe dominante, restrita e muito culta, residindo indistintamente na capital ou nas cidades de província; uma massa urbana de proveniência étnica muito variada, pouco ou nada instruída, aberta a todos os tipos de influência cultural e linguística; e, nas províncias progressivamente integradas no Império, situações urbanas que reproduzem a de Roma, a par de situações de contacto rural, disseminado, entre colonizadores (geralmente dos estratos baixos) e indígenas, que mais ou menos aceitam romanizar-se. Cada um destes grupos usava um latim estruturado segundo normas diferentes.

Já no tempo de Cícero, retóricos e gramáticos reconhecem a existência de «variedades» do latim[10]. A mais primorosa delas, usada na literatura, era o

[10] Vidos, 1963, p. 183.

sermo urbanus, seguido pelo **sermo cotidianus** ou **usualis**, que era a linguagem quotidiana das classes cultas. Seguiam-se depois, já claramente num grau inferior quanto a prestígio social, o **sermo plebeius** ou **vulgaris**, que era o falar do povo sem, ou com baixa, instrução escolar, e o **sermo rusticus**, ou seja, os falares não urbanos. Ainda devemos considerar os dialectos das províncias vizinhas de Roma, que se criaram através do contacto do latim com os dialectos ou línguas itálicas e com as línguas faladas anteriormente nas províncias conquistadas (etrusco, celta, etc.): constituem o **latim provincialis**.

O **latim imperial** corresponde ao dos séculos II a V d.C., ou seja até ao final do Império Romano. Caracteriza-se por um maior afastamento entre a língua literária e a língua falada (o latim vulgar). Este sofre importantes transformações gramaticais, que não têm paralelo na língua literária, a qual se torna, por seu lado, mais elaborada e artificial. É nesta época que os vários tipos de latim começam a sofrer influências de outras línguas, que agravariam mais tarde as suas tendências diferenciadoras.

O crescente contacto com as culturas do Oriente mediterrânico, onde o grego era a «língua franca», e com a própria Grécia — aonde eram enviados os filhos da aristocracia romana, a fim de se instruírem nas artes e nas ciências — provoca a entrada de uma quantidade importantíssima de empréstimos linguísticos, sobretudo semânticos[11]. Antes, já houvera contactos com o grego devido ao estabelecimento de colónias gregas no sul da Itália e na parte oriental da Sicília, a **Magna Graecia**, entre os séculos VIII e VI a.C. Fora um cativo de origem grega, Lívio Andronico, quem inaugurara a literatura latina no séc. III a.C., traduzindo e imitando obras gregas. Esse contacto foi decisivo para a evolução cultural dos romanos. Dos gregos tomaram os romanos sobretudo um extenso vocabulário relacionado com conceitos ou actividades espirituais: *idea, phantasia, philosophia, musica, poesis, mathematica*; tecnicismos literários: *tragoedia, comoedia, scaena, rhytmus, ode, rhetor*; palavras relativas à dança e aos desportos: *chorus, palaestra, athleta, balneum*; ao ensino e à educação: *schola, paedagogus*.

[11] Lapesa, 1986, pp. 59-64.

Durante a época imperial, novos helenismos se introduziram no latim vulgar. A preposição *kata*, com valor distributivo, origem do português *cada*; o sufixo verbal *-izein* foi adoptado no latim tardio sob as formas *-izare*, *-idiare*, que evoluíram para *-izar* e *-ear* respectivamente (realizar, autorizar, guerrear, ...). Depois da queda do Império Romano, continuou ainda esta dinâmica de empréstimos em relação ao grego, podendo-se datar dos séculos VI e VII a adopção de alguns vocábulos que substituíram os latinos correspondentes: gr. *theios*, lat. tardio *thius, thia*, port. *tio, -a*.

A influência do grego sobre o latim não se limita unicamente ao vocabulário. Existem paralelismos sintácticos muito significativos entre o latim vulgar e o grego moderno, como sejam as perífrases verbais *dicere habeo* e *scriptum habeo*, origem do futuro e do perfeito românicos. Também nas orações subordinadas, o uso do gerúndio e do infinitivo nas línguas românicas está mais perto das formas gregas que das latinas.

Estas semelhanças, embora não estejam totalmente esclarecidas, correspondem, segundo Lapesa, à introdução no latim falado de construções de origem grega que actuaram como fermento tanto na evolução do próprio grego em tempos mais recentes, como na das línguas românicas.

A última camada de helenismos, ainda anterior à formação dos domínios românicos, deve-se à influência do cristianismo, cujo primeiro instrumento para a evangelização na área do Mediterrâneo oriental foi o grego[12]. Assim, são muitos os vocábulos ligados ao culto, e à religião em geral, que fizeram a sua entrada nessa altura: *evangelium, angelus, apostolus, diabolus, ecclesia, basilica, episcopus, diaconus, asceta, martyr, eremita, baptizare, monasterium, coemeterium*. Muitas destas palavras adquiriram um novo significado, evoluindo a partir do seu significado etimológico: *angelus* (gr. «mensageiro»), *martyr* (gr. «testemunha»), *asceta* (gr. «quem se exercita em alguma actividade»). Especial difusão obteve o verbo *parabolare*, formado sobre o vocábulo grego *parabola* («comparação»): fr. *parler/parole*, it. *parlare/parola*, esp. *palabra*, port. *palavra*.

[12] Lapesa, 1986, p. 65.

Também nesta época do latim imperial, o contacto com povos celtas, sobretudo os instalados na Gália, permite a entrada de vocábulos dessa origem[13]:

[13] Hall, 1974, p. 69.

lat. cl. CARRUM (port., cast., it. *carro*)

lat. cl. CAMMINUS (it. *cammino*, cast. *camino*, port. *caminho*)

lat. cl. CEREVISIA (cast. *cerveza*, port. *cerveja*, fr. ant. *cervoise*)

lat. cl. CAMISIA (port., esp. *camisa*, it. *camicia*, fr. *chemise*.

3.4.3 *Latim tardio*: Devemos entender o latim desta última fase, que vai do século V até quase ao século XVIII, como o caracteriza Hall, como uma «segunda língua» para os utentes:

> A antinomia entre romance e latim não implica, como costuma pensar-se, que este último tenha deixado de ser falado e sobreviva unicamente como língua «morta», usada exclusivamente na leitura e na escrita. A diferença entre os dois, nesse momento, foi antes a existente entre uma língua materna e uma não materna, sendo a materna raramente usada para escrever. A «grammatica» era ensinada aos rapazes nas escolas — as raparigas quase nunca recebiam escolaridade deste tipo — como uma língua segunda.[14]

[14] Hall, 1974, pp. 106-7.

Pode recordar-se a este respeito que, enquanto na Gália as escolas romanas acabaram no séc. IV, na Hispânia sobreviveram até ao séc. VIII.

Hall prossegue:

> Dependendo do grau de escolaridade e da oportunidade de expor a língua de prestígio, cada indivíduo falaria a língua vernácula intercalando mais ou menos empréstimos (palavras, sintagmas, mesmo frases completas) das fontes literárias que estudou.[15]

[15] Hall, 1974, p. 107.

O latim das escolas medievais não apresenta, porém, um aspecto uniforme. A distância entre a língua falada e o latim aprendido nas gramáticas provoca na escrita (em latim) o aparecimento de numerosos erros, que amiúde reflectem as tendências diferenciadoras da língua falada pela pessoa que escreve. (Como veremos, tais características derivam do escrevente, geralmente um secretário ou um copista, e não do autor do texto: no sistema de cópia medieval, a ortografia do autor era substituída pela do copista).

Este período da língua literária latina está profundamente marcado pela presença do cristianismo e pelo papel da Igreja como órgão de capitalização e difusão das actividades intelectuais. Por seu turno, as instituições administrativas e judiciais asseguram também o contacto directo entre as línguas românicas (no seu início e posteriormente) e o latim. Outras actividades profissionais de «prestígio», como a diplomacia e a medicina, também tiveram algum peso nessa convivência.

3.4.4 *Latim vulgar*: O termo **latim vulgar**, e aquilo que ele designa, tem-se revelado um dos pontos mais polémicos, no âmbito das duas disciplinas afectadas directamente pela sua existência: a filologia latina e a linguística românica. Graças ao incremento das investigações e aos progressos obtidos, a partir do século passado, no conhecimento da situação histórica e linguística do mundo antigo, e especialmente do latino, hoje em dia podemos ter uma ideia mais precisa sobre a evolução do latim e das línguas que surgiram a partir dele. É neste enquadramento que encontramos o latim vulgar.

A gramática comparada das línguas românicas, disciplina implantada com a publicação da obra de Friederich Diez *Grammatik der Romanischen Sprachen* (1836) veio confirmar de maneira irrefutável que o estado de língua que se pode considerar como fonte comum das línguas românicas é, sem deixar de ser latim, sensivelmente diferente daquele latim a que chamámos «clássico», que aparece nas obras de um Virgílio ou de um Cícero e que é hoje ensinado nas escolas e universidades.

O termo «latim vulgar» (que concorre com outras denominações, como «romance inicial», «romance comum», «latim pré-romance», «proto-romance») designa geralmente o latim falado nos últimos séculos do Império. Ou seja, a contrapartida falada do latim literário na época imperial.[16]

[16] Vidos, 1963, p. 176 ss.

Convém especificar esta acepção, com a ajuda de B. E. Vidos: «A denominação de **latim falado** costuma evitar-se, porque não se possui nenhum documento que reflicta com todas as suas características esse latim popular»[17]. O conhecimento que temos dessa língua falada é-nos dado apenas pela presença nalguns documentos de fenómenos linguísticos que se afastam da **norma** latina, reflectindo particularidades do seu **uso**. Esses documentos — inscrições epigráficas, textos completos ou passos relativamente reduzidos de obras «cultas», «graffiti», ... — de onde emergem características da língua corrente

[17] Vidos, *ibidem*.

(**sermo cotidianus**), ou das áreas periféricas do sistema linguístico (dialectalismos do **sermo provincialis**, vulgarismos do **sermo plebeius**, etc.), apresentam um problema principal: quando um falante de latim se dispunha a escrever, «embora fosse pouco culto, procurava adaptar-se, pode ser que inconscientemente, às normas dos gramáticos e dos intelectuais romanos». Mesmo que nestes casos se fale, embora com certo cuidado, em «textos vulgares», o latim falado nunca existiu como língua completamente diferente e autónoma do latim escrito, como se pretendera a partir da publicação da obra de Hugo Schuchardt *Vokalismus des Vulgärlateins* (1866-1869). Para a corrente «comparatista», representada sobretudo pelo romanista Wilhelm Meyer-Lübke, o latim vulgar e o latim literário eram considerados como duas variantes linguísticas profundamente diferenciadas, quase duas línguas distintas. Desse modo, a reconstrução do latim vulgar, ou da língua falada latina, não podia realizar-se senão por comparações e deduções feitas a partir das línguas românicas actuais, já que o latim escrito não era mais do que uma fachada que mascarava a língua popular viva.

Nos estudos mais recentes, sobretudo nos últimos cinquenta anos, esta ideia tem perdido algum apoio, cedendo o lugar à concepção de latim vulgar como variante falada do latim, que se opõe, desse modo, não ao latim literário ou clássico, mas ao latim escrito, sob qualquer forma e em quaisquer épocas.

Certamente, como acontece em todas as línguas, o latim falado e o escrito diferiam pela própria natureza da sua produção, mas, apesar da rigidez normativa da tradição escrita latina, esta registou constantemente — com maior ou menor intensidade, segundo o género e a cultura do autor — a influência da língua falada, influência «in crescendo» de que é testemunha a presença dos numerosos vulgarismos que aparecem nos textos tardios.

O latim falado diversificava-se não só temporalmente, segundo a época em que era usado, mas também segundo o grupo social, o grau de cultura e a proveniência regional dos falantes. Provavelmente haveria em todos os centros urbanos importantes, espalhados pelo Império, grupos de indivíduos que, inclusivamente na sua fala, cultivavam as normas gramaticais e lexicais do latim literário. Estes grupos, influenciados pela cultura escrita e a aprendizagem académica das línguas, apresentariam menos divergência entre si que a que existia, por exemplo, entre os habitantes das províncias do sul da Itália e do norte da Península Ibérica, cuja aprendizagem se limitara à transmissão oral recebida nas suas comunidades. É de supor, assim, que o eventual acesso de todos os falantes à cultura escrita tivesse provocado uma menos intensa diversificação que aquela que o latim vulgar sofreu.

A partir destas considerações, e seguindo o pensamento de Joseph Herman, pode definir-se o latim vulgar como «a língua falada pelas camadas pouco influenciadas ou não influenciadas pelo ensino escolar e pelos modelos literários»[18].

[18] Herman, 1975, p. 16 ss.

Esta definição, como assinala Herman, deve ser pormenorizada:

a) Se o latim vulgar é a língua falada pelos falantes pouco influenciados pela tradição literária, é possível falar de latim vulgar a partir do momento em que a dita tradição escrita aparece com força, ou seja, desde o último século da República romana. Porém, as primeiras informações relativamente numerosas e sistemáticas sobre o latim vulgar provêm só do séc. I da nossa era (inscrições de Pompeia, obras de Petrónio, etc.).

   Quanto ao ponto final na cronologia do latim vulgar, embora seja difícil estabelecer uma data comum para todos os territórios românicos, pode admitir-se que com a quebra do sistema educativo romano, acelerada a partir do séc. V, acompanhada, ao mesmo tempo, pelas invasões bárbaras, se tenha aberto uma brecha difícil de colmatar entre a língua falada e o latim escrito. Este facto, reconhecido, e tido em conta, pelos difusores do cristianismo, levou a afirmar Santo Agostinho (354-430):

   > Melius est reprehendant nos grammatici quam non intelligant populi. (Mais vale sermos censurados pelos gramáticos que não entendidos pelo povo).

   Sendo a Igreja promotora da aceitação da língua popular e, ao mesmo tempo, defensora do latim como língua universal do cristianismo ocidental — ao grego correspondia o mesmo papel no Oriente —, alguns séculos mais tarde acabará por pôr em causa o latim falado, mesmo como língua dos ofícios litúrgicos. Por um édito do Concílio de Tours (813), o latim fica relegado quase definitivamente para a posição de língua só escrita, deixando o plano da oralidade à «rustica romana lingua»:

   > ... ut easdem omelias quisque aperte transferre studeat in rusticam romanam linguam aut thiotiscam, quo facilius cuncti possint intellegere quae dicuntur. (... que alguém se ocupe de trasladar as homilias para a língua rústica romana ou teutónica, de modo a que todos possam com mais facilidade compreender o que é dito).

b) Sendo, por definição, o latim vulgar a língua falada, não é completamente correcto falar de **texto vulgar**. Não existe propriamente literatura em latim vulgar, mas sim textos muito influenciados por ele, ora deliberadamente (caso dos comediógrafos que pretendem retratar modos populares de falar, para melhor caracterizar as personagens) ora sem consciência (caso dos textos escritos sem preocupações literárias ou cultas, por pessoas de formação prática).

   Deve entender-se o latim vulgar como um conjunto de factos complexos e instáveis, ou seja, um diassistema. O latim vulgar evoluiu no tempo, sendo claramente diferente o que se falava no século I d.C. do falado no séc. V. No latim vulgar existiam variações regionais e, dentro

destas, é preciso ter em conta a época em que se produziam. Aliás, com certeza, o latim vulgar comportava uma série de diferentes estilos e níveis de linguagem. Está fora de dúvida que o uso que dele faziam, por exemplo, as comunidades cristãs diferia, e não só no vocabulário, da gíria militar usada na mesma região e na mesma época pelos legionários.

A partir destes pressupostos (e destas prevenções quanto à dificuldade de abranger numa explicação simples o fenómeno), tentaremos abordar as linhas principais dessa variante falada do latim de que se originou a língua portuguesa, juntamente com as outras línguas românicas, descrevendo as principais tendências fonéticas, morfossintácticas e lexicais, que serão ilustradas a seguir com uma pequena antologia de textos.

3.5 Fontes do latim vulgar

Já fizemos referência à dificuldade de conhecer, hoje, o que terá sido o latim vulgar. Língua por definição não-escrita, só pode ser reconstituída por processos comparativos, recorrendo a estados mais recentes de línguas dela derivadas. Mas há também a possibilidade de encontrar formas de língua falada reflectidas em textos latinos dos períodos clássico e imperial: por lapso, ou deliberadamente, o autor não aplicou as regras ortográficas ou gramaticais do latim literário, não escolheu vocábulos próprios do **sermo urbanus**, mas sim de níveis de linguagem mais baixos.

Uma forma reconstituída pelo método comparativo pode ser autêntica, isto é, pode ter existido no latim vulgar, mas será considerada como conjectural, e precedida de um asterisco (*), enquanto não surgir escrita em texto contemporâneo. Este poder de atestação constitui um dos principais interesses dos textos que vamos examinar.

Dá-se-lhes tradicionalmente o nome de **fontes do latim vulgar**. Podem ser de diversos tipos:

1. **obras gramaticais,**
2. **inscrições,**
3. **cartas pessoais,**
4. **obras técnicas,**
5. **obras literárias,**
6. **glosas.**

Vamos examinar cada um destes tipos e, de caminho, observar a sua capacidade de nos revelarem aspectos do latim vulgar.

3.5.1 *Obras gramaticais*: A mais importante é o chamado *Appendix Probi*. Trata-se de uma lista de 227 pares de palavras; a forma gráfica «correcta», isto é, literária, da palavra é escrita à frente da forma que deve repudiar-se, e que é a geralmente influenciada pela pronúncia do tempo. O texto aparece no final (daí *Appendix*) de um manuscrito mais extenso, a *Ars Vaticana* (porque contida num manuscrito da Biblioteca Vaticana: Ms. Vindobonensis 17, executado por monges italianos de Bobbio, nos sécs. VIII-IX) atribuído, como outros dois opúsculos aí incluídos (*De Catholicis, De nomine excerpta*) ao gramático Valério Probo, que viveu em meados do séc. I d. C. aproximadamente. Obviamente, o *Appendix* não é obra de Probo, mas de algum proprietário de um manuscrito da *Ars*. Esse era talvez professor de gramática, purista, que elaborou e acrescentou no final do seu manuscrito uma lista de erros frequentemente cometidos na língua falada do seu tempo. Que tempo? Antes do séc. VIII, quando o manuscrito de Bobbio foi escrito, portanto já em período bastante tardio do latim.

Reproduz-se o texto do *Appendix* na totalidade, segundo a edição de Veikko Väänänen, *Introducción al latín vulgar*, Madrid, Gredos, 1985.[19]

[19] Väänänen, 1985, pp. 330-3.

Porphireticum marmor non purpureticum marmur.
tolonium non toloneum.
speculum non speclum.
masculus non masclus.
vetulus non veclus.
vitulus non viclus.
vernaculus non vernaclus.
articulus non articlus.
baculus non vaclus.
angulus non anglus.
iugulus non iuglus.
calcostegis non calcosteis.
septizonium non septidonium.
vacua non vaqua.
vacui non vaqui.
cultellum non cuntellum.
marsias non marsuas.
canĭclam non cani{a}nus.
hercules non herculens.
columna non colomna.
pecten non pectinis.
aquaeductus non aquiductus.
cithara non citera.
crista non crysta.
formica non furmica.
musivum non museum.
exequ<i>ae non execiae.
gyrus non girus.
avus non aus.
miles non milex.
sobrius non suber.
figulus non figel.
masculus non mascel.
lanius non laneo.
iuvencus non iuvenclus.
barbarus non barbar.
equ<u>s non ecus.
coqu<u>s non cocus.
coquens non cocens.
coqui non coci.
acre non acrum.
pauper mulier non paupera mulier.
carcer non car<car>.
bravium non braveum.
pancarpus non parcarpus.
theofilus non izofilus.
hom<o>fagium non monofagium.
byzacenus non bizacinus.
capsesis non capsessis.
catulus <non cat>ellus.
{catulus non ca<te>llus}.
dolium non doleus.
calida non calda.
frigida non fricda.

vinea non vinia.
tristis non tristus.
tersus non tertus.
umbilicus non imbilicus.
turma non torma.
celebs non celeps.
ostium non osteum.
flavus non flaus.
cavea non cavia.
senatus non sinatus.
brattea non brattia.
cochlea non coclia.
coc<h>leare non cocliarium.
palearium non paliarium.
primipilaris non primipilarius.
alveus non albeus.
globus non glomus.
lancea non lancia.
favilla non failla.
orbis non orbs.
formosus non formunsus.
ansa non asa.
flagellum non fragellum.
calatus non galatus.
digitus non dicitus.
solea non solia.
calceus non calcius.
iecur non iocur.
auris non oricla.
camera non cammara.
pegma non peuma.
cloaca non cluaca.
festuca non fistuca.
ales non alis.
facies non facis.
cautes non cautis.
plebes non plevis.
vates non vatis.
tabes non tavis.
suppellex non superlex.
apes non apis.
nubes non nubs.
suboles non subolis.
vulpes non vulpis.
palumbes non palumbus.
lues non luis.
deses non desis.
reses non resis.
vepres non vepris.
fames non famis.
clades non cladis.
syrtes non syrtis.
aedes non aedis.
sedes non sedis.
proles non prolis.
draco non dracco.
oculus non oclus.
aqua non acqua.
alium non aleum.
lilium non lileum.
glis non gliris.
delirus non delerus.
tinea non <tinia>.
exter non extraneus.
clamis non clamus.
vir non vyr.
virgo non vyrgo.
virga non vyrga.
occasio non occansio.
caligo non calligo.
terebra non telebra.
effeminatus non imfimenatus.
botruus non butro.
grus non gruis.
anser non ansar.
tabula non tabla.
puella non poella.
balteus non baltius.
fax non facla.
vico capitis Africae non vico caput Africae.
vico tabuli proconsolis non vico tabulu proconsolis.
vico castrorum non vico castrae.
vico strobili non vico strobilu.
teter non tetrus.
aper non aprus.
amygdala non amiddula.
faseolus non fasiolus.
stabulum non stablum.
triclinium non triclinu.
dimidius non demidius.
turma non torma.
pusillus non pisinnus.
meretrix non menetris.
aries non ariex.
persica non pessica.

dysentericus non dysintericus.
opobalsamum non ababalsamum.
tensa non tesa.
raucus non raucus (?).
auctor non autor.
auctoritas non autoritas.
<ipse non ipsus?>.
linteum non lintium.
a... petre non ...tra.
terrae motus non terrimotium.
noxius non noxeus.
coruscus non scoriscus.
tonitru non tonotru.
passer non passar.
anser non ansar.
hirundo non harundo.
obstetrix non opsetris.
capitulum non capiclum.
noverca non novarca.
nurus non nura.
socrus non socra.
neptis non nepticla.
anus non anucla.
tundeo non detundo.
rivus non rius.
imago non <emago?>.
pauo{r} non pao{r}.
coluber non colober.
adipes non alipes.
sibilus non sifilus.
frustum non frustrum.
plebs non pleps.
garrulus non garulus.
parentalia non parantalia.
celebs non celeps.
poples non poplex.
locuples non locuplex.
robigo non rubigo.
plasta non blasta.
bipennis non bipinnis.
ermeneumata non erminomata.
tymum nom tumum.
strofa non stropa.
bitumen non butumem.
mergus non mergulus.
myrta non murta.
zizipus non zizupus.
iunipirus non iuniperus.
tolerabilis non toleravilis.
basilica non bassilica.
tribula non tribla.
viridis non virdis.
constabilitus non constabilitus.
sirena non serena.
musium vel musivum non museum.
labsus non lapsus.
orilegium non orolegium.
<h>ostiae non {h}ostiae.
februarius non febrarius.
glatri non cracli.
allec non allex.
rabidus non rabiosus.
tintinaculum non tintinabulum.
adon non adonius.
grundio non grunnio.
vapulo non baplo.
necne non necnec.
passim non passi.
numquit nom nimquit.
numquam non numqua.
nobiscum non noscum.
vobiscum non voscum.
nescioubi non nesciocube.
pridem non pride.
olim non oli.
adhuc non aduc.
idem non ide.
amfora non ampora.

Alguns comentários:

1. Certos autores supõem, com base na nota *Vicocapitis Africae non vicocaput Africae*, que o *Appendix* terá sido escrito em alguma província romana no norte de África. O interesse desta hipótese está na

localização regional, que assim ficaria estabelecida, de certas inovações linguísticas.

2. Em *Telonium non toloneum*, em *Imago non emago*, em *Iunipirus non iuniperos*, documenta-se uma evolução que perdurou nas línguas românicas de /ĭ/ breve para /e/ fechado.

3. Em *Columna non colomna*, em *Turma non torma*, em *Puella non poella*, observa-se a evolução de /ŭ/ breve para /o/ fechado, fenómeno paralelo ao anterior.

4. Abundantemente documentada está a síncope das vogais breves postónicas /ĭ/ e /ŭ/, que é responsável por numerosas transformações consonânticas no latim vulgar:

   Speculum non speclum (CL>port. **lh**: *espelho*)

   Masculus non masclus (SCL>port. **ch**.: *macho*)

   Vetulus non veclus (TL>**cl**>port. **lh**: *velho*)

   Oculus non oclus (port. *olho*)

   Stabulum non stablum (port. *estábulo* é forma moderna, mas em cast. *establo*).

   Nos seguintes casos, a síncope produziu uma forma estável, que chegou com pouca ou nenhuma mudança até hoje:

   Calida non calda (port., cast., it. *caldo*, fr. *chaud*)

   Viridis non virdis (port., cast., it., *verde*, fr. *vert*)

   Frigida non fricda (o *g* ensurdece em contacto com *d*).

5. Outras atestações indicam que, no caso das consoantes, o grupo /kw/ já estava a evoluir para /k/:

   Coqui non coci;

   o /k/, depois de /w/ e antes de consoante oclusiva já sincopava:

   Auctoritas non autoritas;

   o /b/ oscilava entre soluções contraditórias e não estabilizadas;

   o /m/ final já tinha sofrido totalmente a sua apócope:

   Passim non passi,

   Numquam non numqua,

   Pridem non pride,

   Idem non ide;

e a semivogal /w/ grafada como <v>, já sincopava entre vogal e /u/:

Avus non aus,

Flavus non flaus.

6. No campo da morfologia,

Nobiscum non noscum

corresponde a uma mudança de caso, do Ablativo para o Acusativo;

Pauper mulier non paupera mulier

traduz a necessidade de identificar o género feminino através da desinência -a da 1.ª declinação (que se especializa no feminino); o mesmo se passa em

Socrus non socra;

esta palavra (*socrus, -us*, que significa «sogra»), pertencia à 4.ª declinação: quando se perdeu a distinção entre vogais longas e breves, tornou-se muito difícil distinguir esta palavra da sua correspondente masculina, *socrus, -i*, pelo que foi transferida para a 1.ª declinação.

7. Finalmente, no campo do léxico, acham-se algumas características do latim vulgar, como o recurso a sufixos diminutivos:

Auris non oricla,

Neptis non nepticlas,

Anus non anicla.

3.5.2 *Inscrições*: Estas fontes têm, ao contrário do *Appendix Probi*, a vantagem de serem datáveis e localizáveis com relativa facilidade. Sabe-se assim a que variante regional e cronológica do latim falado atribuir os fenómenos observados nas inscrições. São três os grupos de inscrições com interesse para o conhecimento do latim vulgar:

a) inscrições lapidares,

b) inscrições murais, ou **graffiti**,

c) tábuas execratórias, ou **defixionum tabellae**.

a) inscrições lapidares

Não constituem o mais esclarecedor material para o estudo do latim vulgar, pois, na sua maioria, obedeciam a certos formulários já pré-escritos e com abundantes abreviaturas. Aquelas que mais nos interessam caracterizam-se,

não pela vontade do escritor em fixar a linguagem vulgar, mas pela sua falta de conhecimento da norma culta, o que permitia aparecerem fenómenos da sua linguagem pessoal ou dialectal. Por exemplo, nesta inscrição cerimonial do Lácio, sécs. III ou IV, pela qual o senado (*ordo*) e os cidadãos de Laurolavinium (*Laurentium L.*) homenageiam Valerius Frumentius, que renovou o juramento de fidelidade ao imperador (*editionem devotionis renovavit*), há uma série de mundanças fonéticas que são sugeridas pela grafia:

> Valerio Frumentio v[iro] p[erfectissimo], patrono et defesori, abitatori cibitatis, qui pos multum temporis editionem debotionis renobabit et iterabit, pro meritu munificentie sue ordo cibesque Laurentum L[avinatium].[20]

[20] Haadsma-Nuchelmans, 1963, p. 78.

Por esta inscrição, ficamos a saber que:

[w] > [β]	cibitatis < civitatis
	debotionis < devotionis
	renobabit < renovavit
	iterabit < iteravit
	cibes < cives
[ns] > [s]	defesori < defensori
-[t] > ∅	pos < post
[ae] > [ɛ]	munificentie < munificentiae
	sue < suae
	aeditionem < editionem

Este último caso é uma hipercorrecção (ou ultracorrecção): o escritor, consciente de que o ditongo **ae** estava a desaparecer, julga dever restitui-lo a um contexto a que ele, afinal, não pertencia. A hipercorrecção só se distingue da reacção culta a um erro ortográfico por se propor emendar uma forma que estava correcta, mas que era semelhante a outras que estavam, do ponto de vista normativo, incorrectas, por serem produto de uma evolução. Ao pretender aplicar àquela forma a mesma emenda que se aplica a estas, a hipercorrecção cria assim uma falsa etimologia (o que tem pouco interesse), mas ajuda a situar a data em que se concluiu aquela evolução, sem o que a confusão não teria surgido.

b) inscrições murais ou **graffiti**

A maior parte destas inscrições provém de Pompeia, e algumas de Roma. Trata-se de textos efémeros, não destinados a permanecer no tempo, ao contrário dos gravados em pedra ou bronze, já que o material usado costumava ser carvão ou tintas. Aparecem nas paredes internas ou externas de edifícios públicos e privados, tendo objectivos muito semelhantes aos **graffiti** actuais: propaganda eleitoral, publicidade, declarações amorosas, desabafos

pessoais, obscenidades ou tão-só uma assinatura. A sua natureza efémera contribuía para que os escritores não tivessem respeitado rigorosamente as regras ortográficas, expressando com muita liberdade a sua linguagem quotidiana e o seu grau de cultura, porventura não muito elevado. A esta vantagem para o estudo linguístico junta-se o facto de serem perfeitamente datáveis. Pompeia ficou sepultada sob a lava do Vesúvio no ano 79 d.C. Se considerarmos que, na mesma cidade, houve um terramoto em 63 d.C. (com a consequente reconstrução e reparação de edifícios), e que as inscrições foram realizadas sobre suportes e com materiais não destinados a uma longa vida, podemos supor que todos os **graffiti** conhecidos de Pompeia tenham sido inscritos num período de 16 anos, e provavelmente perto do seu término.

Vejamos alguns exemplos, colhidos do CIL[21]:

[21] *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim, iv, 1871.

CIL. IV 1234:

pupa que bela is, tibi
me misit qui tuus es: ual(e)
(rapariga que bela és, a ti me enviou quem teu é: vale!)

Pupa: termo familiar, «rapariga»;
bela: por *bella* (possível simplificação da consoante geminada);
is: por *es*;
es: por *est*, com apócope da consoante final.

CIL. IV 1904:

admiror, pariens, te non cecidisse ruinis,
qui tot scriptorum taedia sustineas
(surpreende-me, parede, que não caias em ruínas, tu que suportas o tédio de tantos escritores)

Pariens: ultracorrecção de *paries*, devido à assimilação usual *ens* > *es*.

c) tábuas execratórias ou **Defixionum tabellae**

Para a caracterização destas inscrições, citamos o passo que Silva Neto lhes dedica na sua *História do Latim Vulgar*:

> São elas, como se sabe, mensagens anónimas, endereçadas a divindades malfazejas, com o fim de obter, em detrimento de qualquer adversário e fora dos meios naturais, vantagens improváveis ou ilícitas.[22]

[22] Neto, 1977, pp. 105-6.

Trata-se, pois, de actividades e sentimentos peculiares a indivíduos das mais ínfimas classes sociais. São escravos, libertos, gladiadores.

As práticas de baixa magia, originária do Oriente, estavam difundidas na Grécia aí pelo V séc. a. C. No que toca à Itália, elas penetraram primeiro na

Campânia no II ou I séc. a. C. A introdução em Roma e subsequente extensão a todo o Império, pelo veículo dos soldados e comerciantes, data da época imperial.

Desde o meio do I séc. a. C., elas pululavam, a ponto de se estabelecerem leis rigorosas contra os feiticeiros, e de Tácito (*Ann.*, II, 32; XII, 52) os denunciar como um perigo público.

O motivo da imprecação nem sempre é visível. Todavia Jeanneret[23] estabeleceu quatro grupos de causas principais:

1) **amatoriae**: o amor sem esperança, o amor ciumento, o despeito amoroso, provocam o desejo de votar aos Infernos a amante infiel ou rebelde, o rival afortunado ou, ainda, um e outro;

2) **iudiciare**: o temor de perder um processo ou despeito de o ter perdido levam o litigante a desejar males e contratempos ao adversário;

3) **in fures**: o desejo de vingança provoca apelos à magia, a fim de que sejam atingidos os inimigos, graças à consciência demoníaca;

4) **ludicare**: os jogos do Circo, a tal ponto obcecaram a paixão dos frequentadores, que eles não hesitavam em pedir às potências ocultas a morte de tal gladiador ou tal cocheiro, ou a derrota da facção rival.

[23] Jeanneret, *La langue des tablettes d'exécration latines*, 1918, p. 5, (cit. Neto, 1977, pp. 105-6).

Sirva de exemplo esta inscrição achada em Cartago, do séc. II d.C.:

> *Te rogo qui infernales partes tenes, commendo tibi Iulia Faustilla, Marii filia, ut eam celerius abducas et ibi in numerum tu(um) abias.*[24]
>
> (A ti, que dominas as regiões infernais, rogo e te encomendo Julia Faustilla, filha de Mário, para que a leves mais rapidamente e a conserves aí, no número dos teus).

[24] Diaz y Diaz, 1950, p. 43.

É de notar a apócope — que é sistemática e antiga — da desinência *-m* do Acusativo em *Iulia Faustilla ... filia* e a grafia de *abias* por *habeas*. Esta revela que o *h* não era aspirado e que a vogal /e/ em hiato já evoluíra para a semivogal /j/. Além destes aspectos, semelhantes aos que temos encontrado nos documentos já examinados, é de notar, no plano lexical, o uso do vulgarismo *infernales partes* no lugar do clássico *inferos*.

3.5.3 *Cartas*: Conhecem-se cerca de 300 enviadas do Egipto, escritas por militares e comerciantes. A carta de que reproduzimos o início pertence a uma série de quinze, escritas em papiro no início do séc. II d. C. e encontradas em Karanis (Egipto), a maior parte delas dirigidas por Claudius Terentianus ao pai, Claudius Tiberianus, e redigidas em grego ou em latim.

> Claudius Terentianus Claud[i]o Tiberi[ano pa]tri suo ed domino plur[i]mam sal[utem]. Ante omnia opto te bene [v]alere, que m[ihi ma]xime vota [su]nt.

Scia[s me, p]ater, a[ccepisse] res quas mi misisti per .... ium Th ..[....] vetranum et per Numesianum .[...]. et palliolum, et ago tibi gratias quod me dign[um] habuisti ed sequrum fecisti. Misi t[i]bi, pater, per Martialem imboluclum concosu[tu]m in quo habes amicla par unu, amictoria [pa]r unu, sabana par unu, saccos par unu, gla[b]alum ligni. Emeram aute illuc con culcitam et pulbin[o] et me iacentem in liburna sublata mi s[unt]. Et habes in imboluclum amictorium singlare, hunc tibi mater mea misit. Et accipias caveam gallinaria in qua ha[bes] sunthe[seis] vitriae et phialas quinarias p[ar u]nu et calices paria sex et chartas sch[ola]res duas et in charta atramentum et calamos q[u]i[nq]ue(?) et panes Alexandrinos viginti. Rogo te, [p]a[t]er, ud contentus sis ista. Modo si non iacu[i]sse speraba me pluriam tibi missiturum ed itarum spero si vixero. Rogo te, pater, si tibi videbitur ut mittas mihi inde caligas cori subtalare ed udones par; caligae autem nucl[e]atae nugae sunt; bis me im mensem calcio. Et rogo ut mi mittas dalabram, ea q[u]am mi misisti optionem illan mi ab[s]tulisse, sed gratias illi ag[o qu]ia pillea(?) alta mi praestat. Ed praeterea oro [et rogo] te, p[ater, u]t contin[uo mih]i [resc]rib[as de] salutem t[ua]m te ha[b]ere bo[na] re accept[am. S]ollicitus sum autem de vic[e] in do<mo>(?) nese mihi rescribas. Et si Deus volueret, spero me frugaliter [v]iciturum et in cohortem [tra]nsferri. Hic a[ut]em sene aer[e ni]hil fiet neque epistulae commandaticiae nihil valunt nesi si qui sibi aiutaveret. Rogo, pater, ud continuo mihi rescribas, ed [sci]as Carpum hic errasse ed inv[e]ntus est Dios in legione et a[cce]pisse me pro illo (denarios) VI. Sal[u]tat te mater mea ed pater ed fratres mei, et scias domo perb[e]ne omnia recte esse. Sal[u]ta Aprodisia et Isituchen. Sal[ut]a Arrium centurionem con suis ed Saturninum scriba con suis et Capitonem centurione con [s]u[i]s et Cassium optionem con suis [et T]urranium optionem con suis [et Sal]lustium con [s]uis et Terentium gubernatorem [e]t Frontone con suis et Sempronium Hitalicum et Puplicium et Severinu et Mar[c]ellu collega tuum et Lucium. Saluta Serenum scriba c[o]n suis. Saluta omnes contubernales nostrous. Vale mihi. Bene valere te opto multis annis felicissime im perpetuo. Vale.[25]

[25] Haadsma-Nuchelmans, 1963, pp. 103-4.

Notas:

1. *opto*, «desejo»,
2. *que* > *quae*,
3. *imboluclum* > *involucrum*,
4. *concosutum*: *consuere* passou a *cosere* (port. *coser*), devido a dois fenómenos muito frequentes, a assimilação *ns* > *s* e a síncope da vogal /u/ em hiato, com avanço do acento para o /e/. Deixou de ser sentido, assim, como composto, pelo que recebeu novamente o prefixo *con-*;
5. notar sobretudo a ordem das palavras, que é praticamente românica.

3.5.4 *Obras técnicas*: Tratados de medicina, de veterinária, de agricultura, etc., são as obras que compõem este grupo. Embora se trate de textos que podemos qualificar como «especializados», é grande neles a presença de vulgarismos. Segundo Joseph Herman, a razão desta presença[26]

[26] Herman, 1975, pp. 30-1.

> est très facile à entrevoir: les gens de métier, les artisans, étaient par définition des gens de basse extraction, en grande partie des affranchis, des personnes d'origine étrangère, c'étaient en tout cas des gens qui n'avaient pas beneficié de l'enseignement grammatical et réthorique traditionnel; il n'est pas étonnant que les manuels qu'ils rédigeaient, ou plutôt qu'ils compilaient le plus souvent à partir des manuels grecs, représentaient un usage linguistique très éloigné des normes littéraires».

[27] Neto, 1977, pp. 99-124.

Temos, entre outras, as seguintes obras técnicas[27]:

- Os tratados de «arte veterinária» como a *Mulomedicina Chironis*, escrita provavelmente entre os séculos IV e V d.C. e atribuída a Cláudio Hermero. Apresenta , como características linguísticas, um empobrecimento do sistema verbal médio-passivo, o emprego limitado de formas simples, predominância de formas auxiliares, substituição de formas passivas pelas activas e um grande desenvolvimento do emprego das preposições.

- Tratados de medicina, como o *De medicamentis liber* de Marcelo Empírico, médico ou curandeiro que viveu no séc. V d.C.

  Há um pequeno livro de dietética atribuído a Anthimus, *De observatione ciborum*, médico de origem grega que viveu na Gália merovíngia, no séc. VI d.C.

  Também são interessantes as traduções de autores gregos como a de Dioscórides ou Oribasio, médico do imperador Juliano.

- Livros de cozinha, como *De re coquinaria*, que traz o nome de Apicius, célebre e rico sibarita que viveu perto do Tibre no séc. V d.C.

- Tratados de arquitectura, como *De architectura* atribuído a Vitrúvio. É muito conhecida a frase com que pede desculpas pelos vulgarismos que não soube evitar: «non architectus potest esse grammaticus».

- Obras historiográficas, como a *Historia Francorum* de Gregório de Tours. Também Fredegário escreveu uma crónica do seu tempo (660 d.C.). O texto de Gregório de Tours (538-594 d.C.) oferece numerosos vulgarismos sobre os quais existem opiniões desencontradas, já que podem parecer ora um recurso estilístico, ora a expressão da língua do autor e da sua região.

3.5.5 *Obras literárias*: Trata-se de obras de diversa extensão, nas quais podem entrever-se reminiscências da língua falada:

- Algumas cartas de Cícero aos familiares e amigos.
- Alguns passos das obras de Horácio (sobretudo nas *Satiras*), Catulo, Fedro, etc., «nas quais ocorria a utilização de formas vulgares por contraste com o tom do contexto».[28]
- Obras literárias onde era indispensável caracterizar linguisticamente as personagens e onde o uso de «expressões fortes» seria um bom recurso para captar o público. É o caso do teatro de Plauto. Na novelística, é também o caso do «Banquete de Trimalquião» (*Coena Trimalchionis*), fragmento do *Satyricon* de Petrónio, que tenta recolher de propósito a língua das classes mais baixas da Roma da segunda metade do séc. I d.C.
- Obras de carácter religioso, como a *Peregrinatio ad loca sancta*, composta no norte da Península Ibérica entre 381 e 388 d.C., pela monja Etéria. O manuscrito faz parte de um códice do séc. XI, copiado no mosteiro de Montecassino (Itália). Um pouco anterior parece ser o *Itinerarium Burdigalense*, escrito na Gália em 333 d.C. São estes dois os mais antigos textos que narram peregrinações aos lugares santos.

  Por último, neste grupo, temos a *Biblia Itala* ou *Vetus Latina*. A primeira das denominações, tirada de Santo Agostinho (*De Doctrina Christiana*, II, XV, 22) não é muito correcta, pois esta versão da Biblia foi composta por orientais (possivelmente judeus), sem muita instrução, antes do séc. III d.C. A rudeza da sua linguagem, como a definia Arnóbio (séc. III) — «popularibus et cotidianis verbis», «trivialis et sordidus sermo est», «ab indoctis hominibus et rudibus scripta sunt» — provocou seguramente a revisão levada a cabo por São Jerónimo, conhecida como *Vulgata*, que constitui o texto básico da Biblia latina para a Igreja católica.

[28] Neto, 1977, p. 55.

BIBLIOTECA NACIONAL

Podem comparar-se as duas versões num pequeno trecho do *Evangelho de S. Mateus*, 25, 30:

Vetus Latina

Et alius venit dicens: Domine, ecce mna tua quam habebam repositam in sudario, quoniam timebam te, homo es enim austeris: tolles quod non posuisti et metis (*var.*: metes) quod non seminasti. Ad ille dixit illi: De (*var.*: ex) ore tuo iudicabo te, serve inique, sciebas quia ego homo sum austerus, tollo quod non posui et meto quod non seminavi. Quare ergo non dedisti pecuniam meam super mensam? Et ego veniens cum usura exigebam illud.
Dixit autem his qui astabant: Tollite (*var.*: auferite) ab eo et ferte qui decemnas habet.
Dico enim vobis quoniam omni habenti adicietur, ab eo autem qui non abet et quod habet tolletur ab eo.
Verum tamen illos inimicos meos, qui neluerunt me regnare super eos, adducite hoc et occidite in conspecto (*var.*: conspectu) meo. Et inutilem serbum eicite in tenebras exteriores, ibi erit ploratus et stridor dentium.

Vulgata

Et alter venit dicens: Domine, ecce mna tua quam habui repositam in sudario. Timui enim te quia homo austeris (*var.*: austerus) es: tollis quod non posuisti et metis quod non seminasti. Dicit ei: De ore tuo te iudico, serve nequam, sciebas quod ego austeris (*var.*: -us) homo sum, tollens quod non posui et metens quod non seminavi? Et quare non dedisti pecuniam meam ad mensam? Et ego veniens cum usuris utique exigissem illud (*var.*: illam). Et adstantibus dixit: Auferte ab illo mnam et date illi qui decem mnas habet. Et dixerunt ei: Domine, habet decem mnas.
Dico autem vobis quia omni habenti dabitur, ab eo autem qui non habet et quod habet auferetur ab eo.
Verum tamen inimicos meos illos, qui noluerunt me regnare super se, adducite huc et interficite ante me.
(Et inutilem servum eicite in tenebras exteriores, illic erit fletus et stridor dentium, *Matth.* 25, 30).[29]

[29] Haadsma-Nuchelmans, 1963, p. 107.

3.5.6 *Glosas*: Antes de mais, é preciso notar, como afirma Silva Neto «que os glossários já não pertencem, propriamente, à fase latina. Entretanto, prestam informações inestimáveis, pois abrangem o período romance».[30]

[30] Neto, 1977, p. 121.

As glosas são anotações, feitas geralmente nas margens de textos manuscritos latinos (sobretudo nos séculos VII-X), que serviam para indicar o significado nas línguas vernáculas, ou em latim, de uma palavra latina considerada difícil. Embora o seu maior interesse respeite ao romance da Gália, o *Glossaire de Reichenau*, do qual reproduzimos um fragmento, é igualmente importante para o resto da România. É um conjunto de anotações à *Vulgata*, acompanhando um glossário alfabético. Este glossário, como em geral os restantes, deve bastante aos trabalhos de autores anteriores, especialmente às *Etymologiae* de Isidoro de Sevilha.

Glossário de Reichenau

repente	:	subito
ingredi	:	intrare
ceciderunt	:	caderunt
transire	:	transversare
abeam	:	vadam
coturnix	:	quaccola
aper	:	salvaticus porcus
abio	:	vado
ab his	:	ab istis
ab oc	:	ab isto
catulus	:	catellus
galea	:	helmus
Gallia	:	Frantia
is	:	ille vel iste
in ora	:	in bucca
non pepercit	:	non sparniavit
oves	:	berbices
pes	:	pedis
rostrum	:	beccus
sterilis	:	qui infantem non habet
saniore	:	meliore, plus sano
viscera	:	intralia
utilitas	:	profectus[31]

[31] Haadsma-Nuchelmans, 1963, p. 127.

Na Península Ibérica existem dois importantes «corpus» de glosas, produzidos no norte de Castela (Rioja). Reproduzem-se alguns trechos extraídos da edição de R. Menéndez Pidal, *Crestomatia del Español Medieval*, I, Madrid, 1971.

a) **Emilianenses**, escritas em meados do séc. X e conservadas no mosteiro de San Millán de la Cogolla, cód. n.º 60 (hoje na Biblioteca da Real Academia de la Historia).

> Quidam [q*ui* en fot] monacus filius sacerdotis ydolor*um* ... Et ecce repente [lueco] unus de principib*us* ejus ueniens adorabit eum. Cui dixit diabolus unde uenis? Et respondit: fui jn alia prouincia et suscitabi [lebantai] bellum [pugna] et effusiones [bertiziones] sanguinum ... Similiter respondit: jn mare fui et suscitabi [lebantaui] conmotiones [moueturas] et submersi [trastorne] nabes cum omnib*us* ... Et tertius ueniens [elo terzero d*i*abolo uenot] ... jnpugnaui *quem*dam monacum et uix [ueiza] feci eum fornicari.

b) **Silenses**, também escritas em meados do séc. X, e conservadas no mosteiro de Silos (o códice original encontra-se agora no British Museum, Add. 30.853).

> III. *De baptismo et opere dominico.*
>
> ... Si ignorans [si non sapet] quid babtizatus est, babtizetur ... Catecumine [qui est nomin*atus* pro babtizare] ...
>
> IIII. *De periurio et falsario* [falso testimonio].
>
> ... qui ducit alium in periurium [et ficieret mentira] ignorante [non sapiendo], .IIII. annis pen*iteat* ... Si innocens coactus [apretaret conpulsus uel constrict*us*] periuratus est [ke se periuret super so cosa], .XX. *diebus peniteat* ... qui au*tem* consenserit [castigatore fueret consiliu dederit] .IIII. annos *peniteat*; sin au*tem*, quale fr*atri* inposuit, tali iudicio damnetur [desonoratu siegat judicatu].

3.6. Estrutura e evolução do latim vulgar

Já ficou claro que o latim não era uma língua homogénea. Entre o latim falado em Roma e o latim falado em certa província, houve desde sempre diferenças, que a evolução aprofundou. Assim, o latim vulgar evoluiu naturalmente para uma diferenciação em sistemas linguísticos divergentes, funcionando os «factores de diferenciação» como estimulantes, travões ou orientadores, em cada região e época, de tendências evolutivas que, entregues a si mesmas, teriam decerto bastado para cindir o latim em diversas línguas.

Vamos, neste capítulo, descrever apenas algumas estruturas do latim vulgar, cujo comportamento se mostrou influente na história particular dos romances ocidentais. São elas o consonantismo, o vocalismo tónico, a acentuação, alguns aspectos da morfo-sintaxe e do léxico.

3.6.1 *Consonantismo:* O sistema consonântico latino era relativamente simples, comparado com o português. Compunham-no duas séries de oclusivas, uma sonora e uma surda, duas fricativas, duas nasais e duas líquidas.[32]

[32] Lloyd, 1987, pp. 77 ss.

		labial	dental	lateral	velar
oclusiva	surda	p	t		k
	sonora	b	d		g
fricativa		f	s		
nasal		m	n		
líquida			r	l	

O mesmo sistema consonântico pode ser representado numa matriz de traços articulatórios de natureza binária[33]:

[33] Lloyd, 1987, p. 79, Mateus, 1982, p. 72.

	/	p	t	k	b	d	g	f	s	m	n	l	r	/
consonântico		+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
silábico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
soante		-	-	-	-	-	-	-	-	+	+	+	+	
contínuo		-	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	+	
vozeado		-	-	-	+	+	+	-	-	+	+	+	+	
estridente		-	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	-	
nasal		-	-	-	-	-	-	-	-	+	+	-	-	
alto		-	-	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	
baixo		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
recuado		-	-	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	
arredondado		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
anterior		+	+	-	+	+	-	+	+	+	+	+	+	
coronal		-	+	-	-	+	-	-	+	-	+	+	+	

Na escrita, /k/ era representado por <c>. A aspirada /h/, representada por <h>, desapareceu praticamente na época clássica, tornando-se uma sobrevivência gráfica sem valor fonético. É por isso que as línguas românicas não têm /h/ aspirado, ao contrário, por exemplo, das germânicas. O chamado «h aspirado» francês não o é exactamente, pois se limita a forçar um hiato em palavras de origem germânica, que perderam a aspiração; ex: *le $ hameau* ($ simboliza fronteira silábica).

As velares apareciam frequentemente associadas à semivogal /w/ : /kw/ e /gw/, representados por <qu> e <gu>. Embora se discuta se estes grupos constituíram unidades fonológicas próprias, a sua evolução subsequente, com perda da semivogal, sugere que a velar e /w/ eram fonemas independentes.

No entanto, as semivogais /j/ e /w/ devem ter começado por ser variantes alofónicas de /i/ e /u/ não silábicos. Na escrita não se distinguia a vogal da semivogal:

$$<i> = \left| \begin{matrix} /i/ \\ /j/ \end{matrix} \right|$$

$$<u> = \left| \begin{matrix} /u/ \\ /w/ \end{matrix} \right|$$

A evolução do latim vulgar mostrou que as semivogais se transformaram em consoantes:

/j > dʒ > ʒ/ : IANUARIU > janeiro

/w > β > v/ : VACA ['waka] > vaga

ou, em palavras provenientes do germânico,

/w > g/ : VĪTTA > guita

Tal como veremos a respeito das vogais, as consoantes tinham distinção de quantidade, uma vez que as geminadas se realizavam com uma articulação longa:

ADITUS (entrada)	ADDITUS (adicionado)
VITA (vida)	VITTA (guita)
CASA (cabana)	CASSA (vazia)
CURO (eu cuido de)	CURRO (eu corro)
FERUM (feroz)	FERRUM (ferro)
ANUS (mulher velha)	ANNUS (ano)

3.6.1.1 (Lenição): A principal transformação registada pelo sistema consonântico latino diz respeito ao comportamento das consoantes intervocálicas. Foram tantas as consoantes afectadas que este comportamento, designado por «lenição» ou «abrandamento», costuma ser critério para a divisão entre a Românía ocidental, onde se regista, e a Românía oriental, onde não ocorre.

[34] Lloyd, 1987, pp. 141 ss.

Este complexo de fenómenos, tal como descrito por Lloyd[34], começou pelo /-b-/ intervocálico, que passou de oclusivo a fricativo (/-β-/), confundindo-se assim com a pronúncia bilabial adquirida pela semivogal /w/. Esta fricativa sugere que não só o /b/, mas também as outras oclusivas sonoras, /d/ e /g/, fossem enfraquecidas em posição intervocálica; como não entravam em colisão com outro fonema, o facto não terá tido, logo no início, consequências a nível fonológico.

Em segundo lugar, as oclusivas surdas /p t k/ assimilaram-se ao condicionamento vocálico, sonorizando para /b d g/. Finalmente, as oclusivas geminadas, surdas e sonoras, passaram da articulação longa para a breve (as líquidas e nasais evoluíram de modo muito semelhante). Em cada nova etapa de evolução, o resultado foi a produção de consoantes secundárias que ocuparam

o lugar deixado vago pelas correspondentes primárias, durante a etapa anterior. Trata-se de uma reacção em cadeia, que se pode esquematizar como segue:

I	-B-	-D-	-G-			
	↓	↓	↓			
	-β-	-δ-	-γ-			
II	-P-	-T-	-K-			
	↓	↓	↓			
	-b-	-d-	-g-			
III	-PP-	-BB-	-TT-	-DD-	-KK-	-GG-
	↓	↓	↓	↓	↓	↓
	-p-	-b-	-t-	-d-	-k-	-g-

Mais tarde, com a fonologização das consoantes evoluídas, verificou-se um progressivo enfraquecimento de [δ] e [γ] até à perda total de articulação. A fricativa labial [β] não teve a mesma sorte, uma vez que, ou adquiriu articulação labiodental /v/, encontrando no sistema uma correlação não vozeada em /f/ (português-padrão, francês, italiano e romeno), ou então passou a funcionar como uma variante alofónica de /b/ em posição intervocálica (galego, português setentrional, castelhano e sardo).

Á partida, não se tratava, portanto, de uma mudança fonológica (mudança não condicionada em que o sistema fonológico evolui mas acaba por manter o mesmo número de unidades distintivas), mas de uma mudança fonética assimilatória (as consoantes sofrem os efeitos de uma assimilação dupla exercida pelas duas vogais que as enquadram no contexto sintagmático). Em termos de traços distintivos, o que aconteceu nas duas primeiras fases foi uma sucessiva extensão de traços articulatórios próprios dos segmentos vocálicos (a continuidade e o vozeamento) aos segmentos consonânticos:

$$\begin{array}{ccccccc} & \text{I} & & & \text{II} & & \\ \text{C} & > & \text{C} & \text{C} & > & \text{C} \\ [\text{- cont}] & & [\text{+ cont}] & [\text{- voz}] & & [\text{+ voz}] \\ \begin{bmatrix} b \\ d \\ g \end{bmatrix} & > & \begin{bmatrix} \beta \\ \delta \\ \gamma \end{bmatrix} & \begin{bmatrix} p \\ t \\ k \end{bmatrix} & > & \begin{bmatrix} b \\ d \\ g \end{bmatrix} \end{array}$$

Esta cadeia de transformações é explicada, por alguns autores, por influência de um factor extra-linguístico, o substrato celta de grande parte da Europa

ocidental[35]. Todas as línguas célticas modernas sofreram uma lenição em posição intervocálica de todas as consoantes: uma lenição, portanto, mais ampla que a latina. O facto de regiões que não foram povoadas por celtas, como a Roménia, a Sardenha e o sul da Hispânia, não terem romances afectados pela lenição ajuda a relacionar o fenómeno com a presença pré-romana de celtas. No entanto, Lloyd reconhece que uma explicação estrutural interna não é anulada por eventuais efeitos de substrato. Essa explicação poderia ser encontrada na perda da quantidade, que afectaria particularmente as consoantes geminadas, que se abreviariam e exerceriam pressão sobre as suas correspondentes simples. Estas atenuar-se-iam, sonorizando as surdas, fricatizando as sonoras:

[35] Lloyd, 1987, pp. 145-147.

-pp- > -p- secundário
-p- primário > -b- secundário
-bb- > -b- secundário
-b- primário > -β- > -v-

É uma explicação deste tipo a que se encontra em Martinet[36]: o latim vulgar da România ocidental, tal como as línguas celtas, terá sofrido uma redução das suas geminadas intervocálicas ao nível da duração e da energia articulatória. Tal redução teria uma motivação funcional encontrada na alta frequência de geminadas, que, tanto em latim como nas línguas celtas, levou estes fonemas a ser quase tão comuns como os consonânticos simples. Consequências estruturais deste enfraquecimento das geminadas, que terão passado a consoantes iniciais de sílaba, mais enérgicas que as simples primitivas (/t$t > $T/), encontra-as Martinet na progressiva assimilação ao contexto intervocálico por parte das consoantes simples pré-existentes: as surdas ter-se-ão sonorizado (ex: /-t- > -d-/) e as sonoras fricatizado (ex: /-d- > -ð-/). Finalmente, aquela consoante enérgica intervocálica que correspondia à antiga geminada pôde evoluir para consoante simples. Repare-se que se trata da proposta de uma cronologia relativa, contrária àquela de que fala Lloyd (que aliás repete os argumentos de um outro autor, Veikko Väänänen). Para Väänänen[37] a simplificação das geminadas latinas deve ter sido tardia uma vez que as vogais tónicas do francês antigo, que só ditongaram em sílaba aberta, não ditongaram precisamente em formas que continham uma geminada latina (como se de sílaba travada se tratasse).

[36] Martinet, 1952.

[37] Väänänen, 1981, p. 58.

3.6.1.2 (Semivogais): A evolução das semivogais no sentido da consonantização, que já referimos, constitui outro conjunto de mudanças encadeadas que afectaram seriamente o latim vulgar.

O /w/ passou a uma bilabial fricatizada [β], que não teve dificuldade em servir de correspondente sonora da labial /f/, tornando-se assim um fonema. Isto estava consumado no século I d.C.

Na mesma época, a semivogal /j/ reforça a sua articulação em posição inicial para se tornar uma fricativa /ʒ/ ou mesmo uma africada /dʒ/, qualquer delas palatal.

3.6.1.3 (Palatalizações): Em virtude desta evolução do iode, surgiram consoantes palatais, fricativas e africadas, inteiramente novas. Convêm recordar que o /j/ era muito frequente, sendo resultado das vogais /i/ e /e/ colocadas em hiato, o que acontecia já no século II a.C.: PARIAT (em vez de PAREAT).

O /j/ teve os seguintes efeitos sobre as consoantes precedentes:

a) /tj > tsj > tʃ > ts/

A passagem da oclusiva dental /t/ para a semivogal /j/ provoca uma assibilação intermédia, de onde resulta a africada /tʃ/, a qual em português, por exemplo, despalatalizou para /ts/. Em inscrições do século II d.C., lê-se:

CRESCENTSIANUS	(por CRESCENTIANUS)
VINCENTZA	(por VINCENTIA)
MARSALIS	(por MARTIALIS), século IV d.C.

b) /kj > tj > tsj > tʃ > ts/

Lloyd[38], explica assim: o movimento da lingua do contacto velar (de [k]) para a posição palatal (de [j]) provocou o avanço daquele contacto dentro da boca, exactamente ao mesmo tempo que o contacto dental (de [t]) tendia a ser atraido pelo [j] para uma posição mais recuada, alveolar ou pré-palatal. Deu-se assim, mais ou menos na mesma época, uma convergência para a região palatal das oclusivas, dental /t/ e velar /k/, tornando-se muito parecidas as duas realizações, e acabando por ser um único fonema nos romances hispânicos. Confusões gráficas em inscrições do século II d.C. mostram que a aproximação era anterior:

[38] Lloyd, 1987, p. 133.

MUNDICIEI	(por MUNDITIEI)
TERCIAE	(por TERTIAE)
FATIO	(por FACIO)
DEFINICIO	(por DEFINITIO)

c) { /dj/ , /gj/ } > /dʒ/, como aconteceu a /j/

As oclusivas sonoras /d/ e /g/, de articulação relaxada, não assibilaram ou fricatizaram em contacto com o /j/, mas fundiram-se completamente com ele. A partir de aí, comportaram-se como ele, passando a uma africada palatal /dʒ/ e depois, em português, a uma fricativa palatal /ʒ/. Assim como /j > dʒ/:

MADIAS (por MAIAS), 364 d.C.,

assim também /di > dj > j > dʒ/:

AIUTOR (por ADIUTOR)
ZEBUS (por DIEBUS)

d) /lj > ʎ/

/nj > ɲ/

As consoantes /l/ e /n/ absorveram completamente o /j/ e transformaram-se em palatais:

VINEA > vinja > viɲa
FOLIA > folja > foʎa

e) Uma palatalização tardia, e de especial interesse para o português, é a de /k/ e de /g/ não antes de /j/ mas das vogais /e/ e /i/. O resultado foi também a africada predorso-dental /ts/, para /ke/, /ki/,

CELLA > tsela (> port. cela)

e a africada palatal sonora /dʒ/, para /ge/,

GENTE > dʒẽte (> port. gente)

Para se obter uma descrição global de todos estes fenómenos de palatalização, deve atentar-se no feixe de traços distintivos de que participa o /j/: trata-se de um segmento [-cons], [-sil] (está em causa uma semivogal) que, para além disso, se define por traços de corpo da língua [+alt], [-rec]. Ora verifica-se que as consoantes que em latim vulgar vão evoluir para palatais são, também elas, consoantes «linguais», articuladas com o corpo da língua[39]. Pode concluir-se então que a palatalização por /j/ vai apenas afectar consoantes homorgânicas, deixando intactas labiais como /p b f/. Das consoantes assimiladas, as que se definiam por ser [-alt] sofreram uma elevação:

$$\begin{bmatrix} t \\ d \\ l \\ n \end{bmatrix} > \begin{bmatrix} tʃ \\ dʒ \\ ʎ \\ ɲ \end{bmatrix} / - [j]$$

[39] Hock, 1987, pp. 74-75.

Por outro lado, as consoantes que eram articuladas com a língua em posição recuada adiantaram o ponto de articulação tornando-se [-rec]:

$$\begin{bmatrix} k \\ g \end{bmatrix} > \begin{bmatrix} tʃ \\ dʒ \end{bmatrix} / \_ [j]$$

3.6.1.4 (Grupos consonânticos)

a) Em posição inicial

Tal como as consoantes simples, mantiveram-se bastante em latim vulgar os grupos consonânticos. Alguns deles só em português registaram evolução, como sejam PL-, CL-, FL-, cuja convergência para a africada palatal [tʃ] é precisamente uma das marcas da diferenciação do romance galego-português primitivo.

É de referir, contudo, o comportamento das velares seguidas de semivogal /w/ (a pôr em paralelo com o seu comportamento junto a /j/).

- /kw > k/ (antes de vogal não acentuada):

  QUATERNU > caderno
  QUAERERE > querer.

  Antes de vogal acentuada, o grupo [kw] inicial mantém-se:

  QUATTUOR > quatro
  QUANDO > quando,

  a não ser que anteceda vogal palatal:

  QUINTU > quinto
  QUID > que.

- Quanto ao grupo inicial [gw], encontrável em palavras de origem germânica, ele mantém-se antes de [a]:

  wardon > guardar

  e simplifica em [g] quando antecede vogais palatais:

  *werra > guerra
  wisa > guisa.[40]

[40] Williams, 1961, pp. 69-93.

b) Em posição medial

Nesta posição, registaram-se transformações mais abundantes e diversas. Por exemplo, a primeira consoante assimilou-se à segunda[41]:

[41] Williams, 1961, pp. 85-86.

/-rs- > ss/ : PERSICUM > pêssego
PERSONA > pessoa

/-ps- > ss/ : IPSE > esse
GYPSUM > gesso

/-pt- > tt > t/ : CAPTARE > catar

/-ns- > s/ : PENSARE > pesar
SPONSUM > esposo

/-nf- > f/ : INFANTEM > ifante (cult. infante)

Além disto, a consoante final do prefixo era frequentemente assimilada à consoante inicial da palavra principal:

ADVERSUM > avesso
SUBTERRARE > soterrar
ADMONESTARE > amoestar

Quanto aos grupos velar+[w], o seu comportamento em posição medial, no caso de [gw], não difere do que observámos em posição inicial:

LINGUA > língua (manutenção de [gw])
SANGUE > sangue (simplificação em [g]).

Mas, no caso de [kw], já há diferenças a registar:

- entre consoante e [a], mantém-se [kw]:

  QUINQUAGINTA > cinquaenta > cinquenta

- entre consoante e vogal palatal, há simplificação em [k]:

  CINQUE > cinque ~ cinqui (medieval)

- entre duas vogais, se a que seguir [kw] for [a], encontramos sonorização em [gw]:

  AQUA > água

- no mesmo contexto intervocálico, mas antes de [e, i], a sonorização é acompanhada de simplificação em [g]:

  AQUILA > águia
  ALIQUEM > alguém

3.6.2 *Vocalismo*: Trataremos apenas do vocalismo tónico. Os fonemas vocálicos latinos eram dez, desdobrando-se cada uma das cinco vogais em duas, uma breve e uma longa. Em latim, da mesma forma que em outras línguas com

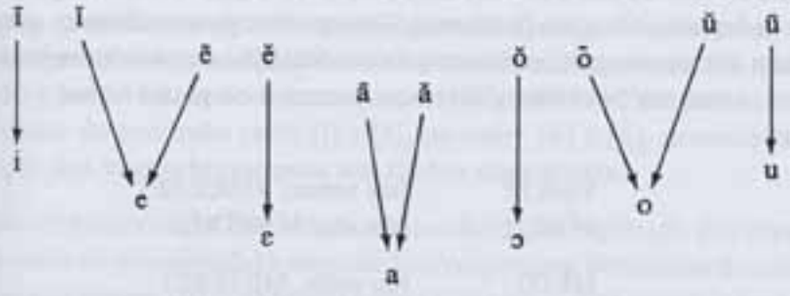
sistema vocálico quantitativo, existia uma equivalência entre quantidade e qualidade da vogal. Assim, a uma maior quantidade correspondia uma abertura menor e, por outro lado, a uma quantidade menor correspondia uma maior abertura. Assim, temos uma correspondência entre vogais longas e fechadas e entre breves e abertas:

$\bar{\imath} = i̯$	$\bar{e} = e̯$	$\bar{a} = a̯$	$\bar{o} = o̯$	$\bar{u} = u̯$
$\breve{\imath} = j̯$	$\breve{e} = e̯$	$\breve{a} = a̯$	$\breve{o} = o̯$	$\breve{u} = u̯$

Nas vogais de articulação mais elevada, /i/ e /u/, esta correspondência traduzir-se-ia, mais tarde, no abaixamento do fonema breve para a vogal imediatamente mais aberta:

$$\bar{\imath} > e̯ \qquad \bar{u} > o̯$$

Com a perda da distinção de quantidade (v. adiante), este sistema de dez fonemas tornou-se inviável. As vogais passaram a distinguir-se apenas pela abertura timbrica, reduzindo-se de dez para sete:



Com excepção do /a/, continuou a ser possível distinguir todas as anteriores vogais que constituíam pares timbricos. O novo sistema de sete vogais mantém-se quase intacto até aos nossos dias, em português, mas não em castelhano ou em francês.

/a/	FĀBAM	> fava
	PRĂTUM	> prado
/ɛ/	DĔCEM	> dez
	CAECUM > C[Ē]CU	> cego
/e/	ACĒTUM	> azedo
	COENAM > CĒNA	> cea (> ceia)
	ĬLLE	> ele
/i/	RĪVUM	> rio
/ɔ/	RŎTAM	> roda
/o/	AMŌREM	> amor
	LŪTUM	> lodo
/u/	FŪMUM	> fumo

Como se disse atrás, estas mudanças ocorridas no sistema vocálico são associadas comummente a um fenómeno ocorrido no início do latim imperial, a perda de distinção de quantidade.

3.6.2.1 (Perda da distinção de quantidade): Diz Aurelio Roncaglia a este respeito: «A perda da distinção de quantidade é [...] um fenómeno central no processo pelo qual o latim chegou às línguas românicas»[42]. Seguindo este autor, recordemos que a quantidade latina derivava da possibilidade de distinguir, através da sua diferente duração, duas vogais de timbre igual, o que a tornava fonologicamente pertinente. Os seguintes pares mínimos, que correspondem às cinco vogais, mostram como a distinção actuava entre palavras da mesma classe, ou de classes diferentes, portanto no plano lexical:

[42] Roncaglia, 1982, p. 109.

VĬNCIT	(ele vence, VĬNCĔRE)
VĪNCIT	(ele ata, VĪNCĪRE)
MĔTO	(eu ceifo, MĔTĔRE)
MĒTO	(eu meço, MĒTĀRE)
MĂLUM	(mal)
MĀLUM	(maçã)
SŎLUM	(solo)
SŌLUM	(só)
FŬROR	(furor)
FŪROR	(eu roubo, FŪRĀRI)

Mas ela permitia, além disso, distinguir no plano gramatical diferentes funções de uma mesma palavra. Assim, tinha um papel na flexão verbal,

VĒNIT	(presente)
VĒNIT	(perfeito)

e na flexão nominal (casos),

ROMĀ	(nominativo)
ROMĀ	(ablativo)
FRUCTŪS	(nominativo)
FRUCTŪS	(genitivo)

A quantidade era independente da estrutura silábica e da acentuação. Marcava as vogais de todas as sílabas, fossem acentuadas ou não. Uma sílaba breve podia ter acento.

[As regras básicas da acentuação latina eram:

a) os dissílabos são paroxítonos;

b) os trissílabos também são paroxítonos, se a penúltima sílaba for longa; isto permite que uma vogal breve, mas longa por posição (= seguida de duas consoantes), seja acentuada;

c) os trissílabos são proparoxítonos quando a penúltima vogal é breve por natureza e posição. Este é, pois, o caso em que a quantidade interfere, de algum modo, na colocação do acento].

Roncaglia, apoiado nos cálculos cronológicos de Georges Straka, pensa que a perda da distinção de quantidade estava generalizada no século III, tendo-se esboçado a partir do século I da nossa era. Os **graffiti** de Pompeia exibem já alguns casos de confusão entre [ī] e [ĕ], ou entre [ō] e [ŭ], provocada pela deslocação das vogais breves para um timbre mais aberto.

No plano articulatório, o mecanismo da mudança foi explicado por Straka[43]. Às diferenças de quantidade (= duração) correspondem diferenças de articulação: as vogais longas são mais tensas e mais fechadas que as vogais breves. Sem alteração da articulação era possível que a pertinência fonológica (percebida pelos falantes latinos) se transferisse da duração para o timbre ou a intensidade. Foi o que sucedeu no latim vulgar: a distinção entre um [ē] longo e um [ĕ] breve foi substituída por uma distinção entre um [e] fechado e mais tenso e um [ɛ] aberto e mais relaxado. (As razões para a substituição podem não ter sido estruturais e são objecto de debate).

As diferenças de quantidade e as de timbre e intensidade devem ter coexistido durante várias gerações, em situação de redundância. Durante esse período,

[43] Roncaglia, 1982, pp. 115-116.

mudanças importantes estavam igualmente em curso no que respeita ao acento. Embora não haja unanimidade de opiniões a esse respeito, o acento latino era provavelmente, no início, um acento melódico, baseado na diferença de altura entre a vogal acentuada (mais aguda) e as vogais não acentuadas (mais graves). Umas e outras podiam ser longas ou breves, de acordo com as regras posicionais há pouco resumidas.

Mas este acento melódico, baseado na frequência, cedeu o lugar a um acento baseado na energia expiratória, ou seja, um acento de intensidade.

É fácil de ver a relação que, a partir de aí, se estabeleceu entre a vogal de acento intenso (tónica) e a vogal longa e tensa. A vogal tónica passa a só poder ser longa e tensa e não, como anteriormente, breve. Do mesmo modo, a vogal átona só pode ser breve.

Em cada vocábulo, passa a haver apenas uma vogal longa (porque tónica), sendo todas as outras breves (porque átonas). A quantidade das vogais passa a ser condicionada pela acentuação. Torna-se fonologicamente irrelevante e deixa de poder desempenhar as funções de distinção lexical e gramatical, que examinámos antes. Tal facto tem consequências muito importantes na estrutura gramatical latina, que já veremos. Antes, porém, retomaremos a história do vocalismo em outra perspectiva.

A evolução do vocalismo tónico latino pode ser, de uma forma alternativa, descrita por uma teoria fonológica mais recente que a teoria clássica até aqui adoptada. Trata-se da fonologia das partículas.

Imaginada para explicar mudanças fonológicas vocálicas ocorridas na história do inglês («open syllable e lenghtening» e «great vowel shift»), a teoria em causa propôs um entendimento dos segmentos vocálicos como o resultado da presença de partículas elementares, combinadas ou isoladas, portadoras das seguintes marcas: palatalidade — **i**; labialidade — **u**; abertura — **a**. A altura das vogais estaria directamente dependente do número de partículas de abertura; a tonalidade, por seu lado, estaria relacionada com as partículas da palatalidade e da labialidade. Com a adopção desta teoria, seria possível uma fuga à observação casuística da propriedade articulatória da tensão e da propriedade acústica da duração; em contrapartida, facultava-se a captação e a representação do modo como se combinam as duas propriedades[44]. A fonologia das partículas foi oficialmente «inaugurada» em 1982 por Sanford Schane[45]; o autor propunha então uma representação vocálica que, adaptada ao latim vulgar de época mais tardia, teria a seguinte configuração:

[44] Mateus, 1985, p. 20.

[45] Schane, 1982.

som	partículas	som	partículas	som	partículas
[i]	i	[u]	u		
[e]	ai	[o]	au		
[ɛ]	aai	[ɔ]	aau	[a]	a

As vogais menos marcadas [i u a] correspondem à realização de uma partícula simples (neste caso, a partícula representa um segmento); já nas restantes vogais, mais marcadas, verifica-se a realização simultânea de várias partículas: são partículas complexas, onde cada uma das partículas elementares representa um traço distintivo.

Pode comparar-se agora o sistema deste primeiro quadro com o que funcionava em latim vulgar de época mais arcaica. A repetição das partículas de tonalidade, **i** e **u**, nas vogais longas dá conta da respectiva tensão; as vogais breves, mais relaxadas, são marcadas na respectiva distensão pela partícula de abertura **a**. O espaço branco representa a **mora** suplementar presente nas vogais de duração longa [Uma **mora** é uma unidade de medida silábica e corresponde basicamente a uma sílaba simples, CV (ex: *mim*). Uma sílaba mais longa, como CV-C (ex: *mil*) ou CV-V (ex: *meu*) é já composta de duas **morae**. Da mesma forma, uma vogal longa opõe-se metricamente a uma vogal breve por ser divisível em duas **morae** e não em uma]:

som	partículas	som	partículas	som	partículas
[ī]	i i	[ū]	u u		
[ī]	ai	[ū]	au		
[ē]	ai i	[ō]	au u	[ā]	a u
[ĕ]	aai	[ŏ]	aau	[ă]	a

[Schane[46] representa [ā] com uma partícula suplementar de abertura *a a*. Esta representação contraria contudo a associação, por ele próprio admitida, entre maior duração e maior tensão. Ora a partícula de abertura, ao contrário de marcar uma vogal tensa, marca uma vogal relaxada].

[46] Schane, 1982, pp. 10, 15.

A evolução do sistema de dez vogais, mais antigo, para o sistema de sete vogais terá consistido então, segundo esta perspectiva, em uma perda de duração e uma concomitante distensão de todas as vogais longas que perdem uma **mora** (um espaço) e uma partícula de tonalidade, tornando-se assim vogais mais relaxadas:

[ī]	i i	> i	[ū]	u u	> u
[ē]	ai i	> ai	[ō]	au u	> au
			[ā]	a u	> a

Ter-se-ão mantido com igual abertura e igual tonalidade as vogais breves /ĭ ĕ ŭ ŏ ă/ mas a sua duração breve e a sua articulação relaxada deixaram de funcionar distintivamente visto não existirem mais no sistema partículas longas e tensas.

3.6.2.2 (Ditongos): Em latim clássico existiam quatro ditongos: AU, AE, OE (pouco frequentes) e EU (muito raro). O latim vulgar acabará por monotongar todos eles, com excepção de AU, que se conserva em alguns domínios românicos, como o português.

O ditongo AE desaparece na fase arcaica do latim nos domínios provinciais itálicos, embora nas variantes «urbanas» se tenha mantido até à época imperial. O resultado da monotongação será um [ɛ] aberto:

CAELUM > celo > port. céu

O ditongo OE simplificou-se em [e] fechado, possivelmente após a monotongação de AE:

POENA > port. pena

O ditongo AU manteve-se até hoje em muitas áreas do domínio românico (port. OU), embora se tenha reduzido muito cedo em alguns dialectos itálicos. Assim, coexistiram formas como *codex* e *caudex*, *colis* e *caulis*. É preciso distinguir este ditongo latino daquele que, já em época românica, se constituiu a partir da vocalização de [l] depois de [a]:

ALTARIU > autairo > outeiro

CAL'DU > fr. chaud

3.6.3 *Morfo-sintaxe*: As alterações que acabamos de observar no vocalismo tiveram enormes repercussões na morfologia e na sintaxe latinas, que reagiram em cadeia. Vamos observar esse processo, destacando de entre os pormenores e particularizações necessárias as linhas principais do encadeamento: a perda de quantidade das desinências casuais levou à redução do número de casos; esta tornou mais difícil a identificação, por via flexional, das funções sintácticas, daí o recurso a outros processos, como a ordem de palavras.

As alterações fonéticas e fonológicas que desencadearam a evolução foram de dois tipos:

a) perda da oposição quantitativa:

nom., voc. REGINĀ
abl. REGINĀ
> REGINA

b) perda da consoante final M do acusativo:

REGINĀM > REGINA

Desta maneira, temos no singular do nome REGINA quatro casos que convergem para a mesma forma, o que impossibilita a distinção de funções de sujeito, objecto directo e circunstancial, por via flexional. No plural, o sistema latino clássico diferenciava nominativo e acusativo nas duas primeiras declinações:

nom. REGINAE / acus. REGINAS

nom. DOMINI / acus. DOMINOS

mas, nas outras três declinações, ambos os casos coincidiam:

3.ª decl.: nom. pl.	NOMINES	= ac. pl.	NOMINES
	LUCES	=	LUCES
4.ª decl.:	SENSŪS	=	SENSŪS
5.ª decl.:	DIĒS	=	DIĒS

Estes exemplos bastam para mostrar como era fácil confundirem-se as formas de diversos casos. No fim, o que veio a prevalecer na Românía ocidental foi a forma do acusativo:

REGINA(M) / REGINAS

DOMINU(M) / DOMINOS

HOMINE(M) / HOMINES

SENSU(M) / SENSUS

DIE(M) / DIES

Os nomes das línguas românicas ocidentais, na sua quase totalidade, evoluem a partir de formas acusativas, como estas: port. *virgem*, cast. *virgen*, cat. *verge*, fr. *vierge*, derivam do acusativo VIRGINE(M) e não do nominativo VIRGO.

Aliás, a simplificação ainda foi maior do que isto pode sugerir, pois não foram cinco formas, correspondentes a outras tantas declinações, que transitaram para as línguas românicas, dado que o número de declinações também foi reduzido drasticamente: houve uma fusão entre os nomes da 4.ª e da 2.ª declinações, e entre os da 5.ª e da 3.ª.

3.6.3.1 (Evolução do sistema casual): A desintegração do sistema casual supõe uma das evoluções mais importantes para a transformação do latim nas diferentes línguas românicas. É verdade que a simplificação do sistema casual latino correspondia a uma tendência geral dentro da família indo-europeia e que, em relação à estrutura primitiva, em que as funções sintácticas do nome eram representadas exaustivamente através das desinências, o latim clássico já tinha avançado consideravelmente. Na série seguinte, podemos observar o contraste entre dois momentos da evolução dentro do próprio latim:

HABITO ROMAE / HABITO IN URBE

EO ROMAM / EO AD URBEM

VENIO ROMA / VENIO EX URBE

A este respeito, comenta Roncaglia:

> A primeira série representa o estado arcaico da flexão nominal, em que as diversas desinências bastavam por si só para indicar as diversas funções sintácticas do mesmo nome. Noções e funções são concebidas organicamente e cada palavra é sintacticamente autónoma. A segunda série representa um estado novo: o locativo confundiu-se com outro caso e as desinências não bastaram para representarem as funções sintácticas: em vez de variações desinenciais, passa a recorrer-se a preposições. A função tende a distinguir-se analiticamente da noção; a palavra isolada tende a perder a sua autonomia sintáctica. O uso das preposições acabará por tornar supérflua a variação das desinências. O latim clássico representa uma fase de transição [...]. A crise, latente sob este compromisso, manifestar-se-á com toda a força no latim vulgar, e terminará com a vitória das preposições sobre as desinências, com o triunfo da estrutura analítica sobre a estrutura sintáctica.[47]

[47] Roncaglia, 1977, pp. 142-3.

O latim clássico tinha reduzido a seis o número dos casos (confundindo instrumental com ablativo e locativo com genitivo, e às vezes também com ablativo). O latim vulgar reduzi-los-á drasticamente do modo seguinte:

a) Três casos na Dácia: nominativo-acusativo, genitivo-dativo e vocativo. Actualmente, o romeno possui uma **declinação bicasual**, ora articulada (quando leva o artigo enclítico), ora inarticulada.

b) Dois na Gália e na Récia: nominativo, ou **caso recto**, e acusativo, ou **caso oblíquo**, que se mantêm até ao século XIV, desaparecendo mais tarde com a sistematização das formas do caso oblíquo.

c) Nas Penínsulas Ibérica e Itálica, como já vimos, o sistema reduziu-se só a um caso, o acusativo, ou seja, desapareceu a marcação flexionada das categorias sintácticas.

Embora, como afirma Roncaglia, o acusativo fosse historicamente o caso que sobrevive da declinação latina, alguns vestígios foram deixados pelos outros casos:

Nominativo: Sobretudo aparecem vestígios do nominativo em nomes próprios de pessoa ou entidade personificada, cujo uso como sujeito agente era a forma mais usual na qual se apresentava:

MARCUS > Marcos

DOMINICUS > Domingos

JUPITER > Júpiter

Vocativo: Raramente apresenta uma forma diferente da usada para o nominativo (do qual se diferenciava unicamente na 2.ª declinação), sendo progressivamente eliminado o seu uso. Alguns vestígios ficaram, como seja:

AVE MARIA

Genitivo: Normalmente, é substituído pelas formas **de** + ablativo ou acusativo, e às vezes pelo dativo. Encontramos vestígios do genitivo em:

a) alguns pronomes: ILLORUM > it. *loro*, fr. *leur*, rom. *lor*.

b) em francês e provençal antigo, além de construções «anómalas» com reminiscências do caso genitivo (*la mort Rollant* em vez de *la mort de Rollant*), encontram-se um certo número de vocábulos com terminação em **-or / -our**, derivados dos correspondentes genitivos latinos:

Geste *Francor* (na *Chanson de Roland*)

la fille de l'*empereor* (caso oblíquo)

c) numerosos topónimos da Península Ibérica que eram precedidos em latim do substantivo *villa*:

(villa) *VERMUDINI > Vermoim

(villa) RECAREDI > Recarei

Dativo: Foi substituído em geral pela construção **ad** + acusativo, já documentada em Plauto (*dabo ad carnificem*). A substituição foi facilitada pelo facto de coincidirem por vezes na sua forma o genitivo e o dativo, e também o ablativo:

REGINAE : gen. / dat. sing.

REGINIS : abl. / dat. pl.

Vestígio do caso dativo em português é, por exemplo,

ILLI > lhe

Ablativo: Tendo em conta que se reuniam neste caso o instrumental, o locativo e o ablativo, muito cedo precisou das preposições para determinar o seu valor. As línguas românicas conservam restos do caso ablativo em:

a) advérbios acabados em **-mente**, baseados na forma ablativa do adjectivo;

b) locuções fossilizadas, do tipo HAC HORA (*agora*);

c) formas de gerúndio **-ando, -endo**.

3.6.3.2 (Consequências sintácticas da evolução do sistema casual): A partir da situação criada pelo desaparecimento dos casos, a articulação sintáctica passou a ser assegurada no latim vulgar por dois processos:

[48] Väänänen, 1967, pp. 260-1.

a) *Ordem de palavras*[48]

A ordem de palavras, por ser livre, não tinha praticamente importância sintáctica em latim clássico. O equivalente latino da frase *Paulo dá-me o livro* seria a maior parte das vezes disposto assim:

Paulus mihi librum dat,

com o sujeito no início e o verbo no fim, precedido pelos diversos complementos. Mas a verdade é que estas quatro palavras latinas podiam ser combinadas de 24 maneiras diferentes, todas aceitáveis, embora não idênticas no seu valor. Como observa Väänänen, a ordem mais habitual SUJ + COMPL. + VERBO «só se abandonava para pôr em destaque um elemento da frase ou para obter uma série de palavras adequada às necessidades da eufonia e da expressividade».

É o que se nota numa frase como

Maxima enim inter duos fratres exorta dissensio erat,

em que o relevo maior vai para o adjectivo **Maxima** (a frase pode traduzir-se por «havia estalado uma grave discórdia entre os dois irmãos», ou, pondo o latim em ordem românica, *Erat enim exorta maxima dissensio inter duos fratres*).

Esta última é a ordem que se vai instaurar predominantemente no latim vulgar: SUJ + VERBO + COMPL. Com efeito, em textos tardios, como a *Peregrinatio Egeriae* (séc. V), pode ler-se

Nos ergo sabbato sera ingressi sumus montem...
(«Nós, no sábado à tarde, subimos o monte...»)

b) *Uso de preposições*

[49] Lapesa, 1986, p. 71.

No trecho seguinte, Rafael Lapesa expõe resumidamente quais as relações entre o sistema casual e as preposições[49]:

> [...] las desinencias casuales no bastaban para expresar con precisión las distintas relaciones encomendadas a cada una, y ya desde el latín más arcaico se auxiliaban con preposiciones especificadoras. Incluso en el lenguaje literario contendían el genitivo y el ablativo con *de* para indicar relaciones partitivas, de materia, de origen, de referencia, etc.; así alternaban «pauci militum» y «pauci de nostris», «piscis glebas» y «templum de marmore», «generis Graeci» y «Argolica de gente», «indignus avorum» y «digni de caelo». Igual ocurría en muchos contextos con el dativo («accidere animo», «accomodare corpori vestem», «delegata primoribus pugna») y el acusativo con *ad* («accidere ad animum», «accomodare rem ad tempus», «studiosos ad illum volumen delegamus»). Las construcciones con *de* + *ablativo* y *ad* + *acusativo* invadieron los restantes domínios del genitivo («de Deo munos», «de sorore nepus») y del dativo («hunc ad carnificiem dabo», Plauto; «ad me magna

nuntiavit»). El acusativo se empleó con preposiciones que antes eran exclusivas de ablativo: inscripciones pompeyanas dan «cum iumentum», «cum sodales» en vez de «cum iumento», «cum sodalibus».

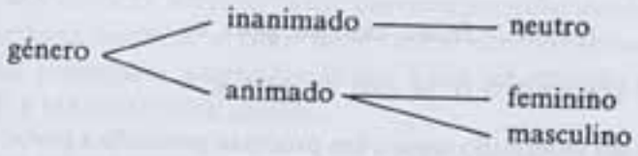
3.6.3.3 (Evolução do sistema de declinações): Embora os substantivos se repartissem na língua literária, e segundo as prescrições gramaticais, pelas cinco declinações que já conhecemos, na língua falada, distribuiam-se apenas por dois grupos, se não contarmos com alguns outros casos particulares:

a) Os temas em **-a**, femininos — antiga 1.ª decl.—, que absorviam uma parte dos nomes pertencentes à 5.ª (*effigies* > *effigia, materies* > *materia, luxuries* > *luxuria*), à 3.ª (*neptis* > *nepta, megestes* > *magesta*), e ainda à 4.ª (*nurus* > *nora, socrus* > *socra*). A evolução do género neutro contribuirá com outros nomes para este grupo, como veremos adiante.

b) Os temas em **-u / -o**, masculinos — antiga 2.ª decl. —, onde acabam por entrar também os nomes da 4.ª decl., excepto aqueles que passam à 1.ª: *domus, ficus, laurus*, aparecem com declinação duvidosa na literatura clássica. Em Pompeia, encontram-se genitivos do tipo *fructi* por *fructus*, revelando que esta palavra já mudara da 4.ª para a 2.ª declinação no séc. I d.C[50].

[50] Haadsma-Nuchelmans, 1963, pp. 42-3; Neto, 1957, p. 224.

3.6.3.4 (Evolução do género: desaparecimento do neutro): Juntamente com as reduções casuais e declinacionais, esta mudança constitui uma das mais importantes operadas no latim vulgar. A divisão genérica, se assim podemos chamar-lhe (Neutro-Masculino-Feminino), corresponde a uma estruturação psicológica da realidade nas línguas indo-europeias, que tendiam a «espiritualizar» o mundo:



Esta divisão deixara de ser muito clara já no latim clássico, tendo-se perdido a noção de que o neutro era um género distinto do masculino. A *Coena Trimalchionis* abunda em neutros mudados para o masculino, *caelus, vinus, fatus, balneus*, estando algumas destas mutações atestadas por autores mais antigos ainda. Frequentemente, à falta de artigo, que não existia, era o adjectivo realmente o que exprimia o género do substantivo. As desinências do masculino e do neutro confluíram na maioria dos casos. Esta ambiguidade, unida às evoluções fonéticas subsequentes (especialmente a queda do **-m** final), provocou o desaparecimento do neutro, assimilando-se às desinências do masculino e do feminino dos outros casos.

Enquanto os neutros da 2.ª declinação, e da 4.ª, se fundiram com o masculino da 2.ª, no singular: *templum* > *templus*, os neutros plurais em -a assimilaram-se ao feminino singular, conservando um certo valor colectivo: LIGNA > *lenha*, OPERA > *obra*, MILIA > *milha*.

3.6.3.5 (Outras mudanças morfo-sintácticas):

a) Na língua clássica, os comparativos em **-ior** e os superlativos em **-issimus** alternavam com perífrases do tipo **magis** + adj. e **maxime** + adj., respectivamente. No latim falado, não havia alternância: os comparativos como *formosior, grandior*, eram substituídos por *magis formosus, plus grandis*. A partícula **magis** generalizou-se nos domínios periféricos latinos (Hispânia e Roménia) e **plus** (it. **più**) na área central (Gália e Itália). Restos do comparativo latino conservam-se em algumas palavras portuguesas, como *melhor, pior, maior, menor*. O superlativo em **-issimus**, embora se conserve em algumas áreas (sobretudo em espanhol), passou a compartilhar as suas funções com a partícula **multum**.

b) O uso frequente do elemento deíctico na língua falada acarretou uma maior presença dos demonstrativos — **ille** ou **ipse**, segundo as regiões — para referir objectos ou seres já mencionados no discurso. Este uso anafórico dos demonstrativos começou a diluir-se com a sua presença diante de substantivos, estivessem ou não já anteriormente presentes. Foi desse modo que os ditos demonstrativos se esvaziaram de conteúdo anafórico, dando lugar ao aparecimento de um elemento desconhecido da gramática latina, o artigo definido:

ILLU(M) > fr. *le*, cast. *el*, port. *o*

ILLOS > fr. *les*, cast. *los*, port. *os*

ILLA(M) > fr. *la*, cast. *la*, port. *a*.

O artigo indefinido seguiu um processo parecido a partir do numeral UNUS, cujo significado inicial («algum, qualquer um, certo») se diluiu, começando a ser usado diante de um substantivo não mencionado anteriormente, ou introduzindo alguma conotação expressiva ou de novidade.

c) A tendência para a passagem de estruturas sintéticas a analíticas manifesta-se também na conjugação verbal. A língua falada preferia o uso de perífrases ao uso de desinências. É assim que desaparecem as formas simples da voz passiva: APERIUNTUR, AMABATUR > *se aperiunt, amatus erat*; e do futuro CANTABO, DICAM > *cantare habeo, dicere habeo*, que a princípio tinham um valor de obrigação («hei-de

cantar, tenho que dizer»). Uma construção semelhante, CANTARE HABEBAM, deu lugar à formação de um novo modo, o condicional românico («cantaria»).[51]

[51] Lapesa, 1986, pp. 70-76.

3.6.4 *Léxico*: No latim vulgar, assistimos à renovação de uma parte apreciável do léxico culto. Vocábulos usuais no latim clássico são pouco a pouco substituídos por elementos procedentes das línguas vizinhas ou daquelas que foram suprimidas pelo domínio do latim (Cf. 3.7.4). Mas a maior parte das vezes tratava-se de palavras pertencentes ao património linguístico latino, que até aí tinham desempenhado um papel periférico no sistema lexical. Outras vezes encontramos também palavras antigas, que tinham caído em desuso, sendo restabelecidas com a sua significação original ou com uma nova.

Seria impossível descrever qual foi a evolução que o léxico latino sofreu no passar dos séculos. Apenas podemos estudar o assunto a partir de uma série de palavras que ilustram certas linhas gerais dessa evolução.

3.6.4.1 (Regularização): Observa-se amiúde que elementos pertencentes a tipos raros de flexão, ou de flexão irregular, complicada, são substituídos por elementos mais simples, conformes com os esquemas flexionais mais frequentes e regulares. É sobretudo no grupo dos verbos que se podem constatar mudanças de este tipo. Por exemplo, o verbo EDO («comer»), cujo infinitivo era EDERE ou ESSE, embora fosse muito frequente num autor «popular» como Plauto, perdeu o seu domínio diante da forma prefixada COMEDERE, da qual derivam as formas castelhana e portuguesa (*comer*). Na *Vulgata*, por exemplo, encontra-se muito raramente ESSE, sendo normalmente usadas as formas COMEDERE e MANDUCARE, que é uma forma do latim tardio — presente no italiano, francês e romeno (*manggiare, manger, mônca*) — derivada de MANDUCO. Além da flexão bastante irregular do verbo ESSE/EDERE, contribuiu também o facto de coincidir com o verbo ESSE («ser, estar»), o que provocaria interferências que a sua substituição pelas formas COMEDERE e MANDUCARE afastou.

Outros verbos seguiram o mesmo processo de vulgarização, para evitar desse modo formas verbais de flexão difícil. Assim, também PARABOLARE e FABULARE por LOQUI («falar»); PORTARE por FERRE («transportar»).

3.6.4.2 (Reforço fónico): As palavras constituídas por curtos segmentos fónicos (monossílabos e dissílabos) tendem a ser substituídas por outras mais longas, por correrem o risco de perder a sua individualidade formal, podendo-se confundir com outras palavras: BUCCA, palavra de conotação popular, substitui muito cedo o clássico OS,ORIS, que, além da sua brevidade, se

confundia com OS, OSIS («osso»). Em quase todas as línguas românicas, será BUCCA (port., cast. *boca*, fr. *bouche*, it. *bocca*) que sobreviverá, enquanto que de OS não se conserva vestígio.

Muitas vezes encontramos, em vez da forma de base, um seu derivado. É o caso, por exemplo, dos diminutivos que substituem, pela sua maior carga expressiva e fónica, os substantivos de que são derivados:

AURIS > AURICULA > port. *orelha*, cast. *oreja*
fr. *oreille*, it. *orecchia*, rom. *ureche*

GENU > GENUCULUM > port. *joelho*, fr. *genou*

SOL > SOLICULUS > fr. *soleil*, prov. *solelh*,
mas port. e cast. *sol*

3.6.4.3 (Vulgarização): Quando, sem razão aparente, observamos a substituição de um vocábulo por outro, sinónimo ou quase sinónimo, mas com um valor significativo mais próximo do modo de vida ou da maneira de pensar das camadas mais baixas da sociedade, falamos de vulgarização do vocabulário. Assim, CASA («cabana») substitui DOMUS («casa») e EQUUS («cavalo de montar») é substituído por CABALLUS («cavalo de carga ou lavoura»), mais adequado a um meio rústico. PROELIUM, termo solene e abstracto, é substituído por BATTALIA/BATTUALIA, que designava os exercícios dos soldados e dos gladiadores. Nota-se uma preferência pelo concreto, pela imagem visual mais nítida. Ainda mais longe vai a língua falada quando substitui, metaforicamente, vocábulos mais neutros por outros de maior expressividade:

PERNA («presunto, perna de animal») substitui CRUS;

TESTA («coisa inútil» > fr. *tête*) substitui CAPUT («cabeça»).

Esta evolução para um sentido mais concreto e expressivo da palavra provoca, por outro lado, a mudança ou restrição do significado de termos usados para designar noções abstractas: PACARE («apaziguar») acabou tomando o sentido de «pagar», que é uma maneira concreta de acalmar as exigências.

No sentido inverso, do concreto para o abstracto, encontramos, por exemplo, FOCUS, que no começo significava só «fogueira» e acabou por substituir IGNIS, ou seja, «fogo» em sentido geral e abstracto.

3.6.4.4 (Derivação e composição): O latim vulgar é relativamente pouco inovador em relação aos processos de derivação e composição. Distingue-se sobretudo do latim clássico pelo número de neologismos, reais ou aparentes, e pela utilização inovadora de prefixos e sufixos que já estavam presentes na

língua. Além dos diminutivos abundantes, que já observámos, criam-se neologismos a partir de outros sufixos, como **-arius, -aria, -arium** (> port. **-eiro/a** aplicados a substantivos e adjectivos).

Pode ser que muitas destas palavras já estivessem presentes na língua falada, só tardiamente se fixando na escrita. Seria o caso de sufixos antigos que produziram numerosos neologismos no latim vulgar tardio, como **-icare**, com sentido frequentativo, que produz verbos como CARRICARE («carregar»), construído sobre um étimo celta muito expandido, **carr-**, que quase todas as línguas românicas recolheram.

Dos nomes compostos próprios do latim vulgar, apenas vale a pena destacar os formados a partir do adjectivo no caso ablativo seguido de **mente**, que podiam constituir uma locução adverbial. Embora no começo a palavra **mente** conservasse o seu valor primitivo («com um determinado espírito ou disposição ...»), acabou por se esvaziar de significado, sendo relegada para o estatuto de sufixo adverbial, que tem conservado nas línguas românicas.

3.7 Factores de diferenciação do latim vulgar

Na unidade anterior, examinámos longamente as principais características do latim vulgar, que permitem distingui-lo da língua literária (geralmente referida como «latim clássico»), ao mesmo tempo que evidenciam a continuidade que existe entre ele e as línguas românicas em que se ramificou. Procurámos situar-nos, durante o tratamento da unidade, numa perspectiva de **história interna** da língua, atendendo especialmente aos mecanismos linguísticos e seu comportamento diacrónico.

Evidente se tornou, no entanto, a uma leitura atenta, que nem sempre foi possível permanecer nos limites estreitos da abordagem «interna». Quando nos referíamos a distintos destinos regionais de uma dada forma, ou a ritmos discordantes de uma evolução em várias províncias do Império (revelando, por exemplo, a conservação de léxico mais conservador nas províncias extremas, em contraste com a maior capacidade de inovação da Gália ou da Itália, que sofreram mais rapidamente a influência da capital, quando esta era centro de difusão linguística), estávamos, afinal, a reconhecer a existência de um nexo entre dados históricos, geográficos, culturais, sociais, económicos, e a evolução do latim.

É deste reconhecimento, e da mostra de concretos dados e pressões extra-linguísticas que se exerceram sobre o latim, que vai tratar a presente unidade. Como o título anuncia, vamos expor os principais factores, não só históricos, mas também linguísticos não-latinos, que ajudaram as tendências evolutivas internas do latim a encaminhar-se em determinadas direcções, de preferência a outras. Faremos, assim, uma **história externa**, que conduzirá, primeiro, à constatação de que o latim vulgar, falado desde a Lusitânia até à Germânia e

ao norte de África, não era uma língua homogénea em todo esse vastíssimo território (descoberta que pareceria evidente a qualquer sociolinguista). Mostrará, em seguida, como esse latim vulgar internamente dividido estava pronto, uma vez cessadas as forças centralizadoras e unificadoras de Roma, a compartimentar-se em numerosas unidades menores, que evoluíram de costas voltadas umas para as outras durante os primeiros séculos da Idade Média. E conduzirá, por fim, à explicação de como algumas dessas unidades «dialectalizadas» do latim se vieram a organizar como línguas nacionais, uma das quais será o português.

Consideraremos dois tipos de factores que intervieram na diferenciação do latim vulgar:

a) Factores de ordem histórica, congregados em torno do conceito de **romanização**, definido como o processo de instalação da civilização e da língua de Roma nos territórios conquistados e integrados no Império. A diversos factores desses tem sido atribuída a responsabilidade por características linguísticas regionais: a cronologia do processo de romanização, o tipo social e a proveniência dos agentes de romanização, os centros difusores de inovações.

b) Factores de ordem linguística não-latina, ou seja, as línguas que entraram em contacto com o latim exportado por Roma e que perante ele recuaram ou totalmente desapareceram, deixando ficar algumas marcas. Deve distinguir-se entre as línguas pré-romanas, que foram desalojadas pelo processo de romanização (**línguas de substrato**) e as línguas transportadas para território romanizado, onde não vingaram (**línguas de superstrato**).

3.7.1 *Cronologia da romanização*: A criação do Império Romano foi uma tarefa de mais de cinco séculos. Depois de dois séculos de conquistas, já militares, já pacíficas, Roma dominava em finais do séc. III a.C. toda a Península Itálica e as grandes ilhas do Mediterrâneo ocidental: Sicília, Sardenha, Córsega. No séc. II, chegou a vez da Península Ibérica, da parte ocidental dos Balcãs (Dalmácia), da Grécia (que devido à sua cultura superior não foi propriamente romanizada) e de uma grande parte do norte de África e da Ásia Menor. Nos fins do mesmo século, Roma conquistava o norte de Itália (Gália Cisalpina) e o sul da França, isto é, a província chamada mais tarde Gallia Narbonensis, ou Gália Transalpina. Durante o séc. I a.C., Roma estendeu o seu poder por todo o resto da Gália, sobre o Egipto e sobre as regiões meridionais da Suíça e da Áustria actuais. Durante o primeiro século da nossa era, foi a vez da Panónia (Hungria actual), das regiões ocidentais do norte de África e da Inglaterra (Britannia). Por último, com Trajano (98-117 d.C.), além das efémeras conquistas orientais, completa-se o quadro do que viria a ser a posterior România com a conquista do território ocupado actualmente pela Roménia, então chamada Dácia.

Segundo uma teoria defendida principalmente por Gustav Gröber (1884), o latim levado, por exemplo, à Sardenha no ano 238 a.C. era essencialmente diferente do levado, por exemplo, à Gália no ano 50 a.C., e ainda mais do levado à Dácia em 107 d.C. Segundo a teoria, os colonizadores da Sardenha e da Hispânia falavam um tipo de latim que era naturalmente mais arcaico que o dos colonizadores da Gália ou da Dácia. Desse modo, o sardo devia ser a língua românica mais arcaizante, e o italiano a mais inovadora; pois as inovações do latim sempre atingiram a Itália, mas não a Sardenha nem a Hispânia.

A teoria de Gröber não é hoje aceite sem restrições; especialmente quando pretende explicar, por si só, todo o processo da diferenciação. É de reconhecer, contudo, que a data em que uma região foi romanizada não é indiferente ao tipo de latim que nela se desenvolveu. Concretamente, pode perguntar-se: de que maneira afectou a época de romanização a evolução das línguas ibero-românicas, e particularmente a do português?

A ocupação da Hispânia foi uma empresa difícil e durou uns prolongados 200 anos. Primeiramente foi ocupada a costa catalã, após um desembarque em Ampúrias (218 a.C.) e a ocupação de Tarragona. Seguiu-se a ocupação de Sagunto (215) e de Cartagena (208). Em 206 a.C. foi fundada Itálica, o que marcou a ocupação da parte meridional da Península. No centro, a conquista demorou mais dois séculos para pacificar o NW (campanha de Júlio César em 61 a.C., campanha de Augusto em 27 d. C.).

A esta cronologia se tem atribuído o carácter conservador do latim hispânico, embora para tal tenham concorrido outros factores, como a sua posição periférica e de difícil acesso em relação à Urbe, principal centro difusor das inovações, como o tipo de romanização — muito intensa no sul — e como a considerável distanciação linguística entre o latim e as línguas pré-romanas.

Começou a romanização da Península na época em que Énio e Plauto elaboravam literariamente o latim. Por isso o latim hispânico reteve arcaísmos que desapareceram de Roma. O pronome relativo arcaico CUIUS, que chega até Virgílio, mas depois se deixa de utilizar, aparecendo só em textos jurídicos, permanece nas formas do port. *cujo* e do cast. *cuyo*. Em Névio, Plauto, Énio e Terêncio encontram-se vocábulos só conservados na Península: FARTUS (> port. *farto*, cast. *harto*), PERNA (> cast. *pierna*, port. *perna*), CAMPSARE/ /CANSARE (> port., cast. *cansar*). Outros vocábulos de carácter arcaico são: QUAERERE (> cast., port. *querer*), PERCONTARI (> port. *perguntar*, cast. *preguntar*), FABULARI (> cast. *hablar*, port. *falar*), MATERIES/MATERIA (> cast. *madera*, port. *madeira*). Lucílio (180-103 a.C.) introduz nas suas sátiras palavras expressivas ou calão do tipo ROSTRUM («rosto, focinho» > port. *rosto*, cast. *rostro*), COMEDO, -ONIS (> port. *comilão*); também advérbios como DEMAGIS (> cat. *demes*, cast. *demás*, port. *demais*). Os escritores romanos nascidos na Península Ibérica apresentam nas suas obras numeroso vocabulário que só se mantém em castelhano e português: APTARE (> cast., port. *atar*), PANDUS (> port., cast. *pando*).

Um facto surpreendente é o intervalo muito longo que medeia entre a pacificação do N.W., sob o imperador Augusto, e a sua ascensão ao estatuto de província autónoma, que só ocorreu no tempo do imperador Caracalla (216 d.C.). Então, a região recebeu o nome de Gallaecia et Asturica, por ser povoada antes da romanização por galécios e ástures. Até à sua declaração como província, o N.W. dependeu administrativamente da Tarraconense, mas é de supor que o seu isolamento tenha sido responsável pela tardia chegada das instituições civilizacionais.

Tem este facto relevância linguística? Decerto. A tardia implantação do latim entre as populações concedeu às línguas pré-romanas um enorme prolongamento de vida, sobretudo em comparação com o que aconteceu na Bética. Aí, a romanização foi tão rápida e completa que o historiador Estrabão pôde comentar no séc. I d.C., que as populações locais quase se não distinguiam dos cidadãos romanos, e já tinham esquecido a sua língua.

A sobrevivência, na Gallaecia, e em todo o norte peninsular, das línguas pré-romanas até pouco antes de ter tido início a desagregação do império criou condições para que o latim local fosse submetido a fortes pressões inovadoras de substrato, sem ter tido tempo de sedimentar.

3.7.2 *Tipo de romanização*: Outro dos factores de diferenciação a ter em conta é a procedência social e regional dos colonizadores.

O exército romano foi um dos pilares da romanização. As zonas militares, as colónias de veteranos, os casamentos de soldados romanos com mulheres indígenas eram um dos vínculos mais poderosos para a difusão do latim.

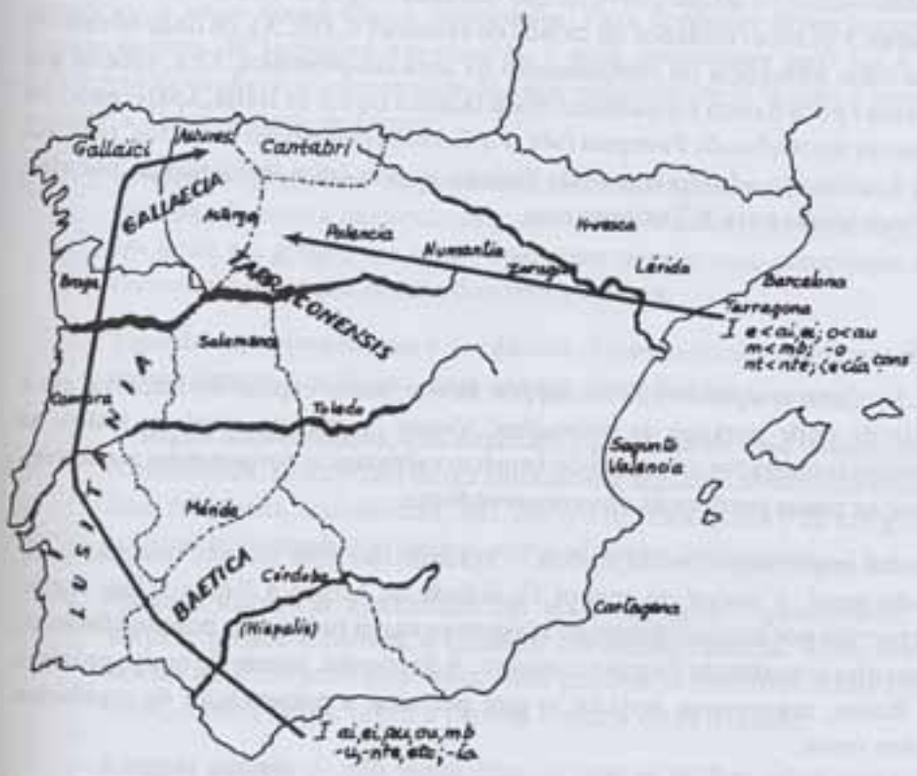
Por outro lado, como nota Vidos, «ainda que Roma tivesse mantido uma atitude nada hostil à língua gaulesa, por exemplo, era naturalmente preciso que os contactos com as autoridades se efectuassem em latim. A aristocracia gaulesa, para poder conservar os seus privilégios no Império, adoptou o latim no seu próprio interesse e enviou os seus filhos para Itália, de onde voltaram ainda mais romanizados»[32].

[32] Vidos, 1963, p. 172.

A romanização da Península Ibérica teve duas frentes principais de actuação, determinadas no início pelo enfrentamento de outra grande potência mediterrânica, Cartago: uma ao norte, na costa catalã, e outra ao sul, principalmente em torno da última colónia cartaginesa, Gades (act. Cádiz). A partir destas áreas irradiaram os sedimentos linguísticos que mais tarde seriam levados para o interior, estabelecendo duas grandes regiões: a Hispânia Ulterior (sul e oeste) e a Hispânia Citerior (norte e leste). Veio a Citerior a ser ocupada principalmente pela província Tarraconense e a Ulterior por duas províncias, a Bética e a Lusitânia. Contrastavam fortemente os tipos de romanização desenvolvidos nessas províncias.

Na Bética, «isolada e culta, pátria de retóricos e poetas»[53], falava-se um latim mais conservador, mais purista. Pelo contrário, a Tarraconense oriental era rota obrigatória para legionários, colonos e mercadores: é provável que a língua fosse menos cuidada, com maior número de neologismos, estrangeirismos, etc. Com o avanço da romanização, os centros urbanos do ocidente da Península — Mérida, Évora, Braga e Astorga — receberam com muita probabilidade o latim culto da Bética, enquanto a Tarraconense fornecia a sua variedade na linha marcada pela bacia do rio Ebro. Na Catalunha, em Aragão e em Castela-a-Velha (Burgos) encontram-se alguns traços inovadores que não aparecem no sul nem no oeste: reduções do tipo /ai/>/e/, /au/>/o/, /mb/>/m/, /nd/>/n/.

[53] Lapesa, 1986, p. 105.



Mapa 3: Vias de penetração romana na Península Ibérica segundo Harri Meier (adaptado de Baldinger, 1972, p. 105).

Em relação a estas inovações orientais, e reforçando a diferenciação sociolinguística já descrita, existe uma tentativa de as explicar a partir da assimilação de certos traços dialectais itálicos não latinos, especialmente oscos e umbros. Sabe-se por testemunhos dos historiadores romanos que, entre os legionários vindos para a Hispânia durante o séc. II a.C., os romanos propriamente ditos

representavam uma minoria em relação aos itálicos de outras procedências, falantes das línguas osca e úmbrica, a que nos referimos atrás. De qualquer das maneiras, não era o latim romano a língua de colonização, como afirma Silva Neto:

> O latim que vai romanizar as províncias não é, evidentemente, o latim das cidades de Itália, e muito menos de Roma. Das cidades, em geral, não se emigra, pois elas próprias constituem poderosos centros de atracção. Os colonos iam do campo, iam das várias regiões da Itália, fato que, por si só, traz uma série de problemas muito importantes[54].

[54] Neto, 1977, p. 64.

A presença destes itálicos não latinos aumentou após as guerras sertorianas (80-72 a.C.). Sertório tinha nascido na Sabina, onde se falava um dialecto sabélico-osco, e é muito provável que nas suas tropas abundassem compatriotas seus. Foi ele o fundador da cidade de Huesca (< OSCA), de onde se exerceu uma forte influência na romanização da área sul-pirenaica. Ora, sabe-se que até essa época o osco e o úmbrico eram falados no sul de Itália, aparecendo em algumas inscrições de Pompeia (séc. I d.C.) palavras nesses dialectos, pelo que não é arriscado admitir que essas línguas, ou um latim influenciado por elas, tenham vindo para a Tarraconense.

3.7.3 *Centros difusores de inovações*: Roma, como capital do Império, era a fonte de onde partiam as inovações. Vimos já que, ao nível do léxico, as províncias chegadas ao centro do Império ostentam as formas mais modernas, e que as zonas periféricas são conservadoras.

Ganha importância, nesta óptica, o traçado das vias de comunicação e, de modo geral, a maior ou menor facilidade de acesso a Roma. Uma região percorrida por muito trânsito de viajantes e carga tinha mais possibilidades de se manter actualizada linguisticamente. A Sardenha, apesar de muito próxima de Roma, manteve-se isolada, o que permitia a preservação de arcaísmos muito raros.

Na Península Ibérica, a Tarraconense estava mais próxima de Roma que a Bética. Enquanto um viajante ia de Roma à Tarraconense por terra, para chegar à Bética tinha de recorrer a navios. O número de viajantes era, assim, menor, com efeitos sobre o isolamento.

A partir do século III, o Império entrou numa fase de instabilidade política e social que se traduziu numa progressiva perda de influência de Roma, enquanto outras regiões do Império se autonomizavam ou tornavam mesmo centros secundários (caso das províncias do norte de África). A circulação de pessoas diminuiu. Instituições fundamentais para a unidade linguística, como o ensino oficial, entraram em crise, acabando por desaparecer na Gália no séc. IV (na Hispânia, o ensino oficial manteve-se até ao séc. VIII, o que significa que resistiu a todo o período germânico).

A tendência para a promoção dos falares locais foi reforçada pela orientação linguística do cristianismo, que se achava em plena expansão no ocidente. Pode relembrar-se o que dizia S. Agostinho, ao defender um uso popular e pouco apurado do latim: «Mais vale que nos repreendam os gramáticos que nos não entenda o povo».

3.7.4 *Substrato*: Quando uma comunidade linguística aprende outra língua e esta se modifica por influência da língua primeira, a nativa, fala-se de influência de substrato. Resumidamente foi este o percurso seguido pelas comunidades que actualmente falam línguas românicas antes de se implantar nesses territórios o latim como língua dominante. Para conhecer quais foram as línguas nativas do território em questão e para determinar qual foi a sua incidência na evolução e caracterização regional do latim aí falado, é preciso atender a diversos tipos de fontes:

- **Inscrições** epigráficas ou pictóricas, ora nas línguas nativas e nos seus sistemas de escrita particulares (quase sempre difíceis de decifrar), ora em latim ou grego, nos quais aparecem termos cuja etimologia não encontra explicação dentro dos seus sistemas.
- **Topónimos, antropónimos** e vocábulos diversos conservados nas diferentes línguas românicas, cuja origem não é latina.
- **Vestígios arqueológicos**, que denotam a presença de uma determinada comunidade, susceptível de ser classificada segundo as suas características religiosas, económicas, etc., dentro de uma época e de um grupo cultural mais genérico (céltico, norte-africano, germânico, ...).
- **Notícias históricas** aparecidas em textos antigos, especialmente de autores gregos e latinos, e também em textos bíblicos. Estes textos devem ser utilizados com uma certa prudência científica dado faltar neles, muitas vezes, tanto a clareza como a objectividade.
- **Línguas actuais** — não românicas —, que se podem relacionar com certos fenómenos não latinos, presentes nas línguas românicas. Para o estudo das línguas ibero-românicas, são de especial interesse o basco, o bereber e o celta.

A partir do estudo dos materiais com que se conta (inscrições, topónimos, restos arqueológicos, ...), e sempre com uma margem de erro relativa, devida ao escasso conhecimento que possuímos e ao abalo que cada nova descoberta arqueológica representa, podemos dizer que a influência do substrato se manifesta sobre todos os planos do sistema linguístico.

A hipótese de um substrato pré-romano surge quando um determinado fenómeno linguístico ocupa uma área semelhante à que era ocupada por uma comunidade linguística anterior à romanização. A consolidação da hipótese é

dada pela determinação da área inicial do fenómeno, no caso de esta corresponder ao território do povo a que o substrato é atribuído. O substrato é mais fácil de determinar e mais indiscutível no plano lexical que no fonológico ou morfo-sintáctico, sendo por isso que as polémicas sobre influências do substrato se centram fundamentalmente nestes dois planos.

O desconhecimento das línguas de substrato não impede que se reconheça a sua influência num determinado fenómeno de mudança. É geralmente a natureza rara deste último, o primeiro indício que leva à formulação de uma «hipótese de substrato». Vamos observar três exemplos de fenómenos de mudança cuja génese tem sido atribuída a influência de substrato:

- A evolução da consoante latina geminada [-ll-] para um som cacuminal [-ḍḍ-] numa área inicial que ocupa a Sicília, a Sardenha e o sul de Itália e a semelhança com o que se passa em dialectos bereberes do norte de África, levou alguns estudiosos a concluir que se tratava de uma influência de substrato «mediterrânico», ou seja, que a origem desta cacuminalização está na língua dos povos instalados na bacia do Mediterrâneo antes do séc. V a.C. O mesmo fenómeno regista-se, contudo, no noroeste da Península Ibérica, nas Astúrias. Menéndez Pidal explicou o carácter isolado e particular da ocorrência pela origem suditálica dos romanizadores desse território.

- Outro caso em que se não observa a perfeita coincidência entre a área ocupada pelo povo que falava a língua de substrato e a área onde se observa o alegado «fenómeno de substrato» verifica-se em relação à palatalização de /u > ü/. A evolução de [u] tónico latino para [ü] localiza-se na Galo-România e na Itália continental e costuma explicar-se por influência de substrato celta. Trata-se de território de antiga ocupação celta e, para além disso, nas línguas celtas hoje faladas encontra-se [i] em lugar de [u] etimológico, o que supõe uma tendência antiga para a palatalização: CŪLUS > galês *cil*, córnico *chil*, bretão *kil*.[35]

  A aceitação de um substrato celta nesta evolução fonética implica, porém, alguns problemas: em primeiro lugar, não há coincidência perfeita entre a área inicial do fenómeno e a área ocupada pelos celtas. Eles estiveram na Península Ibérica, onde se não deu a evolução (a não ser nos dialectos portugueses do eixo Castelo Branco-Portalegre e do Barlavento algarvio e, para estes, a explicação pode ser diferente). Também na Gália, nas zonas próximas da Suíça, o fenómeno não aparece, apesar de estar ali documentada a presença dos celtas.

  Um outro caso, que exemplifica claramente a lentidão do substrato a manifestar-se, mas cuja explicação se pode apresentar com grande nitidez, é a da perda do /f/ inicial latino em castelhano.

  FARINA > *harina*

  FILIU > *hijo*

[35] Wartburg, 1950, (1971 p. 61).

Este fenómeno é profundamente caracterizador, porque se regista em quase todas as palavras iniciadas por f, e raro, porque se verifica numa única língua, para lá de casos esporádicos em dialectos italianos. No princípio, esta tendência foi atribuída ao substrato ibérico, mas hoje sabe-se que só se pode falar com exactidão da presença ibérica no Levante peninsular, e é precisamente nessa área, domínio da língua catalã, que o /f/ latino se conserva (FOLIA > *fulla*), pelo que se deve relacionar o fenómeno com outro substrato, ou adstrato, o basco. De facto, no basco actual não existe a fricatividade como traço distintivo, não se registando as labiodentais /f/ nem /v/. Nos empréstimos latinos do basco, o /f-/ passa sempre para /b/, /p/, /h/ ou /Ø/. Nas áreas mais romanizadas do antigo território ocupado por este povo, que se estendia mais a sul, pela bacia do Ebro, este som de difícil articulação pronunciar-se-ia como uma aspirada, tal como hoje acontece em gascão. Assim, a fricativa labial surda /f/ evoluiu para a labial surda /p^h/, ainda oclusiva aspirada. Mais tarde /p^h/ perde o traço oclusivo, ficando como aspirada /h/, para acabar por perder totalmente a articulação.

$$/f- > p^h > h > Ø/$$

Se considerarmos agora o facto de o fenómeno estar documentado a partir do século IX nos territórios confinantes ao basco (no condado de Castela, na Gasconha < *Vasconia*, a área vascofrancesa romanizada, na Rioja), resulta muito evidente a sua atribuição ao substrato basco.

Destas regiões, a queda do /f-/ expandiu-se primeiro para sul, em direcção ao rio Guadalquivir, por volta do ano 1300; depois abriu em leque, cobrindo as áreas do aragonês, a leste, e do leonês, a oeste. A expansão do fenómeno linguístico corresponde à do próprio castelhano.

Na língua escrita, f- conservou-se muito mais tempo, só vindo a actualizar-se a grafia com Nebrija (1492). A edição da *Celestina* de 1495 ainda mantinha o **f-**; dois anos mais tarde, a mesma obra já acusava o predomínio do **h-**. No final do século XVI, ainda aparecia no *Quixote*, mas já como processo estilístico.

3.7.4.1 (*Substratos pré-indo-europeus na Península Ibérica*): A posição geográfica da Península Ibérica, cruzamento entre o Mediterrâneo e o Atlântico e entre a Europa e a África, tem operado um papel decisivo na sua história. Factores económicos, principalmente a mineração, fizeram dela um ponto de forte atracção na Antiguidade. Foram-se instalando aqui, no decorrer dos séculos, diversos povos, deixando com graus diferentes de intensidade a sua pegada na paisagem linguística que oferecia a Península antes da entrada dos romanos.

Tomando como separador o antes e o depois da entrada dos povos indo-europeus (1000/800 a.C., aprox.), podemos dividir os substratos peninsulares em dois grupos: *pré-indo-europeus* e *indo-europeus*.

O grupo de substratos pré-indo-europeus utilizou duas vias essenciais de penetração na Península:

- Ao norte, através dos Pirinéus ocidentais e orientais, sendo estes últimos de mais fácil acesso e pondo em contacto directo o Levante espanhol com o sul de França. Por esta cadeia montanhosa passaram povos procedentes do resto da Europa e do Cáucaso, com línguas que provavelmente estariam aparentadas com o basco, e que denominaremos *proto-basco*, seguindo Baldinger.

- Ao sul, as costas meridionais serviram de portos de passagem e estadia para os navegantes do Mediterrâneo. Através deles aportaram povos procedentes do Norte de África e do Próximo Oriente (egípcios, fenícios, cretenses ...), com culturas mais desenvolvidas que aquelas que penetraram pelo norte (organização social, progressos técnicos, sistemas de escrita ...). A esta camada afro-asiática pertencem os **tartéssios** e os **iberos**, que junto com as **colónias fenícias** constituem o substrato pré-indo-europeu do sul e leste peninsulares

Talvez anterior a esta, supõe-se uma camada de povos de origem incerta que se agrupam sob o nome genérico de **mediterrânicos**. Esta unidade ou **sub-substrato** é uma hipótese de trabalho com a qual se pretende dar sentido a certas semelhanças existentes entre línguas muito afastadas, estendendo-se desde o Cáucaso até ao oeste da Península Ibérica. O influxo deste sub-substrato, segundo Vidos, «manifesta-se na terminologia relacionada com a vida do campo, especialmente na alta montanha, como sejam nomes de animais e plantas, designações da configuração geográfica de certas regiões, etc. Terminologia que, pela sua própria natureza, é ao mesmo tempo autóctone, antiquíssima e estreitamente ligada ao terreno»[56]. Alguns dos termos actuais do português atribuídos a este sub-substrato são: *camurça, arroio, carvalho*, etc.

[56] Vidos, 1963, p. 217.

a) **Substrato Proto-basco**: da Galiza até aos Pirinéus, por toda a cadeia montanhosa que percorre esta região, espalhou-se antes da entrada dos indo-europeus uma camada de povos cujas línguas, desconhecidas, parecem ter deixado no basco o vestígio mais nítido. Essas línguas designam-se pelo nome genérico de *proto-basco*.

   Sobre a origem e expansão do basco não existe uma ideia precisa. Duas são as opiniões mais persistentes: uma, que atribui uma proveniência caucasiana, ou ao menos certa relação com as línguas aí faladas, baseando-se sobretudo nas semelhanças gramaticais; a outra, apoiando-se nalgumas coincidências lexicais, dá-lhe uma origem africana (aparentando o basco com as línguas bereber, copta, cusita e sudanesa, línguas com as quais o ibero costuma agrupar-se). Mesmo assim, não falta quem a considere como língua autóctone da Península. Porém, a solução é difícil já que não existem testemunhos escritos

em basco anteriores às palavras isoladas que aparecem nas *Glosas Emilianenses* do séc. X.

A área de implantação que o basco teve na Antiguidade é outro dos pontos polémicos, devido especialmente às numerosas afinidades que apresenta com o ibero, com o qual manteve uma convivência de cerca de vinte séculos, antes do seu desaparecimento durante a época imperial (II-III d.C.). Alguns estudiosos insinuaram uma expansão do basco por todo o território peninsular 3 000 anos a.C., baseando-se na existência de numerosos topónimos que apresentam o prefixo **Ili-**, que fazem corresponder ao basco **iri** («cidade, vila»). Mas Baldinger publica um mapa que relaciona esse sufixo apenas com os ibéricos (v. a seguir). De qualquer modo, a presença dos bascos e de povos aparentados só parece indubitável na metade setentrional da Península.

Mapa 4: Topónimos pré-romanos de raiz em *Ili* (adaptado de Baldinger, 1972, p. 234).

À unidade proto-basca é atribuída uma série de fenómenos linguísticos que aparecem nas línguas românicas, da Galiza até a Catalunha, incluindo a Gasconha:

1. *A queda do -n- e do -l- intervocálicos*, que é um dos traços distintivos do galego-português dentro da área ibero-românica:

   ELEMOSINA > *elemosia* > port. *esmola* (882)

   FROILA > *Froia* (919)

[57] Cf. Baldinger, 1972.

Gamillscheg demonstrou num trabalho fundamental sobre este tema, *Romanen und basken*[57], que na área galego-portuguesa, de um lado, e na área vasco-gascã, do outro, dá-se um tipo de nasalação similar, que afecta o elemento precedido por uma consoante nasal (nasalação progressiva), em oposição à que se deu na Galo-romània (nasalação regressiva), que afecta o elemento anterior:

GRANU > b. *garau*, port. *grão*;

JUNIPERU > gasc. *jimbre*, port. *juimbre, jimbre, zimbro*;

CANALE > gasc. *cãu* / CANE > port. *cão*;

HONORE > b. *oore*.

A perda do /-n-/ intervocálico está já documentada em tempos romanos, na região cantabro-astúrica:

AUNIGAINUM > *Ongayo*,

*BEDUNIA > *Bedoya*.

A evolução basca do /-l-/ para /-r-/ e dialectalmente para /-Ø-/, é o resultado da mesma tendência fonética que no galego- português levou ao total desaparecimento da consoante, ou seja, trata-se de um fenómeno de lenição:

GULA > b. *gura*,

AQUILA > port. *águia*.

Outras áreas onde se supõe a presença de populações pré-indo-europeias apresentam fenómenos semelhantes. No aragonês, por exemplo, encontram-se as mesmas formas do artigo que no português (**o, a, os, as**). Na Sardenha, tanto o /-l-/ como o /-n-/ intervocálicos são substituídos por uma ejectiva fortemente articulada.

2. *Betacismo*. A substituição do **b** por **v**, ou melhor, a fusão da fricativa /v/ com a oclusiva /b/ numa constritiva /β/, característica dos dialectos portugueses setentrionais e também do galego, é outro dos paralelismos que põe em contacto todos os falares do norte peninsular, até à Catalunha. Como já vimos no caso da queda do /f-/ castelhano, a fricatividade não é um traço distintivo do sistema fonológico basco, pelo que a sua perda faz pensar na presença de um substrato pré-romano com ele aparentado.

3. Outra semelhança que se pode observar entre o galego- português e o basco é, por exemplo, a evolução do ditongo **au** para **oi** em alguns dialectos portugueses; também dialectalmente aparece no basco o ditongo **ai**:

MAURUS > b. *mairu*, port. *moiro/mouro*.

4. Entre os vocábulos de origem proto-basca ou basca estão: «veiga» (b. *ibai*, cast. *vega*), «esquerdo» (b. *esker*, cat. *esquerre*, cast. *izquierdo*), «cama» (b. *Kame*, arag. */Kama/* — com a acepção de «leito de pastores»), etc.

   Todos esses fenómenos, conclui Baldinger, «indiscutivelmente paralelos, e que atingem até os casos mais particulares, podem explicar-se unicamente por um substrato comum necessariamente pré-romano. Não pode tratar-se de um substrato céltico, pois a Gasconha distingue-se, precisamente pelas evoluções indicadas, do resto da Galo-românia, muito mais intensamente penetrada pelo elemento céltico; porém, não podemos pensar nos iberos, já que justamente nas antigas áreas ibéricas, isto é, no leste, centro e sul, não achamos rasto nenhum destas evoluções»[38].

[38] Baldinger, 1972, pp. 195-6.

b) **Substrato Ibérico**: Os iberos entraram na Península procedentes do norte de África cerca de III milénio a.C., estabelecendo-se primeiro no sul e levante mediterrânicos e avançando depois pelas regiões do leste até ao sul de França. A primeira referência directa aos iberos aparece em Avienus, que chama «Iberus» ao rio Tinto, na província de Huelva, e «Hiberia» ao território compreendido entre este rio e o Guadiana. Mas nessa área têm-se descoberto pouquíssimos vestígios ibéricos.

   Embora durante muito tempo se pensasse que o ibero pertencia à mesma família que o basco, estudos recentes vieram demonstrar que as semelhanças entre eles se devem ao facto de ter existido uma convivência de ambas as línguas durante bastantes séculos. É com os povos do norte de África, especialmente com os líbios, que o ibero se aparenta. Ao lado dos tartéssios, são os dois únicos povos pré-indo-europeus que deixaram testemunhos escritos na Península, num sistema silábico escrito da direita para a esquerda, de que só a partir dos anos 20, e graças aos trabalhos do arqueólogo Gabriel Gómez Moreno, se passou a saber o valor fonético, muito próximo do dos testemunhos achados em Chipre e Creta.

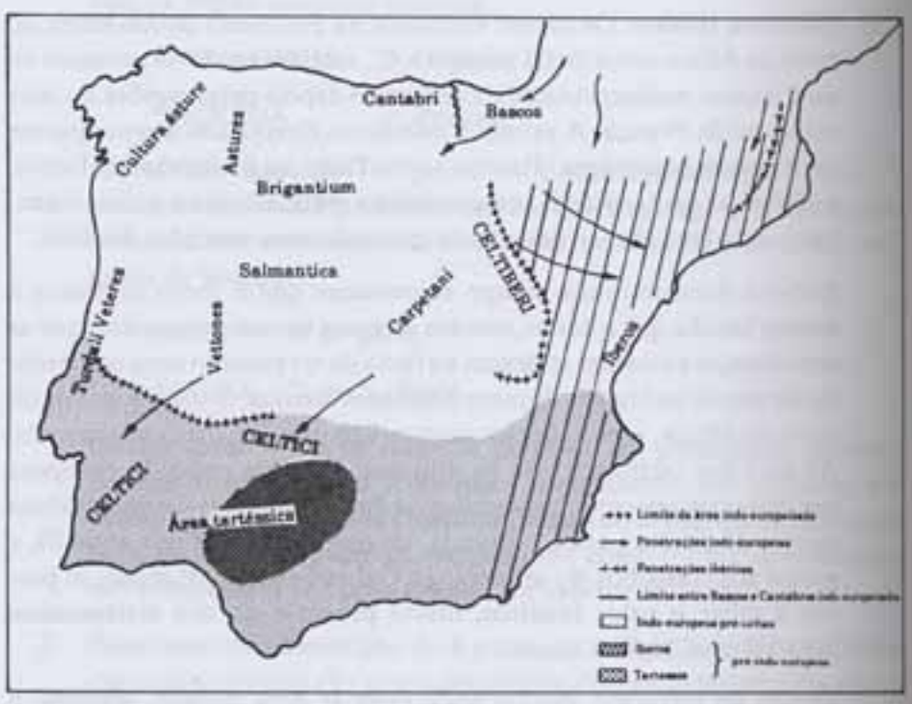
   Dentro do território ibérico pode fazer-se uma divisão, segundo o sistema ortográfico usado, em duas áreas:

   - meridional, que vai do sul da região de Valência à Andaluzia, com excepção das comarcas portuárias, de maior influência fenícia-cartaginesa, incluindo também a região entre o Guadalquivir e o Algarve. Estas áreas apresentam maior semelhança com a escrita tartéssica e com a dos povos da Ásia Menor;
   - levantina, que inclui Aragão, Catalunha e o sul de França, com a região de Valência a servir de zona intermédia. É aqui que se pode falar com propriedade de substrato ibérico, conservando-se nestas regiões o maior número de vestígios importantes da cultura ibérica e de topónimos com essa origem.

Embora se conheça com relativa certeza o valor fonético da escrita ibérica, o assunto torna-se mais complicado quando se trata de resolver o seu valor semântico.

A presença dos iberos nos territórios galécios e lusitanos não está documentada, nem se têm descoberto quaisquer vestígios arqueológicos que lhes possam ser atribuídos.

Mesmo assim, existem algumas palavras do vocabulário português com origem ibérica: *chaparro* (port., arag., cast.), relacionado com *txapar* (b.), *ta-saft* (bereber), *sap, sepell, xifell* (cat.), *sapiego* (ast.), *sap* (prov. > fr. *sapin*), *zappino* (abruz.), *sappinus* (lat.); *carrasca* (cat., gal., cast.), relacionado com *akerrús* (bereber); *tamujo/tamuje* (port.) e *tamujo* (cast.).



Mapa 5: Mapa linguístico da Hispânia pré-romana (adaptado de Tovar, 1949).

c) **Substrato Tartéssico**: Agrupa-se sob este nome o conjunto de povos que habitavam o sudoeste peninsular antes da chegada dos romanos; também são chamados turdetanos. A sua presença parece remontar a mais de 1500 a.C. As primeiras notícias da sua existência aparecem em textos bíblicos e gregos, nos quais se fala do esplendor e riqueza deste reino, relacionando-o com o mercado de metais preciosos. As minas da região de Mértola e da serra de Huelva, bem como a estratégica posição do domínio tartéssico sobre o Golfo de Cádiz, passagem obrigatória para a navegação de cabotagem entre o Mediterrâneo e o

Atlântico, fizeram confluir aí navegantes e mercadores de diversa procedência. Pode ser esta a razão que explica as diferenças entre a escrita ibérica e tartéssica, que aliás vai da esquerda para a direita, como acontece também nas escritas fenícia e etrusca, o que sugere uma filiação para a cultura tartéssica. Inscrições epigráficas do Algarve mostram alguns traços muito próximos ainda do sistema fenício; são atribuídas aos **cónios** ou **cinetes**, cuja presença Tovar entende estendida até às margens do Mondego, explicando através dela a etimologia de *Conimbriga* («cidade ou fortaleza dos cónios»).

Antonio Tovar defende a origem tartéssica para uma série de topónimos peninsulares (alguns deles registados na antiguidade, mas dos quais se desconhece na actualidade o enclave) que se encontram desde a foz do Guadalquivir até à foz do Tejo, entre eles: *Olisipo, Collipo, Tabucci* (em Espanha). Tovar conclui que a distribuição geográfica de nomes de cidades terminados em **-ippo**, na baixa Andaluzia e nas imediações do estuário do Tejo, permite pensar numa conexão com os tartéssicos ou com os seus predecessores.

d) **Substrato Fenício**: Os fenícios, procedentes das costas da Ásia Menor, estabeleceram-se nas costas meridionais da Península por volta do ano 1000 a.C. data da fundação da cidade de **Gádir** (act. Cádiz). Outras colónias fenícias desta área foram **Asido** (act. Medina Sidonia), **Malaka** (act. Málaga) e **Abdera** (act. Adra). Mais tarde os cartagineses, sucessores dos fenícios, reafirmaram a presença asiática na Península, fundando também novas colónias ou «feitorias» como **Cartago** (act. Cartagena), capital do seu domínio hispânico, **Portus Magonis** (act. Mahon), **Ebusus** (act. Ibiza), etc.

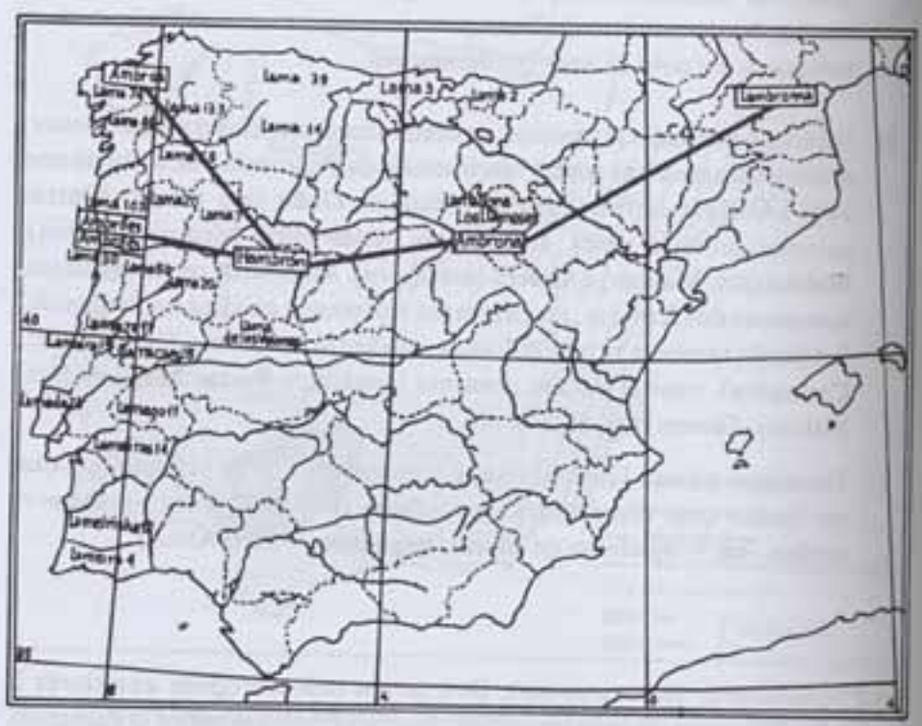
De origem púnica (cartaginesa) é o próprio nome de «Hispânia», que em fenício quer dizer «terra de coelhos» (**i-** = ilha, costa; **-sephan-** = coelho, **-im** = morfema de plural: **isephanim** > HISPANIA).

3.7.4.2 (*Substratos indo-europeus*): Dos povos indo-europeus anteriores à chegada dos romanos, os que maior influência exerceram sobre o substrato das línguas ibero-românicas, e especialmente sobre o do galego-português, foram os **celtas**, que se espalharam pelo centro e oeste da Península entre os séculos X e VI a.C.; aquilo que designamos como «substrato celta» é a consequência de sucessivas vagas de povos, às vezes significativamente diferenciados no que diz respeito à língua.

Dentro da família céltica, ou com ela relacionada, podemos estabelecer três grandes grupos segundo a cronologia da sua presença na Península: **pré-celtas**, os mais antigos, dentro dos quais se podem contar **ilírios** ou **ambrões e lígures**; **celtíberos**, resultado da miscigenação de iberos com celtas, instalados sobretudo no centro (Soria, Burgos, Logroño, Guadalajara, Teruel, Zaragoza e

Navarra); e os **celtas** propriamente ditos, contemporâneos dos povos que ocuparam a Gália e a Bretanha.

Desde há muito tempo os ilírios têm sido considerados como os primeiros povos de origem não indo-europeia, embora com ela aparentados, que se instalaram no ocidente europeu; principalmente na Europa meridional (Itália continental, sul de França, metade setentrional da Península). Esta deslocação teria ocorrido entre o terceiro e o segundo milénio a.C. As descobertas arqueológicas do norte de Espanha e o achado de traços linguísticos não célticos em algumas inscrições e topónimos, renovaram a validez da suposta entrada dos ilírios na Península, tema sobre o qual não existe uma opinião unânime. Menéndez Pidal apresenta um mapa dos povoados, especialmente significativo pela sua maioritária presença no território que viria a ser o do galego-português.



Mapa 6: Mapa dos topónimos relacionados com a 1.ª invasão céltica (adaptado de Menéndez Pidal, 1952, p. 177).

Sobre esse mesmo território, A. Tovar assinala a presença dos celtas mais primitivos assentados na Península, que se caracterizaram pela formação de topónimos a partir do sufixo **-briga**, ainda durante a época romana (CAESAROBRIGA, AUGUSTOBRIGA, FLAVIOBRIGA).

Mapa 7: Topónimos compostos sobre o tema *-briga* atribuído à segunda camada céltica na Península (Untermann, adaptado de Baldinger, 1972, p. 235).

Segundo Tovar, «deve supor-se uma primeira invasão indo-europeia durante o período anterior à Idade de Ferro, que apresentaria características linguísticas não célticas [...]. Depois desta, podem distinguir-se talvez duas ou três invasões de celtas. Os topónimos em **-briga** podem ser relacionados com a primeira invasão céltica. Provavelmente estes distinguiam-se dos celtiberos, que também são povos pré-gálicos e pré-britânicos [...]. Como última invasão, seguramente relacionada com a entrada dos galos, temos a dos povos cujos topónimos apresentam o elemento **-dunum**, — cujas penetrações devem ter sido isoladas e esporádicas, e das quais não existem referências históricas»[59].

[59] Tovar, 1961, p. 115.

o Nomes em *-dunum* atestados já na Antiguidade

+ Nomes em *-dunum* atestados a partir da Idade Média

• Nomes em *-dunum* atestado apenas em época moderna

? Incerteza em relação à localização exacta do nome

Mapa 8: Geografia dos topónimos em *-dunum* (adaptado de Theodora Bynon, 1981, p. 376).

Os cântabros, ástures, galécios, lusitanos, vetões, carpetanos e pelendões deviam constituir na época pré-romana uma estreita unidade linguística. Eram eles os descendentes das mais antigas populações indo-europeias, e vieram recebendo, posteriormente, a introdução de outras camadas celtas. Quando os textos clássicos lhes fazem referência, não os designam como celtas, mas como **celtici**, ou seja, «relacionados com os celtas».

K. Baldinger resume deste modo a situação linguística da Hispânia pré-romana:

> No tempo imediato que precedeu a romanização, havia na Península dois grandes domínios linguísticos: um ibérico ao longo da costa [oriental] e entre o Ebro e os Pirinéus, e outro no interior do país, no Norte e no Oeste, onde eram falados dialectos indo-europeus próximos do celta.[60]

[60] Baldinger, 1972, p. 240.

Entre os traços do português que habitualmente têm sido atribuídos à influência do substrato celta, contam-se a evolução dos grupos iniciais **cl-, pl-, fl-** para africada e o papel metafónico da vogal final sobre as vogais tónicas. Outros traços igualmente apontados, como a evolução do grupo /-kt-/ para /-it-/ e a sonorização das oclusivas surdas, não sendo privativos do português, são com maior dificuldade atribuíveis a um substrato celta actuando no noroeste peninsular.

Terminamos esta unidade recordando o que dissemos a propósito da cronologia da romanização: fossem quais fossem as línguas pré-romanas da Gallaecia et Asturica, elas tiveram condições óptimas para imprimir a sua marca num latim vulgar tardiamente chegado à região e cedo diferenciado dos seus vizinhos.

3.7.5 *Superstrato:* O latim da Românía recebe, a partir do século V, a acção de línguas de superstrato, que absorve após uma fase de bilinguismo, durante a qual sofre modificações por vezes profundas.

O superstrato da Românía ocidental foi o **germânico**. As línguas dos francos, dos burgundos, dos longobardos comunicaram ao latim vocábulos (sobretudo nomes próprios) e influenciaram a fonética e a gramática latinas. Na Península Ibérica, os godos e os suevos apenas influenciaram o onomástico.

Na Românía oriental, o superstrato foi o **eslavo**, que em algumas zonas se impôs como língua principal, reduzindo o latim a substrato.

A formulação de uma hipótese de superstrato na Românía parte da coincidência das áreas de um determinado fenómeno linguístico com a ocupada por algum dos povos germânicos.

Como as línguas germânicas estão vivas, é possível utilizar a estratégia do confronto fonético. O trabalho ainda é mais facilitado pela existência de alguns documentos, como a tradução gótica da Bíblia, feita no século IV por Úlfilas, bispo da Mésia Inferior. Na Crimeia, falava-se ainda no século XVI um dialecto ostrogodo, que é conhecido por descrições de viajantes.

3.7.5.1 (*Superstrato franco*): Do franco, segundo Wartburg o principal superstrato germânico, pouco se sabe directamente.

A Gália, tardiamente romanizada, estava em óptimas condições para se submeter à nova colonização. É por isso que o francês constitui, no conjunto das línguas românicas, aquela que se encontra mais afastada do latim.

O franco-provençal teria tido por superstrato o burgundo, cujo império, na fase média, corresponde perfeitamente ao seu território actual. O italiano setentrional teria o longobardo por superstrato.

Segundo Wartburg, os fenómenos provocados pelo superstrato são:

a) ditongação da vogal tónica, em sílaba aberta;

b) queda da vogal final ou sua redução a [ə];

c) fricatização ou queda das oclusivas sonoras intervocálicas, primárias ou secundárias.

Os seus fundamentos para formular esta hipótese de superstrato são os seguintes:

- As áreas são bem conhecidas e só permitem uma dúvida quanto à densidade de ocupação germânica (colonos rurais ou funcionários?).
- O forte acento de intensidade característico das línguas germânicas vivas, e certamente das mortas. Recaindo sobre a tónica, pode conduzir à ditongação da vogal, além de ter também por consequência a queda da vogal final.

a) Ditongação

Testemunhos de gramáticos indicam que, no latim dos séculos IV-V, surgiu uma nova espécie de quantidade vocálica, que alongava as vogais de sílaba aberta, já depois de ter desaparecido a distinção entre vogais longas e breves. Este alongamento não se registou na Península Ibérica, mas registou-se na Gália e na Itália Setentrional, o que pode ser atribuído à influência de superstrato germânico. Então, como hoje, os germanos distinguiam entre vogais longas e breves. Puderam, assim, manter a quantidade das vogais de sílaba aberta, aplicando-lhe o acento de intensidade. Seguiu-se a ditongação.

O francês distingue-se das outras línguas românicas pelo número de ditongações:

ĕ > [ɛ]	> ie :	PĔDE	>	pied;
		PĔTRA	>	pierre;
		FĔRU	>	fier;
	mas,	FĒRRU	>	fer (sílaba fechada);
ŏ > [ɔ]	> uo, ue :	FŎCU	>	fuec (> fŭé > fuŏ < fŏŏ > fŏ);
ē > [e]	> ei :	HABĒRE	>	aveir (ei > oi > oé > ué > uá);
ō > [o]	> ou, eu :	FLŌRE	>	flour, fleur;
ă > [a]	> ai > ei > é :	PRĂTU	>	pré;
	mas,	CARRU	>	char (sílaba fechada).

b) Vogais finais

As vogais finais, em francês, caem ou reduzem-se a [ə], geralmente como apoio do grupo consonântico:

-e > Ø, -ə : FORTE > fort;

-u, -o > Ø, -ə : VIVU > viv > vif;

POPULU > peuple

-a > -ə : AMICA > amie.

Em provençal, a evolução é semelhante, excepto no -a, que se conserva.

O franco-provençal conserva melhor as vogais (é este o traço que o individualiza), distinguindo as vogais de apoio -e, -u, -o, -a (ou -ə depois de palatal). No italiano literário, as vogais mantêm-se, mas nos dialectos setentrionais seguem um comportamento semelhante ao do francês.

c) Oclusivas sonoras

A sonorização das oclusivas intervocálicas é uma característica da România ocidental(Cf. Cap. 2). Mas na Gália, por influência do acento de intensidade franco, a evolução foi mais longe: as sonoras caíram ou transformaram-se em fricativas (duplo abrandamento, portanto).

-T- > -d- > -ð- > Ø : AMATA > amada > aimée

O -d- fricatiza e cai. Esta evolução distingue o francês do provençal.

-D- > -ð- > Ø : CRUDA > cruða > crue

Aqui há uma semelhança com o português que, quando parte de uma sonora [-b-] primária, também chega à eliminação da consoante.

-P- > -b- > -β- > -v- : LŬPA > loba > loβa > louve

Dá-se a fricatização, mas não a queda. Nas outras línguas isto não acontece.

-B- > -β- > -v- : FABA > faβa > fève

Também neste caso a evolução é paralela em português.

-K- > -g- > -ɣ- > Ø : AMICA > amiga > amiɣa > amie

Fricatização seguida de queda:

-G- > -ɣ- > Ø : PLAGA > plaie

Os fundamentos da tese do superstrato de Wartburg são essencialmente histórico-geográficos: coincidência, na Gália, entre a fronteira sul dos três fenómenos fonéticos e o limite atingido pelos germanos em 486 (batalha de Soissons), isto é, toda a região ao norte do Loire. Antes de 358, os francos

sálios tinham atravessado o Baixo Reno e ocupado o norte da Bélgica. Em 450, os francos ripuários atravessaram o Reno pelo leste, enquanto os sálios avançaram até ao Somme. Em 486 derrotaram em Soissons os galo-romanos e o rei Clovis estabeleceu o domínio franco até ao Loire, começando a colonização. Embora em 507 os francos tenham batido os visigodos na batalha de Vouillé, nunca colonizaram os territórios ao sul do Loire.

De que modo influíram todos esses factos históricos no futuro desenvolvimento da língua francesa? — A região ocupada pelos sálios até 358 é a actual região do flamengo. A região que ocuparam a seguir, até 450, corresponde aos dialectos franceses da Valónia. A região ocupada após Soissons corresponde ao francês medieval, **langue d'oïl**.

Wartburg usa, em segundo lugar, argumentos lexicais: o Atlas Linguístico da França fornece um conjunto de vocábulos de origem germânica, ligados à agricultura e à vida quotidiana, que não ultrapassa a linha do Loire. A sul do Loire há vocábulos germânicos próprios da administração feudal (*fief, baron*) que haviam penetrado já em galo-romance, mas não pertenciam ao mundo rural e doméstico.

3.7.5.2 (*Superstrato burgundo*): Constituem o franco-provençal os dialectos em que se conserva o **a** tónico em sílaba aberta e três vogais átonas finais de timbre diverso. A área destes dialectos coincide com a dos burgundos, povo da família dos visigodos, na sua época de expansão média. No século V, instalaram-se entre o lago de Genebra e a Alta Sabóia. Em 457, avançaram para ocidente e, até 480, dominaram uma vasta região até ao centro da França, e quase até ao Mediterrâneo, mas acabaram por recuar para a posição inicial, que corresponde à do franco-provençal.

A hipótese de superstrato burgundo, que tem apoio na toponímia, é das mais verosímeis, embora não seja conhecida a língua deste povo.

3.7.5.3 (*Superstratos suevo e visigodo*): Na Península Ibérica, os únicos povos germânicos que, pela duração e relativa estabilidade da sua permanência, mantiveram com a população hispano-romana contactos linguísticos que poderiam enquadrar-se no tipo do superstrato, foram os suevos e os visigodos. Mas, por circunstâncias que já veremos, acabou por ser muito reduzido o contributo directo que os romances peninsulares receberam das suas línguas.[51]

[51] Baldinger, 1972, pp. 166-8.

Os suevos, provenientes da Germânia ocidental, penetraram nas fronteiras do Império em 409, atravessaram a Gália muito rapidamente e já se encontravam em 411 na Península, onde constituíram um reino cujas linhas correspondiam aproximadamente à província da Gallaecia et Asturica. Com capital em Braga, este reino foi conquistado pelos visigodos em 574, mas mesmo assim os suevos «conservaram até fins do domínio visigótico uma certa autonomia».

Com efeito, a historiografia moderna não toma à letra a afirmação contemporânea de que «regnum destructum et finitum est Suevorum» (Idácio de Chaves). Segundo Piel, os suevos não eram uma tribo germânica organizada, mas «grupos étnicos heterogéneos», em número escasso (não teriam excedido os 25.000 homens), comandados por uma dinastia sueva.[62]

[62] Baldinger, 1972, pp. 167-70.

A influência da língua dos suevos sobre o português é irrelevante, como acentua Baldinger:

> Apesar do grande número de elementos germânicos na toponímia, procedentes na totalidade de antropónimos germânicos e limitados quase exclusivamente à área galego-portuguesa (Piel), a investigação das repercussões do domínio suevo ... quase não confirmaria, provalmente, a presença digna de nota de uma influência dos suevos sobre o galego-português.

Com muitas reservas, Baldinger admite que se devam à língua dos suevos algumas palavras como gal. e port. *laverca* («alondra»), *broa* (cast. *borona*), port. *britar* (verbo muito frequente na Idade Média, depois substituído por *quebrar* e presente residualmente em *brita* «cascalho», *britadeira* e *azeitona britada*), *trigar* (port. ant. «enfurecer»), ou o gal. *lobio* («folha de parra»).

Tiveram, no entanto, os suevos um papel decisivo na diferenciação das línguas ibero-românicas ocidentais, papel que nada tem a ver com efeitos de superstrato: assegurando o relativo isolamento do ângulo noroeste da Península durante século e meio (ou mesmo durante os três séculos de ocupação germânica), eles forneceram um quadro social propício ao desenvolvimento, aí, de tendências evolutivas particulares que já se manifestavam no período romano e que tinham a ver, muito provavelmente, com efeitos de substrato. Se as evoluções de -L- e -N- intervocálicos, e a convergência dos grupos iniciais PL-, CL-, FL- para a africada palatal, são caracterizadoras, deve-se isso ao facto de o romance em que se manifestaram, o galego-português, ter surgido num território politicamente isolado durante um período crucial — o dos dois ou três séculos imediatos ao desmembrar do Império Romano:

> A romanização tardia, e débil, concedeu maior campo de acção aos influxos pré-romanos, favorecidos pela autonomia do Noroeste, que se prolongou sob o domínio suevo.[63]

[63] Baldinger, 1972, pp. 220-1.

É igualmente no léxico (alguns vocábulos comuns e léxico onomástico) que se sente algum efeito de superstrato visigodo. Discute-se muito, sem haver consenso, a hipótese de ter essa origem a ditongação de Ĕ e Ŏ tónicos em castelhano, fenómeno que parece ter-se difundido a partir do centro da Península, onde a presença dos visigodos, cuja capital era Toledo, mais se fez sentir.[64]

[64] Baldinger, 1972, pp. 92-5.

Os visigodos estavam já muito romanizados quando, relativamente tarde, entraram na Península. Tendo instalado um reino no sul da Gália, com capital em Toulouse, foram dele expulsos em 507. Calcula-se que eram então 200.000, dos quais só metade terá passado os Pirenéus. Em relação à totalidade da população da Península (7 ou 8 milhões), os visigodos não excederam a

proporção de 1 ou 2 por cento e os contactos devem ter sido muito sumários, devido à proibição de casamentos.[65]

[65] Baldinger, 1972, p. 96.

O resultado disto foi bem observado por Serafim da Silva Neto:

> a influência dos visigodos — imponderável na fonética e demais partes da gramática, nula no que diz respeito à fixação de limites linguísticos — restringiu-se na adoção de empréstimos vocabulares[66].

[66] Neto, 1977, p. 321.

Sobre algumas das particularidades históricas que caracterizam a presença dos godos no território peninsular, comenta Dieter Kremer:

> Hay que dar como cierto que la nobleza gótica prefirió establecerse en las ciudades más importantes (como Barcelona, Mérida, Sevilla, Córdoba, Toledo, etc.). La masa del pueblo gótico, al que no podemos suponerle unidad étnica, pero si el hecho de que el gótico fuese el elemento predominante, comenzó a establecerse ya desde los primeros momentos de finales del siglo V en la meseta castellana (la región de los *Campos Gotorum*) y todo parece indicar que después de la incorporación del reino suevo en la «Gotorum gens et patria», se registró un movimiento hacia las siempre densamente pobladas y fértiles tierras del noroeste que se parecían, como alguien dice, al paisaje de la Galia del Sur. Esta disociación étnica ocasionada por la separación espacial entre las capas inferiores y la superior, ocasionó evidentemente la rápida asimilación o romanización de los habitantes de las ciudades y la pervivencia de la lengua entre las capas campesinas inferiores[67].

[67] Dieter Kremer, 1978, (1982, pp. 147-8).

Segundo o estado actual dos conhecimentos sobre o superstrato peninsular, pode-se afirmar que este consiste na sobrevivência, dentro das línguas ibero-românicas, de um determinado número de vocábulos. Pertencem estes a duas categorias: nomes próprios de pessoa (antropónimos) e de lugar (topónimos), e nomes comuns pertencentes a campos semânticos como os da guerra e da administração, nos quais a presença dos visigodos mais se fez sentir. Há que advertir, contudo, que nem todos os germanismos do português se podem, em rigor, considerar como devidos a um superstrato visigodo: como os contactos entre germanos e romanos tiveram início muito cedo, o latim vulgar acolheu ele próprio numerosos germanismos, que transmitiu às várias províncias, sem interferência, portanto, dos invasores germânicos posteriores. Estão neste caso germanismos presentes em línguas românicas não peninsulares[68]:

[68] Lapesa, 1986, pp. 112ss.

germ. SAIPO > lat. SAPONE > port. *sabão*, cast. *jabón*, fr. *savon*, it. *sapone*;

germ. BURGS > lat. BURGUS > port. *burgo*, etc.

germ. WERRA > lat. GUERRA (por BELLUM) > fr. *guerre*, port., cast., it. *guerra*

O mesmo tipo de percurso tiveram, até ao português e outros romances, germanismos como WARDON (*guardar*), RAUBON (*roubar*), HELM (*elmo*), DARD (*dardo*), HARIBAIRGO (*albergue*), SAPAURA (*espora*). Além deste vocabulário bélico, encontram-se palavras de outros domínios semânticos,

como o vestuário: FALDA (*fralda*), COFEA (*coifa*); a arquitectura: SAL (*sala* e o topónimo Sá), BASTJAN (fr. *bâtir*); o direito e a administração: BAN («proibição», de onde o latim medieval BANNUM e daí *bando* e *bandido*), FEHU (lat. med. FEUDUM > *feudo*), ANDBAHTI (*embaixada*), TRIGGWA (*trégua*).

Destes germanismos podem, com algumas cautelas, separar-se outros que, por não ocorrerem fora da Península Ibérica, pode imaginar-se terem sido trazidos pelos visigodos, constituindo assim verdadeiras formas de superstrato: SKANKJA (*escanção*), SPAIHA (*espia*), RAUPA (*roupa*), FAT (*fato*), LOFA (*luva*), SPITUS (*espeto*), RUKKA (*roca*), GANS (*ganso*), GASALIA («companheiro» > *agasalhar*), GANO (*gana*). Repare-se que são formas distintas das que se incluíam naqueles campos semânticos tradicionalmente entendidos como próprios dos empréstimos «hispano-godos» (na terminologia de Dieter Kremer): os da administração e da guerra. Ora os mais recentes estudos sobre superstrato visigodo indicam precisamente que não podem ser ignoradas aquelas formas peninsulares de origem germânica que pertencem ao vocabulário do quotidiano rural:

> Hallazgos nuevos, como el «germanismo olvidado», el gallego *escá* «medida para granos», de J. L. Pensado, o como la nueva etimología gótica para el gallego-portugués *agarimar* «aconchegar, acarinhar» de Piel, indican el posible camino a seguir: en las capas más humildes de la población germánica se han conservado mejor si no el lenguaje, si al menos algunas denominaciones domésticas, que en parte se han incorporado a la lengua popular románica. Los préstamos hispanogóticos giran en torno a la casa y a la vida campesinas (es decir, objetos y conceptos de la vida diaria) y a una vida familiar y afectiva muy pronunciada[69].

[69] Dieter Kremer, 1978, (1982, pp. 140-1).

Por outro lado, vamos encontrar grande quantidade de germanismos na antroponímia peninsular: *Álvaro, Fernando, Afonso, Rodrigo* (> Rui), *Elvira, Gonçalo, Raúl*, são dos mais frequentes ainda hoje. A maior concentração de toponímia germânica encontra-se no norte da Península, região que não foi especialmente habitada por visigodos. A explicação do facto é simples: a maior parte desses topónimos deriva dos nomes dos possessores das terras, nobres godos refugiados da invasão muçulmana nas montanhas do norte e daí tendo lançado o movimento da Reconquista. Pode assim dizer-se que a camada toponímica germânica do norte de Portugal, Galiza e Espanha foi aí instalada pela nobreza do século IX em diante. *Guimarães* (< VIMARANIS) deriva do nome do conde portucalense Vimara Peres, *Gondomar* de GUNDEMARI, *Sendim* de SENDINI.

3.8 Nascimento das línguas românicas

Procurámos, ao longo deste capítulo, observar por que processos, e em que grau, é que o latim vulgar foi obrigado a perder a sua (aliás mitigada)

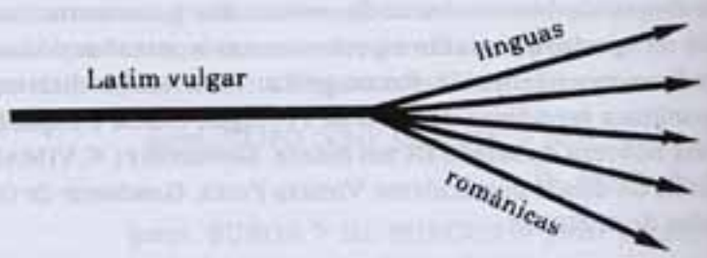
uniformidade antiga, até chegar ao ponto de deixar de ser um sistema linguístico unitário e de se cindir em várias línguas autónomas. A evolução interna do sistema, ocorrida lentamente (mas a ritmos diferentes de lentidão nas várias partes de um tão vasto império), foi talvez a causa principal do aprofundamento da diferenciação.

Mas a época em que cada região foi integrada no Império, os tipos de agente da romanização, os movimentos de comunicação e de centralização, o contacto estabelecido (ou não) com as populações autóctones e, mais tarde, o contacto estabelecido com os invasores germânicos que se instalaram em cada província — todos esses elementos oriundos das esferas política, militar, social e cultural contribuíram para condicionar a evolução particular do latim de cada região, acelerando ou travando o seu avanço, fornecendo um espaço humano e uma moldura de fronteiras que os romances viriam a preencher durante a Idade Média.

3.8.1 Como se depreendeu das unidades anteriores, tanto a intervenção dos diversos factores de diferenciação sobre o latim falado, como o próprio encadeamento das mudanças estruturais que ele registou, fazem-nos constatar que os romances não surgiram e se desenvolveram ao mesmo tempo em toda a România. Esta constatação não goza, no entanto, de unanimidade.

Alguns autores, como W. Meyer-Lübke, H. Grandgent e, mais recentemente, Henri-François Muller, defenderam o ponto de vista de que o latim vulgar se teria conservado durante toda a sua história como uma língua razoavelmente unitária, assim se mantendo intacta até um momento em que se cindiu nas diversas línguas românicas. Trata-se da chamada **teoria unilinear**[70]:

[70] Avalle, 1965, p. 35.



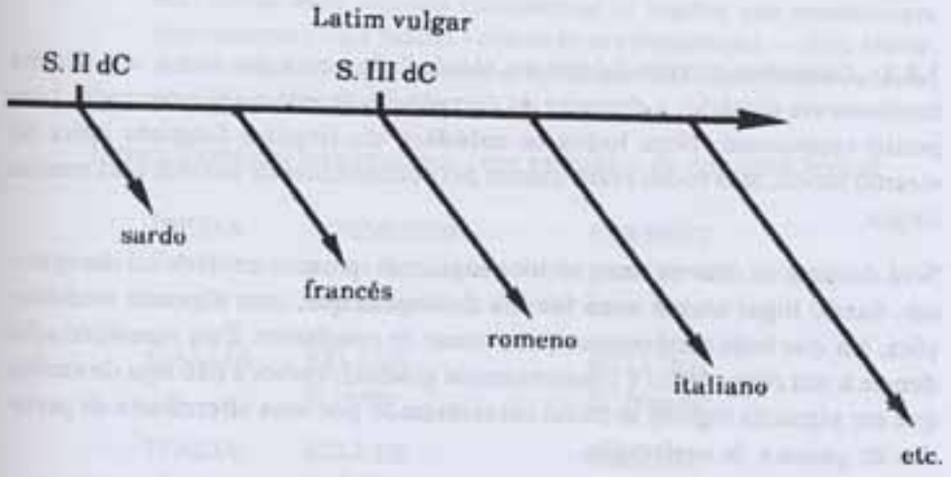
O momento da cisão, para Muller, não teria ocorrido antes do século VII. Até aí, a língua ter-se-ia conservado bastante homogénea em todo o ocidente europeu.

É nesta mesma corrente que devemos incluir Díaz y Díaz[71], quando descreve a situação do latim peninsular entre os séculos I e VII. Em sua opinião, durante o Império, prevalecia uma «enorme nivelação em toda a România», a qual se manteve na Península Ibérica até final do Império Visigodo, ou seja até ao fim do século VII. Nessa altura, pensa, o latim de um «espanhol» (sic)[72] diferia pouco do latim clássico: apenas estariam consagradas as evoluções do acento, algumas síncopes de consoantes intervocálicas e a palatalização, seguida de fricatização, das consoantes dentais e velares antes de iode. Esta visão, que não é fácil acompanhar, só se explicará pelo facto de toda a documentação usada por Díaz y Díaz ser escrita, fornecida por inscrições lapidares (cujo formalismo é grande) e por autores religiosos hispânicos, cujo latim era muito conservador.

[71] Díaz y Díaz, 1950, pp. 153-197.

[72] Díaz y Díaz, 1950, pp. 196.

Radicalmente oposta é a visão de autores que crêem em um latim vulgar heterogéneo devido a uma dialectalização muito precoce, que teria surgido imediatamente a seguir à romanização de cada província, marcada por diferenças fonéticas e lexicais desde os primeiros séculos da nossa era. Desse latim heterogéneo se teriam destacado, em momentos diversos, as línguas românicas. Esta **teoria multilinear** pode ser esquematizada do seguinte modo:



Para Robert A. Hall Jr.[73], a diferenciação teria tido início extremamente cedo: «a separação entre latim literário e popular tornou-se nítida no século I a.C.». Após este primeiro passo de natureza diastrática, pois distinguiu entre a variedade escrita, facilmente conservada imutável, e a variedade oral, muito mais complexa e instável, cada vez mais esta segunda se diversificou: «O latim clássico tornou-se cada vez mais estático, enquanto a linguagem popular não mais parou de evoluir».

[73] Hall, 1974, p. 71.

A variação do latim falado poderia, no entanto, ter origens ainda mais recuadas; é o que pensa Roger Wright, numa bela síntese:

> Na altura da expansão da civilização romana para fora de Roma [séc. III a.C.], Roma era já uma civilização antiga, de origens envoltas em lenda. Dentro da cidade de Roma, propriamente dita, podemos ter a certeza de que havia muitas variedades de língua oral, delimitáveis sociolinguística, estilística e mesmo geograficamente. No perímetro do Lácio, as variedades eram proporcionalmente maiores. No resto da Itália havia outras variedades relacionadas com o latim e decerto mutuamente inteligíveis, mas que, de qualquer forma, contribuíam para a complexidade da situação linguística. Daí, soldados e colonos levaram para outras partes do mundo uma língua falada que continha já um elevado grau de variação. Nessas partes, encontraram-se com falantes de outras línguas indo-europeias, como o gaulês, ou não indo-europeias, como o basco. Estes, quando aprendiam latim, inevitavelmente começavam por introduzir nele características e hábitos herdados da sua primeira língua [...]. No século I d.C., o *latim* já recobria uma enorme área, que não podia deixar de comportar uma ampla variação regional e estilística. [...] O latim falado por toda a gente era uma língua rica, dotada de uma grande variedade de vocabulário, de construções sintácticas e de particularidades fonéticas e estilísticas. Contudo, ainda era uma unidade.[74]

[74] Wright, 1983, pp. 2-3.

3.8.2 Conceber o latim falado no século I da nossa era como um sistema basicamente unitário, a despeito da complexidade interna já adquirida, é um ponto consensual. Nem todos os cidadãos do Império falariam latim do mesmo modo, mas todos eram unidos pela consciência de usarem uma mesma língua.

Será durante os oito ou nove séculos seguintes que esta unidade irá desaparecer, dando lugar a uma nova família de línguas que, com algumas modificações, é a que hoje conhecemos pelo nome de *românicas*. Esta transformação deu-se a um ritmo lento e possivelmente gradual, embora não seja de excluir que em algumas regiões se tenha caracterizado por uma alternância de períodos de pausa e de aceleração.

As nossas dificuldades em conhecer o que exactamente se passou durante esse longuíssimo período são enormes: se para os primeiros séculos dispomos do testemunho das fontes escritas latinas, para o período que medeia entre a desorganização provincial do Império e a criação dos novos estados medievais (período atravessado no Ocidente por dois movimentos de invasões: o germânico e o árabe) achamo-nos menos informados. A escassa produção literária e para-literária, mantida à sombra da Igreja, pode dar uma ilusória impressão de permanência linguística, quando afinal se estavam já a formar novas línguas, como sugerem as reconstituições cronológicas feitas a partir dos dialectos ulteriores e como demonstra a sua emergência logo nas primeiras produções escritas de cada estado, inicialmente sob a forma de afloramentos não-latinos em textos que, pelo menos graficamente, eram latinos (a chamada

documentação **pré-literária**, designação mais correcta que a de **latim bárbaro**) e mais tarde em textos concebidos numa ortografia deliberadamente românica (os mais antigos do território português datam do início do século XIII, mas em França já os havia desde o século IX).

Para sistematizarmos, na medida do possível, o longo processo de diferenciação que destruiu a relativa unidade linguística latina existente no século de Augusto, vamos recorrer a três propostas de cronologia, que, onde não são concordantes, são conciliáveis: de Benvenuto Terracini, no manual *Le Origini Romanze*[75], de Roger Wright, no artigo que temos citado, e de Georges Straka, num célebre artigo sobre a cronologia relativa das mudanças fonéticas.[76]

[75] Terracini, 1959.

[76] Straka, 1956.

3.8.2.1 Segundo Terracini[77], a latinidade vulgar, antes de conduzir às línguas românicas, atravessou três fases:

[77] Terracini, 1959, pp. 26-70; (Cf. também Avalle, 1965, pp. 47ss.).

a) **os primeiros três séculos do Império:**

> o conjunto de inovações que se notam na tradição do latim tem por seu centro originário Roma (ou pelo menos a Itália); da capital, difundem-se em círculo através das províncias, algumas atingindo toda a România, outras mais recentes limitando-se às regiões que contactavam directamente com a capital e deixando as extremidades — mais afastadas ou mais isoladas — sob a influência das fases conservadoras, atestadas no latim clássico.

Ilustra Terracini este processo com exemplos de natureza lexical:

IBERIA	FORMOSUS port. *formoso* cast. *hermoso*	FERVERE port. *ferver* cast. *hervir*
GALLIA	BELLUS fr. *beau*	BULLIRE fr. *bouillir*
ITALIA	BELLUS it. *bello*	BULLIRE it. *bollire*
DACIA	FORMOSUS rom. *frumós*	FERVERE rom. *fierbe*

Evidenciam estes exemplos um contraste entre as línguas dos extremos da România (o português e o castelhano a ocidente, o romeno a oriente) e as línguas centrais, como o francês e o italiano, as quais receberam inovações originárias de Roma que não tiveram tempo de atingir os confins do Império. Evidenciam também o contraste entre um estado linguístico mais antigo, comum a todo o espaço do Império, caracterizado por vocábulos como FORMOSUS e FERVERE, e um

estado mais recente e restrito ao centro do Império, onde aqueles vocábulos foram substituídos por BELLUS e BULLIRE. A evolução interna do latim vulgar e a facilidade das comunicações com Roma foram, neste caso, os factores que contribuíram para a diferenciação das línguas românicas.

b) **do século III ao século V:**

> a par da corrente inovadora que começa a irradiar de Roma, delineia-se a formação de centros provinciais de inovação, a África e a Gália. Caracteriza-se este período por um certo equilíbrio entre uma actividade provincial que, por vezes, tende a expandir-se fora dos seus limites, em sentido diferenciador, e a corrente central, que continua a agir em sentido unitário. As inovações, atribuíveis ao primeiro período e continuadas durante o segundo, trazem todas a marca de origens populares, tendo-se difundido a partir da linguagem simples e corrente de todos os dias.

Assim, o vocábulo clássico QUAERERE «procurar» cede o lugar a CIRCARE, que originariamente significava «andar à volta» e que produziu o italiano *cercare* e o francês *chercher*. EMERE «comprar» é substituído por COMPARARE, sinónimo especializado no comércio rústico. CAPUT, que através do derivado CAPITIA sobrevive em ibero-romance (*cabeça, cabeza*), é substituído no centro do Império por TESTA «crânio», de onde francês *tête* e italiano *testa*.

Estas inovações, segundo Terracini, apresentam um duplo aspecto:

> por um lado, atestam a ascensão dos ambientes humildes no conjunto da vida romana; por outro, prefiguram um mundo que, no espírito e nos interesses, está já afastado da tradição estrita e aristocrática que era prerrogativa do latim no tempo da República. O latim já não é exclusivamente a língua de Roma, mas a expressão de novas gentes, com interesses estranhos aos romanos; é por isso a latinidade vulgar deste período particularmente rica em elementos vulgares e plebeus.

Pertence a esta segunda fase o desenvolvimento e a expansão, no território imperial do Cristianismo, cuja tendência natural era a de se confundir com o latim vulgar.

c) **do século VI ao século IX:**

É aqui que, para Terracini, se coloca o problema das origens das línguas românicas, conjugado com o aparecimento de entidades nacionais que viriam a traduzir-se nos estados da Idade Média. Destaca Terracini dois aspectos: por um lado, «cessa o equilíbrio entre a corrente unitária que parte de Roma e as correntes provinciais e formam-se embriões de entidade nacionais, enquanto a figura histórica da província, como território submetido a Roma, desaparece rapidamente»; por outro lado, «dá-se a romanização dos bárbaros que

no séc. V tinham invadido o Ocidente, o que significa que os bárbaros perderam a sua língua, mas significa também que podem ter tido certo influxo sobre a latinidade».

3.8.2.2 Roger Wright[78], embora reconheça, como já vimos, que o latim de Roma era heterogéneo e se encontrava em permanente variação, não acompanha Robert Hall Jr. na ideia de que os dialectos do latim se tinham separado nitidamente ainda antes da nossa era. Para ele, essa separação, em termos definitivos, só ocorreu entre os séculos VIII e IX, embora o romeno se possa ter diferenciado um pouco mais cedo. Assim, estabelece uma cronologia em dois tempos, separados por aquele marco relativamente tardio.

[78] Wright, 1983, pp. 6-9.

a) **do século I ao século VIII:**

Uma enorme quantidade de novas variações introduz-se no latim tardio, de modo que, no final do período, existe uma ampla variedade de expressões disponíveis, regras sintácticas, sinónimos, variantes fonéticas, entre as quais os falantes podiam fazer escolhas de modo pragmático, condicionados pelo contexto. Não havia ainda ligação entre uma forma inovadora e uma norma local, embora certas inovações pudessem ocorrer em maior número em determinadas áreas geográficas. É por isso difícil localizar textos deste período a partir dos seus fenómenos linguísticos.

b) **séculos VIII e IX:**

> estes séculos parecem ser o momento em que as diferentes comunidades românicas começaram a consolidar as suas opções entre a vasta gama da variabilidade românica que estava à sua disposição.

Não é por acaso que as principais fronteiras linguísticas da România correspondem mais de perto às divisões políticas desta época do que às de tempos mais antigos. Wright recorda, a este propósito, que a linha que divide o catalão do aragonês e a linha La Spezia-Rimini, que separa os dialectos italianos setentrionais e meridionais, correspondem mais ou menos a fronteiras do Império de Carlos Magno.

E acrescenta um ponto de vista de especial interesse para o caso peninsular: de acordo com uma teoria do historiador francês Jacques Pirenne, a unidade cultural do mundo antigo não foi estilhaçada pelas invasões germânicas do séc. V mas pelas invasões árabes do séc. VIII, as quais afectaram especialmente a Península Ibérica. Como salientaremos mais adiante, a elas se deve o mapa político peninsular da Idade Média e, consequentemente, o mapa linguístico moderno. Mas concordar com isto não nos deve fazer esquecer que certas fronteiras políticas e linguísticas do Ocidente peninsular preexistiam à chegada dos muçulmanos: é o caso, nomeadamente, da fronteira mais ou

menos difusa entre o galego e o leonês, que, estando «erguida» desde o séc. VI, não precisou de esperar pelos sécs. VIII-IX para influenciar escolhas linguísticas fonológicas e lexicais processadas nos precisos termos que Wright definiu. Aliás, Joseph-Maria Piel[79] tem defendido a importância dessa fronteira na origem daquele romance a que chama «galego-português primitivo».

[79] Cf. *Leituras*, pp. 255-258).

Depois desta observação, e também de observarmos que a cronologia tripartida de Terracini encaixa sem dificuldades dentro do primeiro período identificado por Wright, retornemos a este autor para a sua caracterização do estado linguístico posterior ao ano 800. Após a «unidade heterogénea e complexa» do primeiro período, em relação ao qual considera «filologicamente absurdo» afirmar que o latim quase não mudou até ao ano 600, como muitos medio-latinistas e historiadores continuam a crer, Roger Wright vê o romance do séc. VIII como uma língua que continha uma quantidade de traços depois presentes em todos os romances modernos: as frases tinham o verbo seguido do objecto, contra a ordem do latim clássico (OV); a flexão nominal estava muito simplificada, tendo os substantivos e adjectivos apenas uma forma singular e outra plural (ainda que em certas regiões da França subsistissem dois casos, recto e oblíquo); tinha-se perdido a distinção morfológica de substantivos neutros e de uma voz passiva sintética, ao mesmo tempo que crescia o uso de formas analíticas (com verbo auxiliar) para tempos do perfeito e do futuro; as consoantes velares tinham-se palatalizado antes de vogais palatais. Estes, e outros traços, que naturalmente podiam estar adquiridos há bastante tempo, encontrar-se-iam no séc. VIII presentes na linguagem oral de todas as pessoas, cultas ou não, constituindo uma base comum e um ponto de partida para as evoluções de cada uma das línguas românicas. Seria, assim, apenas a partir do séc. IX que faria sentido falar de «catalão antigo», de «sardo antigo», etc.

[80] Straka, 1956.

3.8.2.3 A Georges Straka[80] devemos, no contexto desta discussão, não propriamente uma periodização da passagem do latim vulgar aos romances, mas uma tentativa de situar no tempo algumas mudanças fonéticas fundamentais. Baseou-se, para isso, na respectiva cronologia relativa, ou seja, na constatação de que certa mudança só podia ter ocorrido depois de concluída uma outra; uma vez estabelecida a cadeia das prioridades, basta datar um dos fenómenos para que esse resultado se transmita aos restantes.

Straka chega assim a algumas datações que impressionam pela sua antiguidade:

a) perda da quantidade vocálica — início séc. I

b) palatalização de /tj/ e de /kj/ — início séc. II

c) despalatalização de /tʃ/ para /ts/ séc. III

d) sonorização das oclusivas surdas fim séc. IV

e) ditongação de /ĕ/ tónico para /je/ (galo-r.) meio séc. III

f) ditongação de /ŏ/ tónico para /wo/ (galo-r.) fim séc. III

g) passagem de /ī/ para /e/ e de /ū/ para /o/ meio séc. I, mas difusão a partir do séc. III.

Na medida em que algumas destas mudanças ocorrem apenas numa região (caso das ditongações do galo-romance), ou **não** ocorrem numa região (caso das sonorizações, que o sardo não regista), decorre que no plano fonético o latim vulgar começou a diferenciar-se ainda durante o Império. Straka vai mesmo ao ponto de considerar que o sardo se individualizou no final do séc. II, o romeno no final do séc. III, enquanto o galo-romance, antepassado do francês, mais ou menos na mesma época já tinha sofrido transformações que o separavam do resto da România, aí se incluindo o provençal.

3.8.2.4 Se admitirmos que estas transformações tão cedo ocorridas não prejudicavam a compreensão comum, no diálogo, entre os habitantes do Império, sobretudo se fossem contrabalançadas por uma maior coesão nos planos da sintaxe e do léxico, podemos conciliar a cronologia de Straka com o conceito de «unidade heterogénea» de Wright e com a descentralização própria do segundo período de Terracini.

4. Português Antigo

TÁBUA DE MATÉRIAS

4. Português Antigo

Objectivos

4.1 Formação de um espaço nacional para a língua portuguesa

4.2 Fontes escritas (problemas, métodos, classificação, bibliografia)

4.3 Comentário linguístico dos textos mais antigos: Testamento de Afonso II (1214) e *Notícia de Torto* (ca. 1214)

Objectivos:

- Assimilar o conceito de Galécia Magna, ou área inicial do romance galego-português.
- Relacionar com o desenvolvimento constitucional e territorial do Estado Português a evolução da língua portuguesa medieval.
- Acompanhar a ascenção do português de língua apenas oral a língua dotada de escrita: relacionar a cronologia e a geografia deste processo com as origens da Literatura portuguesa.
- Depreender, do comentário filológico e linguístico dos documentos mais antigos, uma descrição do *português antigo* como etapa de trânsito entre o primitivo romance galego-português e o português clássico.
- Constatar, acessoriamente, as relações de colaboração que, a propósito do texto escrito, se geram entre a visão filológica e a visão linguística.

4.1 Formação de um espaço nacional para a língua portuguesa

4.1.1 Que aspecto teria o mapa linguístico da Península Ibérica no início do século VIII, ou seja pouco antes da invasão muçulmana? Todos os autores que acabámos de consultar concordam em que, nesse momento, o espaço peninsular já se encontrava compartimentado linguisticamente, embora menos vincadamente que outras regiões da România, devido ao seu maior isolamento. Mas o carácter mais conservador do latim da Hispânia Ulterior desde muito cedo estabelecera uma distinção entre norte e sul da Península: foi o latim do norte (Tarraconense), mais aberto a inovações, aquele que se viria a modificar mais profundamente por influência das línguas de substrato, com as quais teve um contacto breve e fraco (em contraste com o que se passou no sul).

Só este facto já permitiria fazer esperar que, ao começar o século VIII, a Península estivesse dividida em dois romances, um setentrional e um meridional, ainda que no plano político fosse um estado único (o visigodo). Essa divisão existiu e, de certo modo, pode mesmo dizer-se que ainda não desapareceu. Mas o mapa era, sem dúvida, mais complexo.

No norte, caminhando de ocidente para oriente, já se podia reconhecer um romance a despontar na região que viria a chamar-se galego-portuguesa, separado de um outro romance que ocupa a futura região leonesa, o qual, por seu turno, não se confundiria com aquele outro que nascia dos contactos entre o latim e o basco nos Cantábricos e nos Pirenéus ocidentais (ou seja, o futuro castelhano). Mais a oriente, o aragonês e o catalão não esperariam pelo traçado da fronteira de Carlos Magno (Wright) para iniciarem a sua diferenciação. É possível que os contornos destes romances nascentes e as suas linhas

de separação não fossem exactamente aqueles que hoje reconhecemos; é mesmo provável que, de um extremo ao outro, o quadro linguístico fosse o de um *continuum* gradualmente diferenciado. Estavam, em todo o caso, feitas as opções linguísticas que viriam a constituir cada uma das línguas nacionais que tiveram berço no norte da Península.

E no centro e sul? Aí, a situação é muito menos clara e convém-nos ter presente qual era a organização social, durante o período muçulmano ou, pelo menos, durante a primeira fase desse período (considera Menéndez Pidal que, após os primeiros séculos em que o convívio foi ameno entre cristãos e muçulmanos, se acentuou a repressão sobre aqueles).

No Andaluz, designação por que era conhecido o território dominado pelos muçulmanos, podemos reconhecer, com L. G. Valdeavellano[1], a coexistência atestadamente pacífica e de boa vizinhança dos seguintes cinco grupos sociais:

[1] Valdeavellano, 1977, p. 224.

a) os **baladiyym**, os árabes instalados na Península, mas provenientes da Arábia, senhores tanto aqui como no norte de África;

b) os **mouros** ou bereberes da Mauritânia, eles próprios conquistados pelos árabes e parcialmente islamizados;

c) os **muwalladim**, hispano-godos convertidos ao islamismo, que gozavam de estatuto igual aos **baladiyym**, de quem tomaram os costumes, os trajos, os nomes, a religião e a língua;

d) os **moçárabes**, hispano-godos ou hispano-romanos submetidos ao domínio muçulmano, mas não assimilados; viviam em comunidades separadas e dispunham de instituições e autoridades próprias;

e) os **judeus**, que dispunham de direitos iguais aos moçárabes.

Enquanto os resultados da diferenciação linguística do norte chegaram até nós e são directamente observáveis, já no território que, após o século VIII, foi ocupado pelos muçulmanos, reocupado pela Reconquista e dividido pelo arbítrio político e militar, o menos que se pode dizer é que as possíveis divisões linguísticas aí existentes foram repetidamente varridas pela história e se acham totalmente apagadas. Os romances centrais e meridionais, que elas delimitaram, pouco futuro tiveram e nenhum chegou até nós.

Por isso, quando nos referimos a esses romances, cuja história se resume a isto — no início da ocupação muçulmana, sobreviveram como língua das comunidades moçárabes; foram depois progressivamente interferidos pelo árabe; não é seguro que a Reconquista os tenha encontrado vivos; se sim, os romances do norte transplantados para os territórios reconquistados encarregaram-se de os aniquilar —, referimo-nos a eles no singular: o **romance moçárabe**.

4.1.2 É sem dúvida falseadora, por ignorar as compartimentações regionais anteriores ao século VIII, a caracterização do moçárabe como uma única língua. Os traços que se lhe atribuem talvez não coexistissem em nenhuma daquelas compartimentações e são, quase sempre, traços que opõem o moçárabe aos romances do norte. Daí, a sua caracterização pela negativa.

O moçárabe, ao contrário do castelhano, não perdeu o F- inicial latino (*filyo*), nem o G- inicial latino antes de vogal palatal (*germanella*). Ao contrário do galego-português, não perdeu -N- e -L- intervocálicos (*alyenu, contenir, doler*). Estes comportamentos, que definem o moçárabe como mais conservador que os romances do norte, preparam-nos para surpreendentes arcaísmos como a preservação do grupo inicial PL- (*plantain*), como o catalão (*plantatge*) e o aragonês (*plantaina*), mas não como os romances ocidentais e centrais (port. *chantagem*, castelhano *llantén*); a preservação do -T final latino (sonorizado em -d) nas formas verbais da 3.ª pessoa (*sanarad*); a preservação de -E final depois de consoante líquida (*male, amore, dormire, velare*); a não sonorização de surdas intervocálicas (*lupayra, boyata*), embora este último caso possa ser interpretado como mera latinização gráfica.

Ponto controverso é o de saber se o moçárabe possuía ditongos crescentes análogos ao castelhano ou se conservava as vogais latinas, como o português (*welyos* ou *olyos*?). A documentação escrita não permite resolver esta questão, por utilizar alfabetos silábicos (o árabe ou o hebraico), que apenas representam as consoantes e as semivogais (ou as vogais mais fechadas, **i, u, o**). Assim, na palavra *tolle* tanto se pode ver um **o** não ditongado (o que aproximaria o moçárabe do português), como um **ue**, com semivogal escrita e vogal reconstituída (o que o aproximaria do castelhano). A maioria dos linguistas espanhóis, seguindo o exemplo de Menéndez Pidal, defendem esta segunda interpretação.

Afirma Pidal:

> Em várias regiões de Valência sabemos que existiu a ditongação espanhola das vogais abertas em sílaba travada, *xierra*, tal como em boa parte de Aragão, Toledo e Andaluzia, ditongação que depois desapareceu totalmente das regiões aportuguesadas e castelhanizadas pela reconquista, onde tenha existido.[2]

[2] Pidal, 1926, p. 431.

Também no plano lexical o moçárabe se revela descendente directo do latim arcaizante da Bética, conservando palavras como *madrana* («madrugada») ou *garrir* («dizer»).

Chega-se assim à conclusão de que o romance moçárabe (ou o conjunto de romances hoje desaparecidos do centro e sul da Península) era a língua peninsular menos evoluída em relação ao latim, nisso se aproximando mais do português que do castelhano. Como nota Pidal[3], «tal como o galego-português e o leonês são dialectos muito arcaizantes, assim o era o moçárabe, e ainda mais do que eles». Isto explica-se em parte pelo tipo de latim que lhe serviu de base e em parte pelas condições em que sobreviveu sob o domínio muçulmano, «estancado na sua evolução, coibido pelo árabe, relegado à intimidade doméstica.»

[3] Pidal, 1926, p. 433.

Não admira, pois, que «se conservasse quase no estado em que se achava na queda da monarquia visigoda»[4]. Ou, na expressão de Germán de Granda,

> o arcaísmo das suas soluções apoia-se numa atitude psicológica de defesa perante o árabe, atitude que condensa na manutenção do primitivo romance visigótico uma afirmação de tipo nacional e que, por isso, tende a considerar os traços fonéticos do romance falado antes da conquista muçulmana como dotados de uma imutabilidade que entrelaçaria a triste realidade do estado de servidão contemporâneo com as memórias de uma época anterior, independente e soberana.[5]

[4] Pidal, 1926, p. 434.

[5] Granda, 1960, p. 154.

Conhecemos o moçárabe, como é normal em línguas desaparecidas, através de documentação escrita, de toponímia e de palavras soltas conservadas nos dialectos meridionais. Menéndez Pidal recorre a abundantíssimos materiais destes tipos para demonstrar, nas *Orígenes*[6], a longa sobrevivência da língua sob domínio: o facto de tratados de erudição e ciência árabes darem os sinónimos moçárabes, por exemplo, dos nomes das plantas, só pode significar que o romance continuava a ser falado.

[6] Pidal, 1926, pp. 415-434.

Mas a fonte escrita mais importante para o conhecimento do moçárabe é constituída pelas *hardjas*, fragmentos poéticos de 2 a 4 versos, pertencentes a uma lírica oral tradicional decerto muito antiga (e de que uma outra derivação se encontra nas cantigas de amigo galego-portuguesas), recolhidos por poetas árabes e judeus dos séculos XI a XIII e utilizados para remate do *muwashshah*, longo poema narrativo de origem peninsular que, segundo os tratados de poética, devia ter uma conclusão surpreendente e incompreensível. O recurso a estes fragmentos líricos em moçárabe pareceria, aos olhos dos poetas peninsulares, satisfazer tal requisito. Conhecem-se apenas algumas dezenas de *hardjas*, que começaram a ser publicadas e estudadas em 1948 por S. M. Stern[7]; da extensa bibliografia posterior, deve destacar-se Alonso, 1949; Pidal, 1951; Stern, 1953; Pidal, 1960; Heger, 1960; García Goméz, 1965.

[7] Stern, 1948.

Para ilustrar o partido que se pode tirar do texto das *hardjas* na reconstituição do moçárabe, e também as dificuldades que isso apresenta, veja-se um caso[8]. É uma pequena quadra heptassilábica, colocada pelo poeta judeu Yehûda Halevi no final de um *muwashshah* em que uma donzela confessa o seu amor perante as companheiras. Dámaso Alonso leu-a assim:

> Garid vos, ay yermanelas,
> ¿com' contener é meu mali?
> Sin el habib non vivreyu
> ed volarei demandari.

[8] Heger, 1960, pp. 65-67.

(Dizei vós, ai (minhas) irmãzinhas: como hei de conter o meu mal? Sem o (meu) amigo não viverei e voarei a procurá-lo.)

Stern, por seu turno, leu o poema de modo diferente, especialmente quanto à sintaxe do v. 2 e ao verso *advolare*, v. 4:

> Garid vos ay yermanellas
> com contenir a meu male

Sin al-habib non vivireyu
advolaray demandare.

(Dizei vós, ... , como conter o meu mal. Sem o (meu) amigo não viverei. Voarei a procurá-lo.)

Posteriormente, um outro autor, Borello, sugeriu uma leitura imaginativa para o v. 4:

ad ob l'irey demandari

Ou seja: «sem o (meu) amigo não viverei. Aonde o irei procurar?»

A toponímia tem o especial interesse de demonstrar a manutenção ininterrupta de povoados de fundação e nome romanos. Topónimos do sul como *Mértola* (<MIRTULA), *Baselga* (<BASILĪCA), *Molino*, ao lado de *Moinho* no norte, *Madroneira*, ao lado de *Madroeira* no Ribatejo, são reconhecidamente moçarabismos, pois conservam -L- ou -N- intervocálicos, o que exclui a possibilidade de terem sido instituídos pelos reconquistadores galego-portugueses. Herculano de Carvalho[9] reuniu topónimos deste tipo que provam a ocupação moçárabe quase até ao Mondego, tendo, por exemplo, localizado ao norte de Sintra uma forma como *Fontanelas* (<FONTANELLAS), cujo -N- documenta a origem meridional, em contraste com as formas setentrionais *Fontelo* e *Fontelas*. Poderia acrescentar-se um outro topónimo vizinho, *Arneiro* (*dos Marinheiros*), o resultado moçárabe de ARĒNARIU, enquanto o resultado setentrional é *Areeiro*; esta forma, aliás como *Baselga*, pressupõem a manutenção da vogal breve até à época galego-portuguesa.

[9] Carvalho, 1959a; cf. *Leituras*, pp. 259-270.

4.1.3 Poderia, com base no que acabamos de ver, concluir-se que o rio Mondego serviu de fronteira entre o romance galego-português primitivo e o romance centro-meridional conservado pelos moçárabes? Talvez não: a ausência de topónimos moçárabes a norte desse rio (ou a sua não descoberta) não prova necessariamente que ele tenha sido o limite sul do galego-português, na sua fase inicial. Menéndez Pidal, utilizando com critério não a toponímia, mas o traçado das fronteiras políticas posteriores à Reconquista, coloca esse limite mais a norte, na região de Miranda, ou seja no Douro transmontano.

J. M. Piel[10], por seu lado, ao definir a área inicial do galego-português como Gallaecia Magna, atribui-lhe como limite meridional a ria de Aveiro. O pensamento de Piel nesta matéria foi sintetizado e cartografado por Carlos Filipe Nogueira[11]: a Gallaecia Magna, ou Maior, seria para Piel aquele território cujos dialectos, no plano fonético e no lexical, apresentam de modo exclusivo as características que individualizam o português e o galego ainda hoje. Constituem-no as actuais províncias portuguesas do Douro Litoral, Minho, ocidente de Trás-os-Montes, quase toda a Galiza (com excepção do oriente da província de Orense) e a parte ocidental da província de Oviedo. De fora fica parte de Trás-os-Montes, a oriente de Vila Real. Aí, segundo Pidal,

[10] Piel, 1975.

[11] Nogueira, 1988.

Mapa 9: A «Galécia Maior» segundo dados de J. M. Piel.

houve povoamento moçárabe até Miranda do Douro. Segundo uma sua conhecida teoria, reconhecem-se os territórios de ocupação moçárabe (e logo de Reconquista) por possuirem fronteiras políticas e linguísticas não só nítidas como coincidentes. Depois de delimitado um território pela via militar e política, ele é repovoado, havendo a preocupação de colocar novos povoados e fortificações ao longo da fronteira, o que provoca o contacto entre línguas muito diversas que, subitamente, se acham em vizinhança dos dois lados da fronteira. Nos territórios de povoamento antigo, pelo contrário, as fronteiras linguísticas tendem a divergir entre si, formando áreas de transição. Como Pidal só observa isso a norte de Miranda, conclui que a sul o povoamento antigo era moçárabe, tendo sido transfigurado pela Reconquista[12]:

> A Oeste [da Península] os dialectos primitivos foram conservados pela população até Miranda, isto é, até o Douro e o Tormes. A norte desses rios, os limites dos vários traços característicos do galego-português (outro, cantei, feito, corpo, etc.) não coincidem em uma só linha, mas dispersam-se em várias direcções, uns mais para dentro que outros do território do leonês; e vice-versa, traços leoneses (lluva, etc.) internam-se em território galego. A sul do

[12] Pidal, 1926, p. 436.

> Douro, os limites dos vários fenómenos característicos do português e do leonês extremenho são coincidentes e reúnem-se todos numa linha única que, em geral, é a mesma que marca a fronteira política de Portugal; trata-se, pois, de uma língua não primitiva, mas emigrada, levada para sul pelos reconquistados.

Para consolidar esta ideia, vejamos como Pidal a coloca em contexto ligeiramente diferente, o das fronteiras entre leonês e castelhano:

> Sahagún, na Idade Média, era de fala caracteristicamente leonesa, como provam as escrituras do seu mosteiro; no entanto, o Imperador [Afonso VII] considerou-a como pertencendo ao reino de Castela. Mas a sul do Douro podemos tomar a divisão do Imperador como guia, pois reflecte a Reconquista, que foi a causa determinante dos dialectalismos dessas regiões. Por exemplo, se Plasencia, a oriente da Calçada de Guinea, tivesse sido povoada pelo rei de Castela Afonso VIII, a língua aí implantada seria forçosamente não leonesa.[13]

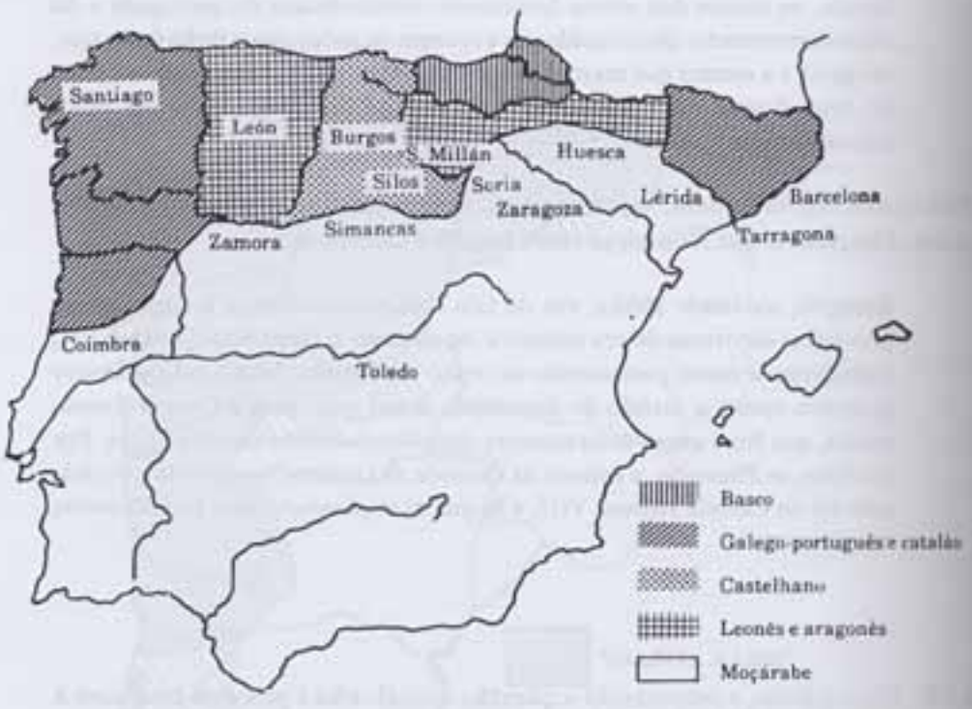
[13] Pidal, 1906 (1962, p. 16).

4.1.4 Concluindo, e retomando a questão inicial: não é possível conhecer a distribuição completa das línguas (ou dos romances em formação) na Península Ibérica nas vésperas da invasão muçulmana, pois esta (e, depois dela, a Reconquista) alteraram completamente a situação existente no centro e sul da Península. Mas alguma coisa, apesar disso, se pode saber.

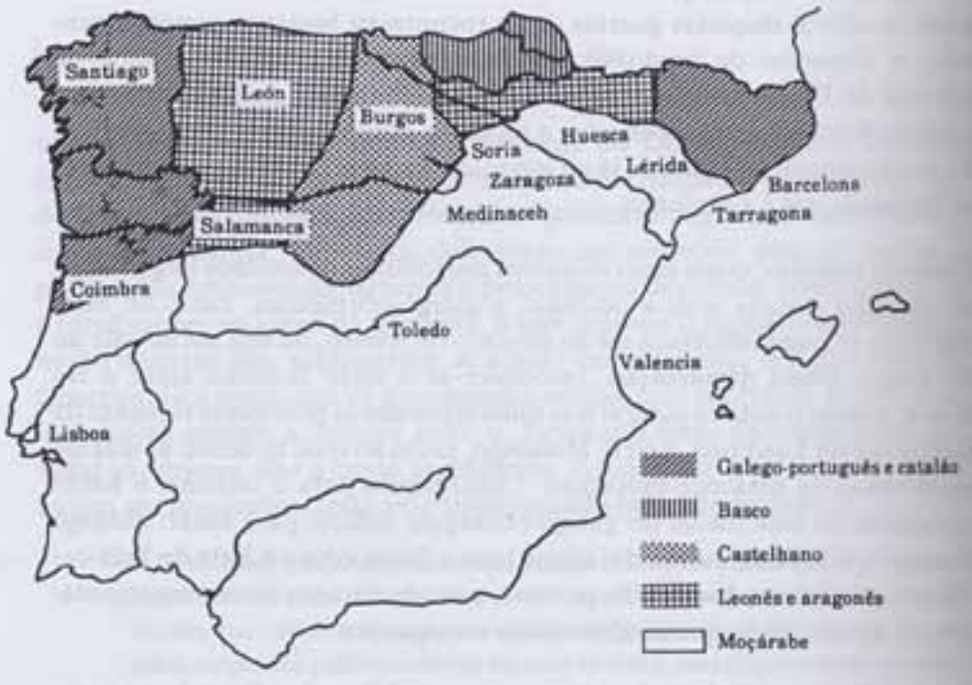
Sabemos, por exemplo, que o norte da Península, que não sofreu tão intensamente os efeitos daquelas guerras, já se encontrava bastante compartimentado. A dispersão de isoglossas que Menéndez Pidal aponta a norte de Miranda do Douro corresponde a uma zona fronteiriça muito antiga entre galegos e leoneses, com asturianos a servir de grupo de transição. Idênticas formas de separação existiam já ao longo das cadeias montanhosas do norte da Península, até à Catalunha.

Sabemos, também, quais eram os limites meridionais da unidade linguística e pré-nacional situada mais a ocidente, a galego-portuguesa. Junto ao mar, manifesta-se a sua influência até ao paralelo de Aveiro, ou seja até ao vale do rio Vouga. Nesta demarcação, reconhece-se o meio caminho entre o rio Douro, grande fronteira natural que tinha separado as províncias romanas da Gallaecia e da Lusitania, e o rio Mondego, junto ao qual se detêm as marcas toponímicas da presença moçárabe. Caminhando para o interior, o limite meridional da área inicial do galego-português inflecte para norte: abrange Lamego e Vila Real, mas exclui quase toda a Beira Alta e o leste de Trás-os-Montes, territórios que devem, por isso, ser considerados como reconquistados, ao mesmo título que os alentejanos ou algarvios.

A presença de um dialecto leonês em terras de Miranda não se deve a uma invasão do território linguístico galego-português, mas do território moçárabe.



Mapa 10: Avanço da Reconquista no ano de 930, segundo Baldinger, 1958, p. 48 (a zona entre Porto e Coimbra só foi definitivamente conquistada no séc. XI).

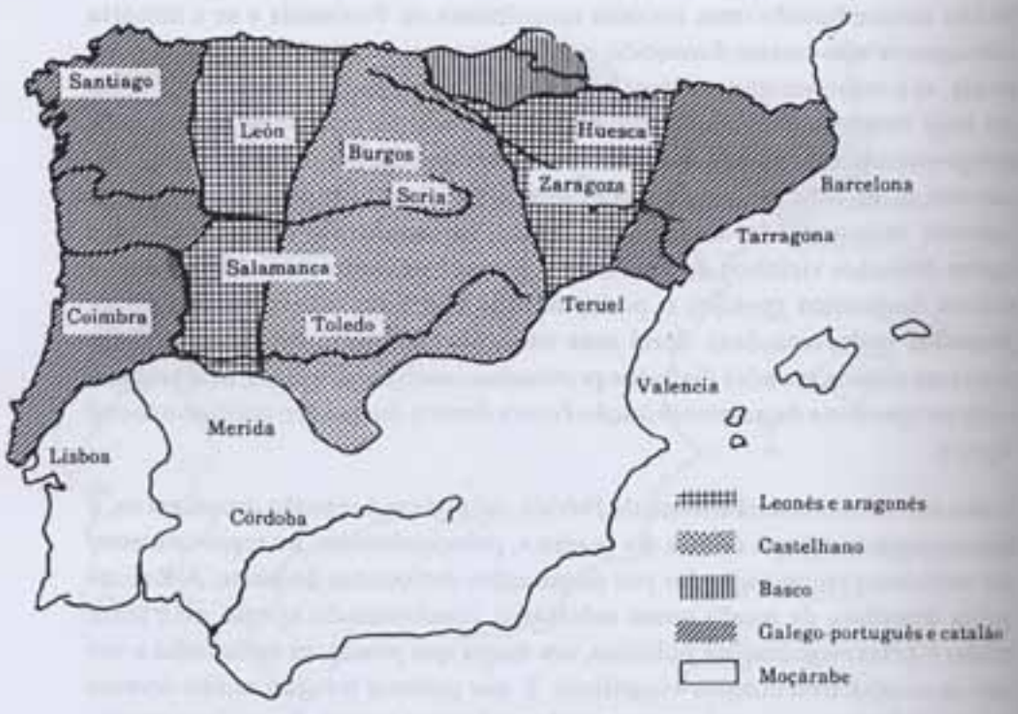


Mapa 11: Avanço da Reconquista no ano de 1072, segundo Baldinger, 1958, p. 50.

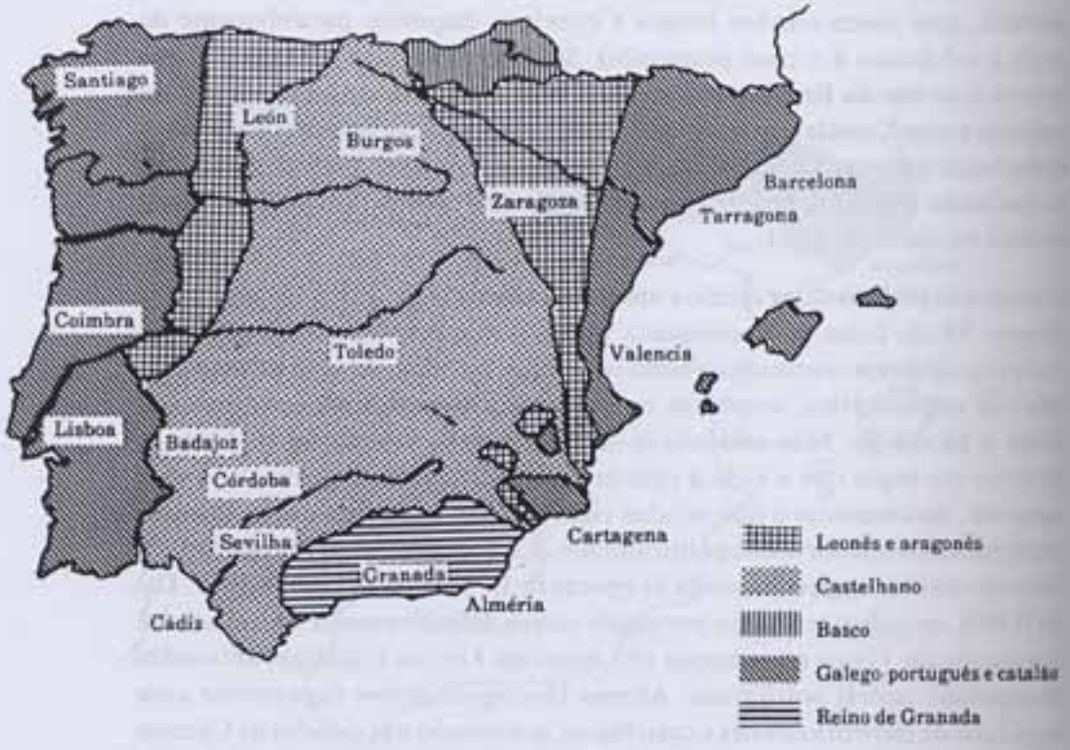
Se não tivesse havido uma invasão muçulmana da Península e se a história subsequente não tivesse fornecido qualquer outro acontecimento da mesma escala, se o reino visigodo tivesse perdurado e a Península tivesse continuado até hoje como um único estado político — é muito provável que a área galego-portuguesa mantivesse ainda os limites que acabamos de definir. Funcionaria como uma província e possuiria um dialecto próprio, resultante do romance incipiente do século VIII, irmão vincadamente diferenciado dos outros dialectos vizinhos de leste e de sul, mas integrado com eles em um só sistema linguístico (porque o poder central não teria decerto abdicado de promover padronizações). Seria uma situação não muito diferente da francesa, com os seus grandes dialectos provinciais, antigos, distintos, mas estáveis e sem perspectivas de autonomização futura dentro do quadro político e social vigente.

Se isto não aconteceu na Península Ibérica, tal se deve à invasão muçulmana, à Reconquista cristã que contra ela reagiu e, principalmente, ao repovoamento dos territórios reconquistados por populações deslocadas do norte. A Reconquista desenhou de modo quase arbitrário, condicionado apenas pela sorte militar e pelas negociações políticas, um mapa que pouco ou nada tinha a ver com as compartimentações visigóticas. E que poderia ter sido muito diverso do actual: bastava que as armas vencedoras fossem outras. Se as cinco unidades originárias da Reconquista (galego-portuguesa, leonesa, castelhana, aragonesa e catalã) se tivessem limitado a ocupar os territórios árabes que lhes ficavam directamente a sul, o mapa político peninsular teria hoje um aspecto zebrado, com cinco estados longos e estreitos, dispostos paralelamente de norte a sul (como é o caso português). Se contemplarmos o Mapa 10, que mostra o estado da Reconquista em 930, bem avançada até ao Mondego no ocidente e com Castela, em tempos do conde autonomista Fernán González, a mal esboçar uma expansão lateral que prejudicava Aragão, poderíamos admitir que então ainda era possível aquela progressão ordenada e igual dos cinco estados em direcção a sul.

O mesmo se poderia dizer século e meio mais tarde (Mapa 11): no tempo do rei Afonso VI de Leão, a Reconquista pouco avançara, tendo-se limitado a recuperar de sérios revezes entretanto ocorridos. No leste, Aragão e Catalunha estavam estacionários, enquanto no ocidente a fronteira não ultrapassava ainda o Mondego. Mas adivinhava-se na expansão castelhana o início da abertura em leque que a viria a caracterizar: Castela reconquistou não só o «seu» sul, mas também o dos estados vizinhos, barrando-lhes o crescimento, como prelúdio a absorvê-los politicamente. É o que revelam os Mapas 12 e 13, correspondentes respectivamente às épocas de D. Sancho I (1200) e de D. Dinis (1300), quando o território português estava definitivamente desenhado há já meio século. O que estes mapas não mostram é certas tentativas abortadas de expansão lateral portuguesa: Afonso Henriques deteve fugazmente uma larga fatia de território leonês e castelhano, polarizado nas cidades de Cáceres e Trujillo, quase a meio caminho de Toledo: se as tivesse conservado, e se tivesse levado por diante o projecto de conquistar Badajoz e Sevilha, todo o sul



Mapa 12: Avanço da Reconquista no ano de 1200, segundo Baldinger, 1958, p. 52.



Mapa 13: Avanço da Reconquista no ano de 1300, segundo Baldinger, 1958, p. 54 (o território português foi completamente conquistado em meados do séc. XII).

de Espanha seria português. Mas a inversa podia ter igualmente ocorrido: sabe-se que o rei de Castela Afonso X reivindicava os seus direitos à reconquista do Algarve, não tendo reconhecido ao verdadeiro reconquistador, Afonso III de Portugal, a soberania sobre essa derradeira parcela integrada no território português.

Depreende-se de tudo isto que a fronteira entre Portugal e Espanha, desde o Douro até ao Algarve, segue um traçado que resulta de compromissos políticos e que não teve em atenção as divisões antigas, políticas, populacionais ou linguísticas. Mas essa fronteira criou um espaço novo, que havia de ser preenchido por repovoadores vindos do norte, galego-portugueses, ou de outras regiões do norte de Espanha e mesmo de França. Foram eles que trouxeram para os territórios reconquistados os seus dialectos de origem e que, com a sua combinação, criaram novos dialectos mais nivelados. É por isso que os dialectos centro-meridionais de hoje ocupam um espaço sensivelmente equivalente ao dos territórios reconquistados.

Viria a ser neste novo espaço, graças à transferência dos centros de poder político e económico do Minho para Lisboa, que se desenvolveria no final da Idade Média uma norma padronizadora e uma língua literária, baseada nos dialectos meridionais. Nela veriam os renascentistas a «língua nacional».

4.2 Fontes escritas (problemas, métodos, classificação, bibliografia)

É bem sabido que um linguista que pretenda descrever ou interpretar aspectos da língua que usa no seu dia a dia tem simplesmente de confiar na sua competência de falante, a qual é constituída por uma vasta memória, recheada de formas que já encontrou e usou, e pelo discernimento que lhe permite saber se determinada forma pertence ou não à sua língua, se é gramatical ou agramatical. Tal procedimento não está, com igual facilidade, ao alcance do linguista que se ocupa de aspectos diacrónicos, tal como não está daquele que se ocupa de uma língua alheia.

O estudo dos estados passados de uma língua não pode contar com a experiência e a observação directa do linguista, mas apenas com os dois clássicos métodos conjecturais da **reconstrução** desses estados, baseada na comparação entre as variedades contemporâneas deles geneticamente decorrentes, e da exploração das **fontes escritas** produzidas na época que é objecto de atenção. A partir do século XVI, com a publicação de gramáticas do português, a estas fontes (escritas por uma variedade de motivos pragmáticos, espirituais ou artísticos) adicionam-se outras que não só descrevem um estado de língua como são dele exemplo: funcionam, ao mesmo tempo, como fontes primárias e secundárias.

Até ao século XVI, e desde a formação do galego-português, apenas fontes escritas primárias podem documentar o percurso seguido pela língua, pri-

meiro com uma existência meramente oral (**período pré-literário**), depois com existência oral e escrita (**períodos do português antigo**, até ao reinado de D. João I, e **médio**, daí até meados do século XVI). Trata-se de uma documentação insuficiente: os textos escritos não permitem conhecer plenamente a língua que se falava, porque a relação entre o plano das grafias e o plano da oralidade nem sempre é fácil de estabelecer, e porque apenas chegaram até nós alguns dos textos em cada período produzidos (o que é agravado, no caso do português, por muitos desses textos não terem sido ainda publicados e analisados linguisticamente).

Desta insuficiência inelutável fala Rosa Virgínia Mattos e Silva nos seguintes termos:

> A documentação escrita em português arcaico só pode ser avaliada na sua totalidade aproximada por hipóteses que se coloquem a partir do que permaneceu e de informações indiretas que o historiador pesquise.
>
> Assim o conhecimento de qualquer estágio passado de qualquer língua — se ela é documentada por algum tipo de *escrita* ou de *inscrição* — é sempre fragmentado, porque fragmentário é o espólio de que dispõe o pesquisador. O investigador dessa fase da história da língua não constituirá seu *corpus*, de acordo com os objectivos de sua pesquisa, mas terá de condicionar a seleção de seus dados à documentação remanescente. A partir desse condicionamento inicial é que recortará os dados que julgue necessários e suficientes para responder a suas questões.
>
> Daí Labov ter definido muito adequadamente os estudos diacrônicos ao longo dos séculos — em oposição aos estudos de mudanças linguísticas em curso — como «a arte de fazer o melhor uso de maus dados». Maus dados porque «os fragmentos da documentação escrita que permanecem são o resultado de acidentes históricos para além do controle do investigador».[14]

[14] Mattos e Silva, 1991, pp. 28-9.

É tradicional dividir a documentação produzida no território galego-português, após a formação do romance, e susceptível de ser utilizada como fonte para estudo dos sucessivos períodos da língua medieval, em dois grandes grupos: textos não-literários e textos literários.

4.2.1. *Textos não-literários*: São estes a fonte preferida dos linguistas. Como foram escritos para servir alguma finalidade prática relacionada com a administração, o direito ou a economia (caso dos actos de governo, escrituras de venda de propriedades, testamentos, etc.), estes textos são geralmente explícitos quanto ao local e à data em que foram escritos, bem como quanto aos participantes, a diversos níveis, na sua produção; identificam os autores morais, que desejaram a produção, os autores materiais, que a executaram, e também os confirmantes e testemunhas, que assistiram e que fornecem uma espécie de contexto histórico e social para o nascimento do documento. Com todos estes elementos, que constam do próprio texto e podem ser sujeitos a crítica histórica, de modo a evidenciar qualquer possível falta de autenticidade

ou de originalidade, o linguista fica em melhores condições para avaliar o grau de correspondência e de identificação entre o texto e o dialecto falado no local e na época em que ele foi escrito, de modo a saber se o pode utilizar como fonte satisfatória para o conhecimento desse dialecto e, por extensão, da língua oral da época. Pode recordar-se, a este respeito, a opinião (de optimismo temperado pela experiência) expressa por Clarinda de Azevedo Maia depois de ter analisado um extenso corpus de escrituras notariais produzidas na Galiza e no norte de Portugal durante a Idade Média:

> Embora os documentos notariais de carácter particular não sejam um espelho fiel, uma reprodução da linguagem local, eles deixam transparecer certos factos da linguagem falada da época. Uma interpretação crítica desses documentos [...] permit[e] compreender a verdadeira natureza da língua escrita dos documentos não literários da Idade Média e manifest[a] ser impossível uma plena reconstrução dos estados pretéritos da língua. Tratando-se de uma linguagem escrita, e além disso, de carácter bastante artificial, a linguagem desses documentos medievais nunca reflecte fielmente a linguagem falada da época e da região a que se referem [...]. O seu valor como fontes de informação para o conhecimento da língua na Idade Média é [...] bastante variável: cada documento deixa transparecer, em diferentes proporções, certos traços da linguagem falada, de acordo com determinadas circunstâncias que podem influenciar, de modo mais ou menos acentuado, a maneira como cada notário escreve. Podem considerar-se factores verdadeiramente decisivos a educação e o grau de cultura do notário ou do escriba e a época em que o documento foi escrito. Relativamente a este último aspecto, pude comprovar que os documentos do século XIII e do início do século XIV, devido à influência da tradição latina notarial e, também em virtude de uma menor diferenciação das variedades regionais compreendidas na área estudada, deixam transparecer menos traços da linguagem falada do que os correspondentes ao período posterior.[15]

[15] Maia, 1986, p. 950.

De facto, toda esta questão é em larga medida protagonizada pelo escriba. O que o documento oferece é o resultado (mais ou menos adulterado pela passagem do tempo sobre o manuscrito) do percurso da sua mão escrevendo, percurso que foi condicionado por diversos factores.

A sua educação é um deles: se pretende escrever um documento em latim, mas sabe pouco latim, é natural que deixe transparecer nos seus erros formas do romance falado; se pretende escrever um documento em português, tanto poderá adoptar formas mais cultas e conservadoras, como formas mais próximas da oralidade, logo mais inovadoras, conforme a sua cultura.

A influência de modelos é outro factor, entendendo por «modelo» não só o dialecto onde nasceu e a escola onde aprendeu a escrever e cujos hábitos gráficos tenderá a manter (na época, não havia ainda uma ortografia geral), mas também o documento que copia com maior ou menor fidelidade. Assim, é importante conhecer a biografia do escriba, ou pelo menos o seu local de nascimento, pois devem ser apreciados diferentemente um documento escrito em Lisboa por um escriba lisboeta e um documento escrito no Minho pelo mesmo escriba. Neste segundo caso, o escriba tanto poderia ser levado a imitar

(mal) traços do dialecto local, que não era o seu, como a introduzir no documento traços do seu dialecto natal, que ao linguista incauto poderão parecer setentrionais. Do mesmo modo, importa descobrir se o escriba utiliza uma minuta preparada de propósito para o seu documento, ou se pelo contrário copia, ou se inspira, num documento mais antigo ou de outra região, cujas variantes regionais ou diacrónicas preserva. Ao contrário de autores que pensam que a linguagem escrita, hesitante e hibridada de galego-portuguesismos e de leonesismos, dos foros de Castelo Rodrigo espelha as características do dialecto local, próprias de uma região de fronteira que, no século XIII, era disputada pelos reinos de Leão e de Portugal e que tinha sido povoada por populações falando as duas línguas, Lindley Cintra (1959 e 1974) prefere admitir que um escriba galego tenha copiado, pouco fielmente, um manuscrito mais antigo em leonês, daí o resultado híbrido a que chegou.

Pode concluir-se: para o linguista usufruir das vantagens do texto não-literário, que lhe permitem saber como certas pessoas identificadas falavam e escreviam em determinado ponto do tempo e do espaço, precisa de se inteirar, antes, das circunstâncias históricas em que o texto foi escrito. É esse o campo de intervenção de uma série de disciplinas auxiliares da História e da Filologia, equipadas com metodologias próprias que podem atingir apreciável sofisticação e especialização, e sem as quais o linguista se achará desarmado. Sucintamente, são elas:

a) a **paleografia**, que não é apenas, como geralmente se entende, a arte de decifrar escritas antigas; é sobretudo a história dos sistemas de escrita e da formação e evolução dos símbolos gráficos postos ao serviço de cada civilização; é ainda o estudo das técnicas de escrita que permite, por exemplo, decidir se dois textos foram ou não escritos pela mesma mão, ou se a letra de um texto é autêntica ou se é imitação de outra letra mais antiga, ou calcular quando terá sido escrito um documento não datado;

b) a **diplomática**, que descreve e classifica os diplomas, documentos soltos de carácter legal, político ou económico, cuja originalidade e autenticidade procura comprovar. Observe-se que, para o linguista e para o historiador, as consequências desta prova são um pouco diferentes: enquanto o historiador pode conceder a uma cópia autenticada um valor próximo do do original desaparecido, o linguista apenas aceitará essa cópia como documento linguístico válido para a época e o local em que foi escrita. Falar-se-á adiante dos problemas postos pelo *Testamento de Elvira Peres* e pelo *Auto de Partilhas*: sendo com toda a aparência cópias feitas no final do século XIII ou início do XIV de dois documentos do final do século XII, eles podem ser utilizados como documento linguístico do tempo de D. Dinis, mas não de D. Sancho I;

c) a **codicologia**, que estuda o códice, ou livro manuscrito, nos aspectos da sua confecção, arquitectura interna e materiais utilizados, e também estuda a constituição das bibliotecas, os itinerários dos códices e

seus possuidores, as alterações introduzidas pelo uso na estrutura e no conteúdo de cada códice, etc.;

d) a **bibliografia material**, que não tem em rigor aplicação na Idade Média, já que o seu objecto é o livro impresso, surgido em meados do século XV. Mas o seu posicionamento é absolutamente paralelo ao da codicologia, variando os métodos apenas no que é exigido pelo objecto e suas condições de confecção: em vez de escriba, o protagonista é o compositor; em vez de questões paleográficas, surgem questões de história tipográfica, etc. Mas é impossível fazer a histórica linguística do Renascimento em épocas posteriores sem entrar em linha de conta com os princípios e os métodos da bibliografia material, quase sempre articulados com os da codicologia;

e) a **crítica textual** que, sendo ela própria uma disciplina secundária, na medida em que se constrói sobre os resultados das acima enumeradas, não nega o seu contributo à linguística (a qual reciproca). Ocupa-se a crítica textual de descobrir, através das relações genealógicas existentes entre os vários manuscritos, ou impressos, que contêm um mesmo texto, as linhas da transmissão desse texto, na esperança de se aproximar do estado que o texto teria na sua origem, e de o publicar limpo da ganga que sucessivos copistas e remodeladores sobre ele foram acumulando. Claro que, para o linguista, as mais das vezes o que interessa é precisamente essa ganga, feita de progressivos rejuvenescimentos do texto, documentos escalonados da evolução da língua.

É oportuno adicionar, a esta enumeração de disciplinas auxiliares que se encarregam da fase de «filtragem filológica» do texto, antes de ele poder servir de documento linguístico, uma disciplina que não tem sido aplicada consistentemente no caso português, talvez por ser recente e o seu âmbito restrito: a **scriptologia**, que tem por objecto as **scriptae** medievais, ou seja os conjuntos de documentos produzidos na mesma região e época e apresentando comportamentos gráficos comuns. Nascida do estudo da documentação medieval do norte da França, a scriptologia assenta no princípio de que, até prova em contrário, um texto escrito **não reflecte** a língua falada, mas sim a língua escrita que o escriba aprendeu (ou a do documento que ele copiou). Pode assim desenhar-se o itinerário da expansão de uma scripta, desde a sua região de origem até àquelas que influenciou. Se, à partida, o nexo é forte entre scripta e dialecto local, com o transporte da scripta ele desaparece totalmente, ou quase. Importa isto não só para a reconstituição dos dialectos antigos, mas também, num plano mais simples, para determinar o local de escrita de um documento não localizado, através das suas afinidades scriptológicas com outros já conhecidos.

De posse das informações angariadas através de todas estas disciplinas, de forma por vezes pericial, pode o linguista explorar o valor documental do texto não-literário, sabendo-se que esse valor aumenta na proporção do número de textos reunidos. Bem o sublinha Clarinda de Azevedo Maia:[16]

[16] Maia, 1986, p. 951-2.

> Sempre que [...] o «corpus» documental que oferece os materiais a analisar é suficientemente amplo e abarca documentos localizados num número expressivo de lugares distribuídos por um território relativamente extenso e, além disso, cronologicamente escalonados ao longo de vários séculos, então os documentos notariais revelam-se uma fonte preciosa para o estudo das variações da língua no espaço e no tempo. [...] Permitem ainda os documentos notariais observar a evolução orgânica da língua; pelo facto de se tratar de documentos tratados, eles fornecem, em muitos casos, dados importantes para a cronologia de determinados fenómenos linguísticos, apresentando, por vezes, abonações muito anteriores às que até ao momento eram conhecidas.

4.2.2 *Textos literários*: Depreende-se de quanto foi dito até aqui que os textos literários pouco ou nenhum valor têm como documento linguístico, já que só raramente podem ser ancorados a uma situação precisa, espácio-temporal. Não é totalmente assim.

É certo que a utilização como documento linguístico dos textos literários (encarados no sentido mais amplo, abrangendo também a historiografia, a hagiografia, a literatura de carácter religioso, espiritualista e filosófico) suscita problemas mais difíceis que aqueles que põem os textos não-literários. O património textual da Idade Média portuguesa é constituído, quase na totalidade, por cópias feitas por escribas geralmente anónimos, em datas, locais e circunstâncias que são desconhecidos ou duvidosos. Não é assim possível saber em que situação foi escrito o texto e, consequentemente, qual o dialecto ou dialectos que estão com ele relacionados. O seu valor documental, enquanto reflexo de um determinado estado de língua, fica assim prejudicado.

Não impede isto que o recurso à codicologia, à paleografia e às restantes disciplinas auxiliares, que há pouco apresentámos, possa ter resultados espectaculares, que suprem totalmente a falta de coordenadas do texto. Sirva de exemplo o caso do texto português do *Livro de José de Arimateia*, tradução de um romance francês, a *Estoire del Saint Graal*.[17]

[17] Castro, 1983.

Como é habitual, o texto português é dado por um manuscrito único, o códice 643 da Torre do Tombo, que à primeira vista dá informações contraditórias quanto às questões centrais de saber onde e quando foi escrito, e por quem. Quanto a esta última, é claro que não se trata de inquirir da autoria do romance, o qual, na versão original francesa, faz parte de um ciclo novelesco elaborado por um autor anónimo entre 1230 e 1240; trata-se apenas de saber quem foi responsável pela confecção do cód. 643. Declara a folha de abertura que o manuscrito foi feito pelo Dr. Manuel Álvares, corregedor da ilha de São Miguel, para ser oferecido ao rei D. João III. Um exame paleográfico revela, porém, que o manuscrito comporta dez mãos diferentes, apenas uma delas podendo ser identificada, pela comparação com outros manuscritos seus, como do Dr. Manuel Álvares. É a primeira mão, o que sugere que de facto o corregedor iniciou o trabalho, para ao fim de poucas dezenas de páginas o

confiar a uma equipa de colaboradores, reservando-se a função de revisor. Sai daqui a primeira consequência de interesse linguístico: é preciso fazer claramente, por via paleográfica e codicológica, a destrinça das zonas de texto produzidas por cada copista, para não se misturarem dados gráficos individuais e para se apreciarem separadamente os graus de fidelidade de cópia de cada um. Mais ainda, para reconhecer, nos lugares que foram emendados, se essa emenda se deve ao copista, se ao revisor.

Sabidos quantos foram os intervenientes, conviria saber algo sobre eles. Dos copistas, provavelmente sempre se ignorará o nome, mas talvez se possa formular uma hipótese sobre a sua profissão e local de trabalho. Adiante o veremos. Quanto a Manuel Álvares, não é difícil traçar uma biografia bastante pormenorizada desse alto funcionário da administração nos reinados de D. João III e D. Sebastião, sendo uma das principais dificuldades distingui-lo de vários outros Manuéis Álvares seus contemporâneos e mais ou menos notáveis. Sabe-se, entre outras coisas, que foi corregedor da ilha de São Miguel entre o princípio de 1540 e 1544, ano em que é nomeado o seu sucessor. Também se sabe que, bastantes anos mais tarde, tornou a viver (por quanto tempo?) naquela ilha açoriana, o que levou alguns autores a datar a confecção do manuscrito dessa época posterior.

A verdade é que, pela via biográfica, podemos seguramente datá-la do período em que Manuel Álvares usou o título de corregedor de São Miguel. Convenhamos que não é mau datar a confecção de um manuscrito literário com uma margem de erro inferior a quatro anos. Mas talvez seja possível reduzir tal margem. Antes de seguirmos por aí, enfrentemos uma aparente dificuldade cronológica. Em contradição com todos estes dados, que situam o manuscrito em meados do século XVI, encontra-se na última página a declaração de que foi feito no ano de 1314, na cidade leonesa de Astorga. Para resolver esta dificuldade, bastaria observar (codicologicamente) que o manuscrito tem por matéria-prima, não o pergaminho, mas o papel, que só começou a ser usado em Portugal e no norte de Espanha, com alguma frequência, a partir do século XV. A data de 1314 e a localização leonesa referem-se assim, não ao cód. 643, mas a um manuscrito mais antigo de que aquele foi copiado, com tal fidelidade que até a data não foi alterada. Desse manuscrito mais antigo fala o próprio Manuel Álvares, contando que o adquirira no Minho a uma velha «de mui antiga idade» e que era um códice com mais de duzentos anos (o que parece coincidir com a data de 1314), muito deteriorado e ilegível, pelo que resolveu fazer dele uma cópia nova. Tiramos daqui a segunda informação importante para a análise linguística do texto: a tradução para português da *Estoire del Saint Graal* não foi feita no século XVI e Manuel Álvares nada tem a ver com ela, limitando-se a copiar um manuscrito do início do século XIV, que a continha. Como ele mesmo declara que mandou modernizar certos aspectos da linguagem, que achava antiquados, e como, por outro lado, encontramos no texto numerosas formas que deviam ser arcaísmos no século XVI, verificamos que a modernização (felizmente) não foi completa e que o cód. 643 nos oferece, misturadas, duas camadas linguísticas distantes, pelo

menos, dois séculos. Mais uma vez, importa tentar separá-las, para não criar perturbações diacrónicas. A camada mais antiga já tinha chamado a atenção dos estudiosos; um deles, José Joaquim Nunes, achara que ela seria datável de meados do século XIII, ou seja meio século antes de ser feito o manuscrito de Astorga. Nada obsta a que este tenha sido cópia de outro anterior, sendo um relativo mistério a sua produção fora do território de língua portuguesa, embora os contactos entre Astorga e o reino de Portugal fosses muito frequentes na época. Nada obsta, portanto, a que o cód. 643 seja cópia de um manuscrito copiado em Astorga de outro manuscrito, acerca do qual — para abreviar uma história com muitas ramificações — diremos apenas que, com base em hipótese formulada por várias vias historiográficas independentes e não contraditada por nenhum facto conhecido, deve ter sido o original da tradução portuguesa, feito junto à corte de D. Afonso III em meados do século XIII a partir de um original trazido de França pelo rei, ou um seu acompanhante, em 1245, logo a seguir, portanto, à sua redacção francesa. Esta hipótese, para além das implicações que tem no plano da crítica textual (interessantes sobretudo para a história do texto francês), significaria uma antedatação de quase um século para o nascimento da prosa literária portuguesa, ainda que sob a forma de tradução muito fiel, narrativa e linguisticamente, ao modelo francês. Significaria, afinal, que a produção de textos literários e não-literários começou praticamente ao mesmo tempo.

Se retornarmos agora ao cód. 643, cujo responsável conhecemos e para o qual dispomos de uma datação razoável, poderíamos concluir que o local onde ele foi confeccionado outro não deveria ter sido senão a ilha de São Miguel, se não fosse a intervenção de um elemento codicológico invulgar, que sugere outra localização. Para secar a tinta de uma página acabada de escrever, era uso polvilhá-la de areia muito fina, por vezes misturada com cinza. Nem todos os grãos de areia eram sacudidos, alguns ficando colados à tinta seca e, mais tarde, depositando-se nas dobras das folhas, que eram cosidas nos cadernos que formavam o códice. Ora, a areia utilizada por todos os copistas do cód. 643 não pode provir de qualquer praia açoriana, tendo características que só se encontram em praias da foz do Tejo e da região de Sines. Sendo pouco provável, para não dizer inverosímil, uma exportação de areia continental para os Açores, perfila-se uma nova interpretação: o códice foi escrito em Lisboa. A presença e a actividade de Manuel Álvares em São Miguel acha-se abundantemente documentada entre 1540 e 1543, mas nenhum documento conhecido o refere nos últimos meses de 1543 ou em 1544; ele poderia tê-los passado na corte, ainda que conservando o cargo de corregedor, cujo mandato estava prestes a expirar. Isso forneceria, inclusivamente, uma motivação política para a confecção do manuscrito e a sua oferta ao rei.

Sendo assim, pode arriscar-se uma datação muito precisa (cerca de 1544), uma localização em Lisboa e uma produção confiada a um grupo de escribas em serviço na corte. Se recordarmos que trabalharam (particularmente) para um juiz, ficará acessoriamente explicada uma outra originalidade codicológica do manuscrito: ele não é totalmente constituído por cadernos, mas por sucessões

de bifólios justapostos e cosidos entre si, prática característica dos tabeliães e escribas legais, que assim reuniam as peças soltas de um processo. Teremos, deste modo, encontrado as coordenadas da produção de um manuscrito literário e ficaremos bastante bem equipados para o utilizar proveitosamente como documento linguístico, que nos ajudará a reconstituir aspectos do português do século XIII e do português do século XVI e a compreender melhor o modo como a língua evoluiu entre esses dois períodos.

Acrescente-se que, nestas condições, um texto literário pode ser extremamente mais informativo do que um texto não-literário. Os proveitos a extrair de um texto em verso são, no entanto, diversos dos de um texto em prosa, como salienta Rosa Virgínia Mattos e Silva:

> A documentação linguística fornecida pelo conjunto da lírica medieval galego-portuguesa é riquíssima: seus dados são essenciais para o conhecimento do léxico da época. O fato de serem poemas de estrutura formal em versos rimados os torna fundamentais, no que concerne a estudos de história da língua, para o conhecimento de fatos fonéticos desse período, como sejam, por exemplo, questões referentes aos encontros entre vogais (hiatos/ditongos), ao timbre vocálico (abertura/fechamento), vogais e ditongos nasais/orais. A morfologia tanto a nominal como a verbal também tem nessa documentação uma fonte fundamental. A questão da sintaxe aí representada deve ser considerada, tendo sempre presente que o carácter excepcional e variável é essencial na construção poética.[18]

Isto quanto aos textos em verso; quanto aos textos literários em prosa, diz a mesma autora:[19]

> Para o conhecimento da língua na sua fase arcaica é fundamental a produção em prosa literária. A documentação poética e a não-literária se complementam para o conhecimento do léxico do português arcaico. A prosa literária documenta abundantemente a morfologia nominal e verbal, as estruturas morfossintácticas dos sintagmas nominal e verbal. Sobretudo é importante para o estudo das possibilidades sintáticas da língua, porque não sofre as limitações, já ressaltadas, da documentação poética e jurídica.
>
> Para os estudos fonéticos oferece restrições decorrentes de não se poder sistematizar com o mesmo rigor, relativamente possível para a documentação seriada não-literária, as relações entre som e letra, e por não oferecer os recursos formais da poesia.
>
> O fato de essa documentação não ser, em muitos casos, localizada, impede também que por ela se possa chegar a dados sobre a variação dialetal de então, quando é possível uma aproximação pela documentação jurídica.
>
> Quanto à cronologia dos fenômenos linguísticos, embora não seja possível uma seriação estreita, como o é, para a documentação não-literária, toda ela datada, é possível, contudo, a partir de um *corpus* criteriosamente seleccionado — se não datado, pelo menos situável em um determinado momento desse período — estabelecer um estudo diacrônico no âmbito do período arcaico com bases nesses textos em prosa literária. Sem dúvida, é nesse tipo de texto que se podem entrever, com mais amplitude, os recursos sintáticos e

[18] Mattos e Silva, 1991, p. 32.

[19] Mattos e Silva, 1991, pp. 38-39.

estilísticos disponíveis para o funcionamento efetivo da língua nesse período, já por serem textos extensos, já pela variedade da temática.

4.2.3 *Classificação e bibliografia dos textos não-literários*: A produção regular de documentos em português só é conhecida a partir da segunda metade do século XIII: em 1255 começam a ser escritos em português alguns dos documentos saídos da chancelaria de D. Afonso III e em 1279 D. Dinis torna sistemático o uso do português como língua dos documentos oficiais. Pode assim usar-se o ano de 1255 como divisória.

Antes desse ano, temos a chamada **produção pré-literária**, cujo mais antigo documento conhecido é a escritura de fundação da igreja de Lordosa (ano de 882). É constituída por textos latinos em graus diversos de pureza, desde os muito fiéis aos modelos clássicos até outros que quase poderíamos classificar de românicos, ainda que revestidos de um leve véu alatinado. É evidentemente nestes últimos que as possibilidades de encontrarmos formas e características do português antigo se multiplicam. A respeito dos problemas destes textos, convém ter presente o modo como Menéndez Pidal descreveu a situação em Leão e Castela, em tudo semelhante à nossa:[20]

[20] Pidal, 1980, VII-IX.

> partíamos en nuestros primeros estudios de los documentos en romance de comienzos del siglo XIII, y remontando luego hacia atrás, ascendíamos hacia las primeras muestras de la tendencia romanizadora que apuntaban en el siglo XII, sobre todo en los tres últimos decenios de esa centuria. Después, al subir más arriba de 1170, encontrábamos que, cuanto más hacia atrás, el latín de los diplomas estaba más desprovisto de romanismos interesantes, y desistíamos de continuar la búsqueda. Sólo en 1915 (después de tener preparada la colección de documentos que acabé de imprimir en 1919), cuando fui a trabajar en los archivos eclesiásticos de Léon, intenté el estudio por el extremo opuesto, esto es, empezando por los documentos del siglo IX y siguiendo por entre el rico tesoro de los que se conservan del siglo X; y en ellos encontré una inesperada cantidad de formas romances que hacia fines del siglo XI empezaba a decrecer también, para agotarse en esa baja latinidad que en los dos primeros tercios del siglo XII nos había repelido antes.
>
> Descubría así dos encontradas corrientes de vulgaridad en la lengua notarial: una que venía de los siglos antiguos y se extinguía en el curso de los dos primeros tercios del XI; otra que empezaba en el último tercio del XII y triunfaba con la adopción del lenguaje vulgar en el XIII. ¿Qué había ocurrido a fines del XI para detener la primera de estas dos corrientes? Pues la reforma cluniacense que restauró la latinidad y se alzó como barrera aisladora entre las dos direcciones reseñadas. Y ¿qué ocurrió a fines del siglo XII para iniciar la segunda corriente? Pues un movimiento general a toda la Romania que llevaba a secularizar la cultura, y por tanto a entronizar el romance como lengua oficial ordinaria, dejando el latín solamente como supletorio para los actos más solemnes.
>
> Las dos corrientes se distinguen así bastante por su propio origen. La que se extingue en el siglo XI venía de muy antiguo; arranca del latín vulgar de los

primeiros siglos medievales y refleja revueltamente ora arcaismos de esa primitiva vulgaridad, que venían arrastrados por la tradición, ora neologismos del romance, todo en lucha con el latín escolástico, única norma literaria de entonces. Por el contrario, la corriente que empieza a fines del siglo XII, olvidada totalmente del latín vulgar por la interposición de un siglo entero de latín escolástico depurado, refleja solamente las últimas formas del romance, las más nuevas, apoyadas en la coexistencia de dos normas literarias que entonces ya se hallaban acatadas: la romance al lado de la latina. La segunda corriente no nos sirve, pues, sino para observar el aparecer primero de las formas neológicas romances; vacilará, por ejemplo, entre la forma latina *alteru* y la romance *otro*. La corriente vieja nos sirve, no sólo para darnos el romance de entonces, *otro*, sino también para ponernos delante grandes arcaísmos romances, muy anteriores al siglo X, *altro, autro, aotro,* como que recogía tradiciones de los primeros orígenes del habla vulgar. He aquí el capital interés de esos documentos de los siglos X y XI; ellos nos abastecen de formas jamás escritas antes en los textos del período literario por remotos que fuesen; la extraña catadura de algunas de ellas no había jamás aparecido ante los ojos del filólogo moderno; hasta su viejísima ortografía era ignorada o arcana.

Mas antes de 1255 existiu também uma diminuta **produção primitiva portuguesa**, constituída por documentos de carácter notarial escritos em português, cuja importância é excepcional para o estudo da primeira fase da história da língua: o *Testamento de Afonso II* (1214), a *Notícia de Torto* (ca. 1214) e dois documentos de Mogadouro recentemente descobertos.

Se se perguntar se esta lista é completa, a resposta mais prudente será negativa. A lista inclui apenas os documentos que hoje são conhecidos, depois de a crítica histórica ter provado a não autenticidade de outros (como foi, recentemente, o caso do *Testamento de Elvira Sanches* e do *Auto de Partilhas*, supostamente escritos no final do século XII, mas na realidade um século mais modernos) e enquanto não forem localizados novos documentos desta época inicial, como a experiência recente nos diz ser possível. Haja em mente as consideráveis novidades publicadas há alguns anos por Avelino de Jesus da Costa acerca do *Testamento de Afonso II* e da *Notícia de Torto* (de que nos ocuparemos páginas adiante), bem como a descoberta feita por Lindley Cintra de dois documentos de Mogadouro, que em breve serão objecto de publicação e estudo, da sua autoria, pelo que não adiantaremos aqui pormenores, além da notícia da sua existência.

Mas não é apenas a perspectiva de aparecerem novos documentos em português do período anterior a 1255 que nos recomenda uma resposta negativa. Mesmo que nenhuma nova descoberta fosse feita, bastam os dados internos dos documentos que possuímos para nos persuadirem de que eles não foram os únicos, nem certamente os primeiros a usar o português, em vez do latim, como língua da escrita. Indicamos desde já alguns desses dados, embora eles devam aparecer na discussão mais adiante:

a) do *Testamento de Afonso II* de 1214 foram feitas 13 cópias, todas igualmente autenticadas, das quais chegaram até nós apenas duas: L, que se encontra na Torre do Tombo, em Lisboa, depois de ter pertencido ao Arquivo da Mitra de Braga, e T, que se encontra no Arquivo da Catedral de Toledo, em Espanha.

Apesar de todas as cópias se afirmarem iguais umas às outras, são diplomas vastamente diversos, no pergaminho, na disposição da página, na letra (pois se devem a copistas diferentes) e mesmo em elementos linguísticos e textuais. Cada copista usou um código gráfico próprio, sendo possível identificar não só variantes quase sistemáticas entre ambos, como principalmente constantes dentro de cada um, a ponto de permitirem uma caracterização contrastante da atitude linguística dos copistas. Ou seja, apesar de não estarem submetidos a uma norma gráfica comum (a que se pudesse chamar «ortografia»), os dois copistas claramente possuíam uma espécie de «ortografia pessoal», que só podiam ter adquirido através da sua formação e de uma prática assídua. Não seria possível obter uma escrita portuguesa tão regular ao primeiro ensaio. A inferência é a seguinte: embora na chancelaria geral portuguesa continuasse durante mais meio século a ser observado o costume de escrever em latim os documentos formais, destinados a perdurar no tempo e a assumir carácter oficial, já era uso, no início do século XIII, escrever em português os textos de carácter efémero, tais como apontamentos, mensagens pessoais, rascunhos, minutas, ... os quais, pela sua própria natureza, muito poucas possibilidades teriam de chegar até nós;

b) um, contudo, chegou: a *Notícia de Torto* é, claramente, uma minuta portuguesa de documento que, na sua forma limpa e final, seria escrito em latim. Por qualquer acidente histórico não explicado, temos a minuta e não o produto final, se esse chegou a existir. Não há, na escrita da *Notícia*, qualquer vislumbre de regularidade gráfica (ou paleográfica): o seu escriba não era profissional, tinha hesitações frequentes quanto à representação dos sons, cometeu erros que não emendou, transitava constantemente do português para o latim. Tais defeitos não surpreendem: ele não trabalhava para o rei de Portugal, mas para um fidalgo arruinado do Minho, que não possuia chancelaria, nem escriba permanente. A sua titubeante invenção do escrever português é fascinante em si e, pelo contraste, confirma a prática longa dos copistas da corte.

Estes documentos anteriores a 1255 serão objecto de comentário mais extenso que explorará a sua riqueza linguística. Mas a fonte principal do nosso conhecimento da língua do século XIII e seguintes encontra-se na produção posterior a 1255 que, não sendo particularmente abundante (em relação à de outras línguas), oferece ainda assim campo para muita pesquisa e muita descoberta. Seguindo um esquema apresentado por Luís F. Lindley Cintra[21], vamos fazer uma pequena introdução à sua distribuição geográfica.

[21] Cintra, 1963, pp. 40-77.

Segundo a antiguidade e a quantidade dos documentos linguísticos conservados, podemos dividir o território galego-português em duas áreas:

a) uma primeira que inclui a Galiza e o noroeste português até a linha desenhada pelo curso do Mondego. Caracteriza-se por ter sido tradicionalmente um território densamente povoado por uma população permanente e dispersa, onde a penetração do muçulmano não conseguiu implantar-se. Reconquistado pelo reino de Leão, e estando particularmente ligado à Galiza, este território era marcado por uma propriedade extremamente fragmentada: «Em região com muitos proprietários e propriedades, é forçoso redigir-se grande número de documentos particulares»[22]. Além disso, numerosos mosteiros e igrejas permitiam a conservação, nos seus arquivos; da documentação, que é de carácter local e particular, dado o afastamento dos centros de poder, e escrita em latim;

[22] Cintra, 1963, p. 44.

b) a segunda área, muito mais extensa, inclui o nordeste e o resto de Portugal ao sul do rio Mondego. Região menos povoada, sobretudo no nordeste transmontano, e com uma certa tendência a agrupações urbanas no sul, esteve durante bastante mais tempo sob o domínio muçulmano. A falta de mosteiros e de ordens regulares seria compensada pela instalação das ordens militares, que em grande parte se encarregaram da organização administrativa e do repovoamento da região, e pela presença da corte.

Até certo ponto, estes contrastes podem explicar o tempo que separa a data de redacção dos primeiros documentos em uma e outra das áreas (séculos IX e XIII, respectivamente).

Estes critérios geográficos e cronológicos são tidos em conta na classificação dos documentos não-literários portugueses em quatro grupos, segundo proposta de Lindley Cintra:

a) diplomas reais;

b) diplomas particulares;

c) leis locais, divididas segundo a sua extensão e alcance político em *Forais*, menores, e *Foros* ou *Costumes*, maiores;

d) leis gerais.

a) Diplomas reais

É preciso, dentro da produção de documentos reais ligados ao território galego-português, distinguir duas fases, cujo limite é fixado pela posse da infanta Teresa e de Henrique de Borgonha como senhores do Condado Portucalense, em 1096. Antes dessa data a região ao sul do Minho, como

também a do norte, dependiam mais ou menos directamente do reino de Leão, cuja corte, estabelecida na cidade do mesmo nome, fica, como já vimos, dentro de uma área linguística diferenciada da galego-portuguesa. É portanto mais provável encontrar nos diplomas reais — redigidos sempre em latim durante esse período — contaminações romances que dizem respeito mais ao asturiano-leonês do que propriamente ao galego-português.

Com a instauração do Condado Portucalense, começaram a aparecer diplomas que «redigidos na corte destes condes quase independentes, contêm formas românicas que têm já algum interesse para nós»[23]. Esta tendência acentuar-se-ia após a proclamação de Afonso Henriques, primeiro como príncipe ou chefe dos «portucalenses» e mais tarde como soberano do reino de Portugal.

[23] Cintra, 1963.

Neste período inicial, vale a pena destacar a compilação dos documentos saídos das duas chancelarias, levada a cabo por Rui Pinto de Azevedo, nos primeiros tomos de *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*[24], e em *Documentos de D. Sancho I.*

[24] Azevedo, 1958-62; 1979.

Enquanto ao terceiro reinado, o de Afonso II, não existe um trabalho de edição conjunto que reuna a totalidade dos documentos saídos da sua chancelaria. É com este rei que aparecerá o primeiro diploma real escrito em português, o seu primeiro testamento, datado de 1214. Afonso II viria a fazer dois outros testamentos, em 1218 e 1221, ambos em latim. Este texto, escrito na língua nacional, do qual trataremos a seguir, constitui um caso isolado na produção diplomática chancelaresca, que não voltará a repetir-se, nem durante o resto do reinado do dito rei nem do seguinte, Sancho II, e que só em 1255, já com Afonso III no trono, começará a tornar-se progressivamente mais frequente.

Embora todos esses documentos possuam um carácter bem formal e tenham sido produzidos por homens cuja consciência linguística e conhecimento do latim é de supor que fossem profundos, reflectindo neles pouco da língua que eles falavam, «não se pode de modo nenhum negar a sua importância quando se trata do estudo da formação da língua literária».[25]

[25] Cintra, 1963, p. 47.

b) Diplomas particulares

Os diplomas particulares representam o material mais interessante para o estudo das diferenças dialectais durante a Idade Média. Dentro do conjunto de documentos que agrupamos sob esta epígrafe podemos observar quatro tipos principais.

1. Documentos em latim

   Até aproximadamente 1250, todos os diplomas particulares conservados aparecem redigidos em latim; aliás, será essa a situação comum a

toda a produção escrita. Da presumível existência deste tipo de textos escritos em português, como já assinalávamos anteriormente, apenas chegou até nós a *Notícia de Torto*. A partir do século IX, momento da escritura de fundação da igreja de Lordosa que já referimos, estes textos latinos do Condado Portucalense e depois do reino de Portugal começam a apresentar formas romances, como podemos observar nos dois exemplos seguintes, publicados por Pedro de Azevedo[26], de 1161 e 1163, respectivamente:

[26] *RL*, XIV, 1911, pp. 253-255.

(1161): «des lo rrivolo ate no rego que vai pora a vila»

(1163): «des lo rivolo ate no rego que vai pora lagua per marcos quomo a mandou marcar»

Além de estudos pontuais ou dispersos sobre diplomas particulares do período que tratamos, destacam-se, entre os trabalhos de publicação sistemática de toda esta documentação em latim, o volume *Diplomata et Chartae* da série *Portugaliae Monumenta Historica*[27], que contém quase todas as cartas privadas conhecidas do território actual português, redigidas entre o séc. IX e 1100. Esta obra, dirigida por Alexandre Herculano, teve continuação no trabalho de Rui de Azevedo *Documentos medievais portugueses. Documentos particulares*[28], que recolhe cartas do período 1101-1115.

[27] Lisboa, 1867.

[28] Azevedo, 1940-80.

2. *Notícia de Torto*

A *Notícia de Torto*, como já dissemos, constitui uma excepção dentro do grupo dos diplomas particulares. Trata-se do único original redigido em português, e anterior a 1250, chegado até nós. Dois outros textos compartilhavam com ele essa qualificação até há relativamente pouco tempo: o *Auto de Partilhas* e o *Testamento de Elvira Sanches*, que apresentam as datas de 1192 e 1193 respectivamente. Separadamente, Luís Filipe Lindley Cintra e o Padre Avelino de Jesus da Costa demonstraram como estes documentos não eram senão cópias muito posteriores à data que neles aparece.

3. Documentos posteriores a 1250

Neste grupo, além dos dois textos de Mogadouro cuja edição está a preparar Lindley Cintra e que mais acima referimos, cabe destacar a série de documentos descobertos por João Pedro Ribeiro no primeiro quartel do século passado e publicados na sua obra *Sobre o Idioma, Estylo e Orthographia dos nossos Documentos e Monumentos*. São todos eles posteriores a 1255, data do encontrado no convento de Arnoia. Outros têm como origem os conventos de Avé Maria do Porto (1262), de Bostelo (1267), de Roriz (1268), de Pendurada (1272) e de Refoios de Basto (1275). Esta tarefa de recuperação de textos antigos foi continuada neste século por Pedro de Azevedo nos seus trabalhos

sobre textos antigos, publicados a partir de 1900-1901 na *Revista Lusitana*.

[29] Martínez Salazar, 1911; Sponer, 1934; Maia, 1986.

No que diz respeito à Galiza[29], Martínez Salazar publicou em 1911 um volume contendo 72 documentos procedentes de diversos pontos da região. Entre eles só se encontram textos datados a partir de 1234. Margot Sponer publicou 61 documentos, com datas a partir de 1254. Clarinda de Azevedo Maia publicou 136 documentos, o mais antigo dos quais data de 1255.

4. *Livro de D. João de Portel*

Trata-se do cartulário privado do favorito do rei Afonso III, D. João Peres de Aboim, também conhecido como D. João de Portel, que contém numerosas cartas redigidas em latim, castelhano e português, escritas provavelmente antes da sua morte em 1285. Foram publicadas entre 1906 e 1909 na revista *Archivo Historico Portuguez* por Pedro de Azevedo.

c) **Leis Locais**

Neste tipo de documentos não-literários incluem-se duas espécies diferentes: os **Foros** e os **Forais**.

1. Os Foros ou «costumes» são uma transposição para a escrita do direito consuetudinário tradicional de uma determinada vila, transmitido oralmente durante séculos e fixado num dado momento histórico por algum letrado, provavelmente um notário local. Este facto induz directamente a pensar na probabilidade de aparecimento nestes documentos de traços linguísticos locais ou dialectais, embora às vezes aconteça terem sido redigidos por notários reais, como afirma Lindley Cintra no artigo que seguimos.[30]

[30] Cintra, 1963, p. 53.

Entre os foros mais antigos, os redigidos na segunda metade do século XIII, estão:

- *Foros de Garvão* (1267);
- *Foros da Guarda* (copiado entre 1273 e 1282);
- *Costumes de Terena comunicados a Évora* (1280);
- *Costumes de Santarém comunicados a Oriola* (1294).

Na série *Portugaliae Monumenta Historica*, no volume II, *Leges et Consuetudines*, aparecem todos eles editados, embora os critérios de transcrição não sejam de fiar.

2. Os Forais são «cartas breves», onde são contidos os direitos locais, direitos concedidos por um senhor feudal ou uma corporação superior

(civil ou militar), mas frequentemente outorgados pelo próprio rei. De 1095 até 1279, todos eles em latim e com graus diferentes de «contaminação» de formas românicas, foram redigidos 261 forais, muitas das vezes pelos notários do senhor ou do rei. Neste caso, a língua local aparecerá apenas nos topónimos da região e em alguns vocábulos estreitamente ligados aos costumes e tributos da vida local. Embora muitas das vezes estes textos tenham sido escritos por algum funcionário real, afastado do meio (linguístico também) onde o foral ia ser aplicado, Lindley Cintra chama a atenção para o facto de alguns deles poderem ter sido confiados a notários locais.

Os forais do período indicado estão todos recolhidos no volume II, *Leges et Consuetudines* dos *P.M.H.* Só a partir do século XIV começaram a circular traduções portuguesas dos forais latinos.

d) Leis Gerais

As Leis Gerais são aqueles decretos, ou compilações de decretos, saídos das chancelarias reais e cuja promulgação afectava, ou tentava afectar, a inteira vida da nação. As mais antigas destas leis aparecem num manuscrito de fins do século XIV, *Livro das Leis e Posturas* ou *Livro das Leis Antigas*, conservado na Torre do Tombo. Muitas das leis aí recolhidas são traduções de originais latinos perdidos. Junto desta compilação, mas do século seguinte, podem considerar-se as *Ordenações de D. Duarte* e as *Ordenações Afonsinas* (de D. Afonso V). Estes textos aparecem também editados nos *P.M.H.*, no volume II, *Leges et Consuetudines*.

Estes textos todos, assinala Lindley Cintra[31], possuem um valor linguístico semelhante ao dos documentos das chancelarias reais. É difícil encontrar neles vestígios de particularidades linguísticas locais.

[31] Cintra, 1963, p. 55.

e) Inquirições

As **Inquirições**, ou **Inquisitiones**, são o resultado dos levantamentos escritos, em forma de relatórios, das propriedades e direitos da casa real. Estes textos oferecem um material excepcional para o estudo da toponímia e da antroponímia. Deste conjunto vale a pena destacar as *Inquirições Gerais de D. Afonso II*, de 1220, conservadas numa cópia ligeiramente posterior a 1289, e as *Inquirições Gerais de D. Afonso III*, de 1258, conservadas numa cópia um pouco posterior.

Uma parte destes documentos encontra-se recolhida no tomo IV de *Inquisitiones* da série *Portugaliae Monumenta Historica*.

f) **Outros**

Existe uma série de textos inclassificáveis, ou que preferimos incluir nesta última secção de documentos não-literários, onde se podem encontrar elementos importantes para o estudo da história do português antigo. Dos mais importantes, temos:

- Traduções de textos jurídicos castelhanos, nomeadamente da chancelaria do rei Afonso X, do século XIII e XIV.
- Obituários da Sé de Coimbra dos séculos XIII e XIV.
- Inventários das casas reais, particularmente a de D. Dinis (entre 1278 e 1282).
- Inventários dos bens da Ordem de Avis (1364).

4.2.4 *Bibliografia dos textos literários*: Para a elaboração da seguinte lista, foram utilizadas, sem esgotar as suas informações, as seguintes obras: Leite de Vasconcellos, *Lições de Filologia Portuguesa*, 1966⁴, pp. 17-18; Costa Pimpão, *Idade Média*, Coimbra, 1959²; Maria Adelaide Valle Cintra, *Bibliografia de Textos Medievais Portugueses*, Lisboa, 1980; Luciana Stegnano-Picchio, «À margem da edição de textos antigos portugueses», *A Lição do Texto*, Lisboa, 1979, pp. 237-260.

Poesia

1. *Cancioneiro da Ajuda* (ex *do Col. dos Nobres*): Bibl. da Ajuda, século XIII.[32]
2. Cancioneiro da Vaticana: Bibl. Vaticana, séculos XV-XVI.[33]
3. *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* (ex *Colocci-Brancuti*): Bibl. Nacional de Lisboa, séculos XV-XVI.
4. *Cantigas de Santa Maria* [2 mss.: Madrid (Escorial) e Florença], século XIII.
5. *Pergaminho Vindel* (folha de pergaminho contendo cantigas de amigo do trovador Martin Codax, acompanhadas da respectiva notação musical), século XIII. Pertence à Pierpont Morgan Library, Nova Iorque.
6. *Pergaminho Sharrer* (folha de pergaminho contendo cantigas de amor de D. Dinis, com notação musical), século XIII. Pertence à Torre do Tombo, onde foi descoberto em 1990 por Harvey L. Sharrer).

[32] Neto, data-o de 1275.

[33] Neto: fins XV.

Novelística

1. *Livro de José de Arimateia* (Torre do Tombo): ca. 1544 (cópia de um ms. de 1314).
2. *Merlim* (Bibl. Nac. Barcelona), século XIV. Fragmento do elo perdido entre o *José de Arimateia* e a *Demanda*, que com o *Merlim* formaram a trilogia do *Romance do Graal*, traduzida do francês para português no século XIII.
3. *Demanda do Santo Graal* (Bibl. Nacional de Viena), século XV.
4. *Livro de Tristan* (Academia de Historia de Madrid), fragmento, meados do século XIV.

Nobiliários

1. *Primeiro Livro das Linhagens* (ms. perdido, publicado na *História Genealógica da Casa Real de Bragança*, século XVIII).
2. *Livro Velho das Linhagens*, século XIII?
3. *Livro das Linhagens do Conde D. Pedro*: dois manuscritos: Bibl. Ajuda, século XIV[34]; e uma sua cópia no A.N.T.T., século XV.

[34] Neto: 1357.

Obras de Espiritualidade

1. *Regra de S. Bento* (fragmento, Alc. 14, BNL), início século XIV. Há vários outros manuscritos da *Regra*, produzidos ao longo da Idade Média (p. ex. os Alc. 44 e Alc. 231).
2. *Vida de S. Nicolau de Myra* (fragmento, capa em pergaminho de um caderno de despesas da Ordem de Santiago, ANTT), meados século XIV.
3. *Diálogos de S. Gregório*: três manuscritos: B. N. de Rio de Janeiro, século XIV; Alc. 187, B. N. L., século XV (1416); Alc. 182, B. N. L., meados século XIV.
4. *Virgéu de consolaçom*, século XV.
5. *Visão de Túndalo*: 2 manuscritos: Alc. 211, da B.N.L., e 2274, A.N.T.T.; século XV.
6. *Horto do Esposo*: 2 manuscritos: Alc. 198, B.N.L., século XV; Alc. 212, B.N.L., fins século XV.
7. *Castelo Perigoso*: 2 manuscritos: Alc. 199, B.N.L., meados do século XV; Alc. 214, B.N.L., fins século XV.

8. *Vida de Cristo*: Alc. 451-3, B.N.L., meados do século XV (1442-3).

Historiografia

1. *Crónicas breves e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*: Ms. da Biblioteca Municipal do Porto, século XV.
2. *Crónica Geral de Espanha de 1344*: 2 manuscritos: Academia das Ciências de Lisboa, século XV; B. N. Paris, século XV.

4.3 Comentário linguístico dos textos mais antigos: Testamento de Afonso II (1214) e *Notícia de Torto* (ca. 1214)

Testamento de Afonso II (1214)

Como já dissemos, é o primeiro documento real conhecido datado e escrito em português, «en Coinbria IIII.or dias por andar de Junio Era M.ª CC.ª L.ª II.ª» do calendário hispânico, isto é, 27 de Junho de 1214.[35]

[35] Costa, 1979, p. 308.

Segundo Avelino de Jesus da Costa, que seguimos nesta exposição, apesar de ter apenas 28 anos de idade e pouco mais de três anos de reinado, D. Afonso II fez este testamento para garantir a paz e a tranquilidade da família e do reino, no caso de lhe sobrevir uma morte prematura, que a sua compleição enfermiça fazia recear. Toma as providências para garantir a sucessão do reino pela via varonil ou, na falta desta, pela filha mais velha. Providencia também sobre o governo do reino durante a possível menoridade do herdeiro e sobre a tutela dos filhos e filhas menores, confiando ao Papa a protecção destes e do reino e a execução do testamento.

Na disposição dos bens, além da rainha, dos filhos e filhas, contempla o Papa, as dioceses galegas de Santiago de Compostela e de Tui, alguns mosteiros e Ordens militares. Das dioceses portuguesas contemplou apenas a de Idanha, esquecendo todas as outras, não obstante encarregar o arcebispo de Braga e os bispos de Coimbra, Évora, Lamego, Lisboa, Porto e Viseu, além de outras pessoas, de executarem as suas disposições testamentárias.

Do Testamento de 1214 chegaram duas das treze cópias feitas e distribuídas por diferentes entidades: a enviada ao arcebispo de Braga (ANTT, Mitra de Braga, caixa 1, n.º 48), que designaremos por **L**; e a enviada ao arcebispo de Toledo (Arquivo da Catedral de Toledo, 2.4, B. 6), para a qual adoptaremos a

sigla **T**. Estes dois manuscritos têm sido objecto de estudo em diferentes edições, das quais é preciso destacar:

a) Edições de **L**:

- P. de Azevedo, «Testamento, em português, de D. Affonso II (1214)», em *Revista Lusitana*, VIII (1903-5). Lisboa, pp. 80-84.
- J. Leite de Vasconcellos, *Lições de Filologia Portuguesa*, Lisboa, 1911 (1966 ⁴, pp. 63-93).
- Pe. Avelino de J. da Costa, «Os mais antigos documentos escritos em português», *Revista Portuguesa de História*, XVII, 1979, pp. 307-321.

b) Edições de **T**:

- Pe. Avelino de J. da Costa, *ibidem*.

Afonso II fez dois outros testamentos, redigidos ambos em latim e escritos em Santarém. O mais antigo em Fevereiro de 1218 (ANTT, Sé de Viseu, Docs. Régios, maço 1, doc. 9), o outro em Novembro de 1221 (ANTT, Livro dos Reis, I, fls. 77v-79r). Deste último existiu uma cópia no Arquivo de Alcobaça, que foi publicada por A. Brandão (*Monarchia Lusitana*, IV, Append., doc. 13, 269v-270v) e por A. Caetano de Sousa (*Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, I, doc. 19). O testamento de 1218 ainda permanece inédito.

Não é, deste modo, surpreendente o desaparecimento das outras cópias do testamento «em vulgar», tendo sido ultrapassada essa primeira redacção por estas outras, embora a variação consista apenas em pormenores da parte dispositiva.

Contra a dúvida de o Testamento ser mais um dos documentos com data falsificada, justificada pelas circunstâncias «extraordinárias» que rodeiam o seu aparecimento (isolamento de um texto em português numa época em que o latim continuava a ser o meio habitual; a existência em Portugal de só uma cópia; a assinatura falsificada que ali aparece, em letra cursiva do século XVI, «El Rey», fórmula unicamente usada a partir de D. Dinis), alguns argumentos sólidos vêm provar a sua autenticidade, a qual, aliás, «não tem sido posta em causa»:

a) Os caracteres paleográficos são iguais aos de alguns escribas de Afonso II.

b) O aparecimento da cópia de Toledo, que conserva o selo pendente de cera, e do qual ainda existem as tiras do pergaminho da suspensão, elementos autenticadores que faltavam na cópia de Lisboa.

Relação entre as cópias **L** *e* **T** *do Testamento*

Contra o que hoje esperamos de duas cópias autenticadas e conformes de um documento, destinadas a produzir idênticos efeitos legais, entre as cópias do Testamento conservadas em Lisboa e Toledo existem diferenças consideráveis:

a) Ambas foram escritas por mãos diferentes, como se pode observar pelo tipo e corpo de letra que em cada uma delas aparece (não estão identificados os copistas).

b) Apresentam formatos diversos: **L** mede 240x595 mm, com 27 linhas, e **T** 410x404 mm, com 37 linhas.

c) Alguns sons são representados com grafias diferentes em uma e outra.

d) Também divergem certas formas linguísticas (ordem de palavras, sinónimos, etc.).

São estas variantes gráficas e linguísticas entre as duas cópias aquelas que, naturalmente, mais nos interessam, pelo que lhes dedicaremos bastante tempo no comentário linguístico. Agora, importa somente averiguar em que medida tais variantes nos podem ajudar a compreender o modo de produção das duas cópias.

Antes de mais, ficamos a saber que, para um copista medieval, a separação entre a componente significativa e a expressiva de um texto era maior do que hoje estamos dispostos a admitir: mudanças no léxico, na sintaxe, na grafia do texto não o tornavam necessariamente outro. O acto de cópia incorporava, por isso, elementos pessoais do copista, oriundos da sua cultura, do seu gosto, das suas tendências, do tecido textual que ele transcrevia, sem que isso parecesse pôr em causa os seus escrúpulos de fidelidade.

Pensa Avelino de Jesus da Costa que as cópias do Testamento foram obtidas por meio de ditado simultâneo:

> As variantes entre os exemplares ... levam a supor que o original do testamento foi ditado para serem simultaneamente escritos vários exemplares por diferentes notários.[36]

[36] Costa, 1979, p. 311.

Sem dúvida, a maior parte das variantes podia ter sido produzida nessas circunstâncias, sobretudo porque correspondem, como se verá adiante, a modos diversos de representar os mesmos sons.

Nem todas as variantes, porém, aceitam este cenário. Entre elas, as seguintes:

a) variação da ordem das palavras:

(linha 2) L meu reino e me(us) uassalos
T meus uassalos e meu reino

(linha 9) L todas mias devidas
T mias deuidas todas

(linha 21) L out(ras) cousas
T cousas outras

b) variação entre vocábulos e sua ausência:

(linha 6) L do arcebispo de Santiago
T do de Santiago

(linha 8) L se a raina morrer
T se a reina dona Vrr(aca) morrer

(linha 8) L Da out(ra) meiadade
T Da outra mia meiadade

(linha 8) L fazã desta guisa
T facan ende desta guisa

(linha 12) L no dia
T en dia

(linha 12) L ssi eu en
T se en

(linha 13) L en'os out(ro)s logares
T en outros logares

(linha 18) L q(ue) os de ... aq(ue)stes
T q(ue) os de ... a aq(ue)stes

(linha 18) L todos nõ poderem
T nõ pod(er)en

(linha 24) L mãdo aq(ue)les
T mãdo a aq(ue)les

(linha 25) L come outra
T como a outra

(linha 26) L facer guarda
T faco eu aguardar;

c) variação entre vocábulos:

(linha 7) L como uirẽ por derecto
T como uiren por guisado

(linha 8) L aq(ue)stas
T estas

(linha 16) L e dito
T e nomeado

(linha 17) L se alguus de me(us) filios ouuerẽ
T se alguno de meus filios ouuer

(linha 20) L no meu logar
T no meu logo

(linha 26) L nouea
T nona

Não deve ser difícil reconhecer perante todas estas variantes que, independentemente da sua natureza e do seu significado, elas não poderiam ter ocorrido aos copistas de **L** e **T** em situação de ditado. Em compensação, uma situação de cópia pura, de texto escrito para texto escrito, forneceria o isolamento próprio para estas variantes surgirem, umas por simplificação, outras por alternativa, outras mesmo por leitura deficiente do original. Ao admitirmos esta hipótese, dispensamos a conclusão surpreendente, que de outro modo se imporia, de que quando um copista ouvia *direito*, o outro ouvia *guisado*.

Não parecendo que **L** seja cópia de **T**, ou vice-versa, por não haver erros claros de transmissão que o provem, a hipótese mais provável é de serem ambos cópias de um original único (ou de suas cópias).

Em que língua estaria redigido esse original? Se ele tiver sido uma minuta preparada pelo chanceler, contamos já com a sugestão de que ele poderia estar em português (cf. caso da *Notícia de Torto*). Não faria muito sentido que dessa minuta fosse depois feita uma versão latina, para dela se extraírem cópias portuguesas. No entanto, as fortes semelhanças de redacção e linguagem entre os vários testamentos de 1214, 1218 e 1221, que contêm frases inteiramente iguais, levam a supor que tenha havido uma minuta comum a todos eles, alterada apenas quanto às disposições ultrapassadas. Como os dois mais recentes testamentos são latinos, em algum momento terá a minuta passado a latim. Tê-lo-ia sido no início?

Nada prova que o original do Testamento fosse latino. A surpresa é tão grande no caso de um original português em 1214 como no caso de duas cópias portuguesas — pelo menos — de um original latino.

Se o original era latino, temos de supor uma tradução única (que poderia ser uma das cópias existentes, de que a outra derivaria), porque a semelhança linguística das versões é demasiada para suportar traduções independentes.

Se o original era português, não deve ter sido ditado simultaneamente, como pretende o Pe. Avelino, devido às diferenças lexicais e sintácticas. Como a inexistência de variantes explicáveis como erro de transmissão torna pouco provável que uma versão seja cópia da outra, resta a cópia independente de um

mesmo original português (ou de uma tradução portuguesa) como a mais viável explicação das ligeiras inovações linguísticas (ou estilísticas) das duas versões. As fortes semelhanças de redacção e linguagem entre os vários «testamentos» — frases iguais, por exemplo — levam a supor que o texto básico de 1214 se manteve nos outros, apenas se mudando as disposições ultrapassadas.

Texto de **L** *e de* **T**

São reproduzidas, face a face, as edições de L e T publicadas pelo Pe. Avelino de Jesus da Costa[37]. Cada parágrafo corresponde a uma linha de texto no manuscrito **L**, estando numeradas as linhas de 1 a 27; a repartição correspondente na edição de **T** é, assim, artificial, dado que este manuscrito tem 37 linhas e destina-se apenas a permitir um mais fácil cotejo. A mudança de linha em **T** aparece representada por barras oblíquas, com o número da linha seguinte em expoente.

[37] Costa, 1979, pp. 312-321.

As letras entre parênteses correspondem às abreviaturas desenvolvidas pelo editor, que são aqui adoptadas também. Só não são acompanhadas algumas raras intervenções do editor (L9, L16, L22, L26), que visavam regularizar acidentes do manuscrito.

TESTAMENTO DE AFONSO II (1214)

Manuscrito L (ANTT)

[1] En'o nome de Deus. Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, seendo sano e saluo, temẽte o dia de mia morte, a saude de mia alma e a proe de mia molier raina dona Orraca e de me(us) filios e de me(us) uassalos e de todo meu reino fiz mia mãda p(er) q(ue) de-

[2] pos mia morte mia molier e me(us) filios e meu reino e me(us) uassalos e todas aq(ue)las cousas q(ue) De(us) mi deu en poder sten en paz e en folgãcia. P(ri)meiram(en)te mãdo q(ue) meu filio infante don Sancho q(ue) ei da raina dona Orraca agia meu reino enteg(ra)-m(en)te e en paz. E ssi este for

[3] morto sen semmel, o maior filio q(ue) ouuer da raina dona Orraca agia o reino entegram(en)te e en paz. E ssi filio

Manuscrito T (Toledo)

En'o nome de Deus. Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, seendo sano e saluo, tem(en)te o dia de mia morte, a saude de mia alma e a proe de mia molier reina dona Vrr(aca) e de meus filios e de meus uassalos /[2] e de todo meu reino fiz mia mãda p(er) q(ue) de-

pois mia morte mia molier e meus filios e meus uassalos e meu reino e todas aq(ue)las cousas q(ue) Deus mi deu en poder sten en paz e en folgãcia. P(ri)-meiram(en)te mã-/[3] do q(ue) meu filio Ifan[*te*] don Sãcio q(ue) ei da reina dona Vrr(aca) aia meu reino enteiram(en)te e en paz. E sse este for

morto sen semel, o maior filio q(ue) ouuer da reina dona Vrr(aca) aia o reino enteg(ra)mẽte e en paz. /[4] E sse filio

barõ nõ ouuermos, a maior filia q(ue) ouuermos agia'o. E ssi no tẽpo de mia morte meu filio ou mia filia q(ue) deuier a reinar nõ ouuer reuora, segia en poder

[4] da raina sa madre e meu reino segia en poder da raina e de me(us) uassalos ata q(uan)do agia reuora. E ssi eu for morto, rogo o apostoligo come padre e senior e beigio a t(er)ra ante seus pees q(ue) el recebia en sa comẽda e so seu difindemẽto a raina e me(us) filios e o reino. E ssi eu

[5] e a raina formos mortos, rogoli e pregoli q(ue) os me(us) filios e o reino segiã en sa comẽda. E mãdo da dezima dos morauidiis e dos dieiros q(ue) mi remaserũ de parte de meu padre q(ue) sũ en Alcobaza e do outr'auer mouil q(ue) i posermos pora esta dezima q(ue) segia partido pelas manus

[6] do arcebispo de Bragaa e do arcebispo de Santiago e do bispo do Portu e de Lixbona e de Coĩbria e de Uiseu e de Lamego e da Idania e d'Euora e de Tui e do tesoureiro de Bragaa. E out(ro)ssi mãdo das dezimas das luctosas e das armas e dout(ra)s dezimas q(ue) eu tenio apartadas en te-

[7] souros per meu reino, q(ue) eles as departiã assi como uirẽ por derecto. E mãdo q(ue) o abade d'Alcobaza lis de aq(ue)sta dezima q(ue) el ten ou teiuer e eles as departiã segũdo De(us) como uirẽ por derecto. E mãdo q(ue) a raina dona Orraca agia a meiadade de todas aq(ue)lias cousas mouils q(ue) eu ouuer

[8] a mia morte, exetes aq(ue)stas dezimas q(ue) mãdo dar por mia alma e as out(ra)s q(ue) tenio en uoontade por dar por mia alma e non'as uiier a dar. Et mãdo q(ue) si a raina morrer en mia uida q(ue) de todo meu auer mouil agia

baron nũ ouu(er)m(os), a maior filia q(ue) ouu(er)m(os) aia'o. E sse no tẽpo d(e) mia morte meu filio ou mia filia q(ue) deuier a reinar nũ ouuer reuora, seia en poder

da reina sua madre e meu reino /[5] seia en poder da reina e de meus uassalos ata cãdo aia reuora. E sse eu for morto, rogo o ap(osto)ligo como padre e senior e beio a t(er)ra an(te) seus pees q(ue) el receba en sa com(en)da e so seu defendim(en)to a reina /[6] e meus filios e o reino. E sse eu

e [*a*] reina formos mortos, rogoli e p(re)goli q(ue) os meus filios e o reino seiam en sa com(en)da. E mãdo da dezima dos morauidiis e dos dineiros q(ue) mi remas(er)um da parte de /[7] meu padre q(ue) sũ en Alcobacia e do outr'auer mouil q(ue) i pos(er)m(os) pora esta d(e)zima q(ue) seia partido pelas manos

do arcebispo d(e) Bragaa e do de Santiago e do bispo do Porto e de Lisbona e de Coinbra e de /[8] Uiseu e de Lamego e da Idania e d'Euora e de Tui e do tesoureiro de Bragaa. Out(ro)ssi mando das d(e)zimas das luitosas e das armas e doutras dezimas q(ue) eu tenio apartadas en te-

souros per meu rei-/[9] no q(ue) eles as departan assi como uiren por guisado. E mãdo q(ue) o abade d'Alcobacia lis de aq(ue)sta d(e)zima q(ue) el ten ou teiu(er) e eles as departan segũdo Deus como uiren por dereito. E mãdo /[10] q(ue) a reina dona Vrr(aca) aia a meiadade de todas aq(ue)las cousas mouils q(ue) eu ouu(er)

a mia morte, exetes estas d(e)zimas q(ue) mãdo dar por mia alma e as outras q(ue) tenio en uoontade por dar por mia alma /[11] e non'as uiier a dar. E mãdo q(ue) se a reina dona Vrr(aca) morrer en mia uida q(ue) de todo meu au(er) mouil

ende a meiadade. Da out(ra) meiadade solten ende p(ri)meiram(en)te

[9] todas mias devidas e do q(ue) remaser fazam en t(re)s partes e as duas partes agiã me(us) filios e mias filias e departiãse ent(r'e)les igualm(en)te. Da t(er)ceira o arcebispo de Bragaa e o arcebispo de Santiago e o bispo do Portu e o de Lixbona e o de Coĩbria e o de Uiseu e o d'Euora fazã desta

[10] guisa: q(ue) u q(ue)r q(ue) eu moira q(ue)r en meu reino q(ue)r fora de meu regno fazam aduzer meu corpo p(er) mias custas a Alcobaza. E mãdo q(ue) den a meu senior o papa $\overline{\text{III}}$ m(o)r(auidiis), a Alcobaza $\overline{\text{II}}$ m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario, a Santa Maria de Rocamador $\overline{\text{II}}$ m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario

[11] a Santiago de Galicia $\overline{\text{II}}$ CCC m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario, ao cabidoo da Séé da Idania (e) m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario, ao moesteiro de San Gurge D m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario, ao moesteiro de San Uicẽte de Lixbona D m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario, aos caonigos de Tui mill(e)

[12] m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario. E rogo q(ue) cada un destes añiu(er)sarios fazam sẽp(re) no dia de mia morte e fazam t(re)s comemorazones en t(re)s partes do ano e cada dia fazam cantar una missa por mia alma por sẽpre. E ssi eu en mia uida der estes añiu(er)sarios, mãdo q(ue) orem por mi co-

[13] me por uiuo ata en mia morte e depos mia morte fazam estes añiu(er)sarios e estas comemorazones assi como suso e nomeado, assim como fazem en' os out(ro)s logares u ia dei meus añiu(er)sarios. E mãdo q(ue) den ao

aia ende a meiadade. Da outra mia meiadade solten ende p(ri)meiram(en)te

/[12] mias deuidas todas e do q(ue) remas(er) facan ende tres partes e as duas partes aian meus filios e mias filias e departans' antr'eles igualm(en)te. E da t(er)ceira o arcebispo d(e) Bragaa e u d(e) Sãtiago /[13] e u bispo do Porto e u de Lisbona e u d(e) Coinbra e u de Uiseu e u d'Euora facan ende desta

guisa: q(ue) u q(ue)r q(ue) eu moira, q(ue)r en meu reino q(ue)r fora de meu reino, facan aduz(er) meu corpo p(er) mias c(us)tas a Alcobacia./[14] E mãdo q(ue) den a meu senior o papa $\overline{\text{III}}$ m(o)r(auidiis), a Alcobacia $\overline{\text{II}}$ m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario, a Santa Maria de Rocamador $\overline{\text{II}}$ m(o)r(auidiis), por meu añiu(er)sario,

a Santiago d(e) Galiza $\overline{\text{II}}$ CCC m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario, ou /[15] cabidoo da Séé da Idania $\overline{\text{I}}$ m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario, ou moesteiro d(e) San Iorgi D m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario, ou moesteiro de San Uicẽte d(e) Lisbona D m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario, ous conigos d(e) Tui /[16] $\overline{\text{I}}$

m(o)r(auidiis) por meu añiu(er)sario. E rogo q(ue) cada uno destes añiu(er)sarios facan semp(re) en dia d(e) mia morte e facan tres comemoraciones en tres partes do ano e cada [*d*]ia facan cantar una missa por /[17] mia alma por sẽp(re). E se en mia uida der estes añiu(er)sarios, mãdo q(ue) oren por mi co-

me por uiuo ata en mia morte e depois mia morte facan estes añiu(er)sarios e estas come/[18] moraciones assi como susu e nomeado, assi como fazen en outros logares u ia dei meus añiu(er)sarios. /[19] E mãdo q(ue) den ou maestre e

maestre e aos freires d'Euora D m(o)r(auidiis) por mia alma, ao comen-

[14] dador e aos freires de Palmela D m(o)r(auidiis) por mia alma. E mãdo q(ue) o q(ue) eu der daq(ue)sta mãda en mia vida q(ue) non'o busque nenguu depos mia morte. E o q(ue) remaser daq(ue)sta mia t(er)cia mãdo q(ue) segia partido igualmẽte en cinq(ue) partes das quaes una den a Alcobaza u

[15] mando geitar meu corpo. A out(ra) ao moesteiro de Santa Cruz, a t(er)ceira aos Tẽpleiros, a q(ua)rta aos Espitaleiros, a q(ui)nta den por mia alma o arcebispo de Bragaa e o arcebispo de Santiago e os cinque bispos q(ue) suso nomeamos segũdo Deus. E den ende aos omees d'ordin

[16] de mia casa e aos leigos q(ue) eu nõ galardoei seu servizo assi com'eles uirem por guisado. E as out(ra)s duas partes de toda mia meiadade segiã departidas igualm(en)te ent(re) me(us) filios e mias filias q(ue) ouuer da raina dona Orraca assi como suso e dito. E mãdo q(ue) aq(ue)ste auer

[17] dos me(us) filios q(ue) o teniã aq(ue)stes dous arcebispos cũ aq(ue)stes cinq(ue) bispos ata q(uan)do agiã reuora. E a dia de mia morte se alguus de me(us) filios ouuerẽ reuora, agiã seu auer. E dos q(ue) reuora nõ ouuerẽ mãdo q(ue) lis teniã seu auer ata q(uan)do agiã reuora. E mãdo q(ue) q(ue)n q(ue)r que

[18] tenia meu tesouro ou me(us) tesouros a dia de mia morte q(ue) os de a departir aq(ue)stes dous arcebispos e aq(ue)stes cinq(ue) bispos, assi como suso e nomeado. E mãdo ainda q(ue) se s'asunar todos nõ poderem ou nõ q(ui)serẽ ou descordia for ent(r'a)q(ue)stes a q(ue) eu mãdo departir aq(ue)stas dezimas

ous fraires d'Euora D m(o)r(auidiis) por mia alma e ou com(en)-

dador e ous fraires de Palmela D m(o)r(auidiis) por mia alma. E mãdo q(ue) o q(ue) eu der daq(ue)sta mãda en mia uida q(ue) non'o busq(ue) nẽgũu d(e)pois mia morte. E u q(ue) remas(er) daq(ue)sta mia t(er)cia /[20] mãdo que seia partido igualm(en)te en cĩq(ue) partes das q(ua)es una den a Alcobacia u

mãdo ieitar meu corpo. A outra ou moesteiro d(e) Santa †, a t(er)ceira ous Tẽpleiros, a q(ua)rta ous Espitaleiros, /[21] a q(ui)nta den por mia alma o arcebispo d(e) Bragaa e u d(e) Santiago e us cĩq(ue) bispos q(ue) susu nomeam(os) segũdo Deus. E den ende ous omees d'ordin

d(e) mia casa e ous leigos a q(ue) eu n(on) galardo/[22] ei seu s(er)uicio assi com'eles uiren por guisado. E as outras duas partes d(e) toda mia meiadade seian d(e)partidas igualm(en)te antre meus filios e mias filias q(ue) ouu(er) da reina dona Vrr(aca) assi co-/[23] mo susu e nomeado. E mãdo q(ue) aq(ue)st' auer

dos meus filios q(ue) o tenian aq(ue)stes dous arcebispos c(um) aq(ue)stes cĩq(ue) bispos ata q(uan)do aian reuora. E a dia de mia morte, se alguno d(e) meus filios ou-/[24] uer reuora, aian seu au(er). E dos q(ue) reuora nũ ouueren mãdo q(ue) lis tenian seu au(er) ata q(uan)do aian reuora. E mãdo q(ue) q(ue)n q(ue)r que

tenia meu tesouro ou meus tesouros a dia d(e) mia mor-/[25] te q(ue) os de a departir a aq(ue)stes dous arcebispos e aq(ue)stes cinq(ue) bispos assi como susu e nomeado. E mãdo ainda q(ue) se s'asuar nõ pod(er)en ou nõ q(ui)s(er)en ou discordia for antr'aq(ue)stes a q(ue) eu mãdo/[26] d(e)partir aq(ue)stas dezimas

[19] suso nomeadas, ualia aq(ui)lo q(ue) mãdarẽ os chus muitos p(er) nõbro. Out(ro)ssi mãdo daq(ue)les q(ue) mia mãda an a departir ou todas aq(ue)lias cousas q(ue) suso sũ nomeadas q(ue) si todos nõ se poderẽ assunar ou nõ q(ui)serem ou descordia for ent(r'e)les ualia aq(ui)lo q(ue) mãdarẽ os chus muitos p(er)

susu nomeadas, ualia aq(ui)lo q(ue) mãdarẽ os ch(us) muitos p(er) nõbro. Out(ro)ssi mãdo daq(ue)les q(ue) mia mãda an a d(e)partir ou todas aq(ue)las cousas q(ue) susu sũ nomeadas q(ue) se /[27] todos n(on) se pod(er)en asuar ou n(on) q(ui)s(er)en ou descordia for antr'eles ualia aq(ui)lo q(ue) mãdaren os ch(us) muitos p(er)

[20] nõbro. Mando ainda q(ue) a raina e meu filio ou mia filia q(ue) no meu logar ouuver a reinar se a mia morte ouuver reuora e meus uassalos e o abade d'Alcobaza sen demorancia e sen (con)t(ra)dita lis den toda mia meiadade e todas as dezimas e as out(ra)s cousas suso nomeadas

nõbro. Mãdo ainda q(ue) a reina e meu filio ou mia filia q(ue) no meu logo ouuer a rei-/[28] nar, se a mia morte ouu(er) reuora e meus uassalos e u abad(e) d'Alcobacia sen d(e)morancia e sen (con)tradita lis den toda mia meiadade e todas as d(e)zimas e as outras cousas susu nomeadas /[29]

[21] e eles as departiã assi como suso e nomeado. E ssi a mia morte meu filio ou mia filia q(ue) no meu logar ouuer a reinar nõ ouuer reuora, mãdo empero q(ue) aq(ue)stes arcebispos e aq(ue)stes bispos departiã todas aq(ue)stas dezimas e todas aq(ue)stas out(ra)s cousas assi como suso e no-

e eles as departan assi como susu e nomeado. E se a mia morte meu filio ou mia filia q(ue) no meu logo ouu(er) a reinar nõ ouuer reuora, mãdo enp(er)o q(ue) aq(ue)stes arcebispos e aq(ue)stes bispos d(e)partã/[30] todas estas d(e)zimas e todas estas cousas outras assi como suso e no-

[22] meado. E a raina e me(us) uassalos e o abade sen demorãcia e sen (con)t(ra)dita lis den toda mia meiadade e todas as dezimas e as out(ra)s cousas q(ue) teiuerẽ, assi como suso e dito. E ssi dar nõ li as q(ui)serem, rogoos arcebispos e os bispos com'eu en eles (con)fio q(ue) eles o demãdem pe-

meado. E a reina e meus uassalos e u abade sen d(e)morancia e sen (con)tradita lis den toda mia meiadade e todas as dezimas/[31] e as outras cousas q(ue) teiuerem assi como susu e dito. E se dar nũ las q(ui)s(er)en, rogo os arcebispos e os bispos com'eu en eles (con)fio q(ue) eles o demãden pe-

[23] lo apostoligo e p(er) si. E rogo e prego meu senior o apostoligo e beigio a t(er)ra ante seus pees q(ue) pela sa santa piadade faza aq(ue)sta mia mãda seer (con)p(ri)da e aguardada, q(ue) nenguu nõ agia poder de uinir (con)t(ra) ela. E ssi a dia de mia morte meu filio ou mia filia q(ue) no

lo ap(osto)ligo e p(er) si. E rogo e p(re)go meu senior/[32] o ap(osto)ligo e beyio a t(er)ra ante seus pees q(ue) pela sa s(an)c(t)a piedade faca aq(ue)sta mia mãda seer (con)p(ri)da e aguardada, q(ue) nẽgũu nũ aia pod(er) d(e) uenir (con)tra ela. E se a dia da mia morte/[33] meu filio ou mia filia q(ue) no

BIBLIOTECA NACIONAL

[24] meu logar ouuer a reinar nõ ouuer reuora, mãdo aq(ue)les caualeiros q(ue) os castelos teen de mi en'as t(er)ras q(ue) de mi teem os me(us) riquos omees q(ue) os den a esses meus riq(uo)s omees q(ue) essas t(er)ras teiuerẽ. E os meus riquos omees den'os a meu filio ou a mia filia q(ue) no

[25] meu logar ouuer a reinar q(uan)do ouuer reuora, assi como os dariã a mi. E mandei fazer treze cartas cũ aq(ues)ta tal una come outra, q(ue) p(er) elas toda mia mãda segia (con)p(ri)da, das quaes ten una o arcebispo d(e) Bragaa, a out(ra) o arcebispo de Santiago, a t(er)-ceira o arcebispo

[26] de Toledo, a q(ua)rta o bispo do Portu, a q(ui)nta o de Lixbona, a sexta o de Coĩb(ri)a, a septima o d'Evora, a octaua o de Uiseu, a nouea o maestre do Tẽplo, a dezima o p(ri)or do Espital, a undezima o p(ri)or de Santa Cruz, a duodecima o abade d'Alcobaza, a t(er)-cia dezima facer guarda en

[27] mia reposte. E forũ feitas en Coin-bria IIII.[or] dias por andar de Junio, E(ra) M.ª CC.ª L.ª II.ª.

meu logo ouu(er) a reinar nũ ouu(er) reuora mãdo a aq(ue)les caualeiros q(ue) os castelos teen de mi en' as t(er)ras que d(e) mi teen os meus ricos omees q(ue) os/[34] den a esses meus ricos omees q(ue) essas t(er)ras teiu(er)en. E os meus ricos omees den'os a meu filio ou a mia filia q(ue) no

meu logo ouu(er) a reinar q(ua)ndo ouu(er) reuora assi como os da-/[35] riam a mi. E mãdei faz(er) treze cartas cũ aq(ues)ta tal una como a outra q(ue) p(er) elas toda mia mãda seia (con)p(ri)-da, das q(ua)es ten una o arcebispo d(e) Bragaa, a out(ra) o arcebispo de San-tiago, a terceira/[36] o arcebispo

d(e) Toledo, a quarta o bispo do Porto, a q(ui)nta o d(e) Lisbona, a sex(ta) o d(e) Coĩbra, a septima o d'(E)uora, a octaua o d(e) Uiseu, a nona o maestre do Tẽplo, a d(e)cima o p(ri)or do Espi-tal, a ũd(e)ci-/[37] ma o p(ri)or de Santa †, a duodecima o abade d'Alcobacia, a t(er)cia decima faco eu aguardar en

mia resposte. E foron feitas en Coinbra IIII.[or] dias por âdar d(e) Iunio E(ra) M.ª CC.ª L. II..

Comentário linguístico do **Testamento de Afonso II (1214)**

Serão adoptados, sucessivamente, dois modelos de comentário. O primeiro procura reconstituir a estrutura linguística sincrónica que forneceu o material à construção do texto, para avaliar se ela se encaixa na evolução conhecida do sistema linguístico do português ou se obriga à revisão de alguns dos seus aspectos. Para o conseguir, procede ao levantamento de todas as formas do texto, que classifica e ordena conforme o seu interesse para uma ou outra das partes da análise: léxico, sintaxe, morfologia, grafemática (por esta última se entendendo o exame das grafias enquanto manifestação, raramente linear e transparente, da fonologia). Se tudo fosse simples e regular, todos os dados afins de um texto apontariam unanimemente para determinada configuração da estrutura, a qual seria igualmente confirmada por análises semelhantes dos outros textos contemporâneos. Sendo as coisas, como são, mais complicadas,

uma das primeiras operações deste tipo de análise é a resolução dos casos de aparente ou real contradição entre os dados, o que muitas vezes obriga à formulação de hipóteses que, no âmbito do texto que se estuda, não podem esperar confirmação.

O segundo tipo de comentário que empreenderemos é mais tradicional, na medida em que se limita a estudar, forma a forma, as questões mais interessantes que o texto proporciona, ou seja, aquelas que contenham alguma dificuldade ou alguma novidade e cuja história particular se procura reconstituir. É uma abordagem atomizada e indirecta para chegar ao mesmo resultado final: o conhecimento de como evoluiu o sistema de uma língua.

As duas abordagens são complementares e necessárias. No caso do *Testamento*, não serão completas, apesar da sua extensão conjunta. O primeiro comentário abordará apenas alguns aspectos da fonologia do português da época, enquanto o segundo comentário incidirá sobre algumas formas do início do *Testamento*, as cinco primeiras linhas.

Aspectos do vocalismo

A língua do *Testamento* foi objecto de comentários, quanto a alguns aspectos do vocalismo, no trabalho de Ana Maria Martins *Elementos para um comentário linguístico do Testamento de Afonso II (1214)*, a seguir resumido nos seus pontos essenciais. Convém ter sempre presente que, do ponto de vista linguístico, os dois manuscritos conhecidos do *Testamento* dão informações díspares: as grafias do copista do manuscrito de Toledo atestam evoluções fonéticas que não são reveladas pelas grafias do copista do manuscrito de Lisboa. As atestações do primeiro manuscrito, pela sua modernidade, permitem, assim, repensar alguns aspectos da gramática histórica do português.

Os aspectos do vocalismo a encarar são os seguintes quatro:

1. as vogais átonas finais /ɛ/ e /o/;
2. as vogais pretónicas mediais /e/, /ɛ/ e /o/, /ɔ/;
3. as vogais nasais finais [-alt];
4. os ditongos.

No que respeita às vogais átonas, são consideradas aquelas que se elevam em posição átona, ou seja, as vogais [-alt], mas não a vogal /a/, dado que as grafias nada podem dizer-nos sobre a realização fonética da mesma. Relativamente às vogais nasais finais, não são consideradas as vogais [+alt] -ĩ, -ũ, por, ao longo da história do português, não terem sido atingidas por qualquer mudança fonética.

Da análise ressalta, antes de mais, a desigualdade, enquanto documentos linguísticos, entre o manuscrito da Torre do Tombo (L) e o manuscrito de

·Toledo (T). Essa desigualdade traduz-se nas seguintes diferenças específicas (os números entre parênteses indicam as linhas dos manuscritos).

I. Vogais átonas finais

L = *Ms. da Torre do Tombo*	T = *Ms. de Toledo*
Portu, 6, 9, 26	*Porto*, 6, 9, 26
suso, 13, 15, 16, 18, 19(2x), 20, 21(2x), 22	*susu*, 13, 15, 16, 18, 19(2x), 20, 21, 22 *suso*, 21
o (art. def.), 1(2x), 3(2x), 4(2x), 5, 7, 9(3x), 10, 15(2x), 20, 22, 23, 25 (3x), 26(5x)	*u* (art. def.), 9, 20, 22 *o* (art. def.), 1(2x), 3(2x), 4(2x), 5, 7, 9, 10, 15, 23, 25(3x), 26(5x)
os (art. def.), 5, 15, 19(2x), 22, 24(3x)	*us* (art. def.), 15 *os* (art. def.), 5, 19(2x), 22(2x), 24(3x)
o (pro. dem.), 9(4x), 14(2x), (4x)	*u* (pro. dem.), 9(5x), 14, 15 *o* (pro. dem.), 14, 26(24x)
manus, 5	*manos*, 5
Gurge, 11	*Iorgi*, 11
ssi, 2, 3(2x), 4(2x), 8, 12, 19, 21, 22, 23 *se*, 20	*sse*, 2, 3(2x), 4(2x), 8, 12, 19, 20, 21, 22, 23

Nota: *Portu* e *manus* correspondem, provavelmente, a latinismos gráficos mas em *susu*, *u* (art. def.), *u* (pro. dem.) e, talvez, em *us* (art. def.), achamo-nos perante grafias fonéticas. Grafia fonética é também a de *Iorgi*.

II. Vogais pretónicas mediais

L	T
difindemẽto, 4	*defendim(en)to*, 4
uinir, 23	*uenir*, 23
descordia, 18, 19	*descordia*, 19 *discordia*, 18

III. Terminações nasais

L	T
forũ, 27	*foron*, 27
nõ, 3(2x), 16, 17, 18(2x), 19(2x), 21, 22, 23, 24	*nũ*, 3(2x), 17, 22, 23, 24 *nõ*, 18(2x), 21

Nota: A representação -ũ, para a desinência da 3.ª pessoa do plural do pretérito perfeito, pode interpretar-se como um latinismo gráfico (ŬNT > [õ] = < ũ >); mas o advérbio de negação é, seguramente, uma grafia fonética.

IV. Ditongos

L	T
Cõibria, 6, 9, 26(2x)	*Coinbra*, 6, 9, 26
departiã, 7(2x), 21(2x)	*departan*, 7(2x), 21(2x)
departiãse, 9	*departans'*, 9
recebia, 4	*receba*, 4
beigio, 4, 23	*beio*, 4 *beyio*, 23
ao (prep + art. def.), 11(3x), 13(2x), 15	*ou*, 11(3x), 13(2x), 15
aos, 11, 13, 14, 15(3x), 16	*ous*, 11, 13, 14, 15(3x), 16

Perante estes dados variantes, Ana Maria Martins acha que não parece possível decidir se as diferenças apontadas, ao nível das grafias, resultam de diferentes realizações fonéticas, de um e outro copista, ou se traduzem apenas duas diferentes opções no que respeita à representação gráfica, uma mais conservadora, outra mais próxima da realidade fonética. O comportamento dos dois copistas no que respeita à representação das consoantes africadas predorso-dentais aponta, precisamente, para uma maior atenção à realidade fonética do copista do ms. T. O copista do ms. L usa as grafias *z* e *c* para representar quer as consoantes surdas, quer as consoantes sonoras (e, ainda, *ci* para representar as surdas); o copista do ms. T usa grafias distintas para representar as surdas, por um lado, e as sonoras, por outro: as primeiras são representadas por *c* ou *ci*, e as segundas sempre por *z*.

	L	T
Surda /ts/		
c	*arcebispo*, 6(2x), 9(2x), 15(2x), 25(2x) *arcebispos*, 17, 18, 21, 22 *cinque*, 14, 15, 17, 18 *duodecima*, 26 *recebia*, 4 *t(er)ceira*, 9, 15, 25 *Uicẽte*, 11	*arcebispo*, 6, 9, 15, 25(3x) *arcebispos*, 17, 18, 21, 22 *cin(que)*, 14, 15, 17, 18 *duodecima*, 26 *faca*, 23 *facan*, 9(2x), 10, 12(3x), 13 *faco*, 26 *receba*, 4 *terceira*, 9, 15, 25 *ũd(e)cima*, 26 *Uicẽte*, 11
ci	*demorancia*, 20, 22 *folgãcia*, 2 *gracia*, 1 *t(er)cia*, 14, 26	*Alcobacia*, 7, 10(2x), 14, 20, 26 *comemoraciones*, 12, 13 *d(e)morancia*, 20, 22 *folgãcia*, 2 *s(er)uicio*, 16 *t(er)cia*, 14, 26
z	*Alcobaza*, 7, 10(2x), 14, 20, 26 *comemorazones*, 12, 13 *faza*, 23 *fazam*, 9(2x), 10, 12(3x), 13 *seruizo*, 16 *undezima*, 26	
Sonora /dz/		
z	*aduzer*, 10 *Cruz*, 15, 26 *fazem*, 13 *fazer*, 25 *fiz*, 1 *paz*, 2(2x), 3 *treze*, 25	*aduz(er)*, 10 *fazen*, 13 *faz(er)*, 25 *fiz*, 1 *Galiza*, 11 *paz*, 2(2x), 3 *treze*, 25
c	*facer*, 26	

A admitir a primeira hipótese, haveria que considerar o copista do ms. L como representante de um estado de língua mais antigo, enquanto o copista do ms. T representaria, em geral, a inovação: elevação das vogais átonas finais /o/ e /e/, realizadas [u] e [i], respectivamente; elevação de /o/ final nasalizado, realizado [ũ]; síncope de semivogal nos ditongos crescentes átonos finais; monotongação do ditongo [ej] quando seguido de consoante palatal; semivocalização da segunda vogal num hiato formado em galego-português. Quanto ao vocalismo pretónico, as formas *difindemẽto* e *uinir*, registadas pelo copista do ms. L, resultam de mudanças fonéticas que não transparecem das formas *defendim(en)to* e *uenir*, registadas pelo copista do ms. T. Deve, no entanto, lembrar-se que as formas com elevação da vogal átona por assimilação a uma tónica [+alta] coexistiram sempre com outras em que essa harmonização vocálica não se produziu: *mintir ~ mentir; sintir ~ sentir; siguir ~ seguir; firir ~ ferir; vistidos ~ vestidos; firida ~ ferida; apilido ~ apelido*, etc. Dados estes pares de palavras, a língua acabou por se fixar, geralmente, nas formas sem harmonização vocálica: *mentir, sentir, seguir, ferir, vestidos, ferida, apelido*. Em relação a *uenir*, foi o facto de as duas vogais ocorrerem em hiato [vẽir] que determinou que a assimilação da átona pela tónica fosse definitiva [vĩir] > [viir], acabando por dar-se uma crase [vir]. Deste modo, ainda que as formas *defendim(en)to* e *uenir* precedam as formas *difindemẽto* e *uinir*, quando consideramos a evolução do latim ao português, não podemos afirmar que correspondam a um estado de língua mais antigo.

A admitir a segunda hipótese, isto é, que as diferenças apontadas entre o manuscrito L e o manuscrito T se situam apenas ao nível da superfície gráfica, não deixam os dois manuscritos de ser desiguais enquanto documentos linguísticos: as grafias usadas pelo copista do ms. T são reveladoras de realizações fonéticas que não transparecem das grafias do copista do ms. L; o ms. T é, assim, mais rico que o ms. L, enquanto testemunho de mudanças ocorridas ao nível da língua falada.

Outras diferenças, linguisticamente relevantes, entre os dois manuscritos são:

	L	T
a)	*un*, 12	*uno*, 12
	caonigos, 11	*conigos*, 11
b)	*piadade*, 23	*piedade*, 23
	raina, 1, 2, 3, 4(2x), 5, 7, 8, 16, 20, 22	*reina*, 1, 2, 3, 4(2x), 5, 7, 8, 16, 20, 22
	freire, 13, 14	*fraire*, 13, 14
c)	*depos*, 13, 14	*depois*, 13, 14
d)	*guardar*, 26	*aguardar*, 26
e)	segia en poder da raina *sa* madre, 4	seia en poder da reina *sua* madre, 4

	L	T
f)	*aq(ue)stas*, 8, 21(2x)	*estas*, 8, 21(2x)
g)	*de* parte, 5	*da* parte, 5
	fazam sẽp(re) *no* dia de mia morte, 12	facam semp(re) *en* dia d(e) mia morte, 12
	que os de a departir aq(ue)s tes, 18	que os de a departir *a* aq(ue)stes, 18
	mãdo aq(ue)les, 24	mãdo *a* aq(ue)les, 24
	E ssi a dia *de* mia morte, 23	E se a dia *da* mia morte, 23

Dediquemos agora alguma atenção a essas mudanças fonéticas que estariam em curso em 1214, e que o copista do ms. T soube captar, ao contrário do seu colega. Em que medida o *Testamento*, particularmente através do ms. T, permite acrescentar novos dados, ou novas hipóteses, à gramática histórica do português? Focaremos os mesmos quatro aspectos do vocalismo que antes examinámos.

1. Vogais átonas finais

As formas *susu, u* (art. def.), *u* (pro. dem.), *us* (art. def.) e *Iorgi*, registadas pelo copista do ms. T, mostram que já no início do século XIII a vogal /o/ em posição final era, em alguns casos, realizada como [u] e que a vogal /e/ podia ser realizada como [i]. Assim, embora a discussão em torno do problema da elevação das vogais átonas finais se tenha, até agora, centrado, essencialmente, na determinação do valor fonético dos grafemas <e> e <o> no português clássico, o fenómeno poderia manifestar-se já no português antigo.

A grafia <u> em posição final ocorre, no ms. T, em palavras derivadas de étimos latinos com -Ŭ final, *susu* < SURSŬ (9 ocorrências), *u* < ĬLLŬ (10 ocorrências); e uma única vez numa forma derivada de base latina com -Ŏ(S) final, *us* < ĬLLŎS. Em formas verbais ou conjuntivas com -Ŏ final etimológico, a grafia <u> não ocorre nenhuma vez. O quadro linguístico delineado pelo ms. T é, portanto, o seguinte:

a) realização do descendente galego-português de -Ŭ latino como [u], grafado <o> ou <u>;

b) realização do descendente galego-português de -Ŏ latino, seguido de -s final (plurais nominais e pronominais e plural dos artigos definidos) também como [u], grafado <o> ou <u>;

c) realização do descendente galego-português de -Ŏ final latino (formas verbais, adverbiais e conjuntivas) como [o], grafado <o>.

Dado o pequeno número de exemplos apresentado pelo ms. T, torna-se necessário alargar a pesquisa a outros textos do século XIII, tanto para

confirmar a realização de /o/ como [u] nas formas do plural (lat. -ŌS), como para determinar a localização e extensão geográfica das realizações acima referidas. Se os dados fornecidos pelo ms. T vierem a ser reforçados por dados idênticos colhidos em outros documentos do século XIII, haverá que retirar deles as seguintes implicações:

a) A hipótese de Piel[38], segundo a qual [u] final, de -Ŭ latino, abriu em [o], tendo-se este, mais tarde, elevado para [u] (-Ŭ > [u] > [o] > [u]), faria situar o ms. T em época anterior à da evolução [u] > [o], pois só assim poderiam explicar-se as formas *susu, u* (art. def.) e *u* (pro. dem.). Mas, a confirmar-se a realização [u], que o ms. T indicia, para as formas do plural (lat. -ŌS), tal constitui uma forte evidência contra a hipótese de Piel: se a direcção da mudança linguística tendesse para uma transformação de [u] em [o], nomeadamente nas formas nominais do singular (lat. -Ŭ), não haveria, certamente, lugar para uma generalização da realização [u] das referidas formas do singular às formas do plural.

[38] Piel, 1942.

Note-se ainda que, a ser posta em causa a hipótese de Piel, ficaria consequentemente abalada a teoria de Naro[39] relativa à elevação das vogais átonas finais, visto que essa teoria é incompatível com a hipótese de [u] do português moderno resultar, em algum caso, directamente de -Ŭ final latino.

[39] Naro, 1971.

b) Admitindo com Dámaso Alonso[40] que, no português moderno, [u] final das formas nominais do singular resulta directa e ininterruptamente de -Ŭ final latino (-Ŭ > [u]), e de acordo com os dados fornecidos pelo ms. T, essa realização [u] ter-se-ia estendido, num primeiro momento, aos plurais, só mais tarde atingindo também as formas verbais, adverbiais e conjuntivas. Ou seja, a uma etapa de generalização morfologicamente condicionada ter-se-ia seguido uma generalização não condicionada da regra de elevação de /o/ átono final para [u].

[40] Alonso, 1958, 1962.

Este processo evolutivo, a ser confirmado, constituiria uma possível explicação, ainda que parcial, para o facto de as línguas ibéricas que apresentam realizações [+alt] para as vogais átonas finais, o português e o leonês, serem também línguas com metafonia por -[u]: na origem quer da metafonia, quer da elevação do vocalismo átono final, pelo menos na série velar, estaria a realização de -Ŭ final latino como [u] em áreas do ocidente ibérico; esse -[u] final, que, no português, condicionou a elevação de [ɛ́] e [ɔ́] tónicos para [é] e [ó] , respectivamente, em época posterior e em consequência de sucessivos processos de generalização, ter-se-ia tornado a realização fonética geral do fonema /o/ em posição final, independentemente da classe de palavras em que o mesmo ocorresse.

Teria esta elevação, da vogal velar em posição final, favorecido de algum modo a elevação da sua correspondente palatal, em idêntica posição? O copista do ms. T usa a grafia <i> para /e/ final uma única vez, no antropónimo de origem directa francesa *Iorgi*. Ainda que essa grafia seja, linguisticamente, pouco significativa, pode demonstrar-se que ela é um testemunho da

realização fonética [i]. Se as grafias de outros textos do século XIII viessem a mostrar que a grafia <i> na forma *Iorgi* não é excepcional, ficaria assim reforçada a hipótese de que a realização [i] para a vogal /e/ em posição final era própria ao português do século XIII. Nesse caso, quando se encontrasse a grafia <e> em palavras derivadas de étimos latinos com -Ī final, como acontece no *Testamento*, quer no ms. **T**, quer no **L**, teria de se admitir que tal grafia pudesse corresponder a um processo de hipercorrecção consistindo em representar por <e> todos os -[i] finais, quer proviessem directamente de -Ī latino, quer proviessem de -Ē latino, através de -[e] (-Ē > -[e] > -[i]). A grafia <e> nas palavras em causa tem sido sempre interpretada como grafia fonética, reveladora da evolução (-Ī >) -[i] > -[e].

2. Vogais pretónicas mediais

Em nenhuma das versões do *Testamento* ocorrem grafias que revelem, a nível fonológico, uma elevação generalizada das vogais pretónicas mediais. O copista do ms. **L** regista, sim, formas com elevação condicionada da vogal átona pela tónica ou pretónica, *uinir, difindemẽto*. O testemunho dos manuscritos do *Testamento* é assim concordante com as evidências fornecidas por dados de outra natureza, nomeadamente os da geografia linguística, os quais indicam que a elevação do vocalismo átono pretónico (não inicial absoluto) é cronologicamente posterior à elevação do vocalismo átono final.

3. Terminações nasais

As grafias usadas quer pelo copista do ms. **T**, quer pelo copista do ms. **L**, na representação das nasais finais não nos dão qualquer indício de que fossem realizadas como ditongos. Por isso, em nada contribuem para a avaliação das várias teorias relativas à ditongação das vogais nasais finais.

Em contrapartida, a forma *nũ*, em próclise (6 ocorrências), registada pelo copista do ms. **T**, revela que, já no início do século XIII, se produzia a elevação das vogais átonas nasais em posição final, hoje tão largamente representada a nível dialectal. Nos dialectos em que [õ] final se tornou [ũ], nunca se verifica tal elevação se a vogal nasal for tónica, o que significa que esta mudança fonética é condicionada pela atonicidade e não pela nasalidade. Do ponto de vista sincrónico, a realização de /o/, nasalizado e átono, como [ũ] resulta, portanto, da aplicação da mesma regra que determina a realização de /o/, oral e átono, como [u] — regra que transforma em [+alt] vogais [-alt], [$^{+\text{cons}}_{+\text{ant}}$] e [-ac], sem que a nasalidade constitua, nesses dialectos, uma restrição à sua aplicação.[41]

[41] Mira Mateus, 1942.

Do ponto de vista histórico, dado que as duas realizações, -[u] e -[ũ], em posição final, são muito antigas, como o mostra o ms. **T**, é possível que sejam

ambas manifestações de um mesmo processo evolutivo. Assim, o ms. **T**, ao fornecer atestações quer de formas com elevação de vogal oral átona final, *susu, u, us*, quer de formas com elevação de vogal nasal átona final, *nũ*, indica-nos que a investigação a desenvolver no que respeita à elevação do vocalismo átono final não deve separar o estudo das vogais orais do estudo das vogais nasais. Note-se, aliás, que, a reforçar o paralelismo entre a evolução do vocalismo átono oral e a evolução do vocalismo átono nasal, temos os dados dialectais: a área de elevação das vogais nasais átonas finais é muito mais extensa que a área de elevação das vogais nasais átonas mediais, o que significa, provavelmente, que a elevação em posição final é mais antiga do que a elevação em posição medial, paralelamente ao que acontece com as vogais átonas orais.

4. Ditongos

No que respeita aos ditongos, as grafias do copista do ms. **T** permitem-nos saber que se verificavam no português do início do século XIII, quando se inicia a tradição escrita em língua vulgar, as seguintes evoluções fonéticas:

a) Síncope da semivogal [w] no grupo [kw], quando seguida da vogal [a]: *cãdo*.

b) Redução, por síncope da semivogal, dos ditongos crescentes átonos finais: *Coinbra, departan, departans', receba*.

c) Monotongação do ditongo [ej] quando seguido de consoante palatal: *beio*, embora esta forma não seja clara (cf. comentário, adiante).

d) Semivocalização da segunda vogal no hiato resultante da contracção da preposição *a* com o artigo definido *o* — a semivogal assimilou a vogal anterior fazendo-a tornar-se [+arr] e [-bx]: *ou, ous*.

Tanto o ms. **T** como o **L** atestam a evolução do ditongo [oj], de -ŬLT-, para [uj]: *muitos*.

Relativamente a d) haverá que averiguar se em hiatos formados dentro do galego-português, a semivocalização da segunda vogal ocorreu mais cedo em sequências de vogais átonas do que em sequências que integravam uma vogal tónica, tal como aconteceu nos casos de crase.[42]

[42] Williams, 1938, pp. 99-2A.

Quanto a c), importa analisar outros textos do século XIII e seguintes, geograficamente localizados, no sentido de determinar se a monotongação generalizada do ditongo [ej] nas áreas em que se produz foi precedida de um estádio de monotongação condicionada pelo contexto consonântico; no português do Brasil o ditongo só se reduz quando seguido de consoante palatal ou de *r*; uma situação semelhante poderá ter existido no português antigo.

Concluindo: a breve análise efectuada por Ana Maria Martins a alguns aspectos do *Testamento*, e que aqui resumimos, permitiu chegar aos seguintes resultados:

a) Confirmou que dois copistas trabalhando simultaneamente, e talvez lado a lado, em cópias que se afirmam idênticas de um mesmo documento, não se sentiam, por tal motivo, obrigados a utilizar um mesmo código ortográfico (na verdade, não reconheceriam sequer a sua vantagem). Trata-se de uma clara demonstração da ausência de ortografia no português medieval, mesmo no âmbito restrito de um centro produtor de escrita como a chancelaria real. O facto de esta observação se basear no primeiro documento em português que é conhecido não lhe retira valor, pois a regularidade dos hábitos gráficos dos dois copistas (ou melhor, as suas diversas regularidades, que permitem caracterizá-los contrastadamente) só pode significar que o *Testamento* não foi a estreia absoluta do português escrito e que, na corte, já anteriormente se escrevia em português.

b) Revelou o desigual valor grafemático da escrita dos dois copistas: a do ms. **T** é mais sensível e pormenorizada na identificação e distinção dos factos fonéticos, podendo acontecer que o copista do ms. **L** pertencesse a um estado de língua menos evoluído (pela sua idade, proveniência dialectal, formação cultural). Não se pode saber se a diferença entre os dois copistas se situa ao nível do dialecto que falavam, ou do modo como o representavam graficamente. De qualquer modo, a possibilidade de os pôr em confronto mostra a extraordinária importância da descoberta do ms. **T** por Avelino de Jesus da Costa, que abriu ao estudo destas questões perspectivas inesperadas.

c) Deu novos argumentos à ideia de Dámaso Alonso de que, no ocidente peninsular, -Ũ latino final poderia ter mantido a sua articulação como [u]. De modo geral, a elevação do vocalismo átono final (não só o oral, mas também o nasal) teria sido anterior à do vocalismo pretónico medial, não tendo esta ocorrido ainda no tempo do *Testamento*.

d) Também nada teria ocorrido quanto ao processo de ditongação das vogais nasais finais.

Comentário de algumas formas do **Testamento**

(As referências a Williams, Huber e Pidal correspondem a parágrafos)

Linha 1

En'o (Williams, 137, 4; Nunes, pp. 255-6)

O apóstrofo destina-se a ligar o *n* ao *o*, sem no entanto deixar de nasalar o *e*; em vez da leitura [ẽ u], que poderia ser sugerida pela grafia <en o>, resulta assim

a leitura [ẽnu], mais conforme com a evolução da forma contraída: ĪN ĪLLO > en elo > en'lo > enno > ẽno > eno > no (século XV). A *Notícia de Torto* tem *in ille* (4), sem interesse para o caso, mas *i(n) no* (21), que prova a contracção já realizada no início do século XIII.

Quanto ao artigo definido, cita-se aqui o texto de Williams (137,1):

> ĪLLE foi usado como artigo definido em latim vulgar. As formas portuguesas derivadas do acusativo latino são as seguintes:
>
> | latim clássico | latim vulgar | português |
> |---|---|---|
> | illum | *lo | o lo no |
> | illam | *la | a la na |
> | illos | *los | os los nos |
> | illas | *las | as las nas |
>
> Essas palavras eram inacentuadas e perderam sua primeira sílaba em latim vulgar, tornando-se **lo, *la, *los* e **las*, com *l* simples. E esse *l* simples se tornou medial em português em combinação com vogal precedente; seu desenvolvimento subsequente dependeu da final anterior com a qual estava em contacto, final anterior que podia ser a) uma vogal, b) *r* ou *s*, e c) *n* consonantal.
>
> O facto de que a primitiva forma em português, ainda que aparentemente proclítica ao substantivo que determinava, pudesse estar tão estreitamente ligada à vogal da terminação da palavra precedente, que determinasse a queda do *l* do artigo, ou à consoante da terminação da palavra precedente, que determinasse sua assimilação ao *l* do artigo, parece determinar que o artigo se desenvolveu o mais comummente em posição intertónica, isto é, entre duas sílabas acentuadas (...).

Deus (Williams, 34, 7; Nunes, p. 46)

a) O *e* era aberto, por derivar de Ĕ breve tónico latino, e a palavra dissilábica: [dɛ-us]. Foi a semivocalização, posterior, que provocou o fechamento assimilatório do ɛ: [dews].

b) A quase totalidade do vocabulário românico descende das formas do Acusativo, por isso chamado «caso regime». Mas algumas raras palavras, por motivos especiais, chegaram até nós com formas derivadas de outros casos latinos (Williams, 121; Nunes, 219; Huber, 314; Leite, *Lições*, p. 37):

- permanência do Nominativo: *Deus, Domingos, Macias, Marcos, Pilatos, Carlos, Jesus* (face a *Jesu*, do Acusativo), *mestre* (< MAGISTER, e não MAGISTRUM), *demo, virgo* (face a *virgem*, do Acus. VIRGINEM), *preste, bufo, cancer, drago* (face a *dragão*, do Acus. DRACONEM), *soror*;

- permanência do Ablativo: *-mente* (sufixo moderno, que no português antigo era vocábulo separado, vindo de locuções do ablativo absoluto:

sancta mente «com espírito, ou intenção, santa»), *Sagres* (< SACRIS), *Chaves* (< FLAVIIS), *agora* (< HAC HORA), *ogano* (< HOC ANNO), *ontem* (< HOC NOCTE), segundo Williams, ou AD NOCTE > anoite > onoite > ǒoite > ǒǒte > ǒte > ǒtẽ, segundo Nunes, p. 344, Huber, p. 257, *logo* (< LOCO), *nojo* (< IN ODIO);

permanência do Genitivo: em topónimos formados com o nome do proprietário, VILLA VERACINI «Vila de Veracinus» > veratsini > veradzini > verdzĩi > varzĩ (*NdTorto*); em patronímicos formados com o nome do pai, seguido ou não do sufixo -IC- e da desinência do Genitivo (o filho de Martinus usava, após o seu nome próprio, o patronímico MARTIN-IC-I > martinidzi > marfiiz(i) > marfis).

eu

a) O processo fonético tem afinidades com o de *Deus*: ĔGŎ > ɛgɔ > ɛo > ɛu > ɛw > ew (o Ŏ final latino, sendo átono, não se manteve aberto e fechou sucessivamente para [o] e depois para [u]; no português antigo, a palavra era ainda dissilábica [ɛ-u], tendo o hiato sido resolvido por ditongação, o que implicou a semivocalização de [u > w] no século XIV e a sua influência assimilatória sobre [ɛ], que também fechou: [ɛ > e], a partir do século XV.

b) Aproveitemos para recordar o quadro geral da evolução do pronome pessoal sujeito do latim até ao português:

1. ĔGŎ > *eu*
2. TŪ > *tu*
3. ĬLLE > *ele, el* (em posição proclítica)
   ĬLLA *la* > [ɛla]
   ILLU *elo* (p. ant.)
4. NŌS > *nós*
5. VŌS > *vós*
6. *eles, eis* (português antigo e dialectal), *elas* formaram-se analogicamente a partir das formas do singular *ele, el, ela* mediante a admissão do morfema *-s*, marca de plural. Não tiveram pois origem nos nominativos latinos ILLI, ILLAE (Williams, 140,1).

don

Leite, p. 43, explica esta forma através do Vocativo de DOMINUS (DOMĪNE > domne > donne > done > dǒe > dǒ), mas é duvidoso que tenha sido essa a sintaxe mais habitual desta forma, em qualquer tempo; neste texto, *don*

pertence ao sujeito e corresponderia a um Nominativo latino. Por isso, é muito mais plausível a proposta de Huber 158, que deriva a forma portuguesa do caso regime (DOMĪNUM > domnu > donno > dono > dõ).

É a fase final da evolução que tem mais interesse: o resultado normal de *donno* é *dono* (donno > dõno > dono), como no fem. *donna* produz *dona*, ou como *anno* produz *ano*. Não se aplica aqui, naturalmente, a regra galego-portuguesa da síncope de -N- intervocálico, por se tratar de um -NN- geminado etimológico; neste caso, o primeiro -N- nasaliza a vogal anterior e conserva apenas uma articulação residual, enquanto o segundo -N- se mantém intacto [dõ°no].

O que ocorreu foi a especialização, em dois corpos fónicos diferenciados, das duas significações da palavra: ao lado da forma plena *dono* «proprietário», desenvolveu-se com o valor de título de nobreza ou cortesia, sempre antecedendo um nome próprio (ou alcunha que o substitua, mas nunca patronímico, nem apelido), a forma *dõ*, obtida por apócope da sílaba final *-no*, como também *santo/sã* (> *são*). Para mais casos de próclise de palavras dotadas de acento tónico próprio, mas dependentes de palavra seguinte, ver Williams, 107, 1-2, Huber, 158, e Nunes, pp. 32-3.

gracia

A evolução fonética é perfeitamente regular: GRATIA > gratʃa > gratsa > grasa (< graça >). No português antigo, não estando ainda concluído o processo evolutivo das predorsais, a consoante era africada [gratsa] e surda, sendo a não-sonorização prova de uso semiliterário (Nunes, p. 144).

Os dois copistas L e T representavam essa africada surda por <ci> ou <c>, e L ainda por <z>, o que perturbou um pouco os comentadores mais antigos. Na verdade, a grafia <ci> pode em rigor ser classificada como uma hipercorrecção, porquanto representa uma consoante cujo étimo é TI; por isso, Williams, 89, 3-4, invoca a confusão entre TI e CI, devida a terem confluído num único resultado românico. Huber, 191, 1, pensa que se trata de uma grafia semilatina e Leite, p. 68, sem discordar, aventa a hipótese de ser um castelhanismo, daí partindo para a ideia de o escriba (L, único que conheceu) ser castelhano. A corroboração trazida por T apaga tal ideia.

seendo

No português antigo, o verbo *seer* (< SEDERE «estar sentado») tinha um campo significativo mais vasto que hoje: «ser, estar sentado, estar assente, encontrar-se». É esta última a acepção do texto. Cf. *estar* «estar em pé, estar erguido».

sano

Cf. L *raina*/ T *reina* (1), L *dieiros* / T *dineiros* (5), L *manus* / T *manos* (5), L *Lixbona* / T *Lisbona* (6), L *comemorazones* / T *comemoraciones* (12), LT *una* (25).

Em todas estas formas, o <n> não representa uma consoante, mas apenas a nasalidade da vogal anterior, correspondendo a sua posição a um hiato: [sã-u, reĩ-a, dĩ-eiros, mã-us, lisbõ-a, comemoratsõ-es, ũ-a]. A grafia de L <dieiros>, optando por uma representação não marcada da vogal nasal <i>, demonstra a não articulação do <n>.

A colecção de exemplos acima presta-se a traçar a história dos hiatos nasais, que entre o século XIII e o XV foram sendo eliminados de diversas formas:

a) semivocalização através da transformação de uma das vogais em semivogal:

[sã-u > sãw, mã-us > mãws, comemoratsõ-es > comemorasõjs].

b) desenvolvimento epentético de uma consoante entre as vogais em hiato:

[ɲ] palatal após [ĩ], como [raĩ-a > rai-ɲ-a, dĩ-eiros > di-ɲ-eiros];

[m] após [ũ], como [ũ-a > u-m-a]

A epêntese de [ɲ] pode ter começado ainda no século XIII, a fazer fé na forma *dinheiro*, com o novo dígrafo provençal *nh* importado no tempo de Afonso III, forma que ocorre no *Livro de D. João de Portel* (1262); no entanto, J. P. Machado, que dá esta informação, ainda regista em 1302 a forma em hiato *deejro*. A epêntese de [m] parece bem mais tardia: a grafia *uma* só se generaliza a partir do século XVI, mas a pronúncia [ũa] continua a ter vida dialectal.

O hiato de *Lisbõa* foi dos poucos que sobreviveram, em forma desnasalada.

Para completar o quadro das evoluções a partir de hiato, basta acrescentar que a epêntese também pode ser de uma semivogal [j], em casos como CENA > cẽ-a > ce-a > ce- j -a (= <ceia>) ou ARENA > arẽ-a > are-a > are- j -a (= <areia>). Uma outra modalidade de eliminação do hiato, aqui não exemplificada, é a crase de duas vogais iguais (DOLORE > door > dor), as quais por vezes precisam de se assimilar (MAĬŌRE > maor > moor > mor).

dia

DĬEM > *DĬAM > dia

No latim vulgar, algumas palavras mudaram da 5.ª para a 1.ª declinação (Williams, 124,9; Huber, 310; Leite, p. 250):

RABĬES > *RABIA > raiva
SANĬES > SANIA > sanha

Em francês e italiano, vingou outro étimo mais recente, DĪURNUM (> jour, giorno).

mia

MĪA > mea > *mea > mja > ma

a) Pidal, *Manual*, pp. 66, 1, explica por dissimilação o fechamento [e > e].

A forma [mja], grafada <mha> ou, no texto, <mia>, ocorria em próclise, como *ma* (Huber, 89, 3).

A forma moderna *minha* supõe *mīa*, derivada de *mia* por nasalação progressiva (Huber, 91).

b) Aproveitemos para reunir a flexão do pronome possessivo, tónico.

1.	MĔUM	> meu	> mew
	MĂM (> mea > mea > mja)	> mīa	> minha
2.	TŪUM (> tou)	> teu	> tew
	TŪAM		> tua
3.	SŪUM (>sou)	> seu	> sew
	SŪAM		> sua
4.	NOSTRUM		> nosso
5.	VESTRUM > VOSTRUM		> vosso
6.	SŪUM (> sou)	> seu	> sew

Houve no manuscrito uma série [meu, tou, sou], depois substituída por [mew, tew, sew], em que as 2.ª e 3.ª pessoas são analógicas da 1.ª. No feminino, a par da série tónica ['mia, 'tua, 'sua], existiu uma série átona [mja > ma, ta, sa].

Huber, 188, 3, explica *nosso* por uma assimilação -STR- > -ss-, mas Williams, 144, prefere conjecturar *NŌSSUM, a partir de NOS.

proe

PRŎDE > proðe > proe (Huber, 299) = «proveito». Dissílabo.

molier

MŪLIĔRE > moλér (p. ant.) > muλer

Trata-se de um dos raros exemplos em que a elevação da pretónica [o > u] é representada graficamente. O fenómeno não está, contudo, relacionado com a

elevação geral do vocalismo átono pretónico, muito posterior (séculos XVII-XVIII); o que se verifica em moλer > muλer é uma assimilação de [o] à consoante alta que o segue [λ] (Nunes, 59).

māda

= «testamento» (Viterbo, *Elucidário*).

É substantivo pós-verbal de *mandar* «recomendar, encomendar, legar».

Linha 2

L *depos*. T *depois*

A formação com a prep. DE- prefixada não oferece problemas. Pode, lateralmente, admitir-se que não tenha sido a única em ibero-romance: cast. *después* e port. pop. *despois* postulam uma formação mais complexa, DE - EX- POST.

Sem solução satisfatória temos a questão do iode, se o étimo for POST, como supõe Williams, 97, 7, que se limita a comentar que o -T apocopou em latim vulgar, sem justificar [pos > pojs]. No entanto, a dificuldade já fora advertida por vários autores: Nunes, p. 345, propõe um étimo conjectural *POSTI, enquanto Huber, 148 (de acordo com REW 6684, 6687) prefere a forma atestada PŌSTĔA, sem explicar o destino do *-a*. Ramón Lorenzo, partindo do mesmo étimo (*Gloss.*, p. 1036), admite tanto PŌSTĔA > *POSTIUS como PŌSTĔA > *POSTI. Leite (*Filologia Mirandesa* I, p. 450) é quem tem as propostas mais engenhosas, uma das quais se aproxima da linha seguida pelos autores que já vimos. Inspirando-se na evolução popular quasi > quaise > quais, imagina o seguinte destino para *POSTI > *poiste > *poist > pois.

A verdade é que esta explicação, como as anteriores, só seria viável se a atracção do iode pela tónica, com a qual forma ditongo, se tivesse verificado ainda em latim vulgar, antes do desaparecimento da consoante final. Se a deslocação se tivesse dado já em português, como a analogia estabelecida por Leite implica, então seria demasiado tarde para a síncope do -T.

Ora, a variação entre os dois copistas — de que ainda não falámos — não se conforma com uma evolução antiga e completamente estabilizada. Pelo contrário, esta parece ser mais uma das situações em que o copista L usa uma forma mais conservadora, *depos*, enquanto o copista T avança com uma novidade, *depois*, assim evidenciando a sua maior receptividade à variação contemporânea. Mas em que consistia essa variação, pelos dados presentes? Não era certamente uma variação entre dois momentos na deslocação do iode

para junto da tónica. Era sim uma variação entre existência e inexistência de iode. A forma do copista mais conservador L, *depos*, é perfeitamente consistente com um étimo DE-POST, de onde port. *depós*, como *após*, além do cast. *después* (cujo ditongo necessita um Ŏ breve tónico latino). Esta continua e documentada ausência de iode levaria a encarar o seu aparecimento no ms. T como uma inovação em fase de expansão, prescindindo-se assim de conjecturar um iode latino e recuperando a etimologia de Williams.

Claro que isto não resolve o problema, mas apenas o transfere para outro campo; seria preciso talvez admitir uma evolução como esta: POST > pɔs > pos > pows > pojs. Ou seja, o iode surgiria no âmbito da oscilação entre os ditongos [ow] e [oj], ficando por explicar o aparecimento de [ow].

Afastadíssima é a segunda imaginativa hipótese de Leite: por antítese com MŎX «logo, depressa», ter-se-ia formado em latim um conjecturado advérbio *PŎX «depois, tarde», cuja evolução [POKS > pojs], análoga à de SEX > seis, tem uma simplicidade e uma clareza quase suspeitas.

sten

«Estejam», de STENT, do pres. conjuntivo de STARE.

a) Trata-se do resultado regular da flexão latina:

STĒM > este
STĒS > estes
STĒT > este
STEMUS > estemos
STETIS > estedes
STENT > esten

Esta flexão foi usada até ao século XVI, sendo substituída por uma outra flexão analógica: *esteja* = *seja* (cf. adiante *segia*).

b) As formas do singular eram de acentuação oxítona: *esté, estés, esté*, sendo o *-e* aberto.

folgãcia

= «descanço, tranquilidade» (Leite, *Lições*, p. 71).

Machado considera derivado, port., de *folgar* < FOLLĪCARE = «respirar com ruído, como fole».

Leite interpreta a terminação *-cia* como latinismo ou então como castelhanismo, mas já vimos antes (cf. *gracia*) que se trata de simples representação da africada surda [ts].

filio

Notar a grafia da palatal [λ], como atrás em *molier*. É a única grafia presente no texto para esta consoante, comum aos dois copistas; não há exemplos de <ll>, que viria a prevalecer em castelhano, e ainda era cedo para <lh>. Quanto à grafia <l>, cf. adiante *rogoli*.

L *infante*, T *Ifan(te)*

a) < IN-FANTEM, de INFANS, part. presente de FARI «falar»; significava literalmente «aquele que (ainda) não fala». Segundo R. Lorenzo, *Gloss.* p. 728, na Península Ibérica aplicou-se até ao século XII ao jovem nobre que ainda não tinha herdado (os *infantes de Lara* eram filhos de conde).

Depois do século XIII, passou a ser designação reservada aos filhos do rei e, no século XVI, aos filhos segundos, cabendo *príncipe* ao primogénito.

b) Não se manifesta no texto a assimilação NF > ff > f, que ocorrera, assistematicamente, em latim vulgar: *infante* > *iffante*, *inferno* > *ifferno*, *confortar* > *cofortar* (Huber, 57 e 243; Nunes, p. 134, associa com NS > nn > n, que classifica de «queda»).

c) Observa Williams, 124. 11, que era subst. e adj. uniforme para masculino e feminino. O desenvolvimento de uma forma própria para o feminino, segundo o modelo da 1.ª declinação (tema em *a*), começou cedo mas só se generalizou no século XVI:

PARENTEM > parente > parenta
INFANTEM > infante > infanta
SENIOREM > senhor > senhora

A generalização tem, contudo, numerosas e conhecidas excepções (*a estudante, a madre superior*, etc.).

L *Sancho*, T *Sãcio*

< SANCTIUS; para CT > [tʃ], Pidal, 50.

É interessante que a grafia <ch> para a africada palatal surda, que viria a ser geral em port., ocorra no copista L, enquanto T, tão atento às distinções fonéticas, se limita a representar a palatal como faz com a predorsal, por <ci>.

ei

O verbo *haver* funcionava ainda como forma plena e com o significado etimológico «possuir».

HABEO > abjo > ajo > aj > ej (= <hei>).

O pres. ind. teve ainda em Latim Vulgar uma flexão contracta, devido ao seu uso frequente em ênclise, como verbo (Williams, 186):

(HABEO) > AJO > aj > ej
(HABES) > *HAS > as
(HABET) > *HAT > a
HABĒMUS > avemos, mas também > HEMUS > emos
HABĒTIS > avedes > aveis, mas também >HETIS > edes > eis
(HABENT) > *HANT > ã > ão (século XV).

L *agia*, T *aia*

Pres. conj. do mesmo verbo *haver*.

HABĔAT > abja > aja > adʒa.

Esta africada palatal sonora [dʒ], tal como a sua correspondente surda, suscita comportamentos variantes por parte dos copistas: L <gi>, T <i>. O escriba da *NdTorto*, por seu lado, oscila entre ambas as grafias.

L *enteg(ra)m(en)te*, T *enteiram(en)te*

ĬNTĔGRU > entegro > enteiro (Leite, *Lições*, p. 72). Para -GR- > -jr-, cf. também Williams, 92, 4: FRAGRARE > flagrar > tʃajrar > tʃejrar (= <cheirar>).

O contraste entre as grafias do iode, L <g> e T <i> recorda o que acabamos de ver quanto a [dʒ].

Linha 3

L *semmel*, T *semel*

= «descendência» (Leite, *Lições*, p. 73), de SĒMEN «semente, geração».

a) SĒMĪNEM > sem'ne > semle > semel. Esta é a explicação de Leite: *mn* dissimilou em *ml*, como em ANIMA > an'ma > alma e HIERONYMUM > Jeron'mo > Jerolmo, embora não se trate nem do mesmo grupo consonântico, nem do mesmo condicionamento.

Williams, 57, 2, discorda: se o Ĭ breve intertónico estava entre M e N, não sincopava:

NOMĪNĀRE > nomẽar > nomear
SEMĪNĀRE > semẽar > semear

Logo, SĒMĪNEM > semẽn > semẽ, embora isto também não justifique o *-l*.

Machado, com verosimilhança, acha que a forma «deve representar adaptação culta do lat. SEMEN, com dissimilação do -n ~ -l», embora fosse mais adequado dizer «adaptação popular do cultismo *semen*».

b) Neste contexto, a variação dos copistas < mm / m > deve ser desprovida de valor fonético. A acentuação da palavra era paroxítona, como em latim, e o [e] tónico era fechado: ['semel].

reuora

= «1. maioridade; 2. capacidade de outorga ou confirmação de contrato».

a) Leite, p. 74, considera *revóra* (ou *robora*) substantivo posverbal de *roborar* < RŌBŌRĀRE «consolidar» > RŌBUR «carvalho; robustez».

b) A grafia <u> = [v] de ambos os copistas sugere uma sonorização latina do -B- intervocálico, que não foi notada por Leite. O ponto teria, no entanto, de ser examinado no quadro da cronologia de V=B em português antigo, já que o betacismo v>b é uma inovação tardia originária do norte.

L *segia*, T *seia*

SĔDĔAT > sedja > sedʒa > sedʒa (Huber, 200,1).

Cf. *agia/aia*: embora o étimo de [dʒ] seja diferente, os copistas usam as mesmas grafias.

Linha 4

L *sa*, T *sua*

Cf. *mia*, para possessivos átonos. Depreende-se que, embora o contexto seja claramente enclítico, *reina sua madre*, o copista T não sentiu necessidade de usar a forma átona do pronome, sintoma possível do seu declínio.

madre

< MATREM.

Tal como *padrẽ*, era arcaísmo já no século XV.

ata

< ár. ḤATTĀ «até que, a fim de que» (Leite, *RL* IX, 11; Lorenzo, *Gloss.*, p. 192); seria de esperar, no entanto, o resultado *fáta*.

<*AD TENUS>*AD TENES>atẽes>atem>até (Nunes, p. 352; Machado, p. 343).

Huber, 158e, admite as duas formas coexistindo, tendo a sua sinonímia provocado finalmente a redução de *ata* a *até* (cf. Baldinger, p. 164).

L *beigio*, T *beio*

BĀSĬUM > baẓio > baẓjo > bajẓo > bejẓo > bejʒo (Williams, 89).

a) A sonorização da apical [S > ẓ] requere contexto intervocálico, logo antecedendo a semivocalização [Ĭ > j], a qual é responsável pela palatalização [ẓ > ʒ], sem passar por qualquer fase africada, depois da atracção do iode pela tónica e do fechamento assimilatório desta [aj > ej] (Williams, 40, 2; Huber, 81b).

Significa isto que, no *Testamento*, as grafias podem corresponder à forma fonética actual da palavra. De onde, os copistas L e T usam <gi> e <i> para representar a fricativa palatal sonora [ʒ], além da africada [dʒ], o que não ajuda a decidir se no século XIII ainda eram fonemas distintos.

b) Nunes, p. 146, recorda BASSIĀRE > baiſar (= <baixar>), para sublinhar que -SS- geminado latino tem resultado surdo.

c) A grafia <beio> levanta outra questão: corresponderá ela a uma monotongação de [ej > e], que Ana Maria Martins relaciona com a palatal contígua? Sem rejeitar esta hipótese, que atribui ao copista T uma inovação fonética, pode igualmente pensar-se que o copista tenha cumulado no grafema <i> duas funções, a de representar o iode do ditongo [ej] e a fricativa palatal [ʒ], pelo que não haveria variante fonética entre os copistas, mas apenas gráfica. Este procedimento não é invulgar (cf. *NdTorto*).

L *recebia*, T *receba*

< RECĬPĬAT > recebia > receba (Huber, 230, 1).

A acentuação proparoxítona latina manteve-se em português, facilitando a síncope do [i] postónico.

É um dos exemplos mais claros oferecidos pelo texto de o estado de língua mais evoluído ser transmitido pelo copista do ms. T.

Linha 5

rogoli e pregoli

 = [λi] > *li > ĪLLĪ, dat. de ILLE (Huber, 64).

A aférese do *i-* deve-se a posição apoclítica do pronome. Esta forma obriga a aumentar o inventário das grafias do [λ] palatal; além de <li> antes encontrado, temos agora <l>. Exactamente como na *NdTorto*.

L *remaserũ*, T *remas(er)um*

REMANSERŪNT > remaserõ; de REMANĒRE «ficar, restar» (Leite, *Lições*, p. 82).

Mais interessante que a assimilação -NS- > -S- é a corroboração que as terminações dão à colecção reunida por Ana Maria Martins: o copista L com <-ũ>, antes encontrada, e T com <-um>. A etimologia e a história futura desta terminação aconselham que ela seja interpretada como [õ], latinizado graficamente. Mas a frequência com que ocorre neste texto, e também na *NdTorto*, não arredam a hipótese de no início do século XIII a 3.ª pessoa do plural do pretérito ter tido uma articulação mais elevada.

sũ

SUNT > sõ, mas aplica-se aqui o comentário anterior.

Notícia de Torto

A *Notícia de Torto* tem a aparência de um rascunho de notário e não de um documento escrito na sua forma definitiva, facto que lhe atribui valor linguístico excepcional[43]. O seu carácter de rascunho salta à vista quando analisamos as condições materiais de elaboração do manuscrito, especialmente no que respeita ao suporte e à escrita.

[43] Cintra, 1991, p. 23.

O texto da *Notícia* encontra-se num rectângulo de pergaminho de forma irregular, mais estreito na zona inferior e com uma série de buracos e imperfeições na superfície da pele que provavelmente existiam antes da escrita. Apenas seria apropriado para nele se tomarem umas notas rápidas, que logo serviriam

para redigir um documento definitivo. O facto de estar escrito em ambos os lados, sem qualquer preparação da página, reforça o aspecto provisório deste documento.

A letra é «particularmente irregular»[44] e há sugestões de alguma pressa ou desleixo no momento da fixação escrita do texto: várias palavras foram raspadas, o início de várias frases foi cortado, sendo reescrito de modo diferente, e há várias letras e palavras acrescentadas entre as linhas.

[44] Costa, 1979, p. 291.

O carácter de rascunho pode observar-se também ao nível do conteúdo e da forma como este aparece exposto: «O conteúdo confirma este carácter de apontamentos tomados um pouco ao acaso das informações que alguém ia dando verbalmente a um notário»[45].

[45] Cintra, 1991, p. 24.

A *Notícia* recolhe uma série de queixas formuladas por Lourenço Fernandes da Cunha, importante fidalgo minhoto da região entre Braga e Barcelos[46], contra os filhos de outro nobre seu vizinho e parente, Gonçalo Ramires. Estes últimos, que deviam repartir com Lourenço Fernandes a herança recebida de seu pai, não só se recusaram a tal, como lhe infligiram uma série de *tortos*, ou ofensas e delapidações, que são os relatados neste documento. É daí, das primeiras palavras com que começa o texto, «De noticia de torto que fecerũ [...]», que surgiu o nome dado a este documento.

[46] Além de Costa, 1979, v. Mattoso, 1982, pp. 214-217.

> O facto de se tratar de um rascunho — [...], cheio de regressos à mesma construção e de repetições das mesmas palavras — torna *a priori* muito provável que este documento contenha reflexos da linguagem falada na época e mesmo no lugar em que foi escrito — apesar dos obstáculos que a falta de hábito de escrever em romance e de o fazer em latim não podiam deixar de criar ao escriba que o compôs. Daí a importância da determinação, tão exacta quanto possível, da data e do lugar de redacção do documento.[47]

[47] Cintra, 1991, p. 24.

Partindo da presunção, convincente, de que a *Notícia* foi escrita no próprio local onde vivia o seu autor moral, Lourenço Fernandes, e onde se passaram os acontecimentos, Cintra construiu uma espécie de mapa da região, com base na identificação dos topónimos contidos no documento. Se descontarmos *Coimbra*, mencionado acidentalmente como meta de uma viagem de Lourenço Fernandes e assim posto fora do território de residência, os topónimos são oito:

Cunha (sob a forma gráfica *Coina*)

São Martinho (*Sancto Martino*)

Varzim (*Veracin, Veracĩ, Feracĩ*)

Bastuço (*Bastuzio*)

Tebosa (*Tefuosa*)

Figueiredo (*Figueereedo*)

Támel (*Tamal*)

Louredo (*Laureedo*)

Como todos estes topónimos, com a excepção de *Varzim*, correspondem a povoações ou lugares vizinhos, existentes hoje e na época dos acontecimentos, Cintra definiu como território da *Notícia de Torto* uma pequena região situada entre Braga e Barcelos, em torno da Serra de Bastuço, hoje chamada de Airó, que contempla de sul o vale do Cávado. Dois lugares situam-se na margem norte deste rio, Támel e São Martinho, mas não distam, por caminhos antigos, mais de duas horas de marcha do solar de Lourenço Fernandes, na Cunha. Um pequeno cantão compacto, percorrível pelo homem facilmente dentro das horas de um dia, equipado com uma montanha importante e várias elevações secundárias, que permitem o refúgio e a vigilância, e ainda com uma secção da desafogada planície por onde corre o Cávado, rio que certamente não oferecia obstáculos às comunicações.

Entremos na paisagem e comecemos pela CUNHA, topónimo em vias de se tornar apelido da família de Lourenço Fernandes. Acha-se hoje a povoação sobre um cabeço estreito e bastante inacessível, espécie de promontório apontado a sudoeste, ladeado pelo rio Este, antigo Aliste, e por um seu pequeno afluente. Este cabeço corre paralelo à serra de Airó, de que se separa por um vale fundo. É preciso subir muito por todos os lados, menos pelo norte, aberto às passagens de Airó, para atingir o cimo da freguesia, que hoje é formada por lugares dispersos entre pinheiros. Não há construções antigas, mas em uma quinta escondida nos refegos da encosta voltada a Airó alguns muros solidamente construídos sugerem um passado de serviços mais ilustres que os actuais. Em todo o caso, visto que, como diz Mattoso, «os senhores habitam frequentemente nos montes ou colinas e daí dominam as populações que trabalham a terra»[48], o alto ocupado pela ermida, que domina o vale de Este, ou seja o caminho de Braga para Varzim e Vila do Conde, e que é abrigado dos ares do mar pela serra de Airó, pareceria ser o lugar natural para a construção da casa fortificada de Lourenço Fernandes, no casal que comprou em 1171 a sua irmã Elvira Fernandes e onde, pelos vistos, já estava a fazer uma quinta com torre, «ubi tu facis tuam quintanam et turrem»[49], aí investindo mais tarde os lucros do saque de Sevilha, em que participaria com o infante D. Sancho em 1176.

[48] Mattoso, 1985, vol. I, p. 93.

[49] Costa, 1979, p. 292.

Boa parte dos problemas de Lourenço Fernandes giraram em torno da sua quinta fortificada da Cunha: construída em 1171, foi destruída pelos soldados de Sancho I, como conta a *Mentio de Malefactoria*, um outro documento com queixas de Lourenço Fernandes, desta vez contra o rei D. Sancho I, em latim, e pouco anterior à *Notícia*:

> miserunt ignẽ in sua quintana de Cuina et cremauerunt eã totã quia pre igne nichil ibi remansit. Et dirribauerunt de ipsa turre quantã potuerunt et quod non potuerunt miserunt in eã ignẽ qui eã findidit.[50]

[50] Costa, 1979, *ibidem*.

Antes disso, os soldados tinham-lhe despovoado e saqueado setenta casais, «unde est perditũ presentẽ fructũ quod in eis habebat et quod debet euenire». Deduz desta frase o P. Avelino de Jesus da Costa que «o ermamento deve ter-se dado depois das sementeiras, quando os frutos já estavam pendentes»,

ou seja no verão de 1210. Esta datação serve também para a redacção da *Mentio*, obviamente escrita em cima do acontecimento. Serve, além disso, para ajudar a datar a *Notícia de Torto*.

O P. Avelino de Jesus da Costa[51] distingue duas fases nas hostilidades movidas pelos herdeiros de Gonçalo Ramires a Lourenço Fernandes:

[51] Costa, 1979, pp. 299 e ss.

a) a primeira fase[52] caracterizou-se pela recusa em entregarem a Lourenço Fernandes o quinhão a que tinha direito na sua herança, contencioso que passou ele próprio por um rearranjo das partilhas e que decerto se arrastou por muito tempo. Pensa o P. Avelino que pode ter sido anterior ao episódio da *Mentio*, o qual significou a súbita queda em desgraça de Lourenço Fernandes e deu sinal aos seus inimigos para o atacarem impunemente;

[52] Linhas 1-20.

b) começaria então a segunda fase, a das muitas violências. Esta fase[53], posterior a Abril de 1210, não podia, segundo o P. Avelino, ser anterior a 1214, por causa dos furtos de colheitas:

[53] Linhas 20-55.

> Com efeito, Lourenço Fernandes da Cunha afirma que, durante três anos, lhe levaram à força — «cum torto» — os frutos do casal de Cunha. Como os frutos de 1210 se perderam, por os casais de Cunha terem sido incendiados, aqueles três anos só podem contar-se a partir de 1211, o que implica que a *Notícia* não podia ser escrita antes de 1214.

Aplicando este raciocínio com rigor, a *Notícia* poderia ter sido escrita ainda em 1213, após o tempo das colheitas. Mas podia tê-lo sido ainda mais cedo, visto que a identificação que o P. Avelino faz entre o «casal da Cunha» e a quinta queimada em 1210 parece questionável. Esta é designada por «quintana» nos documentos que conhecemos: é certo que Elvira Fernandes, na citada escritura de 1171, fala do seu «casal», mas acrescenta que Lourenço Fernandes está a erguer nele uma «quintana» («meo casale de Coina, quod habeo ubi tu facis tuam quintanam et turrem»); e é como «quintana» que ele se lhe refere na *Mentio* e na doação que dela fez à mulher, em 1219[54]. Em nenhum documento Lourenço Fernandes se refere ao seu solar da Cunha como sendo «o casal».

[54] Costa, 1979, p. 335.

Nada nos permite supor, portanto, que dele falasse quando, na *Notícia*, menciona (e repare-se no artigo indefinido) «uno casal de Coina que leuarũ ĩde III anos o fructu cũ torto»[55]. Muito pelo contrário, sendo este um dos casais incluídos na herança de Gonçalo Ramires, causa da primeira fase do litígio, nada pode ter a ver com a quinta da Cunha, que pertencia a Lourenço Fernandes desde 1171. Assim, os três anos consecutivos de roubo de colheitas, anteriores à redacção da *Notícia*, não precisam de ser contados a partir de 1210, mas podem incluir-se ainda na primeira fase. Mesmo sem tirar a conclusão de que a *Notícia* terá sido escrita logo após a *Mentio*, nenhum facto obriga a que o intervalo entre os dois textos seja longo. Se os filhos de Gonçalo Ramires só decidiram abrir hostilidades contra o primo depois de o verem

[55] Linhas 18-19.

brigado com o rei, porque esperaram três anos antes de reunir coragem para, em período de tréguas, lhe raptarem dois serviçais, desonrarem uma menina, assaltaram treze casais e tantas outras ofensas[56]? Entre estas, figura uma curiosa sequência de latrocínios gastronómicos com que os irmãos Gonçalves se entretinham, matando, cozinhando e comendo porcos e gansos em casa de Lourenço Fernandes, na sua ausência, ou vindo apenas servir-se de pão (entenda-se: farinha) ou de vinho[57]. Estas cenas são eloquentes quanto à proximidade de residência das duas famílias, que permitia aos Gonçalves saber quando Lourenço Fernandes se ausentava por tempo suficiente para lhe matarem ou comerem um porco, operação que não demora poucas horas. Embora seja procedente da região do Cávado, segundo Mattoso[58], a família a que pertenciam os irmãos Gonçalves tinha uma honra antiga na Cunha e outras nas terras ao sul, Santa Maria de Arnoso (concelho de Famalicão) e São Salvador de Tebosa, a pouquíssima distância da Cunha.[59]

[56] Linhas 22-27.

[57] Linhas 43-48.

[58] Mattoso, 1982, p. 214.

[59] Costa, 1979, p. 283, n. 50.

Mas o que mais interessa nestes assaltos por comida é, como observa o P. Avelino de Jesus da Costa, o facto de serem sempre feitos na presença dos filhos de Lourenço Fernandes, que não ofereciam resistência digna de nota. Infere-se que seriam menores. Quanto mais antiga for a *Notícia*, mais verosímil é ter filhos menores um homem que 40 anos antes já edificava torres.

Pode assim concluir-se, quanto à datação do documento, que ele é certamente posterior a 1210 e anterior a 1216; mas mais provavelmente foi escrito nos primeiros anos deste período que nos últimos, podendo ser mais antigo que o Testamento de Afonso II. Uma fórmula prudente para o datar seria «cerca de 1214».

De TEBOSA e de FIGUEIREDO não há muito a dizer. Situadas a oriente da Cunha, Tebosa fica-lhe bastante próxima, mas oculta por trás do monte da Bandeira; Figueiredo afasta-se um pouco para nordeste, se estiver certa a identificação de Cintra como freguesia de São Salvador de Figueiredo; mas nas proximidades também há a freguesia de São Paio de Figueiredo, vizinha de Padornelo, concelho de Guimarães. Estes topónimos comparecem na nossa história apenas pelas propriedades de Gonçalo Ramires, que deveriam ter transitado para Lourenço Fernandes. Tebosa tem um motivo de interesse, a grafia *Tefuosa*, que manifesta a dificuldade do escriba em decidir se devia representar por *f* ou por *u* consoante [v] a fricativa central da palavra, que Cintra mostrou não poder ser senão um *v*, mal interpretado pela moderna nomenclatura oficial[60]. Este tipo de hesitação gráfica é recorrente no texto e a ele voltaremos.

[60] Costa, 1979, p. 166.

Quem, da Cunha, olhar para ocidente, tem o horizonte cortado pela massa fronteira da serra de Airó, que atinge os 400 metros de altitude. É a serra antigamente chamada de BASTUÇO; aparentemente, a serra começou por tirar o seu nome das povoações mais importantes, que eram as três freguesias de Sanfins, São João e São Paio de Bastuço, dispostas a meia altura ao longo da encosta leste, a que está virada para a Cunha.

Do alto da serra avistam-se facilmente, através do vale antigamente conhecido por Couto da Várzea, que se prolonga da sua base até ao Cávado, os dois lugares do lado de lá do rio que são mencionados na *Notícia*: TAMEL e SÃO MARTINHO (de Manhente). É difícil saber de que Tâmel se trata, pois no tempo da *Notícia* havia três freguesias dessa denominação, São Tiago, São Pedro Fins e Santa Leocádia, que hoje desapareceram do mapa; mas o mais provável é que se trate da freguesia de São Veríssimo de Tâmel, não por ser a única que sobrevive, mas porque é a mais próxima de Manhente. Já em 1220 era conhecida por «Sancto Vereiximo de Cauto de Manenti».

O topónimo SÃO MARTINHO contrasta com todos os que examinámos até agora por não referir terras cuja posse estava em litígio, antes qualificando uma personagem tutelar que intervém em diversos momentos-chave da *Notícia*, o «abate de Sancto Martino», que actuaria como administrador dos bens de menores no pacto de herança inicialmente feito entre Lourenço Fernandes e seus primos e que, mais tarde, «meteu paz» entre eles no decurso de uma cerimónia solene. Cintra, reconhecendo que a abundância de lugares com o nome de São Martinho em todo o Minho tornava difícil uma identificação, considerou que aquele que mais probabilidades tinha de ser o certo era São Martinho de Galegos. Avelino de Jesus da Costa não é da mesma opinião: trata-se do «mosteiro e freguesia de S. Martinho de Manhente, [...] a cujo abade [...] Lourenço da Cunha fez três compras em 1193, 1202 e 1204»[61]. Se a abades, para mais com as funções que este assumiu, correspondem mosteiros, então a identificação com Manhente é mais credível que com uma simples freguesia como Galegos. Além disso, a topografia ajuda: enquanto Galegos se afasta um pouco para norte e para a periferia, Manhente encontra-se precisamente sobre a margem norte do Cávado, a poucas centenas de metros da ínsua do Socorro, ponto de fácil travessia para Vilar de Frades.

[61] Costa, 1979, anexo.

Falta-nos um topónimo: LOUREDO. É hoje um lugar de três casas, reconstruídas, em torno de uma encruzilhada de três caminhos. Fica equidistante das povoações da Várzea e de Airó, cujos nomes tomou emprestados alternativamente: São Jorge do Couto da Várzea nas *Inquirições* de 1220 e 1258, São Jorge de Airó em 1489. Mas o *Censual*, reflectindo designações mais antigas, chama-lhe São Jorge de Louredo, como a *Notícia de Torto* faz[62]. Há outros lugares chamados Louredo, um deles relativamente próximo, situado sobre uma portela no caminho da Cunha para Braga; é hoje a freguesia de Santa Cecília de Vilaça, mas em 1010 era a *villa Lauridelus* e em 1258 o *palaco Louredo*[63]. A nossa preferência por identificar o Louredo da *Notícia* não com esta freguesia, mas com a de São Jorge, justifica-se não por questões de distância e acessibilidade, já que ambas são perfeitamente equidistantes da casa de Lourenço Fernandes, mas antes porque São Jorge ocupa um lugar que parece central na geografia da *Notícia*, o que a predispõe para o papel que a veremos desempenhar, enquanto Vilaça ocupa uma posição periférica.

[62] Costa, 1979, pp. 80-81.

[63] *Ibid.*, p. 73.

Que papel? Entre a primeira e a segunda fase das questões de Lourenço Fernandes com os primos, ocorreu certamente um episódio decisivo, tão conhecido de todos os que acompanhavam a guerra familiar que a *Notícia* não

sente necessidade de dar explicações a seu respeito, mencionando-o de forma para nós irremediavelmente elíptica: «e de pois ouerũ seu mal»[64]. Que episódio terá sido este, designado por *mal* no meio de tantos outros que *bens* não seriam, senão uma batalha em forma entre os homens da Cunha e os Gonçalves? Seguiu-se a essa batalha um período de tréguas e uma cerimónia solene, presidida pelo abade de São Martinho, que «meteu paz» entre os contendores e, depois de muita insistência, convenceu Lourenço Fernandes a trocar um beijo de amizade com os outros («e rogouo o abate tãto que beiso cũ illes»)[65]. Estas tréguas duraram pouco e foram seguidas pelas violências da segunda fase. Ora, a cerimónia da paz foi celebrada «ĩno carualio de Laurecdo», o que o torna o ponto central dos acontecimentos relatados na *Notícia* e, pode dizer-se, do território onde o documento foi escrito.

[64] Linha 20.

[65] Linha 21.

O mais provável é que a redacção tenha ocorrido na Cunha, em casa de Lourenço Fernandes. Sabemos assim qual o ambiente dialectal que lhe serviu de pano de fundo: nessa pequena região do Minho Central, falava-se um dialecto da área inicial do galego-português; o povoamento de tipo particular e monástico, bem documentado na *Notícia*, resultara numa dispersão da propriedade e da população, a qual pouco afectada fora por contactos com árabes ou moçárabes.

Uma questão interessante é a de saber até que ponto esse dialecto local se acha reflectido no documento.

Sobre as edições da Notícia

Antes de reproduzir o texto da *Notícia*, segundo a mais recente das suas edições, realizada por Lindley Cintra[66], faremos um pequeno historial das edições antecedentes.

[66] Cintra, 1991.

O pergaminho foi descoberto no começo do século XIX pelo paleógrafo João Pedro Ribeiro no arquivo do Mosteiro de Vairão, perto de Vila do Conde, onde se encontrava depositado desde o tempo de uma filha de Lourenço Fernandes, aí freira. Foi publicado por Ribeiro, em 1810, na sua obra *Dissertações Chronologicas e Críticas sobre a História e a Jurisprudência Eclesiástica e Civil de Portugal*, reimpressa pela Academia das Ciências de Lisboa em 1860, a qual oferece uma transcrição que é inutilizável do ponto de vista linguístico.

Em 1914 o paleógrafo e historiador Pedro de Azevedo voltaria a publicar o documento, guardado desde a extinção das ordens religiosas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na *Revista Lusitana*, vol. XVII, pp. 204-206. Além de alguns erros de leitura, como observa Cintra, o desenvolvimento das abreviaturas não está assinalado.

Leite de Vasconcellos fez também uma cuidada edição, sem comentários, de um fragmento da *Notícia* na sua antologia *Textos Arcaicos*.

As restantes edições do texto, excepto a publicada pelos professores A. Corrêa de Oliveira e Saavedra Machado (*Textos Portugueses Medievais*, Coimbra, 1959), remetem sempre para as já citadas.

Em 1968, Lindley Cintra apresentou uma edição completamente nova, acompanhada de uma breve introdução dedicada à datação e localização do documento; está publicada nas *Actele celui de-al XII-lea Congres International de Linguistica si Filologia Romanica*, vol. II, Bucareste, 1971, pp. 161-174.

Trabalhando independentemente, o P. Avelino de Jesus da Costa publicou novamente o texto, em 1979, acompanhado de uma série de documentos contemporâneos muito esclarecedores para a biografia de Lourenço Fernandes da Cunha e, consequentemente, para a datação do texto, na *Revista Portuguesa de História*, vol. XVII, pp. 263-340, com o título «Os mais antigos documentos escritos em português». A sua leitura difere em diversas soluções da de Cintra.

A mais recente edição é esta que reproduzimos, publicada por Cintra no *Boletim de Filologia*, vol. XXXI, 1991, pp. 37-41. Para ela, Cintra procedeu a nova leitura do manuscrito, adoptando várias das leituras propostas por Costa.

O original da *Notícia de Torto* encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, onde faz parte da colecção *Corporações Religiosas*, Mosteiro de Vairão, maço 2, n.º 40.

NOTICIA DE TORTO

Texto crítico

1 De noticia de torto que fecerũ a Laurẽcius Fernãdiz por plazo qve fece Gõcauo

2 Ramiriz antre suos filios e Lourẽzo Ferrnãdiz quale podedes saber: e oue auer, de erdade

3 e dauer, tãto quome uno de suos filios, daquãto podesẽ auer de bona de seuo pater; e fiolios seu

4 pater e sua mater. E depois fecerũ plazo nouo e cõuẽ uos a saber quale: in ille seem

5 taes firmamentos quales podedes saber: Ramiro Gõcaluiz e Gõcaluo Gõca[luiz e]

6 Eluira Gõcaluiz forũ fiadores de sua irmana que o[to]rgase aqu[e]le plazo come illos

7 Super isto plazo ar fe[ce]rũ suo plecto. E a maior aiuda que illos hic cõnocerũ, que les

8 acanocese Laurẽzo Ferrnãdiz sa irdade *per plecto* que a teuese o abate de *Sancto* Martino

9 que, como uẽcesẽ, que asi les dese de ista o abade. E que nunqua illos lecxasẽ

10 daquela irdade d[.] sẽ seu mãdato. Se a lexarẽ, ītregarẽ ille de octra que li plaza.

11 E dauer que ouerũ de seu pater, nu[n]qua le li īde derũ parte. Deu dũ Gõcaliz

12 o a Laurẽco Fernãdiz e Marti Gõc[a]luiz .XII. casaes por arras de sua auóó.

13 E filarũ li illos inde VI casales cũ torto. E podedes saber como man

14 do dũ Gõcauo a sua morte: De XVI casales de Ueracin que de defructarũ e que li

15 nunqua īde der[ũ] quinnõs. E de VII e medio casaes antre Coina e Bastuzio unde li

16 nunqua derũ quiniõ. E de tres ī Tefuosa unde li nu[n]qua ar der[ũ] nada. E II^{as} ī Figeerec

17 do unnde nũqua li derũ quinõ. E II^{as} ī Tamal ũde li nõ ar derũ quinõ. E da sena

18 ra de Coina ũde nõ ar derũ quinõ. E d'uno casal de Coina que leuarũ īde III anos

19 o frcuctu cũ torto. E por istes tortos que li fecerũ tem qua a seu plazo quebrãtado

20 e qua li o deuẽ por sanar. E de pois ouerũ seu mal e meteu o abade paz a[n]tre illes

21 īno carualio de Laurecdo. E rogouo o abate tãto que beiso cũ illes. E derũli

22 XVIIII morabitinos qui li filarũ. E de pos iste plecto pre[n]deronli o seruical otro

23 ome de sa casa, e troserũno XVIIII dias per mõtes e fecerũles tã máá prisõ

24 per que leuarũ deles quanto poderũ auer. E de pois li desũro Gõcauo Gõcauiz

25 sa fili[a] pechena. E irmar[ũ]li XIII. casales unde perdeu fructu. E isto

26 fui de pois que furũ fiidos anto abade. E de pois que furũ īfiados por iuizo de ilo

27 rec. E nunqua ille feze neu mal por todo aqueste. E fezeles taes agudas

28 quales aqui ouirecdes: Super sua aguda fez testiuigo cū Gõcavo Cebolano

29 E super sa aiuda ar fuili a casa e filoli qua[n]to que li agou e deu a illes. E super sa

30 aiuda oue testifigo cū Petro Gomez, omezio qveli custou maes ka .C. morabitinos

31 E super sa aiud[a] oue mal cū Goncaluo Gomez que li custou multo da auer

32 e muita perda. E in sa aiuda oue mal cū Go[n]caluo Suariz. E in sa aiuda

33 oue mal cū Ramiro Fernādiz queli custov muito auer muita perda.

34 E in sa aiuda fui II^{as} fezes a Coi[m]bra. E in sa aiuda dixe mul[ta]s uices

35 E ora in ista tregua furū a Ueracī amazarūli os omées erma[rū]li X casaes

36 seu torto al rec. E super saiud[a] mādoc lidar seus omées cū Mar

37 tin Johanes que quir[i]a desūrar sa irmana. E cū ille e cū sa casa

38 e cū seu pam e cū seu uino uẽcestes uosa erdade. E cū ille

39 existis de sua casa in ipso die que uola quitarū. E ille teue a uosa

40 rezõ. E otras aiudas multas que fez. E plus li a custado

41 uosa aiuda quali inde car derdade. E subre becio e super

42 fiimento, se ar quiserdes ouir as desõras qve ante ihc furū,

43 ar ouideas: Venerū a uila e fila[rū]li o porco ante seus filios e com

44 erūsilo. Venerū alia uice er filarū otro ante illes

45 er comerūso. Venerū ī alia uice er filarū una ansar ante

46 sa filia er comerunsa. In alia uice ar filiarūli o pane ante

47 suos filios. In alia uice ar ue[ne]rū hic er filarū īde o uino

48 ante illos.

49 Otra uice(?) uenerūli filar ante seus filios qua[n]to qve li agarū ī quele

50 casal. E furūli u ueriar e prenderū īde o cõlazo unde mamou [o lec]

51 te e gacarūno e getarū in terra polo cecar e le[ua]rū delle qua[n]to oue.

52 Ī alia uice ar furū a Feracī e pre[n]derū II^{as} omées e gacarū nos e leuarū

53 deles qua[n]to que ouerū. Ī otra fice ar pre[n]derū otros II^{as} a se[u] irmano Pelagio

54 Fernãdiz e iagarũnos. Ĩ otra ue[ne]rũ a [...] ge [...] tros e leuarũso [...]

55 ante Pelagio Fernãdiz.

Comentário Linguístico

Não faremos, da *Notícia de Torto*, um comentário tão extenso e pormenorizado como aquele que foi dedicado ao Testamento de Afonso II, pois Cintra acaba de publicar uma sistematizada descrição da gramática e do vocabulário do texto (Cintra, 1991), que preenche totalmente essa finalidade. Vamos limitar-nos, por isso, a alguns aspectos, como sejam a estrutura do texto, certas particularidades da escrita e um pouco de grafemática.

Estrutura: dividiu o P. Avelino de Jesus da Costa a *Notícia* em duas partes, ou actos, separados pelas linhas 20 e 21. Pode, em todo o caso, reconhecer-se no texto uma compartimentação menor, que ajuda à sua compreensão:

Linhas 1-4: Por um acordo antigo, Lourenço Fernandes deveria herdar uma quinta parte dos bens de Gonçalo Ramires, tal como qualquer dos seus quatro filhos. A lista dos bens vem a linhas 13-19.

4-10: Por um acordo posterior, comprometeram-se os filhos de Gonçalo Ramires a não alienar qualquer parcela dos bens recebidos do pai sem autorização de Lourenço Fernandes.

11-20: As partilhas nunca foram feitas. Pior ainda, os filhos de Gonçalo Ramires apoderaram-se de casais e de bens que pertenciam a Lourenço, o qual considera que o acordo foi rompido.

20: Ocorre o «mal» entre Lourenço Fernandes e os Gonçalves.

20-22: Paz do Louredo. Indemnizações.

22-27: Nova série de assaltos, sequestros e violações.

27-41: Lista das «ajudas» que Lourenço Fernandes prestara aos Gonçalves.

41-55: Continuação dos assaltos posteriores à paz do Louredo. Interrupção do documento.

Como se vê, a narrativa não é cronologicamente linear. Antes do «mal», houve dois acordos sucessivos, sendo a descrição do primeiro dada após a referência ao segundo; houve ainda uma primeira série de assaltos. Após as pazes feitas no Louredo, dá-se segunda série de assaltos, mais violentos desta vez, pois chegam ao ataque pessoal, série que aparentemente não tinha terminado quando o documento se interrompe. No meio da relação destes segundos crimes, é recordada a boa vontade que Lourenço Fernandes manifestara para com os Gonçalves, provavelmente no tempo dos acordos. Descortina-se, assim, uma ordenação dos acontecimentos em cinco partes:

I. acordo antigo

II. acordo novo (e ajudas)

III. roubo de casais

IV. mal e paz

V. novos roubos e assaltos

O facto de a narrativa não acompanhar exactamente esta ordem, tornando a compreensão do texto mais problemática, sugere que ele foi escrito sob ditado, como uma espécie de tomada de depoimento verbal, ficando a sequência sujeita a variações do declarante, as quais seriam regularizadas na ulterior passagem a limpo do documento.

Escrita: Uma interessante característica da escrita da *Notícia* é a quantidade de erros que contém e que não foram emendados ou o foram de modo que, mais uma vez, evidencia tratar-se de um rascunho. Em vez de as formas erradas serem riscadas ou mesmo rasuradas, o escriba limita-se a escrever-lhes à frente a correcção, deixando para a passagem a limpo eliminar o erro.

É deste modo que se explicam certas formas que parecem bizarrias gráficas. Na linha 3, lê-se *seuo pater*, sem que a grafia do possessivo signifique que tal forma existia ou era inventada pelo escriba. Na verdade, este começou por escrever o possessivo romance *seu*, antes de decidir passar para a forma latina *suo*, talvez por harmonização com *pater*, que escreveria a seguir. Em vez de cancelar as letras *eu*, bastou-lhe acrescentar um *o* e apagar (mentalmente) o *e*.

Um outro exemplo, situado na passagem da linha 11 para a 12, torna este mecanismo ainda mais claro: na extremidade da linha 11, lê-se *dũ Gõcaliz*, que corresponderia a um impossível *Dom Gonçalves*, impossível porque o título *Dom* é sempre do nome próprio e nunca de patronímico, como é *Gonçalves* (além de que o contexto não deixa dúvida de que se trata de *Dom Gonçalo Ramires*). Como o escriba usava a totalidade do pergaminho, sem deixar qualquer espaço de margem, não teve possibilidade de corrigir o erro imediatamente a seguir, como costumava; por isso, a correcção só aparece no início da linha seguinte, consistindo em um simples *o* isolado, destinado a substituir *iz*, assim reconstituindo a forma *dũ Gõcalo*.

De *Tefuosa* já se falou: o *u* corrige o *f*. Nem todos os erros do manuscrito estão reparados desta forma, que exige ter sido o lapso advertido no momento em que estava a ser cometido, havendo espaço disponível para logo o emendar. Há alguns casos de letras ou palavras riscadas e emendadas na entrelinha, processo mais habitual.

Grafemática: caracterizados abundantemente, como já estão, tanto o escriba como o ambiente em que o manuscrito foi produzido, podemos agora dedicar atenção a um aspecto que, porventura, é o mais importante da *Notícia* enquanto documento linguístico: as oscilações na representação gráfica de certos fonemas.

Antes, há que reconhecer que o escriba se divide entre dois códigos gráficos: o **latino**, que talvez não dominasse com suficiente à vontade, se notarmos que apenas usa grafias latinas ou alatinadas em palavras muito fáceis e recorrentes em documentos legais, *bona* (bens), *suos filios, pater, mater, illos, super, hic, in ipso die*, etc.; e o **romance**, sendo difícil decidir o seu grau de fidelidade a uma scripta determinada. É isto que nos interessa observar.

A irregularidade, a oscilação e, por vezes, a comprovada hesitação na escolha das grafias fazem pensar que o escriba não possuía uma ortografia individual (como vimos acontecer com os escribas da chancelaria real, seus contemporâneos), nem se achava enfeudado a um conjunto de regras mais ou menos regulares, em que se pudesse vislumbrar uma scripta. Acha-se assim na obrigação de, a cada momento, inventar grafias, o que pode ter enorme interesse para reconstituirmos partes do sistema fonológico do galego-português. Não é de pôr de parte, a este respeito, a hipótese de o escriba não ser natural do Minho Central, tendo mais dificuldade que um autóctone em identificar certos sons que lhe eram ditados. Mas a primeira hipótese — a de um escriba pouco profissional e pouco interessado em fazer obra perfeita, porque era um rascunho — parece a mais verosímil.

Nos comentários que a seguir faremos, apenas teremos em consideração as grafias romances ou romanceadas, deixando de lado as latinas, por não corresponderem a qualquer tentativa de representação da realidade oral. Assim, consideramos que *Laurẽcius* ou mesmo *Laurẽzo* não provam que o ditongo latino [aw] ainda estivesse vivo, tanto mais que coexistem ao lado de *Lourẽzo*, cuja grafia <ou> não deixa dúvidas quanto à existência do ditongo [ow], o qual legitimamente podemos supor se encontrasse oculto também sob a grafia <au>. Do mesmo modo, não deduziremos de *suos* ou de *multo* senão que correspondem, de forma graficamente artifical, às pronúncias romances [sews] e [mujtu], respectivamente.

a) Ocupemo-nos primeiro dos ditongos. Um inventário exaustivo de grafias, ainda que não de formas, revela a existência de cinco ditongos, todos decrescentes: [ew], [ow], [ej], [oj] e [uj].

O ditongo [ew] tem sempre a grafia <eu>:

<eu> : 3 *seu*, 11 *deu*, 20 *meteu*, 25 *perdeu*

O ditongo [ow] tem quatro grafias:

<ou> : 2 *Lourẽzo*, 21 *rogou*
<ov> : 33 *custov*
<oc> : 10 *octra*, 36 *mãdoc*
<o> : 3 *fio*, 11 *ouerũ*, 13 *mando*, 21 *beiso*, 23 *troserũ*, 49 *otra*

A grafia <ov> talvez se possa considerar mera variante paleográfica de <ou>, até porque ocorre uma única vez. Quanto a formas como *ouerũ*, admite Cintra[67] que «o *u* da grafia representa simultaneamente a semi-vogal do ditongo e a consoante labio-dental *v* seguinte». Embora tais casos de cumulação de funções fonológicas em um grafema não sejam invulgares nos textos da época, parece escusado pôr essa hipótese neste caso, vista a abundância de exemplos de <o> para representar o ditongo.

[67] Cintra, 1991, p. 54.

O ditongo [ej] é representado por quatro grafias, a primeira das quais não é, curiosamente, a mais numerosa:

<ei> : 21 *beiso*
<ec> : 7 *plecto*, 9 *lecxasẽ*, 27 *rec*, 41 *becto*
<ee> : 16 *Figeerecdo*
<e> : 10 *lexarẽ*, 51 *getarũ*

O ditongo [oj] tem três grafias:

<oi> : 20 *de pois*
<o> : 22 *de pos*
<ui> : 26 *fui*

A forma *de pos* presta-se a duas interpretações: ou corresponde à pronúncia não-ditongada [pɔs], etimologicamente justificada (POST), ou corresponde a ditongo sem marcação da semivogal. O precedente de outros casos análogos torna a segunda a mais plausível. Quanto à grafia <ui>, inclinamo-nos a considerá-la variante de <oi>, com a oscilação <o/u> muito frequente, neste texto e em outros do séc. XIII.

Finalmente, o ditongo [uj] tem duas grafias:

<ui> : 32 *muita*
<uc> : 14 *defructarũ*, 25 *fructu*

Não há, na *Notícia de Torto*, representantes dos restantes ditongos decrescentes do português antigo [aj], [aw] e [iw][68]. Dada a pequena dimensão do texto, isso não deve surpreender-nos.

[68] Teyssier, 1982, p. 26.

Examinando em conjunto todas as grafias recolhidas, constatamos as seguintes equivalências:

[w] : <u>, <c>, <Ø>, <i>
[j] : <i>, <c>, <Ø>, <e>

Ou seja: se descontarmos os casos singulares de <v> e de <e>, vemos que há um flagrante paralelismo na representação das duas semivogais. Além das correlações

[w] : <u>

[j] : <i>,

que têm tradições latinas, vemos que ambas as semivogais podem ser representadas por <c> ou por coisa nenhuma, <∅>. O primeiro caso pode explicar-se ora por grafia etimológica, ora por hipercorrecção. O segundo não poderá corresponder a qualquer monotongação [ow > o] ou [ej > e], já que *otra* coexiste com *octra, mando* com *mãdoc, fio* com *rogou, lexarẽ* com *lecxasẽ*. Além disso, tal monotongação não ocorre hoje ainda no dialecto minhoto central. Não será de ver, nésta omissão que afecta por igual as duas semivogais, alguma incerteza do escriba quanto à natureza desses fonemas e talvez mesmo quanto à sua distinção?

b) Onde não há dúvida de que ele hesita constantemente quanto ao som que deve representar é no par [f/v]. Trata-se de uma «vacilação rara»[69] para Cintra, que não conhece «outros exemplos deste indício de indistinção entre esta consoante surda e a sonora correspondente». Também Clarinda Maia[70] não o conhece, registando uma única forma que com ele parece relacionada, *aprofeytedes*, em documento galego de Pontevedra, 1271. Na *Notícia*, os exemplos são os seguintes:

(*Varzim*) : 14 *Ueracin*, 35 *Ueracĩ*, 52 *Feracĩ*

(*vez*) : 34 *fezes*, 34 *uices*, 53 *fice*

(*Tevosa*) : 16 *Tefuosa*, ou seja *Tefosa* > *Teuosa*

É uma labiodental sonora [v] que o escriba ora representa por <u>, equivalendo a <v>, ora por <f>. De facto, *Varzim* deriva de uma UILLA UERACINI, *vez* de UICE (< UIX), e a actual povoação *Tebosa* de um lat. TABULOSA, que deveria ter originado regularmente *Tevosa*, como aparece na *Notícia* e em todos os documentos medievais.[71]

Em *Tefuosa*, o escriba ia cometer o erro de representar [v] por <f>, quando se deteve e acrescentou a grafia correcta. Nos outros exemplos, variou entre as duas grafias. Aparentemente, tinha dificuldade em reconhecer a labiodental sonora dessas palavras.

O fenómeno inverso também ocorre. Uma labiodental surda etimológica, 30 *testifigo* (< TESTIFICARE), pode ser escrita como 28 *testiuigo*. Fica assim claro que se trata não apenas da dificuldade em reconhecer a sonora, mas sim da dificuldade em distinguir entre si dois fonemas que são separados apenas pelo traço de sonoridade. Sinal de que esse traço não era marcado distintamente no dialecto local, induzindo em confusão um escriba vindo de outra região? Ou estaremos perante uma manifestação muito antiga, e sem continuação directa, do comportamento que, nos dialectos setentrionais, caracterizaria a sonora [v] ao evoluir para a fricativa bilabial [β]? Não deixa de intrigar

[69] Cintra, 1991, p. 49.

[70] Maia, 1986, p. 473.

[71] Cintra, 1991, pp. 31-32.

que [v] se comporte sempre com instabilidade, embora de consequências diversas.

c) Mas o som que o escriba mais claramente tem dificuldades em representar é a africada [tʃ]. Produto exclusivamente galego-português resultante de PL, CL, FL, não dispunha esta africada palatal surda de qualquer grafia latina ou tradicional e o escriba não conhecia as soluções que, na mesma época, eram ensaiadas pelos copistas do Testamento de Afonso II (*Sancho* e *Sancio*).

Por isso, limitou-se a tomar emprestadas as grafias que conhecia para a africada sonora correspondente [dʒ], ou seja <g> e <i>:

<g> : 27 *agudas*, 51 *getarũ*
<i> : 26 *iuizo*, 29 *aiuda*, 50 *ueriar*

Estamos aqui perante resultados de I- inicial latino (IUDICIU, IACTARE) e de DI (ADIUTARE), os quais convergiram para a africada palatal sonora [dʒ], que mais tarde se simplificou para a fricativa [ʒ][72]. Mas no tempo da *Notícia*, como ficará claro, a africada ainda não se confundia com a fricativa. Por isso, não incluímos nesta colecção, ao contrário de Cintra[73], a forma 21 *beiso*, de BASIARE, cuja fricativa palatalizou por influência do iode sem ter passado por uma fase africada.

[72] Williams, 62.

[73] Cintra, 1991, p. 45.

Também não contamos a forma 55 *Pelagio*, por ser um cultismo gráfico.

Um comentário especial merece a forma *ueriar*, «horto, pomar», do latim UIRIDIARIU. Sendo certo que o resultado mais habitual de DI + vogal é a predorsal [s], como em ARDEO > *arço*, AUDIO > *ouço*[74], a sua evolução para a africada sonora, neste caso, poderá explicar-se através da forma provençal *vergier*, a qual, aliás, está ainda mais próxima deste *verjar* que de outras formas medievais portuguesas, igualmente explicadas como provençalismos, *vergel* e *vergeu*.

[74] Williams, 89.6.

Temos assim a africada [dʒ] com duas grafias: <g> e <i>. São exactamente as mesmas que servem à africada surda [tʃ], e apenas elas (descontado o latinismo 40 *plus*, que aparece no Testamento como *chus*):

<g> : 29 *agou*, 49 *agarũ*, 51 *gacarũ*
<i> : 54 *iagarũ*

Duas conclusões se tiram:

a) a africada surda [tʃ] não dispõe de grafias próprias, recorrendo o escriba não a uma, mas a todas as grafias da consoante mais próxima, o seu par sonoro [dʒ]; este comportamento não tem paralelo na vasta documentação analisada por Clarinda Maia:

> A africada pré-palatal surda /č/ aparece, de uma maneira invariável, em todas as épocas e regiões estudadas, representada por *ch*;[75]

[75] Maia, 1986, p. 468.

b) isto prova a existência autónoma da africada sonora na língua da época, ou no dialecto local: de facto, se se confundisse com a fricativa [ʒ], não haveria nenhum motivo para serem as suas grafias escolhidas pelo escriba para representar [tʃ], pois então o som mais próximo deste seria a africada predorsal surda [ts], cujas grafias, na *Notícia*, são <c> e <z>. Este resultado é interessante quando posto em confronto com a opinião de Clarinda Maia:

> pode ter-se como altamente provável que, no séc. XIII, já se tinha iniciado o processo de transformação da africada pré-palatal sonora em fricativa.[76]

[76] Maia, 1986, p. 472.

5. Português Clássico

TÁBUA DE MATÉRIAS

5. **Português Clássico**

Objectivos

5.1 **Marco inicial do português clássico**

5.2 **Mudanças linguísticas terminadas à entrada do século XVI**

5.3 **Expansão do português a partir do século XV**

5.4 **O português da época clássica**

5.5 **Do português clássico ao português setecentista**

Objectivos:

- Estabelecer a transição entre o estado linguístico do português antigo e o do português clássico.
- Caracterizar o português clássico como período em que a língua se aproxima da Idade moderna, estabiliza as suas estruturas, estabelece novos aspectos culturais, se expande fora da Europa, ao mesmo tempo que se inicia uma reflexão linguística *em português* sobre o português.
- Muito brevemente, sugerir a evolução da língua entre o português clássico e os nossos dias.

5.1 Marco inicial do português clássico

A inauguração do português clássico poderia ser cronologicamente assinalada por um evento editorial. O ano de 1536, correspondendo à data de impressão da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, simboliza o início da reflexão metalinguística que, em Portugal, passou a ter por objecto a língua nacional. E pode simbolizar igualmente uma nova fase na história do português; é claro que a escolha de tempos exactos para a vigência dos períodos em que se subdivide a história de uma língua é uma opção que tem muito de aleatório, mas parece confortavelmente seguro promover a primeira gramática portuguesa a primeiro testemunho da língua na sua fase clássica. Porque um tratado que toma a língua vulgar enquanto bandeira de uma nacionalidade, que atenta na sua variação cronológica, regional e social, e que avança com uma proposta de adopção de um código escrito uniforme, ostenta assim alguns dos mais típicos sinais do pensamento humanista.

Mas há mais indícios de que o ano de 1536 simboliza a inauguração, em Portugal, da era do Renascimento. A representação do último auto de Gil Vicente (*Floresta de enganos*) e a morte de Garcia de Resende, tudo em 1536, são acontecimentos que marcam a retirada de duas das mais importantes personagens vinculadas à língua literária de época pré-clássica. O funcionamento do último ano lectivo da Universidade de Lisboa (1536-1537) e a sua instalação definitiva em Coimbra (1537) significam ter sido encerrado um «baluarte de escolasticismo e de preconceito medieval»[1], sucedendo-lhe uma escola que se irá comportar, em meados do século, como o principal foco do humanismo português.[2]

[1] Oliveira Marques, 1974, p. 275.

[2] Luís de Matos, 1975, p. 233.

Como se vê, acontecimentos numerosos e de peso coincidiram neste momento, alterando a vários níveis as estruturas culturais portuguesas. Claro que não tiveram efeitos imediatos sobre o uso da língua, mas esta achava-se em transição. Pode dizer-se que todo o período a que chamamos **português médio** (ou **pré-clássico**) foi uma longa transição da língua medieval para uma plataforma estável e «clássica». Percorramos rapidamente algumas das mudanças linguísticas, testemunháveis em textos dos séculos XIV e XV, que corporizam essa transição.

5.2 Mudanças linguísticas terminadas à entrada do século XVI

É de finais do século XV que Edwin Williams data a uniformização completa em ditongo [-ãw̃] das formas portuguesas terminadas nas vogais nasais **-ã** e **-õ**, ou no hiato **-ão**[3]. O início deste fenómeno de mudança simultaneamente fonética e morfológica, localiza-o o mesmo autor já no século XIII: a mudança terá começado pela ditongação de [-ã] final que aparece já nos cancioneiros medievais a rimar com **-ão**: «foã» (do árabe *folan*) e «en vão» podem rimar. Um outro autor, Luís Filipe Lindley Cintra, prefere datar o fenómeno do século XIV, e arrisca para ele uma origem meridional.[4]

[3] Williams, 157.

[4] Cintra, 1963b, pp. 75-77.

Para Edwin Williams, o mecanismo segundo o qual se chegou ao ditongo a partir das vogais nasais **-ã** e **-õ** consistiu numa atracção analógica exercida pela forma verbal **vão**, do latim VADŬNT, sobre as formas verbais que apresentavam **ã** e **õ** em posição final (*dam, estam, som*). Aqui terá sido dado o primeiro passo no caminho da uniformização analógica que, em seguida, passou a abranger igualmente as terminações de formas nominais: *cã* > *cão*, *visõ* > *visão*. Um quadro adaptado de Williams sintetiza a origem latina e a evolução das terminações referidas:[5]

[5] Williams, 157.

latim clássico	port. arcaico	séc. XV (final)
-AM (p. ex. TAM)	-ã	
-ANT (3.ª pl.)	-ã	-ãõ
-ĀNEM (acus. sing.)	-ã	
-ŪM (p. ex. SUM)	-õ	
-ŪNT (3.ª pl.)	-õ	
-ŌNEM (acus. sing.)	-õ	-ãõ
-*ŪDĪNEM (acus. sing.)	-õ	
-ĀNUM (acus. sing.)	-ão	-ãõ
-ADŬNT (em VADŬNT)	-ão	

Uma interpretação alternativa desta é a que vê na história do **-ão** português a ocorrência de um fenómeno de mudança fonética: o prolongamento da duração de uma vogal tónica final. Essa vogal ter-se-á prolongado por ditongação. É o que pensa, por exemplo, Rodney Sampson[6] (na sequência de trabalhos de autores anteriores: José Leite de Vasconcellos, Oscar Nobiling e Jean Bourciez), ao propor que uma série de vogais tónicas finais (**-ã**, **-õ** e **-ẽ**) tenham ditongado por admissão de uma semivogal homorgânica: assim **-ã** e **-õ** terão admitido a semi-vogal velar, e **-ẽ** ter-se-á prolongado por uma semivogal palatal. O processo terá continuado, depois, junto das vogais nasais átonas em posição final. O ditongo [õw̃], formado a partir da regra anterior (e ainda hoje conservado em dialectos portugueses setentrionais) terá então sido alvo de

[6] Sampson, 1983.

mudança dissimilatória: [õw̃] > [ũw̃]. A elevação de [ãw̃] para [ũw̃] foi, segundo Sampson, anterior àquela dissimilação e a mudança centralizadora que se verificou em [ẽj̃] > [ɐ̃j̃], típica da norma de Lisboa, foi com toda a certeza muito posterior (séculos XIX-XX). No final do século XV, Sampson imagina que se pudessem produzir, em posição final, os ditongos nasais [ũw̃] e [ẽj̃].

Mais mudanças completadas antes do início do português clássico: os hiatos medievais evoluíram, ao longo dos séculos XIV e XV, para sequências não hiáticas (ou seja: «dissolveram-se»).

Os hiatos do português antigo, recorde-se, tinham tido origem, ora em hiatos próprios do latim vulgar (poucos, como os de LEŌNE ou de TĪA), ora em síncope latina de consoante intervocálica, /d/ ou /g/, ora em síncope posterior (já galego-portuguesa) das consoantes intervocálicas simples /l/ e /n/. O português clássico já só apresenta os hiatos que ainda hoje se reconhecem na língua contemporânea: aqueles que correspondem ao encontro de uma vogal central átona [ɐ] com uma vogal acentuada que pode ser alta, [i] ou [u], ou então média e recuada, [o]. Estas últimas vogais, acentuadas, podem ainda apresentar o traço da nasalidade. Como exemplos, temos *saír, ainda, paúl, aonde, tía, lua* e *coroa*.

Todos os hiatos que não respeitavam aquele contexto evoluíram para um de cinco diferentes resultados: ditongo decrescente, ditongo crescente, tritongo, duas vogais com consoante nasal epentética, ou ainda, vogal simples. O resultado atingido pela mudança do hiato dependeu dos traços articulatórios das vogais nele envolvidas e da posição do acento. Segue um quadro resumido do destino dos hiatos do português antigo:[7]

[7] Martins, 1985.

1. **ditongo decrescente**: semivocalizou a segunda vogal (átona) do hiato

   MALU > mao > mau,
   VĒLU > véo > véu,
   SALĪT > sae > sai,
   SŌLES > sóes > sóis

2. **ditongo crescente**: semivocalizou a primeira vogal (átona) do hiato

   GŪLELLA > goela > g[w]ela,
   VOLĀRE > voar > v[w]ar,
   VĒNATU > vẽado > v[j̃]ado,
   PĒDŪC'LU > peolho > piolho,
   SĪMĪLA > sêmea > sêm[j]a.

3. **tritongo**: ditongou a primeira vogal (acentuada) do hiato, nas sequências -éo, -éa

   TĒLA > tea > teia,
   CRĒDA > crea > creia,

SĪNU > sẽo > seo > seio,
FRĒNU > frẽo > freo > freio

4. **duas sílabas**: entre as vogais do hiato houve epêntese de consoante nasal; a primeira vogal era alta, nasal e acentuada, diferindo da segunda, ou em série (uma palatal e outra velar), ou em dois graus de abertura timbrica

GALLĪNA > galĩa > galinha,
NĪDU > nĩo > ninho,
ŪNA > ũa > uma

5. **uma sílaba**: houve crase das duas vogais em hiato que, ou tinham o mesmo timbre, ou passaram a tê-lo

SŌLOS > soos > sós,
SĒDE > see > sé,
TĒNĒRE > tẽer > teer > ter,
SANA > sãa > sã,
VIDI > vii > vi,
NUDU > nuu > nu,
PELĀGU > peago > peego > pego,
PALŪMBA > paomba > poomba > pomba,
CĪNĪTĪA > cẽiza > cĩiza > cinza

(O abaixamento de timbre que se verifica nos dois primeiros exemplos abrange só casos em que o hiato tenha sido [ee], [oo], [aa], e sempre com vogais orais; ele acontece mesmo quando se trata de vogais em posição não acentuada:

CREDĪTORE > creedor > cr[ɛ]dor).

Para a cronologia destes fenómenos de resolução de hiatos, pode citar-se Paul Teyssier:

> Desde a época dos *Cancioneiros* começam [...] as evoluções que terão como consequência a eliminação de todos [os] hiatos. O estudo das grafias, da rima e da métrica, nos textos de poetas de fins do século XV, mostra-nos que esta eliminação já estava então concluída (salvo casos particulares).[8]

[8] Teyssier, 1982, p. 41.

Os casos particulares a que Teyssier alude são a ditongação de [e] nos hiatos **-éo, -éa** («*creio, candeia* [são] formas que aparecem esporadicamente desde o século XVI, mas que só vão predominar definitivamente na língua escrita do século XIX»), e a epêntese em *uma* («forma que se generaliza nas grafias do século XVIII»).[9] Trata-se de formas cuja sucessão de segmentos não pode ser testada na métrica dos textos literários (o número de sílabas é o mesmo, antes e depois da evolução); mas a verdade é que o critério puramente gráfico pode falsear datações tardias como esta que Teyssier propõe para **-eio/a** e **uma**.

[9] Teyssier, 1982, p. 45.

Enquanto desapareciam os hiatos do português antigo, novos hiatos se iam formando: os que provinham da síncope de [d] intervocálico nas marcas flexionais da segunda pessoa do plural das formas verbais. Um resumo a partir de Edwin Williams[10] ensina-nos isto:

> Havia um *t* intervocálico na terminação da segunda pessoa do plural de todos os tempos do latim clássico na voz ativa, salvo no pretérito perfeito. Esse *t* se tornou e permaneceu *d* por vários séculos no português arcaico, e.g., *amābātis* > *amávades*. No futuro do subjuntivo e no infinitivo pessoal, deixou de ser intervocálico, pela queda da vogal postônica da penúltima sílaba, e continua sobrevivendo, e.g., *fēcērītis* > *fizerdes* [...]. Nos outros oito tempos, caiu, e.g., port. arc. *amávades* > *amáveis*. [...]
>
> Os exemplos datados disponíveis tornam possível determinar aproximativamente bem o período crítico em que o *d* das terminações da segunda pessoa do plural desapareceu:
>
> | Ano | Exemplos |
> |---|---|
> | 1405 | fazernosedes, creades, sabedes, dessedes |
> | 1411 | busquedes, dedes, guardade |
> | 1416 | trabalhades, stades |
> | 1418 | leixedes |
> | 1434 | dees, consentaaes |
> | 1436 | dizeis, leixaseis |
>
> Não considerando formas com *d* em expressões estereotipadas [...] encontradas comumente até o fim do século XV, pareceria que o *d* caiu entre os dezesseis anos compreendidos de 1418 a 1434.

[10] Williams, 155.

Para efeitos de periodização (aquela periodização que se discutia no início deste capítulo), podemos dizer que o português clássico começou quando morreram os últimos falantes que diziam *olhade, queredes* ou *cobride*. E eles morreram com Gil Vicente, cujas personagens femininas e idosas (as «comadres», segundo Paul Teyssier)[11] ainda usavam formas verbais com [-d-]. É claro que esta fórmula tão nítida e sugestiva deve ser tomada com um pouco de tempero. A língua literária, especialmente a língua do teatro, é das últimas normas a poder, facultativamente, preservar fósseis linguísticos com uma certa semelhança de vida (tirando partido do artificialismo da ressuscitação para efeitos estéticos). Quer isto dizer que era possível, ou provável, que nenhum actor trabalhando para Gil Vicente possuísse no seu idiolecto formas verbais com [-d-]: elas faziam parte da sua transformação cénica. Era igualmente possível que no público ninguém, ou poucas pessoas, conservassem aquela consoante. Assim, o que este caso significa é que todos — dramaturgo, actor, público — tinham abolido da sua competência linguística activa aquele [-d-], embora o reconhecessem como um arcaísmo. Só assim se explica que recorressem a ele como marca para uma traição imediata da idade, da incultura, ou da imobilidade de algumas personagens.

[11] Teyssier, 1959, pp. 182-198.

Já só falta, antes de se entrar propriamente no português do século XVI, referir o sentido em que evoluíram as consoantes africadas medievais /ts/ e /dz/. Muito sucintamente, elas simplificaram-se em fricativas predorsodentais, /s/ e /z/, ao perderem o seu elemento oclusivo. Este foi o primeiro passo no sentido da sua fusão com as fricativas apicais /ṣ/ e /ẓ/. Como ficou visto na unidade **Guia de leitura da Nova Proposta**, as diferentes soluções encontradas pelos dialectos portugueses para o difícil sistema de quatro sibilantes articulatoriamente muito próximas, permitem sabermos hoje de um Portugal de sibilantes predorsodentais (o do centro e sul), de um Portugal de sibilantes ápico-alveolares (o do norte, com excepção do nordeste) e de um nordeste português com a conservação daquele sistema de quatro fonemas /s/, /z/, /ṣ/ e /ẓ/, respectivamente grafados pelas letras <ç, c>, <z>, <s-, -ss-, -s> e <-s->. A origem das predorsodentais encontra-se nas oclusivas latinas, /k/ e /t/, que sofreram palatalização; a origem das ápico-alveolares remonta às próprias fricativas apicais do latim vulgar.

Os primeiros testemunhos de fusão dos pares de sibilantes encontram-se em textos do século XIII produzidos no sul de Portugal. Refere-se a eles Lindley Cintra[12], lembrando o que já fora notado por Pedro de Azevedo em 1907: que há documentos datados do século XIII, produzidos, uns na região de Lisboa, outros no Algarve, com confusões gráficas entre **s-** e **ç/c**, entre **-s-** e **-z-**, e entre **-s** e **-z**. Conclui, então:

[12] Cintra, 1963b, pp. 73-75.

> Quant au Portugal méridional, y compris les alentours de Lisbonne, je ne vois pas de motifs pour douter, vu le nombre et la variété des exemples [...], de ce fait que la simplification du système des sibilantes [...] était en train de s'y produire dès la seconde moitié du XIIIe siècle.

Basta olhar para a actual sobrevivência do sistema não simplificado no extremo nordeste de Portugal, para poder concluir-se imediatamente que se está a lidar com um fenómeno de lenta progressão em território português. Foi por isso que no século XVI Fernão de Oliveira, nascido em Aveiro, pôde descrever com pormenor as duas articulações, predorsodental e ápico-alveolar, com seus respectivos desdobramentos, surdo e sonoro:

> O .s. singelo diz quĩtiliano e letra mimosa e quando a pronũçiamos aleuãtamos a põta da lingua pera o çeo da boca e o espirito assouia pellas ilhargas da lingua. O .ss. dobrado pronũçiasse como o outro pregãdo mais a lingua no çeo da boca. [...] A proũuciação do .z. zine antros dentes çerrados com a lingua chegada a elles e os beyços apartados hũ do outro [...]. Esta letra .c. cõ outro .c. de bayxo de si virado para tras nesta forma .ç. tẽ a mesma pronũciação que .z. se não que aperta mais a lingoa nos dẽtes.[13]

[13] Oliveira, 1536, B1v.

E Paul Teyssier concluiu, a partir da leitura desta descrição:

> A existência das quatro unidades distintivas no português do início do século XVI não sofre dúvida.[14]

[14] Teyssier, 1982, p. 50.

5.3 Expansão do português a partir do século XV

A conquista de Ceuta, em 1415, o povoamento do arquipélago da Madeira, em 1425, e o estabelecimento da primeira feitoria, depois de 1445, em Arguim (ilha da costa ocidental africana, próxima do Cabo Branco), dão-nos os marcos cronológicos de que precisamos para assinalar os pontos iniciais dos vectores que seguiu a expansão da língua portuguesa fora da Europa.

Se 1415 simboliza o início da expansão portuguesa, essa data significa igualmente ter começado a exportação de falantes de português para territórios ultramarinos. É uma exportação que vai ter consequências linguísticas diversas, conforme o número de falantes partidos para um mesmo destino e conforme as relações que eles irão estabelecer com populações autóctones. Onde os portugueses se estabeleceram em massa, como colonos interessados em explorar e cultivar a terra descoberta, passaram a ser faladas variedades do português, mais ou menos distanciadas em relação à norma europeia, conforme a estreiteza da ligação com a metrópole (é este primeiro tipo de expansão, que a colonização da Madeira simboliza). Mas onde se encontrou apenas um ponto estratégico para a instalação de um entreposto comercial, de uma plantação cultivada por escravos ou de uma fortificação militar, só se puderam verificar as condições propícias à formação de um crioulo de base lexical portuguesa. Foi o que aconteceu ao longo das costas africana e asiática, onde começaram a ser falados os crioulos já descritos no segundo capítulo deste livro.

Tanto os crioulos de base portuguesa como o português de territórios longínquos, colonizados desde muito cedo, têm a utilidade de auxiliar o estudo comparativo-reconstrutivo do português contemporâneo da expansão. Dois estudos modelares, feitos segundo esta perspectiva, são os de Herculano de Carvalho e de Thomas Hart[15] sobre o timbre das vogais átonas finais do português do século XVI, a partir de informações encontradas em fontes que incluem, quer o português do Brasil, quer os crioulos de África e do Oriente. Mostram os dois autores a convicção de que, apesar de não ser legível em nenhum gramático quinhentista o testemunho da elevação das vogais átonas finais [e] e [o] para [i] e [u], essa elevação verificava-se certamente no português do século XVI. Os estudos dos dois investigadores, foram objecto de uma recensão por parte de Ana Maria Martins[16], que escreve o seguinte:

[15] Hart, 1955, 1957; Carvalho, 1962.

[16] Martins, 1985, pp. 1-4.

> Os argumentos aduzidos por Hart e Herculano de Carvalho a favor das realizações -[i] -[u] no século XVI, apoiam-se, fundamentalmente, em dados de geografia linguística:
>
> - Tais realizações, -[i] -[u] para as vogais átonas finais, dominam a maior parte do território brasileiro, ocorrem nos crioulos, e são no português europeu um traço dialectal que se afirma nas mais diversas regiões. Uma tal extensão geográfica de -[i] -[u] fala a favor da sua antiguidade; o facto de territórios geograficamente descontínuos (Brasil, Cabo Verde, territórios asiáticos), mas colonizados todos eles por falantes do português europeu no século XVI, apresentarem idênticas realizações

para as vogais átonas finais, realizações que são ainda as de grande parte do português europeu, faz supor que -[i] -[u] era no século XVI, ou mesmo antes, a pronúncia mais generalizada das vogais átonas finais do português.

- Em dialectos do Algarve e em variedades do crioulo de Cabo Verde, -[i] -[u], hoje apocopados, deixaram nas vogais tónicas, através da metafonia, vestígios da sua anterior existência. Tal situação aponta, mais uma vez, para uma grande antiguidade dessas realizações.

> Os empréstimos lexicais do português [ao malaio] (no século XVI) reforçam os dados da geografia linguística, conduzindo a uma idêntica interpretação.

Não ficaria completa a referência ao português da expansão, se se ignorassem as reflexões dos gramáticos quinhentistas sobre as previsíveis consequências linguísticas dos Descobrimentos. Sobre o tema, aconselha-se a leitura do texto de Eugenio Asensio «La lengua compañera del imperio. Historia de una idea de Nebrija en España y Portugal»[17]. É um estudo de natureza filológica que acompanha a génese e a transmissão de um epíteto da língua nacional que se tornou clássico a partir do momento em que foi reformulado por António de Nebrija, no prólogo da primeira *Gramática castellana* (Salamanca, 1492). «Siempre la lengua fue *compañera del imperio*», disse Nebrija; referia-se à decadência da língua latina, que no passado acompanhara o declínio do império romano, e à glória que se previa poder alcançar o castelhano, como resultado da expansão que os reis católicos projectavam.

[17] Cf. *Leituras*, pp. 317-334.

O crescimento que Nebrija adivinhava para o castelhano era um crescimento orgânico: não pararia enquanto o estado espanhol não parasse também de engrandecer. A lembrança da sua glória, essa, não morreria nunca, porque o papel da gramática, da fixação das regras da língua, era o de garantir a sua imortalidade.

Em Portugal, Fernão de Oliveira e João de Barros, contemporâneos de uma expansão já consumada, acolheram as reflexões de Nebrija, ampliando-as depois com conceitos sugeridos pela época de triunfalismo que viviam. Não era já a língua que tirava proveito do império: seria antes ele a beneficiar em unidade, se fosse seguida uma política de transmissão sistemática de um português «puro» aos povos contactados no Ultramar. Dizia Oliveira:

> Apuremos tanto a nossa [lingua] com bõas doutrinas que a possamos ensinar a muytas outras gentes e sempre seremos dellas louuados e amados porque a semelhança e causa do amor e mays em as linguas.[18]

[18] Oliveira, 1536, A5v.

O resultado desta política do idioma seria, segundo João de Barros, o de uma lusitanidade abençoada, porque às palavras portuguesas podia ser confiada uma missão evangelizadora:

> Çerto he que não á hy gloria que se possa comparar a quando os minimos Ethiopas, Persianos, indos daquẽ e dalẽ do Gange, en suas proprias terras, na força de seus templos e pagodes onde nunca se ouvio nome romano, por esta nossa arte aprenderem a nossa linguagem, com que possam ser doutrinados em os preceitos da nossa fe que nella vam escritos.[19]

[19] Citado por Asensio, a partir do texto da segunda edição do *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, de 1785.

5.4 O português da época clássica

Para se conhecer a língua falada em território português a partir de 1536 é preciso, antes de mais, recorrer ao testemunho directo de observadores especializados como são os gramáticos, os lexicógrafos, os ortógrafos e os pedagogos. Este tipo de fonte vem juntar-se às fontes constituídas pelos documentos, literários e não literários, e pelos dialectos arcaizantes do português, de modo que passa a ser mais fácil saber como se falava e como se devia escrever em Portugal, do século XVI em diante.

As investigações que sobre este objecto se fizeram são sobretudo devidas a Serafim da Silva Neto e a Paul Teyssier. Os respectivos textos[20], que têm por base estudos feitos pelos próprios e por investigadores que os precederam (Gonçalves Viana, Gonçalves Guimarães, Thomas Hart, Jacinto do Prado Coelho e I. S. Révah), servirão de guia à exposição que se segue.

[20] Neto, 1986; Teyssier, 1982.

O sistema do **vocalismo tónico** do português quinhentista incluía ainda as sete unidades distintivas que conhecemos dos períodos anteriores:

/i/ /u/

/e/ /o/

/ɛ/ /ɔ/

/a/

Conservava-se o sistema do português antigo, uma vez que a vogal central [ɑ] ainda não adquirira pertinência distintiva, limitando-se a funcionar como variante contextual de /a/ em posição não acentuada, e em posição anterior à de uma consoante nasal heterossilábica. Paul Teyssier[21], contra a opinião de Serafim da Silva Neto[22], imagina ter tido já o sistema do português clássico um conjunto de oito fonemas vocálicos. O seu argumento é o de ter passado a existir, em posição acentuada e precedendo consoante nasal, um [a] aberto resultante da crase que reduziu, em época pré-clássica, o hiato [-aa-] à vogal [-a-]; exemplifica com a forma verbal *ga-anha*>g[a]*nha* e com a forma nominal *ga-anho*>g[a]*nho*, que se terão passado a opor a formas como *cama, cano, banho*, com [ɑ] em posição tónica. Mas a verdade é que esta época é ainda anterior à da oposição das marcas flexionais **-amos** e **-ámos** nos verbos da primeira conjugação; de modo que não há ainda pares mínimos. Para documentar a variação alofónica entre [ɑ] e [a] no século XVI, podem articular-se estes dois textos gramaticais, de Fernão de Oliveira e de Duarte Nunes de Leão:

[21] Teyssier, 1982, p. 42.

[22] Neto, 1986, p. 482.

> [...] porque e verdade que temos a grande e ɑ pequeno: [...] Temos a grande como almadɑ e ɑ pequeno ɑlemanhɑ.[23]

[23] Oliveira, 1536, A6v.

> E não ha mais que hum .a. porque ser longo, & ser breue, he accidẽtalmẽte. [...] Porque quando teem o accento agudo, parece grande, como em prato, &

quando graue, parece pequeno, como em prateleiro. E todalas vezes, que despois do .a. se segue .m. ou .n. como nestas palauras: fama, cano, pronunciase com menos hiato, & abertura da boca, & fica parecẽdo pequeno [...].[24]

[24] Leão, 1576, pp. 2-3.

Já o **vocalismo átono pretónico**, e uma vez que as elevações de [e] e [ɛ] para [ə], de [o] e [ɔ] para [u] são inovações do século XVIII (como veremos adiante), era no século XVI um sistema de oito fonemas:

/i/ de *livrar*, */e/* de *pregar*, */ɛ/* de *prègar*, */a/* de *cadeira*, */à/* de *padeira*, */ɔ/* de *corar*, */o/* de *morar*, */u/* de *burlar*:[25]

[25] Teyssier, 1982, p. 43.

/i/ /u/

/e/ /o/

/a/

/ɛ/ /ɔ/

/à/

Para o sistema do **vocalismo átono final**, e retomando a teoria acima referida, de Thomas Hart e de Herculano de Carvalho, há a considerar um triângulo de três unidades, respectivamente,

/i/ /u/

/a/

O */i/* era o de *verd* [i], o */u/* era o de *muit*[u], o */a/* era o de *vil* [a].

Do **sistema consonântico**, sabemos aquilo de que há pouco se falava: que estava em progressão, no sentido sul → norte, uma fusão do sistema das duas africadas /ts/ e /dz/ e das duas fricativas, /s̩/ e /z̩/. Gramáticos oriundos de cidades como Aveiro (Fernão de Oliveira) ou Viseu (João de Barros) não reconheciam ainda o fenómeno, mas mais para o fim do século, em 1574, Pero Magalhães de Gândavo já o condenava como fuga aos mandamentos da norma.

Sobrevivia no entanto, ainda intacta, uma outra africada; /tʃ/, a africada do romance galego-português e do português antigo, continuava a funcionar distintivamente no sistema consonântico português. Em 1576, na *Orthographia da lingoa portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão, a articulação do <ch> português é descrita como sendo semelhante ao <ce, ci> do italiano.

Na variação alofónica, */s/* e */z/* (ou */s̩/* e */z̩/*), em posição implosiva, não assumiam a articulação palatal [ʃ], [ʒ] que têm hoje nos dialectos portugueses mais inovadores e na região brasileira em torno do Rio de Janeiro.

Quanto ao sistema fonético e fonológico do português clássico, sabemos já o suficiente para podermos entender a «transcrição fonética» que Aniceto dos Reis Gonçalves Viana propôs ser legítimo fazer, a partir dos seus conhecimentos sobre o português do século XVI, das três primeiras estrofes de *Os Lusíadas* (publicados em 1572)[26]. No texto de Gonçalves Viana é utilizado um alfabeto fonético, cujas equivalências com o Alfabeto Fonético Internacional são, aproximadamente, as seguintes:

[26] Viana, 1892, pp. 100-101.

Alfabeto G. V.	A. F. I.	Português contemporâneo
1. Vogais		
i	i	viva
i	i	milagre
ĩ	ĩ	mim
é	ɛ	pedra
è	ɛ	credor
ẽ	ɛ	Pedro
ę	ɔ	que
ẽ	ẽ	vento
á	a	pata
à	a	padeira
ą	ɑ	cada
ã	ã	tanto (dial. minhoto)
ó	ɔ	toca
ò	ɔ	corada
õ	o	todo
ǫ	u	ccdo
û	u	tudo
u	u	buraco
2. Semivogais		
i̯	j	vai
u̯	w	vau
3. Consoantes		
(Entre os dois alfabetos diverge apenas a transcrição das seguintes consoantes)		
qu	k	aqui
gu	g	Guiné
x	ʃ	xaile
j	ʒ	jorna
x̌	ʃ	lixívia
ǰ	ʒ	ligeiro

Veja-se, lado a lado com o texto das três primeiras estrofes de *Os Lusíadas* (na ortografia de uma das edições datadas de 1572) qual é a trancrição fonética de Gonçalves Viana.

Edição de 1572	Prouuncia do seculo XVI
I	I
As armas, & os barões assinalados, Que da Occidental praya Lusitana, Por mares, nunca de antes nauegados, Passaram, ainda alem da Taprobana, Em perigos, & guerras esforçados, Mais do que prometia a força humana: Entre gente remota edificaram Nouo Reino, que tanto sublimáram.	ąrᵃ̃mąs iąsbąrõis ąsinąlᵃ̃dąs, kądąòsidẽntᵃ̃l prᵃ̃ią lusitᵃ̃ną, pąrmᵃ̃rąs nũnką diᵃ̃ntąs nąvęgᵃ̃dąs, pąsᵃ̃rᵃ̃ą ątndàlẽn dątąprąbᵃ̃ną; ẽimpęrigąs iguẽrrąs tąfąrᵃ̃dąs, màisdąkẽ prąmętià fórsą ᵃ̃mᵃ̃ną, ẽntrę jẽntę Pęmᵃ̃tą idifikᵃ̃rᵃ̃ą nóvą Pẽinę kętᵃ̃ntę sublimᵃ̃rᵃ̃ą;
II	II
E tambem as memorias gloriosas Daquelles Reis, que foram dilatando A Fee, o Imperio, & as terras viciosas De Africa, & de Asia, andaram deuastãdo E aquelles que por obras valerosas Se vão da ley da Morte libertando. Cantando espalharey por toda parte, Se a tanto me ajudar o engenho & arte.	itᵃ̃mbẽi ąsmęmóriąs glęriósąs dąquẽlęs Pẽis kęfórᵃ̃ą dilątᵃ̃ndą ąfé, dimpérią; iąstẽPPąs visiósąs diáfriką idlási ᵃ̃ndᵃ̃rᵃ̃ąm dęvąstᵃ̃ndą; iąquẽlęs kępąróbrąs vąlęrósąs ąsvᵃ̃ąm dąlẽi dąmᵃ̃rtę libęrtᵃ̃ndą; kᵃ̃ntᵃ̃ndᵃ̃ tępąiàprẽi pąrtódą pártę, sięiᵃ̃ntę miąjudár dẽẽnką lártę.
III	III
Cessem do sabio Grego & do Troyano, As nauegações grandes que fizeram: Callese de Alexandro, & de Trajano A fama das victorias que tiueram, Que eu canto o peyto illustre Lusitano, A quem Neptuno, & Marte obedeceram: Cesse tudo o que a Musa antigua canta, Que outro valor mais alto se aleuanta.	sésẽin dąsdbląs grẽgũ idątrąiãną ąsnąvęgąąõis grᵃ̃ndęs kęfistᵃ̃rᵃ̃ũ; kᵃ̃lęsę diąliᵃ̃ndrũ idętrąjᵃ̃ną ąfᵃ̃mą dąsvitórięs kętivᵃ̃rᵃ̃ũ; ąuẽũ kᵃ̃ni ũpẽlíũ ilústrę lusitᵃ̃ną, ąąuẽi nẽtũnũ imᵃ̃rti òbądęsẽrᵃ̃ũ: sésę tũdũąuiąmũs ᵃ̃ntigũą kᵃ̃ntą ąuẽdtrą vąlór maisąltą sięivᵃ̃ntą

Uma última observação a propósito deste ensaio de transcrição da língua de Camões feito por Gonçalves Viana: o autor, com efeito, discordava daquilo que foi aqui defendido: que as vogais átonas pré-tónicas, colocadas em interior de palavra, não haviam ainda sofrido elevação no português do século XVI. Para Gonçalves Viana, essa elevação já se teria verificado porque, caso contrário, quedaria sem explicação a amplitude geográfica que o fenómeno atingia no século XIX; se todos os dialectos portugueses seus contemporâneos tinham elevação, era porque ela era já muito antiga.[27]

[27] Viana, 1892, pp. 93-94.

Mudando de assunto. Ao nível do **léxico**, não se pode dissociar a língua do século XVI (ou pelo menos a língua literária) do movimento humanista seu contemporâneo. A cultura da Antiguidade Clássica, que se pretendia então recuperar, renascia sobretudo pelo convívio filológico dos autores com os textos clássicos latinos. O resultado foi a entrada maciça de empréstimos lexicais feitos ao latim literário (e ao grego latinizado) e injectados, com maior ou menor brusquidão, no léxico do português. O contraste com o mesmo pedido de empréstimo feito no século anterior por autores como o Infante D. Pedro é bastante nítido. Enquanto D. Pedro, por exemplo, na tradução que fez do *De Officiis* de Cícero (entre 1433 e 1438)[28], tentou frequentemente substituir a forma latina por uma forma vernácula portuguesa, quando a identidade do conceito não era duvidosa, Luís de Camões limitou-se a adaptar à morfologia portuguesa uma fila interminável de palavras latinas. Sobre o assunto, diz Joseph-Maria Piel:

[28] Piel, 1948, XX.

> [O Infante D. Pedro] não raro hesitava entre uma expressão castiça, e outra alatinada, não se conformando a princípio com a intrusa. Assim, começa por traduzir RES PUBLICA por *cousa prùvica*, admitindo, só a pouco e pouco, e parece quase contra vontade, as formas *repúbrica* e *república*. Só uma única vez cede à tentação de reproduzir DECORUM cômodamente por *decoro*, pois prefere usar a [...] tradução *fremosura das obras*. Não é sem admiração que verificamos não ser a palavra *pátria* ainda admitida naquele tempo, sendo invariàvelmente traduzida por *nossa terra, terra de que somos (naturaaes)* ou *terra de nossa natureza*. Encontrando no texto GLADIATORES, o tradutor recorre à circunlocução [...] de *os combatentes que faziam o trance*.[29]

[29] Piel, 1948, XXXIV-XXXV.

E Piel continua com muitos exemplos da criativa tradução do Infante D. Pedro:

GLORIA BELLICA — *louvor cavaleiroso*
RES GERERE — *fazer cavalarias*
LOCUPLETIORES AUCTORES — *abastantes doutores*
CASTRA — *arraial*
AUGURES — *agoireiros*
SALTATORES — *bailhadores*
LIBERALITAS — *graadeza*
BENEVOLENTIA — *benquerença*
FABULAE — *patranhas*
ADULESCENTULI — *cachopos*
ARCHITECTURA — *carpentaria*
INCOLA — *avindiço*
SEDITIO — *bandorias*
VOLUPTATES BLANDISSIMAE — *as mui brandas senhoras deleitações*

Já dos cultismos de Camões fala Carolina Michaëlis de Vasconcelos nos seguintes termos:

> Eis algumas das novidades que o Poeta introduziu, e que, em regra, ainda não haviam sido empregadas em textos impressos, quando em 1572 saíram *Os Lusíadas*. Substantivos: *tuba, procela, dea, divícias* (por *riqueza*), *estridor*. Verbos: *vibrar, fluctuar, superar, immolar, devastar, vociferar*. Adjectivos: *lúcido, rúbido, nítido, túmido, rútilo, salso, argênteo, plúbeo, sulfúreo, flavo, ovante, fulgente, trémulo, canoro, pressago, imbele, pudibundo, truculento, intonso, diáfano, hirsuto, lácteo, etéreo, aurífero, horrissono, quadrupedante, equóreo, fatídico, grandíloquo, cornígero, malévolo, belígero*, etc. É uma magra amostra, apenas.
>
> Quanto a reconduções de termos arcaicos aos modelos primitivos, notemos, além de *menos, pena, feno* [...]: *cauda* (por *coa*), *martírio* (por *marteiro*), *silêncio* (por *seenço*), *século* (por *segre*), *flor* (por *frol, fror; chor* com *chorão* e *chorente* em tempos anteriores à florescência trovadoresca); *glória* (por *groria*), *vitória* (por *vitoira*), etc.[30]

[30] C. M. Vasconcelos, 1946, p. 25.

Estava esquecida a norma dada por D. Duarte quando, no capítulo 99 do *Leal Conselheiro*, falava *da maneira para bem tornar alguma leitura em nossa linguagem*:

> [Que] nom ponha pallavras latinadas ou de outra lynguagem; mas todo em nossa lynguagem scripto, mais achegadamente geeral ao bom custume de nosso fallar que se poder fazer.[31]

[31] *Cit.* por C. M. Vasconcelos, 1946, p. 24.

5.5 Do português clássico ao português setecentista

É mais uma vez o texto da *História da língua portuguesa*, de Paul Teyssier, que vai guiar esta vista de olhos pelas evoluções a que o português do século XVI foi submetido ao longo do espaço cronológico que o separou do século XVIII.

Será mais fácil anunciar já todos os elementos da estrutura fonológica que sofreram mudança durante este período:

1. Ditongo ou /ow/: ficou reduzida a sua duração pela monotongação em /o/. O ditongo conserva-se, ainda hoje, nos dialectos mais setentrionais portugueses.
2. Africada palatal surda /tʃ/: foi simplificada pela perda do elemento oclusivo inicial, fundindo-se com o fonema já existente /ʃ/. A área de conservação desta africada nos modernos dialectos portugueses é, no interior do território, mais estendida para sul do que a da conservação de /ow/; logo, o fenómeno é, aparentemente, mais recente.
3. Fricativas /s/ e /z/: palatalizaram em posição implosiva (em final de sílaba). Em área dialectal, coloca-se a fronteira deste fenómeno a sul da da conservação da fricativa ápico-alveolar[32]. Abrange, assim, a palatalização, os dialectos portugueses centro-meridionais.

[32] Cf. «Guia de leitura da Nova Proposta».

4. Vogais não acentuadas, médias ou baixas. Elevaram-se em posição pré-tónica medial. A extensão geográfica da elevação é total em território português, o que, em princípio, apontaria para uma mudança muito antiga. Mas a ausência de testemunhos documentais e a conservação das átonas não elevadas no português do Brasil e nos crioulos de base portuguesa não autoriza o recuo da sua tardia datação.

5. Ditongo ei /ej/: monotongou em /e/ nos dialectos de uma região tão meridional que não chegou a abranger a variante de Lisboa. Na verdade, nos dialectos mais interiores, a fronteira da monotongação de /ej/ sobe até à Beira-Alta; e em Lisboa, se não houve monotongação, também se não manteve intacto o ditongo, pois sobreviveu apenas à custa de uma diferenciação em [ɑj].

Que diz Teyssier sobre atestações cronológicas para todos estes fenómenos de mudança?

1. Para a monotongação de /ow/, o autor[33] não refere uma primeira atestação. Diz apenas que a monotongação em /o/ e a alternância, que abrange algumas formas do vocabulário, com /oj/, são fenómenos interligados. E que a tipificação de personagens no teatro pela utilização de [oj] é um recurso já documentável em Gil Vicente.

[33] Teyssier, 1982, pp. 52-53.

- Quanto à alternância com /oj/: Edwin Williams dá uma explicação histórica para os pares, que hoje se documentam no português, do tipo *ouro ~ oiro, touro ~ toiro*. A alternância ter-se-á iniciado em formas que tinham atrás delas um étimo onde ocorria o grupo consonântico [-kt-]. NOCTE terá então evoluído, conforme as variantes regionais, por semivocalização em [jt] *noite*, ou por semivocalização em [wt] *noute*. A opção era entre a assimilação da velar [k] ao ponto de articulação, mais anterior, de [t] (e, por aí, terá palatalizado em iode), e a sua semivocalização num segmento, também ele velar: [w] (wau). Os posteriores contactos dialectais terão feito com que a coocorrência das duas formas (*noute* e *noite*) conduzisse ao conhecimento da alternância entre [ow] e [oj], triunfando mais tarde, conforme as palavras envolvidas, ora um, ora outro. Williams fala de tudo assim:

> O desenvolvimento de *-oct-* em algumas regiões para *-oit-* e noutras para *-out-*, seguido de influência interdialectal, talvez tenha sido a origem da confusão entre *ou* e *oi*, que existiu muito antes do que tem sido geralmente acreditado, e.g. *noute*. Como consequência dessa confusão precoce, o uso de *oi* divulgou-se no século XVI para palavras que tinham originalmente *ou*, e.g. *coisa* (por *cousa* < *causam*) e o uso de *ou* divulgou-se para palavras que tinham originalmente *oi* não proveniente de *oc(t)*, e.g. *couro* (por *coiro* < *corium*), com o resultado de que *ou* e *oi* se tornaram geralmente substituíveis entre si, embora *ou* seja mais literário e *oi* mais coloquial.[34]

[34] Williams, 92.C.

A data em que Edwin Williams localiza o fenómeno de mudança é o final do século XVI:

Antes do início do século XVII, *ou* tinha perdido seu carácter de ditongo, que, entretanto, ainda é preservado no norte de Portugal.

- Em segundo lugar, cabe aqui uma referência ao diferente comportamento dos resultados da monotongação, conforme a posição do acento na forma que apresentava **ou**. O que se observa hoje, pelo menos nas variantes não cultas faladas na região de Lisboa, é uma abertura de timbre do [o] que correspondia a um [ow] inicial, desde que se encontre em sílaba pré-tónica. Assim, se por um lado *ouro* é articulado ['oru], já *dourado*, que tinha o ditongo em posição pré-acentuada, corresponde foneticamente a [dɔ'raðu]; e o mesmo acontece em [ʃɔ'risu], [ɔ'viðuʃ] e [ʀɔ'βar], respectivamente *chouriço, ouvidos* e *roubar*.

2. Voltando às datações de Paul Teyssier, encontramos, para a simplificação da africada /tʃ/, uma data categórica: o fenómeno iniciou-se no século XVII e está testemunhado pela confusão de grafias encontradas em textos redigidos nessa época (<x> por <ch>, em formas como *xão* e *axar*) e também pelas palavras dos gramáticos que, condenando a evolução, a comprovam.[33]

[33] Teyssier, 1982, pp. 53-54.

3. A palatalização das fricativas /s/ e /z/ em posição implosiva é mais uma inovação portuguesa de origem meridional e foi documentada pela primeira vez em 1746, no *Verdadeiro metodo de estudar* de Luís António Verney.

A época tardia desta mudança nas variantes contextuais dos fonemas fricativos não justificaria a sua ocorrência no português do Brasil. E, na verdade, a maioria dos dialectos brasileiros não a conheceram, à excepção do carioca, falado em torno do Rio de Janeiro, e de outros dialectos que o terão acolhido como modelo de prestígio. Porquê? John M. Lipski sugeriu uma explicação de natureza histórico-política e social que pode dissipar a estranheza da situação. No português europeu a inovação é tardia, do século XVIII? Muito bem; e o que é que aconteceu no início do século seguinte e que aproximou portugueses de Portugal de futuros brasileiros? Responde Lipski:

> No início do século XIX, deu-se um acontecimento que afectou a sociedade brasileira, sobretudo a residente no Rio de Janeiro, e que foi a transferência da corte portuguesa para o Brasil entre os anos de 1808 e 1822. [...] Pressionado pelas crescentes exigências de Napoleão e pela eventualidade da invasão de Portugal, o príncipe regente D. João (mais tarde, o rei D. João VI) fugiu para o Brasil no final de 1807, tendo sido acompanhado pela sua família e pela sua corte. [...] A partir de 1808, a situação do Rio de Janeiro sofreu uma alteração dramática porque, de cidade colonial, passou repentinamente a ser a residência do monarca, caso este sem qualquer precedente na história da América Latina. Com a proclamação do reino do Brasil, em 1815, o Rio ganhou ainda maior prestígio uma vez que se tornava na sede de todo o império português, e

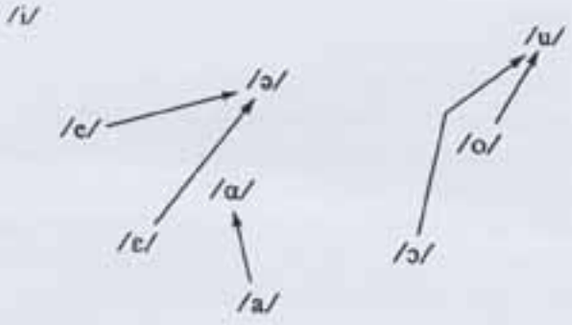
os brasileiros ouviam a voz da autoridade vinda, já não de Lisboa, mas sim do Rio.[36]

[36] Lipski, 1975, pp. 216-218.

A variante com /s/ palatalizado, recentemente difundida no centro do reino português, teria assim sido "levada" para o Rio de Janeiro pelo príncipe regente e pela sua corte, difundido-se aí enquanto traço da norma de prestígio.

4. A elevação das vogais átonas pré-tónicas mediais generalizou-se em português durante a primeira metade do século XVIII, se bem que deva ter começado, talvez, logo no século antérior. É a convicção de Paul Teyssier[37], que interpreta o testemunho de textos gramaticais datados, respectivamente, de 1682 e de 1767 como certidões de nascimento (a primeira) e de maioridade (a segunda) do fenómeno inovador. «Inovador», não será bem o adjectivo: as elevações de vogais em posição pré-tónica estão já documentadas nos textos medievais portugueses; passaram ao português do Brasil e aos crioulos, conservam-se ainda hoje em galego. Mas eram elevações motivadas por uma pressão assimilatória. Ocorriam apenas em formas com uma vogal alta acentuada, sendo a sua altura responsável pela elevação da vogal átona que a precedia (ex: d[o]rmir > d[u]rmir, m[e]nino > m[i]nino). A elevação setecentista é de uma natureza diferente, pois ocorre independentemente do contexto sintagmático. É já uma mudança paradigmática, fonológica (não condicionada). Resulta num novo sistema vocálico átono cujos sentidos de elevação são assim representáveis:

[37] Teyssier, 1982, pp. 61-62.



Se encontramos *v[i]da* e também *v[i]tal*, *m[u]ro* e também *m[u]rado*, já testemunhamos elevações em *p[ɔ]ludo* ao lado de *p[e]lo*, *m[ɔ]lado* ao lado de *m[ɛ]l*, *f[u]lice* e *f[o]lo*, *b[u]ladà* e *b[ɔ]la*, *em[ɑ]lar* e *m[a]la*.

5. A monotongação do ditongo /ej/ nos dialectos meridionais portugueses é igualmente uma inovação setecentista, se bem que possa ter sido originada anteriormente. Paul Teyssier[38] encontra no *Entremez do barbeiro pobre*, de 1769, uma personagem alentejana que é tipificada regionalmente por dizer três vezes *sardenhero* em vez de *sardinheiro*.

[38] Teyssier, 1982, p. 107.

Nota sobre a autoria do Curso

Rita Marquilhas, além de ter participado na revisão geral do livro, redigiu a parte relativa à fonologia do Latim Vulgar, na Unidade 3, e a totalidade da Unidade 5.

J. Léon Acosta realizou a pesquisa bibliográfica, localização e selecção de fontes e redigiu, em primeiro esboço, a maior parte do texto das Unidades 2 e 3.

Ivo Castro planificou o *Curso* tanto no seu esquema geral como na articulação de pormenor de cada unidade; sugeriu, orientou e verificou a pesquisa efectuada pelos outros colaboradores; redigiu as Unidades 1 e 4 e procedeu à revisão e redacção final da totalidade do texto.

Guia de estudo e indicações para leituras

A cadeira de **História da Língua Portuguesa** é, de todas as que integram o plano de estudos da Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, a única que de alguma forma se apresenta como herdeira da Linguística Românica tradicional. Significa isso que os objectivos desta cadeira visam mais do que o seu objecto imediato e mais aparente: a mudança linguística ou, dito de outra maneira, a estrutura e o funcionamento do sistema linguístico português, encarado diacronicamente. Visam também o enquadramento social, cultural, histórico e geográfico desse sistema linguístico, o que ficou patente, por exemplo, no tratamento dado a matérias como a ocupação romana da Península Ibérica, a Reconquista e a formação do estado português, o movimento de expansão ultramarina e a relação regiões-capital, que subjaz a um estudo moderno da variação sociolinguística e dialectal.

Conhecimentos produzidos em muitas áreas das ciências humanas são, assim, chamados a colaborar no âmbito desta cadeira, que aspira não só à transmissão de um saber particularizado, apesar de uma aparência ecléctica, mas sobretudo à configuração, em cada aluno, de uma atitude informada, actualizada e cívica, perante a língua que usa como meio de comunicação, como molde para a expressão do seu pensamento e, em muitos casos, como objecto do seu trabalho docente.

O discurso deste livro não é, devido a esta multiplicidade de inspirações e de intenções, nem linear nem uniforme no tom, no ritmo e no conteúdo. Ele é feito, em última análise, de muitos outros discursos, que retransmite, que interpreta, que parafraseia. Em palavras nossas, é assim evocada a vasta literatura há quase dois séculos produzida no quadro da Linguística Românica, de cuja existência e teor geral o estudante deve estar consciente, mesmo se dispensado de contacto directo.

Tal dispensa não poderia, no entanto, ser absoluta. Seria inconcebível que um estudante percorresse uma cadeira tão cheia de marcas livrescas e eruditas como esta sem jamais ser convidado à leitura directa, ao conhecimento sem intermediários, de algumas peças da bibliografia pertinente. É por isso que a preparação para esta cadeira não termina com a leitura do *Curso*, mas precisa de ser complementada por uma série de leituras anexas, que motivam as explicações seguintes.

Uma obra sucinta, acessível, actualizada, cujo plano corre paralelo ao deste *Curso*, embora com insistência em desenvolvimentos diversos, é a *História da Língua Portuguesa* de Paul Teyssier. Deve ser considerada leitura obrigatória e poderão ser colocadas ao aluno questões sobre o seu conteúdo ou que requeiram o confronto entre as doutrinas expostas em ambos os livros. Chama-se especialmente a atenção para a sistematização dada ao português antigo e para a unidade dedicada ao português clássico e ultramarino, domínio em que o autor é autoridade incontestada.

O mesmo nível de obrigatoriedade deveria ser atribuído aos *Estudos de Dialectologia Portuguesa* de L. F. Lindley Cintra, se não acontecesse que no momento em que estas páginas são escritas, e por um período de tempo de duração imprevisível, esse livro não se acha disponível no mercado. Foi feita uma escolha de artigos indispensáveis do livro, a qual estará à disposição dos alunos em forma de fotocópia.

No *Curso*, onde se faz referência a esses artigos, são indicadas tanto as páginas da edição de 1983, como as da anterior edição do *Boletim de Filologia*, aquela que se acha fotocopiada. Apesar deste esforço, ao aluno será requerido apenas conhecimento da matéria dos artigos que sejam objecto de exposição no *Curso*.

Além destes dois títulos, espera-se que tenha o aluno conhecimento dos textos incluídos na antologia intitulada *Curso de História da Língua Portuguesa. Leituras Complementares*. Trata-se de excertos de livros extensos ou artigos publicados em revistas que, nem num caso nem no noutro, seria sensato pedir-lhes que adquirissem ou tentassem consultar em bibliotecas, dada a relativa raridade da maior parte deles (ou a desproporção entre o fragmento que nos interessa e o volume total). A sua leitura, em todo caso, é indispensável ora para suporte das referências e aproveitamentos que deles foram feitos no *Curso*, ora para satisfazer remissões (caso de textos cuja doutrina é integralmente adoptada, pelo que a sua leitura supre com vantagens qualquer paráfrase).

Apesar de as indicações dadas no *Curso* permitirem geralmente determinar com facilidade os pontos a propósito dos quais convém recorrer às *Leituras*, fornece-se aqui sucintamente uma orientação.

Os primeiros cinco textos dizem respeito à Unidade 2. O «Mapa» de Paiva Boléo (n.º 3) constitui o principal avanço registado pela dialectologia portuguesa depois dos trabalhos de Leite de Vasconcellos e antes da «Nova Proposta» de Cintra; como nesta lhe são feitas abundantes referências, nem sempre de concordância, importa conhecer esse texto directamente. Não é de mais insistir em que um dos proveitos a retirar das leituras acompanhantes do *Curso* deve ser a constatação de que existem debates teóricos ou metodológicos, porventura ainda não encerrados, e de que o progresso científico deles se alimenta. O pequeno capítulo contribuído por Cintra para a *Breve Gramática do Português Contemporâneo* (n.º 2) tem o mérito de esquematizar a «Nova Proposta», com alargamento aos dialectos insulares do conceito de «português europeu». O artigo (n.º 4) de Fernández Rei, professor da Universidade de Santiago de Compostela, coloca a questão de saber se o galego deve hoje ser considerado ou não como uma língua autónoma, apontando para uma resposta afirmativa. Parece haver aí uma discordância com Cintra, que conta o galego entre as variedades dialectais do português. Mas talvez não seja assim: como se vê pela sua panorâmica da geografia actual do português no mundo, «Présence et problématique ...» (n.º 1), Cintra mostra-se disposto a aceitar que o galego, se historicamente deriva de um romance comum ao português, na situação actual precisa de encontrar uma identidade nova, com uma normatização que o pode afastar do português. O artigo de Rosa Virgínia Mattos Silva (n.º 5) é uma panorâmica que interessa alinhar ao lado da de Cintra: o percurso argumentativo é diferente, mas o mais interessante talvez seja confrontar como é que brasileiros e portugueses olham hoje para a situação da língua comum.

A preparação da Unidade 3 pode ser completada em excelentes condições através dos dois manuais, desactualizados ligeiramente, de Serafim da Silva Neto: a *História do Latim Vulgar* e a *História da Língua Portuguesa*. Mas estas obras não têm o carácter indispensável que têm o capítulo de linguística românica de B. E. Vidos (n.º 7) e o esquema da gramática do latim vulgar reproduzido de Haadsma-Nuchelmans (n.º 6), com uma pequena antologia de fontes escritas. A nossa intenção, ao fornecer relativamente poucas leituras complementares para esta Unidade, foi introduzir uma escolha dirigida num campo de vastíssimas ramificações.

À Unidade 4 pertencem um texto de enquadramento histórico (o de Orlando Ribeiro sobre a formação do reino de Portugal, n.º 13) e outro de enquadramento linguístico à escala peninsular (o capítulo de Menéndez Pidal, n.º 8, em que, no final das *Orígenes del Español*, o grande mestre depreende «princípios geográfico-cronológicos» que permitem caracterizar as várias línguas ibero-românicas na sua fase formativa). O artigo de Herculano da Carvalho (n.º 12) ocupa-se dos vestígios toponímicos deixados pelos moçárabes no centro-sul de Portugal e o de Joseph-Maria Piel (n.º 11) do seu conceito de Galécia Magna, com que descreve a área inicial do romance galego-português e a sua base linguística

essencialmente latina. Servem-lhe de complemento mais dois artigos (n.º 9 e 10), em que Piel ordena cronologicamente os principais contributos lexicais que o galego e o português receberam, por contacto e por empréstimo.

À Unidade 5 cabe um único texto complementar, já que ele se apoia sobretudo nos capítulos III e IV da *História* de Teyssier. É esse texto (n.º 14) um artigo de Eugenio Asensio sobre as relações entre expansão ultramarina de Portugal e Espanha e a difusão das suas línguas.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALBARRAN, Maria José, 1989: «Aspectos sintáctico-semânticos dos verbos locativos no português oral de Maputo (descrição abreviada)». *Boletim de Filologia*, XXXII, no prelo.

AVALLE, D'Arco Silvio, 1965: *Protostoria delle lingue romanze*. Torino, G. Giappichelli.

ALONSO, Dámaso, 1949: «Cancioncillas "de amigo" mozárabes (primavera temprana de la lírica europea)» *Revista de Filología Española*, 33, pp. 297-349.

1958: «Metafonía y neutro de materia en España». *Zeitschrift für Romanische Philologie*, 74, pp. 1-24.

1962: «Metafonía, neutro de materia y colonización suditaliana en la Península Hispánica», *Enciclopedia Lingüística Hispánica, I (Suplemento): La Fragmentación Fonética Peninsular*. Madrid, C.S.I.C., pp. 105-54.

ARGOTE, Jerónimo Contador de, 1725: *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*. Lisboa Occidental, Officina de Musica.

AZEVEDO, Rui Pinto de, 1940-80: *Documentos medievais portugueses. Documentos Particulares*, vol. III-IV (1101/1115-1116/1123). Lisboa, Academia Portuguesa de História.

1958-62: *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*, vol. I (1095-1185). Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2 tomos.

et alii, 1979: *Documentos de D. Sancho I*. Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. I.

AZURARA, Gomes Eanes de: *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, ed. Visconde da Carreira. Paris, Aillaud, 1841.

BALDINGER, Kurt, 1958: *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, trad. esp. de E. Lledó e Monserrat Macau (1963). Madrid, Gredos (1972²).

BARROS, João de, 1540: *Grammatica da lingua portuguesa*. Lisboa, Luis Rodrigues.

BATALHA, Graciette Nogueira, 1983: «Situação e perspectivas do Português e dos crioulos de origem portuguesa na Ásia Oriental (Macau, Hong-kong, Malaca, Singapura, Indonésia», *CSALPM-Actas*. Lisboa, vol. I, pp. 287-304.

BAXTER, Alan, 1990: «Some observations on verb serialization in Malaca Creole Portuguese» *Boletim de Filologia*, XXXI, pp. 161-184.

BOLÉO, Manuel de Paiva, e Maria Helena Santos Silva, 1962: «Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental», *IX Congresso Internacional de Linguística Românica — Actas, vol. III*. Lisboa, pp. 85-112.

BYNON, Theodora, 1977: *Historical Linguistics*, trad. esp. de José L. Melena (1981), *Lingüística Histórica*. Madrid, Gredos.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano de, 1959a: «Moçarabismo linguístico ao sul do Mondego», *Estudos Linguísticos I*. Coimbra, Coimbra Editora, (1984²).

1959b: «Le vocalisme atone des parlers créoles du Cap Vert», *Estudos Linguísticos II*. Coimbra, Coimbra Editora (1984²).

1962: «Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas *e* e *o* em sílaba átona», *Estudos Linguísticos II*. Coimbra, Coimbra Editora (1984²).

1964: «Porque se fala leonês em terras de Miranda?», *Estudos Linguísticos*. Coimbra, Coimbra Editora (1984²).

CARVALHO CALERO, Ricardo, 1986: «Situaçom presente e orientaçom futura dos problemas gerais da nossa língua», *Agália*, n.º 7, pp. 251 ss.

CASTRO, Ivo, 1983: «Sobre a data da introdução na Península Ibérica do ciclo arturiano da Post-Vulgata», *Boletim de Filologia*, XXVIII, pp. 81-98.

CIL: *Corpus Inscriptionum Latinarum*, IV, Berlim, 1871.

XVIII CILPhR-Actes: *Actes du XVIIIe. Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes* (Trier, 1986), Dieter Kremer ed., Tübingen, Max Niemeyer, 7 vols., 1988-89 (em publicação).

CINTRA, Luís Filipe Lindley, 1959: *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos.

1962: «Áreas lexicais no território português», *Boletim de Filologia*, XX, pp. 273-307.

1963a: «Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie», *Revue de Linguistique Romane*, vol. XXVII, pp. 40-58.

1963b: «Observations sur l'ortographe et la langue de quelques textes non littéraires galicien-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle», *Revue de Linguistique Romane*, vol. XXVII, pp. 59-77.

1970: «Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses», *Boletim de Filologia*, XXII, 81-116, (reimpr. em Cintra, 1983[a]).

1974: «Langue parlée et traditions écrites au Moyen-Âge (Peninsule Ibérique)», *Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*, Napoli, G. Macchiaroli — J. Benjamins, pp. 463-72 (separata).

1983a: *Estudos de dialectologia portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa Editora.

1983b: «A língua portuguesa no Mundo», *Expresso* (6 de Julho), supl. pp. 6-7.

COELHO, Adolfo, 1881: «Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, vols. 2-6 (1880-6), reimpr. *Estudos Linguísticos: Crioulos*. Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1967, pp. 1-234.

COLECTIVO SEITURA (F. Fernández Rei *et alii*), 1985: *Lingua galega*. Vigo, Edicións Xerais de Galicia.

COSTA, Avelino de Jesus da, 1979: «Os mais antigos documentos escritos em português», sep. da *Revista Portuguesa de História*, T. XVII. Coimbra.

CSALPM — Actas: *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo* (Lisboa, 1983), vol. I, Lisboa, ICALP, 1985.

CUNHA, Celso Ferreira da, 1981: «O protocrioulo português e a sua universalidade nos séculos XVI, XVII e XVIII», *Língua, Nação, Alienação*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 37-72.

1984 (e L. F. L. CINTRA): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa, João Sá da Costa.

1985 (e L. F. L. CINTRA): *Breve Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa, João Sá da Costa.

DIAZ y DIAZ, Manuel C., 1950: *Antología del latín vulgar*. Madrid, Gredos.

1960: «El latín de la Península Ibérica. 1 — Rasgos Lingüísticos», *ELH*, vol. I, 153-197.

DHP.: *Dicionário de História de Portugal*, org. Joel Serrão, 4 vols. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-1971, (Porto, Livraria Figueirinhas, 1984[3], 6 vols.).

ELH — *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. M. Alvar, A. Badia, R. Balbín, L. F. L. Cintra, eds., vols. I (1960), II (1967), Madrid, C.S.I.C.

ESPÍRITO SANTO, Carlos, 1983: «Situação actual da língua portuguesa nas ilhas de S. Tomé e Príncipe», *CSALPM — Actas*, pp. 253-260.

FEIJÓ, João de Morais Madureira, 1739: *Orthografia, ou Arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*. Lisboa Occidental, Miguel Rodrigues.

FERNANDEZ REI, Francisco, 1988: «Posición do Galego entre as linguas románicas», *Verba*, 15, Universidad de Santiago de Compostela, pp. 79-107.

1990: *Dialectoloxía da Lingua Galega*. Vigo, Edicións Xerais de Galicia.

GARCIA GOMEZ, Emilio, 1965: *Las jarchas romances de la serie árabe en su marco*. Madrid, Sociedad de Estudios y Publicaciones.

GONÇALVES, Perpétua, 1983: «Situação actual da Língua Portuguesa em Moçambique», *CSALPM-Actas*, pp. 243-251.

GRANDA, Germán de, 1960: «Los diptongos descendentes en el dominio románico leonés», *Trabajos sobre el dominio románico leonés*, II. Madrid, Gredos.

HAADSMA, R. A. e J. NUCHELMANS, 1963: *Précis de latin vulgaire*. Gröningen, J. B. Wolters.

HALL JR., Robert A., 1974: *External History of the Romance Languages*. Nova Iorque, Elsevier.

HART, Thomas, 1955: «Notes on sixteenth-century portuguese pronunciation», *Word*, 11, pp. 404-415.

1957: «The overseas dialects as sources for the history of portuguese pronunciation», *III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros — Actas*, vol. I. Lisboa, 1959, pp. 261-272.

HEGER, Klaus, 1960: *Die Bisher Veröffentlichten Hargas und ihre Deutungen, Beihefte Zeitschrift für Romanische Philologie*, vol. 101. Tübingen.

HENRIQUES, Maria Augusta, 1983: «Situação e perspectivas do Português na Guiné-Bissau», *CSALPM-Actas*, pp. 234-241.

HERCULANO, Alexandre, ed.: *Portugaliae Monumenta Historica. (I, 1856, Scriptores; II, 1856, Leges et Consuetudines; III, 1867, Diplomata et Chartae; IV, 1888-1917, Inquisitiones)*. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, VI vols.

HERMAN, Joseph, 1975: *Le latin vulgaire*, col. «Que sais-je?». Paris, P.U.F.

HOCK, Hans Henrich, 1987: *Principles of Historical Linguistics*. Berlin, Mouton De Gruyter.

HUBER, Joseph, 1933: *Gramática do Português Antigo*, trad. port. de Maria Manuela Gouveia Delille, Lisboa, Fundação Gulbenkian, (1986).

JACKSON, Kenneth David, 1983: «O folclore do crioulo português da Índia e do Sri-Lanka (Ceilão)», *CSALPM-Actas*, pp. 340-346.

KLOSS, Heinz e G. D. MC CONNELL, 1974: *Linguistic composition of the nations of the World*. International Center for Research on Bilinguism, Presses de l'Université Laval, vol I, pp. 32-33.

KREMER, Dieter, 1978: «*Hispania Germanica*. En torno a las relaciones lingüísticas germano-hispánicas», separata das *Actas del Coloquio hispano-alemán Ramón Menéndez Pidal*, Madrid, 1978. Tübingen, Max Niemeyer (1982), pp. 138-149.

LAPESA, Rafael, 1942: *Historia de la lengua española*. Madrid, Gredos (1986 [9]).

LEÃO, Duarte Nunes de, 1576: *Ortographia da lingoa portuguesa*. Lisboa, João de Barreira.

LEHMANN, W. P. e Yakov MALKIEL, ed., 1968: *Directions for historical linguistics. A symposium*. Austin-London, University of Texas Press.

LIPSKI, John M., 1975: «External history and linguistic change: Brazilian Portuguese -s», *Luso-Brazilian Review*, 12, vol. III, pp. 213-24.

LLOYD, Paul M., 1987: *From Latin to Spanish, I: Historical Phonology and Morphology of the Spanish Language*, Philadelphia, Memoirs of the American Philosophical Society, vol. 173.

LOPES, David, 1936: *A expansão da Língua Portuguesa no Oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII*. Porto, Portucalense Editora (1969[2]).

LORENZO, Ramón, 1977: *Glosario de la Traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, Orense, Instituto Padre Feijoo.

1987: «Algunhas consideracións sobre a *História do Galego-Português* de Clarinda de Azevedo Maia», *Verba*, 14, pp. 441-488.

LUZ, Maria Albertina Mendes da (v. VAZQUEZ CUESTA).

MACHADO, José Pedro, 1952: *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5 vols. Lisboa, Livraria Horizonte (1977[3]).

MAIA, Clarinda de Azevedo, 1986: *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra, INIC.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1972: *História de Portugal*. Lisboa, Palas Editores.

MARQUES, Irene Guerra, 1983: «Algumas considerações sobre a problemática linguística de Angola», *CSALPM-Actas*, pp. 205-223.

MARTINET, André, 1952: «Celtic lenition and western Romance consonants», *Language*, 28, pp. 192-217.

1987: *Des steppes aux océans: l'indo-européen et les Indo-Européens*. Paris, Payot.

MARTÍNEZ SALAZAR, Andrés, 1911: *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*. Corunha.

MARTINS, Ana Maria, 1985: *Elementos para um comentário linguístico do Testamento de Afonso II (1214)*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação policopiada).

MATEUS, Maria Helena, 1975: *Aspectos da Fonologia Portuguesa*, Lisboa, INIC (1982[2]).

1985: «A língua portuguesa: unidade e diversidade», *I Encontro da Associação Portuguesa de Linguística —Actas*. Lisboa, pp. 145-63.

MATOS, Luís de, 1975[2]: «Humanismo português», *DHP* vol. III, pp. 231-235.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia, 1988: *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*. Lisboa, IN-CM.

1991: *O português arcaico. Fonologia*. Contexto, Bahia.

MATTOSO, José, 1982: *Ricos-homens, infanções e cavaleiros*. Lisboa, Guimarães.

1985: *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa, Estampa, 2 vols.

MEIER, Harri, 1948: «A formação da língua portuguesa», *Ensaios de Filologia Românica*. Lisboa, edição da *Revista de Portugal*, pp. 5-30.

MENENDEZ PIDAL, Ramón, 1904: *Manual de Gramática Histórica Española*, Madrid, Espasa-Calpe (1966^{12}).

1906: *El dialecto Leonés*. Oviedo, Instituto de Estudios Asturianos, (1962^{2}).

1926: *Orígenes del español. (Estado Lingulstico de la Península Ibérica hasta el siglo XI)*. Madrid, Espasa-Calpe (1980^{9}).

1951: «Cantos románicos andalusíes, continuadores de una lírica latina vulgar», *Boletín de la Real Academia Española*, 31, pp. 187-270.

1952: *Toponimia prerrománica hispana*. Madrid, Gredos.

1964: *Crestomatia del Español Medieval*, 2 vols. Madrid, Gredos ($1971\text{-}76^{2}$).

MÜHLHAÜSLER, Peter, 1986: *Pidgin and creole linguistics*, Oxford, Blackwell.

MUYSKEN, P., 1988: «Are creoles a special type of language?», *Linguistics, The Cambridge Survey, II*, edição de F. J. Newmeyer. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 285-301.

NARO, Anthony J., 1971: «A história do *e* e do *o* em português — um estudo de deriva linguística», *Estudos Diacrônicos* (1973). Petrópolis, Editora Vozes, pp. 9-51.

1973: «Crioulização e mudança natural», *Estudos diacrônicos*. Petrópolis, Editora Vozes, pp. 97-110.

NETO, Serafim da Silva, 1952: *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Presença/INL, (1986^{4}).

1957: *História do latim vulgar*. (Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1977^{2}).

NOGUEIRA, Carlos Filipe, 1988: «O conceito geográfico-linguístico de Galécia Maior», *Sete ensaios sobre a obra de J. M. Piel*. Lisboa, Publicações do Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 76-103.

NUCHELMANS (v. HAADSMA).

NUNES, José Joaquim, 1919: *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*. Lisboa, Livraria Clássica Editora (1975^{8}).

OLIVEIRA, Fernão de, 1536: *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa, Germão Galharde (reimpr. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981).

PIEL, Joseph Maria, 1942: «Considerações sobre a metafonia portuguesa», *Biblos*, VIII, pp. 365-371.

1948: *Livro dos Oficios de Marco Tullio Ciceram o qual formou em linguagem o Infante D. Pedro Duque de Coimbra*, edição crítica. Coimbra, Universidade de Coimbra.

1975: «Uma antiga latinidade vulgar galaica reflectida no léxico comum e toponímico de Entre-Douro-e-Minho e Galiza», *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, Lisboa, IN-CM, 1989, pp. 55-60.

1976: «Origens e estruturação histórica do léxico português», *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, Lisboa, IN-CM, 1989, pp. 9-16.

PMH: (v. HERCULANO).

RAMOS, Belmiro, 1983: «Situação actual da Língua Portuguesa em Cabo Verde», *CSALPM-Actas*, pp. 225-232.

RENZI, Lorenzo, 1985: *Nuova introduzione alla filologia romanza*. Bologna, Il Mulino.

RIBEIRO, Orlando, 1947: *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa, Sá da Costa Editora (1986[4]).

1987: *A formação de Portugal*. Lisboa, ICALP.

RONCAGLIA, Aurelio, 1977: *Introduzzione alla linguistica romanza*. Roma, Bulzoni Editore.

SAMPSON, Rodney, 1983: «The origin of Portuguese -ão», *Zeitschrift für Romanische Philologie*, 99, pp. 33-68.

SPONER, Margot, 1934: «Documentos antigos de Galicia», *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüística. Literatura*. VII, pp. 113-192.

SANTAMARINA, Antón, 1986: «Estado e tarefas da linguística galega», *XVIII CILPhR-Actes*. Trier.

STERN, S. M., 1948: «Les vers finaux en espagnol dans les muwassahas hispano-hebraïques», *Al-Andalus*, XIII, pp. 299-346.

1953: *Les chansons mozarabes. Les vers finaux («kharjas») en espagnol dans les «muwassahas» arabes et hébreux*. Palermo, Manfredi (1964[2]).

STRAKA, Georges, 1956: «La dislocation linguistique de la Romania et la formation des langues romanes à la lumière de la chronologie relative des changements phonétiques», *Revue de Linguistique Romane*, 20, pp. 249-67.

TERRACINI, Benvenuto, 1959: *Le Origini Romanze*, Torino.

TEYSSIER, Paul, 1959: *La langue de Gil Vicente*. Paris, Librairie Klincksieck.

1980: *História da língua portuguesa*, trad. port. de Celso Ferreira da Cunha (1982). Lisboa, Sá da Costa.

THEBAN, Laurentiu, 1983: «Situação e perspectivas do Português e dos crioulos de origem portuguesa na Índia e no Sri-Lanka», *CSALPM-Actas*, pp. 269-286.

THOMAZ, Luis Filipe F. R., 1983: «A língua Portuguesa em Timor», *CSALPM-Actas*, pp. 313-339.

TODD, Loretto, 1974: *Pidgins and Creoles*. London, Routledge and Kegan Paul.

TOVAR, Antonio, 1949: *Estudios sobre las primitivas lenguas hispánicas*. Buenos Aires, «Coni».

1961: *The ancient languages of Spain and Portugal*. Nova Iorque, S. F. Vanni.

TRIGO, Salvato, 1981: *Luandino Vieira, o logoteta*. Porto, Brasília Editora.

VÄÄNÄNEN, Veikko, 1963: *Introducción al latín vulgar*, trad. esp. de Manuel Carrión (1968). Madrid, Gredos (1979[3]).

VALDEAVELLANO, L. G., 1977[5]: *Curso de Historia de las Instituciones Españolas*. Madrid.

VASCONCELLOS, José Leite de, 1901: *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Lisboa, INIC (1987³).

1911: *Lições de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal (1966⁴).

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de, 1946: *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa, Revista de Portugal.

VAZQUEZ CUESTA, Pilar e Maria Albertina MENDES DA LUZ, 1971³: *Gramática da Língua Portuguesa*, trad. de Ana Maria Brito e Gabriela de Matos (1980). Lisboa, Edições 70.

VERNEY, Luis António, 1746: *Verdadeiro Metodo de Estudar*. Valência, Oficina de Antonio Balle.

VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves, 1892: *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionaes e estrangeiros*. Lisboa, Imprensa Nacional.

VIDOS, B. E., 1956: *Manual de lingüística románica*, trad. esp. de Francisco de B. Moll (1963). Madrid, Aguilar.

VISCONDE DA CARREIRA (v. AZURARA).

WARTBURG, Walther von, 1950: *La fragmentación lingüística de la Romania*, trad. esp. de M. Muñoz Cortés (1952). Madrid, Gredos (1971²).

WILLIAMS, Edwin, 1938: *Do latim ao português. (Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa)*, trad. port. de Antônio Houaiss (1961). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro (1975³). [As referências a este livro remetem para parágrafos e não para páginas].

WRIGHT, Roger, 1983: «Unity and diversity among the romance languages», *Transactions of the Philosophical Society*. Oxford, pp. 1-22.

XAVIER, Carlos, 1983: «O declínio da Língua Portuguesa em Goa, Damão e Diu. (Algumas sugestões para a sua divulgação)», *CSALPM-Actas*, pp. 305-312.

ZAMORA VICENTE, Alonso, 1986: *Estudios de dialectología hispánica*, separata de *Verba*, 25. Universidad de Santiago de Compostela.

ZURARA (v. AZURARA).

Composto e paginado
na **UNIVERSIDADE ABERTA**

Impresso na Guide, Artes Gráficas

1.ª edição – 2.ª impressão – 1000 exemplares

Lisboa, Março de 2001

Depósito legal n.º 45 195/91

BIBLIOTECA NACIONAL